



LIVRO DE
DESTAQUES
Feira de Iniciação Científica 2016

ORGANIZAÇÃO

JOÃO ALCIONE SGANDERLA FIGUEIREDO

KARIM AQUERE FILHO

Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR
Universidade Feevale

LIVRO DE DESTAQUES

Feira de Iniciação Científica 2016

ORGANIZAÇÃO

João Alcione Sganderla Figueiredo

Karim Aquere Filho



Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul - Brasil

2017

EXPEDIENTE

PRESIDENTE DA ASPEUR

Luiz Ricardo Bohrer

REITORA DA UNIVERSIDADE FEEVALE

Inajara Vargas Ramos

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Cristina Ennes da Silva

PRÓ-REITOR DE INOVAÇÃO

Cleber Cristiano Prodanov

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

João Alcione Sganderla Figueiredo

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Cristina Ennes da Silva

EDITORA FEEVALE

Mauricio Barth

Adriana Christ Kuczynski

Tiago de Souza Bergenthal

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Adriana Christ Kuczynski

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Universidade Feevale, RS, Brasil

Bibliotecária responsável: Sabrina Leal – CRB 10/1507

Livro de destaques [recurso eletrônico] : Feira de Iniciação Científica 2016 / organização João Alcione Sganderla Figueiredo, Karim Aquere Filho. – Novo Hamburgo : Feevale, 2017.
Dados eletrônicos (1 arquivo : 6 megabytes).

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: <www.feevale.br/editora>

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7717-213-9

1. Ensino Superior - Pesquisa - Rio Grande do Sul. 2. Ciência - Exposições - Rio Grande do Sul. I. Figueiredo, João Alcione Sganderla. II. Aquele Filho, Karim.

CDU 378:001.891(061.4)

© **Editora Feevale** – Os textos assinados, tanto no que diz respeito à linguagem como ao conteúdo, são de inteira responsabilidade dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da Universidade Feevale. É permitido citar parte dos textos sem autorização prévia, desde que seja identificada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei n.º 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Universidade Feevale

Câmpus I: Av. Dr. Mauricio Cardoso, 510 – CEP 93510-250 – Hamburgo Velho

Câmpus II: ERS 239, 2755 – CEP 93352-000 – Vila Nova

Fone: (51) 3586.8800 – Homepage: www.feevale.br

COMO MELHOR UTILIZAR ESTE E-BOOK

Não desperdice papel, imprima somente se necessário.

Este e-book foi feito com intenção de facilitar o acesso à informação. Baixe o arquivo e visualize-o na tela do seu computador sempre que necessitar. No entanto, caso seja necessário, o arquivo pode ser impresso. É possível também imprimir somente partes do texto, selecionando as páginas desejadas nas opções de impressão. Os botões interativos são para melhorar a experiência da leitura do e-book, utilize-os para navegar pelo documento. Se preferir, utilize as teclas “Page Up” e “Page Down” do teclado ou o “Scroll” do mouse para retornar e prosseguir entre as páginas.

COMISSÃO AVALIADORA

Alessandra Migliori do Amaral Brito
Alexandra Marcella Zottis
Carla Helena Schilling
Carmen Esther Rieth
Cristine Kassick
Denise Castilhos de Araújo
Elton Ari Krause
Fernanda Vargas e Silva
Francisco Carlos Lemes de Menezes
Gisele Maria Menezes Ribeiro Kosminsky
Katia Regina de Lima e Silva Smaniotto
Larissa Schemes Heinzelmann
Marcelo Ricardo Zeni
Marielly de Moraes
Ranieli Gehlen Zapelini
Raphael Castanheira Scholl
Renata Gheno
Roberto Herrera Arbo
Rosi Ana Gregis
Simone Weschenfelder
Sonia Isabel Dondonis Daudt
Tatiana Cavalcanti Matos
Vanessa Amália Dalpizol Valiati
Vera Lucia Dones

COMISSÃO REVISORA

Cíntia de Moura Pinto
Cristiano Eduardo da Rosa
Luciano Dirceu dos Santos
Rachel Carlesso

APRESENTAÇÃO

A universidade deve sua existência à construção do conhecimento. A divulgação, a discussão e o consequente aprimoramento deste conhecimento têm espaço reconhecido e consolidado em eventos como a Feira de Iniciação Científica (FIC), um dos quatro eventos que compõem o Programa Inovamundi da Universidade Feevale.

A FIC 2016 manteve a quantidade e a diversidade de trabalhos científicos de anos anteriores e manteve a busca pelo aprimoramento de todos os processos a fim de qualificar constantemente o evento. Nesse ano, foram submetidos à avaliação 849 resumos científicos. A análise classificatória selecionou 828 trabalhos que foram apresentados em forma de sessões temáticas e no formato de pôsteres virtuais. Destes, 60 foram inscritos por acadêmicos de 22 diferentes Instituições de ensino brasileiras. No que tange às áreas do conhecimento, 283 trabalhos aceitos pertencem às Ciên-

cias da Saúde, 174 às Ciências Exatas e Tecnológicas, 174 às Ciências Humanas, Letras e Artes e 197 às Ciências Sociais Aplicadas.

A Universidade Feevale, nesse sentido, reafirma seu papel junto à comunidade, fortalecendo e promovendo o processo de formação científica na região do Vale dos Sinos por meio da publicação, em formato e conteúdo altamente qualificados, do que há de melhor na produção discente da pesquisa nesse evento.

Karim Aquere Filho

Assessor do Núcleo de Iniciação à Pesquisa e Extensão

SUMÁRIO

Destaque em Ciências da Saúde

- 11** **INFLUÊNCIA DO EFEITO DE BORDA NA COMUNIDADE DE SAMAMBAIAS E LICÓFITAS EM FLORESTA COM ARAUCÁRIA DE DIFERENTES MATRIZES**
Vanessa Graeff
Ivanete Teresinha Mallmann
Vinícius Leão da Silva
Klaus Volker Mehltreter
Jairo Lizandro Schmitt
- 20** **NARRATIVAS SOBRE A INSERÇÃO DO PROFESSOR HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: SEXUALIDADES DESVIANTES, HETERONORMATIVIDADE E MASCULINIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**
Richard Simon Ávila
André Luiz dos Santos Silva
- 34** **CARACTERIZAÇÃO DAS INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO PRIMÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE DO VALE DO SINOS/RS**
Bruna Juliana Brentano Kuhn
Janifer Prestes
- 44** **A ATUAÇÃO DA ESTÉTICA FACIAL NO MELASMA: UM ESTUDO DE CASO**
Luiza Dai Prá da Luz
Manoela Heinrichs dos Reis
- 58** **ANÁLISE DAS COMORBIDADES E O TC6 NOS RESULTADOS DA REABILITAÇÃO PULMONAR PARA PORTADORES DE DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA**
Bruna Kuhn
Cassia Costa
Kelin Cristina Laux
Kelly Furnaleto
Rodrigo Garcia
Luciane Dalcanale Moussalle
- 65** **ANÁLISE SENSORIAL DE FERMENTADOS ACÉTICOS DE FRUTAS PRODUZIDOS EM PEQUENA ESCALA**
Tiago Barbosa Macedo
Lucas Lauck Pedroso
Simone Weschenfelder
- 72** **EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA FUNCIONÁRIOS EM RESTAURANTE INSTITUCIONAL DE UMA EMPRESA DE NOVO HAMBURGO/RS**
Sumaia Fey
Gisele Maria Menezes Ribeiro Kosminsky

78 **AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE INDEPENDÊNCIA NAS ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA E NA DEAMBULAÇÃO, E O RISCO DE QUEDAS EM IDOSOS PARTICIPANTES DE UM PROJETO DE EXTENSÃO**

Fernanda Hinchink Dias
Natan Roubuste Batista
Djuli Margô Naissinger Sidekum
Danúbia Chaves Fernandes Mittelstaedt
Magali Pilz Monteiro da Silva
Ciências Exatas e Tecnológicas

86 **DIAGNÓSTICO E SOLUÇÕES ARQUITETÔNICAS DE BAIXO CUSTO PARA MELHOR ACESSIBILIDADE EM DOMICÍLIOS DE IDOSOS DO BAIRRO SANTO AFONSO EM NOVO HAMBURGO/RS**

Grace Altmann
Laís Bernardo Laghi
Amanda Klein Lauxen
Lisiane Pedroso Lima

100 **COBOGÓ FLUIDO: PERSPECTIVAS PARA PENSAR SOBRE UM NOVO CONCEITO**

Gracieli Kronbauer
Marjorie Lemos Gubert

112 **EVOLUÇÃO DA POROSIDADE DA ACÁCIA NEGRA: DA MADEIRA AO CARVÃO ATIVADO**

Thaís Schmitz
Vitória Caroline Rodrigues
Luiza Santos Machado
Angela Beatrice Dewes Moura

119 **AS PESQUISAS DE TENDÊNCIAS COMPORTAMENTAIS: UM OLHAR EPISTEMOLÓGICO DA SUA CONSTRUÇÃO**

Luísa Cavalett Giusti
Carlos Augusto Reinke
Marshal Becon Lauzer

Destaque em Ciências Humanas, Letras e Artes

130 **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS COM JOVENS EM TRATAMENTO ONCOLÓGICO**

Paulo Ricardo dos Santos
Débora N. F. Barbosa
Rosemari L. Martins
Maria Rosangela Bez

144 **MEDIAÇÃO DE LEITURA: UMA PROPOSTA PARA
DISCUTIR GÊNERO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E
CONSUMO COM AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Jéssica Tairâne de Moraes
Denise Arina Francisco

160 **AS BASES EPISTEMOLÓGICAS QUE APOIAM O CONCEITO
DE QUÍMICA DO ESQUEMA NA ESCOLHA CONJUGAL:
UMA DISCUSSÃO TEÓRICA**

Marcela Bohn
Marcus Leví Lopes Barbosa

Destaque em Ciências Sociais Aplicadas

173 **GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO RECURSO ESTRATÉGICO
EM EMPRESAS DO VALE DO RIO DOS SINOS/RS**

Kelvin da Silva Penedo
Vânia Gisele Bessi
Iracir Abreu
Marta Rosecler Bez

187 **GRAU DE ADERÊNCIA À NORMA CONTÁBIL IFRS 7 E AOS
PRINCÍPIOS DO COMITÊ DE BASILEIA: UM ESTUDO COM EN-
FOQUE NO RISCO DE LIQUIDEZ DOS BANCOS BRASILEIROS**

Monique Heck Brill
Aline Nast Lima de Lemos

204 **ANÁLISE REFLEXIVA DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZA-
ÇÃO DAS EMPRESAS DE NEGÓCIOS DIGITAIS**

Mateus Feld
Dusan Schreiber

223 **PROCESSO E MÉTODO: DO RACIONALISMO
CARTESIANO À RUPTURA LINGUÍSTICO-EXISTENCIAL
E HERMENÊUTICO-FILOSÓFICA**

Igor Raatz
William Galle Dietrich

239 **REDUÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA ATRAVÉS DA
MELHORIA DO PROCESSO DE GESTÃO DE ESTOQUES
EM UMA EMPRESA CALÇADISTA**

Cristieli Warken
Ariel Peixoto Possebon

256 **UM RELATO DA PRÁTICA PROFISSIONAL DE
RECURSOS HUMANOS: A ANÁLISE DA AVALIAÇÃO DE
DESEMPENHO NA METALÚRGICA EXATADEZ LTDA**

Iracir de Abreu
André Luciano Viana

273 **CRIANÇAS QUEER E A REPRESENTAÇÃO NA MÍDIA BRASILEIRA**

Tiago Fioravante
Saraí Schmidt

286

**A CRIANÇA ENSINA E APRENDE: A CULTURA DO
SUCESSO NO YOUTUBERS MIRINS**

Álissom Roberto Brum

Sarai Patrícia Schmidt

299

**FERNANDÃO SEGUNDO ZERO HORA: A CONSTRUÇÃO
DE UM ÍDOLO E A ASSOCIAÇÃO À IMAGEM DO
SPORT CLUB INTERNACIONAL**

Jóice Fernanda Balparda

Adriana Stürmer

316

**TURISMO RELIGIOSO: UM NOVO OLHAR PARA AS
POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO
DE IVOTI – RS**

Luís Donato Dilly

Rosi Souza Fritz

INFLUÊNCIA DO EFEITO DE BORDA NA COMUNIDADE DE SAMAMBAIAS E LICÓFITAS EM FLORESTA COM ARAUCÁRIA DE DIFERENTES MATRIZES

Destaque em Ciências da Saúde

Ciências Biológicas

Vanessa Graeff¹

Ivanete Teresinha Mallmann²

Vinícius Leão da Silva³

Klaus Volker Mehltreter⁴

Jairo Lizandro Schmitt⁵

*¹Acadêmica do curso de Ciências Biológicas, bolsista FAPERGS, Universidade Feevale.
E-mail: graeffvanessa@hotmail.com.*

*²Mestre em Qualidade Ambiental, doutoranda em Qualidade Ambiental, bolsista CAPES,
Universidade Feevale. E-mail: ivamallmann@terra.com.br.*

*³Mestre em Qualidade Ambiental, doutorando em Qualidade Ambiental, bolsista CAPES,
Universidade Feevale. E-mail: vinicius.leao@bol.com.br.*

*⁴Curso de Pós-Graduação em Ciências, Professor titular, El Instituto de Ecologia – INECOL.
E-mail: kmehltreter@gmail.com.*

*⁵Curso de Ciências Biológicas e Programa de Pós-Graduação em Qualidade Ambiental,
Professor titular, Universidade Feevale. E-mail: jairols@feevale.br.*

RESUMO

O efeito de borda resulta da fragmentação florestal, decorrente da antropização ou de fatores naturais, influenciando a biodiversidade. Objetivou-se comparar a riqueza e a composição florística de samambaias e licófitas entre borda e interior florestal em três sítios, com diferentes matrizes (campo natural, monocultura de *Pinus taeda* L. e campo agrícola), nos Campos de Cima da Serra, em São Francisco de Paula e Cambará do Sul/RS. Doze parcelas foram selecionadas na borda e no interior de cada sítio, totalizando 72 unidades amostrais. O inventário florístico do sítio campo natural resultou em 11 espécies na borda e 28 no interior. Destas, 26% (oito espécies) foram compartilhadas nos dois ambientes. No sítio de *Pinus taeda*, registrou-se 14 espécies na borda e 16 no interior, e no de campo agrícola, a riqueza foi equitativa, com 14 espécies, em ambos ambientes, compartilhando 10 espécies. A Análise de Coordenadas Principais (PCoA) indicou maior heterogeneidade florística no sítio campo natural. Nos sítios monocultura de *Pinus taeda* e campo agrícola, a composição foi mais homogênea, demonstrando um efeito de borda mais pronunciado em fragmentos inseridos em matrizes cultivadas.

Palavras-chave: Composição e riqueza. Floresta Ombrófila Mista. Florística. Fragmentação. Mudança ambiental.

1 INTRODUÇÃO

A fragmentação das florestas é a causa mais comum da perda de biodiversidade e pode resultar na extinção local de espécies (BIERREGAARD *et al.*, 1992; TURNER, 1996; TABARELLI *et al.*, 1999). Ela é o processo pelo qual uma área contínua é tanto reduzida em suas dimensões, quanto dividida em frações (SHAFER, 1990). A redução das áreas florestais reduz a heterogeneidade interna dos habitats e de seus recursos, enquanto aumenta a área exposta aos efeitos de borda (MURCIA, 1995; METZGER, 1999; FAHRIG 2003; RIBEIRO *et al.*, 2009).

O efeito de borda é o resultado da interação entre ecossistemas adjacentes, no qual o microambiente de uma borda é diferente daquele do seu respectivo interior florestal. Os efeitos mais aparentes estão relacionados às variáveis microclimáticas que podem ser diferentes entre borda e interior, e, neste sentido, afetam a biota envolvida (MURCIA, 1995).

Algumas decorrências desses efeitos estão associadas ao aumento da penetração de luz (MURCIA, 1995) e maior intensidade dos ventos (LAURANCE *et al.*, 1998). Estas alterações podem aumentar a temperatura no ambiente (NICHOL, 1994) e, conseqüentemente, diminuir a umidade do solo e do ar (KAPOS, 1989), o que favoreceria o estresse hídrico (ESSEEN; RENHORN, 1998).

A matriz de entorno é um fator decisivo na dinâmica entre interior e borda, visto que, comunidades vegetais em diferentes bordas florestais, nem sempre respondem da mesma maneira. Por isso, é indispensável considerar a composição dessas matrizes adjacentes (MESQUITA *et al.*, 1999).

A Floresta Atlântica é composta por um conjunto de variáveis climáticas e geográficas, o que eleva seus padrões de endemismo e riqueza (SAFFORD, 2007). Essas circunstâncias, associadas à devastação decorrida no passado, a incorporaram no cenário mundial como um dos 34 *hotspots* de biodiversidade prioritários para conservação (CONSERVATION INTERNATIONAL, 2000).

Dentre as fitofisionomias da Floresta Atlântica, destaca-se uma formação, cuja espécie predominante é a *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze, denominada de Floresta Ombrófila Mista, num mosaico campestre natural. Essa floresta é um tipo de vegetação com ocorrência praticamente restrita à região sul e sudeste do Brasil. Extremamente fragmentada, sua área de distribuição está condicionada a menos de 5% da sua superfície original (CONSERVATION INTERNATIONAL, 2000).

As samambaias e licófitas se caracterizam pela reprodução por esporos e por possuírem feixes vasculares (TRYON; TRYON, 1982). São plantas sensíveis às alterações microclimáticas que ocorrem nas bordas florestais (ZUQUIM *et al.*, 2008) e são frequentemente associadas a ambientes úmidos e sombreados, como o interior florestal. Essa característica as torna sensíveis às variações microclimáticas provenientes de perturbações ambientais como, por exemplo, o aumento de áreas de borda (PACIENCIA; PRADO, 2004; SILVA *et al.*, 2011; PEREIRA *et al.*, 2014; SILVA; SCHMITT, 2015).

No Brasil, a Floresta Atlântica é o centro de endemismo das plantas vasculares sem sementes, das quais 36% (460 espécies) são endêmicas deste ambiente,

ocorrendo em alta diversidade em suas florestas (PRADO *et al.*, 2015). São descritas 1.313 espécies de samambaias e licófitas para o país, distribuídas, principalmente, nas regiões sul e sudeste, sendo que para o estado do Rio Grande do Sul são listadas 376 espécies (PRADO; SYLVESTRE, 2016; PRADO *et al.*, 2015).

O objetivo deste trabalho foi comparar a riqueza e a composição florística de samambaias e licófitas entre borda e interior florestal em três sítios, com diferentes matrizes de entorno, sendo estas: campo natural, monocultura de *Pinus taeda* L. e campo agrícola.

2 MATERIAL E MÉTODO

2.1 ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi desenvolvido na região dos Campos de Cima da Serra (RAMBO, 1956), inserida na unidade fitogeográfica de Floresta Ombrófila Mista, onde o elemento principal na composição fitofisionômica é a *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze. O clima da região é classificado segundo Köppen (PEEL; FINLAYSON; MCMAHON, 2007) como Cfb, isto é, temperado úmido (C), com chuvas distribuídas em todos os meses do ano (F) e com temperatura média do mês mais quente inferior a 22°C (B).

Foram escolhidos três fragmentos florestais (sítios), com diferentes matrizes de entorno (campo agrícola, monocultura de *Pinus taeda* L. e campo natural).

Os sítios de estudo com as matrizes de entorno de campo agrícola (29°28'44.79"S e 50°20'59.66"O, 929m de altitude) e monocultura de *Pinus tae-*

da L. (29°28'46.43"S e 50°21'26.42"O, 905m de altitude) estão localizados em São Francisco de Paula/RS. Já o sítio inserido em matriz de campo natural, está localizado no Parque Nacional dos Aparados da Serra (29°0,7'58.2"S e 50°0,6'39.2"O, 1020m de altitude) em Cambará do Sul/RS.

2.2 DEMARCAÇÃO DAS UNIDADES AMOSTRAIS

Em cada sítio, foi traçado um transecto onde foram alocados 50 pontos afastados 10 metros entre si, dos quais foram sorteados 12. Em cada ponto sorteado, foi demarcada uma parcela de 10x10m distante cinco metros da borda do fragmento florestal. Paralelamente, a cada parcela de borda, foi alocada, a uma distância de 100m, outra unidade amostral de mesmo tamanho no interior do fragmento. Desta forma, foram analisadas 12 parcelas na borda e 12 no interior, em cada sítio.

2.3 INVENTÁRIO FLORÍSTICO E IDENTIFICAÇÃO TAXONÔMICA

Durante o ano de 2015, foram realizadas visitas *in situ* para a coleta de material botânico. Em cada parcela, foram inventariadas as espécies de samambaias e licófitas terrícolas. O procedimento de coleta adotado seguiu as técnicas propostas por Windisch (1992). Para as identificações taxonômicas, foram utilizadas referências bibliográficas especializadas, comparação com material já herborizado e consultas a especialistas. As famílias botânicas foram organizadas de acordo com o sistema descrito por Schuettpelz *et al.* (2016).

2.4 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Os dados de presença e ausência das espécies nas parcelas foram submetidos à Análise de Coordenadas Principais (PCoA), para representar as diferenças florísticas em diagramas, conduzidas no software Paleontological Statistics (PAST) (HAMMER *et al.*, 2001).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 INVENTÁRIO FLORÍSTICO

No sítio campo natural, a riqueza total, considerando borda e interior, foi de 31 espécies, sendo 30 samambaias e uma licófitas, distribuídas em 21 gêneros e 13 famílias. Os gêneros mais diversos foram *Asplenium*, *Pecluma* e *Amauropelta* com três espécies cada. Nas parcelas de borda, foram inventariadas 11 espécies (Figura 1), distribuídas em nove gêneros e seis famílias. No interior, registraram-se 28 espécies (Figura 1) alocadas em 21 gêneros e 13 famílias. Destas, 26% (oito espécies) foram compartilhadas nos dois ambientes. Polypodiaceae foi a família mais rica no interior (sete espécies) e Blechnaceae na borda (três espécies).

No sítio de monocultura de *Pinus taeda* L., a riqueza total, considerando borda e interior, foi de 20 espécies (19 samambaias e uma licófitas), distribuídas em 14 gêneros e 10 famílias. Os gêneros mais diversos foram *Asplenium* (quatro espécies) e *Amauropelta* (três espécies). Na borda foram inventariadas 14 espécies (Figura 1) e 11 gêneros, e, no interior do fragmento, registraram-se 16 espécies (Figura 1) e 12 gêneros, sendo 10 compartilhadas nos dois ambientes. Em ambos os

ambientes, a riqueza se distribuiu equitativamente em 10 famílias. Aspleniaceae foi a mais rica na borda (quatro espécies) e no interior, Dryopteridaceae, Aspleniaceae e Thelypteridaceae registraram mais espécies (três cada).

Já no sítio campo agrícola, a riqueza total, considerando ambos ambientes foi de 19 espécies, das quais duas foram licófitas, distribuídas em 15 gêneros e 13 famílias. Os gêneros mais ricos foram *Asplenium*, *Amauropelta* e *Pecluma*, com duas espécies cada. Tanto no interior, quanto na borda florestal, a riqueza de espécies se distribuiu equitativamente em 14 espécies (Figura 1), sendo também 10 espécies compartilhadas entre estes. Na borda, registraram-se 12 gêneros e 11 famílias, e no interior, a riqueza distribuiu-se em 13 gêneros e 12 famílias. Tanto na borda, quanto no interior, Dryopteridaceae foi a mais rica, com três espécies em cada ambiente.

A maior riqueza de espécies no interior florestal, especialmente no sítio campo natural, também foi observada por Nervo (2012), Silva *et al.* (2011), Paciencia; Prado (2004) e Silva; Schmitt (2015) em seus estudos de efeito de borda sob influência de diferentes matrizes de entorno. O maior desenvolvimento de samambaias no interior florestal é favorecido pela maior umidade do solo, associada a uma menor camada de serapilheira e dossel mais fechado (SILVA; SCHMITT, 2015). Esses fatores favorecem a colonização dos gametófitos de samambaias e licófitas que são pequenos e efêmeros, planos e verdes, crescem, na sua maioria, em substratos acima do solo e não diretamente nele, para facilitar a captação de luminosidade (SHARPE; MEHLTRETER, 2010).

3.2 ANÁLISE DE COORDENADAS PRINCIPAIS (PCOA)

A análise de similaridade florística foi verificada a partir da PcoA (Figura 2) e indicou heterogeneidade florística no sítio campo natural, enquanto que nos sítios monocultura de *Pinus taeda* e campo agrícola, a composição florística foi mais homogênea.

Os resultados demonstraram que o efeito de borda foi diferente nos locais estudados. A maior riqueza no interior florestal do sítio campo natural (aproximadamente 100% superior a dos demais ambientes de interior) e a heterogeneida-

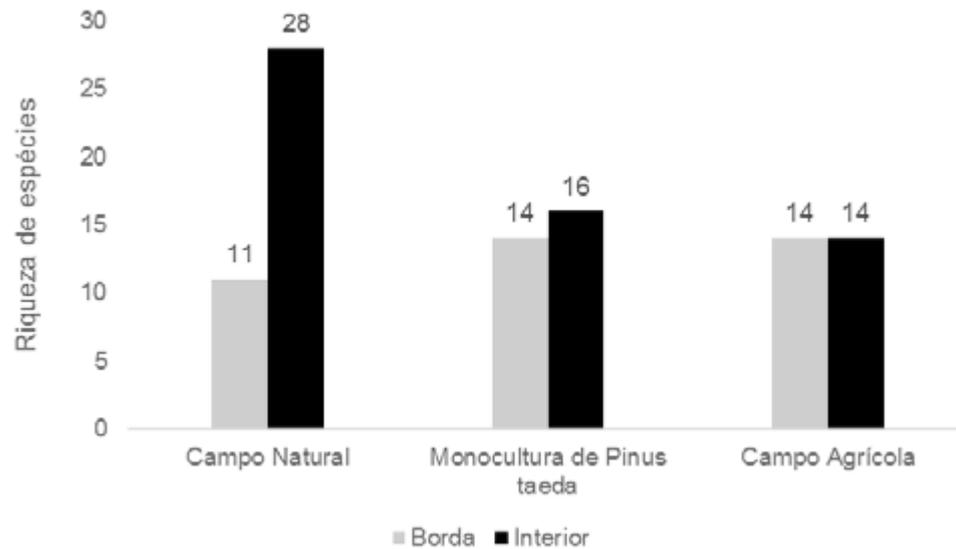


Figura 1 - Riqueza de espécies nos sítios amostrados
Fonte: elaborado pelo autor

de florística entre suas parcelas indica que o efeito de borda ocorre também em matrizes naturais, porém, em menor intensidade. Mesquita *et al.* (1999) relataram que as florestas cercadas por pastagens agrícolas possuem taxas de mortalidade de árvores mais altas do que aquelas cercadas por floresta secundárias nativas de

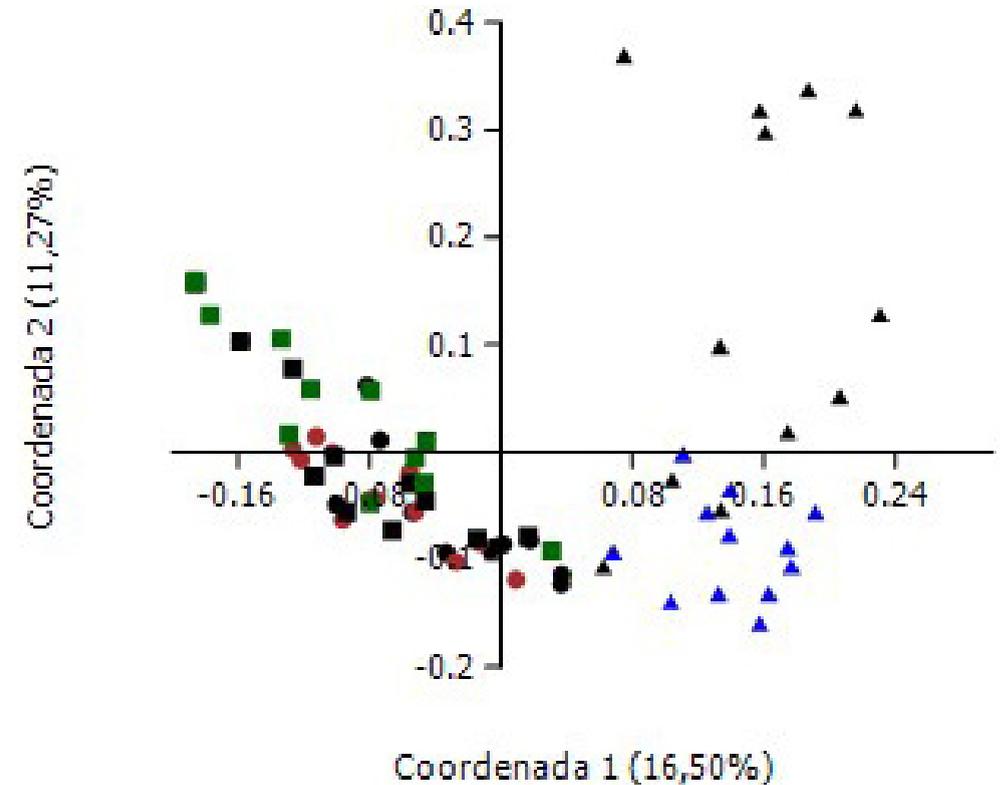


Figura 2 - Análise de Coordenadas Principais (PCoA) dos sítios amostrados
Fonte: elaborado pelo autor

Cecropia e *Vismia*, demonstrando que os efeitos de borda podem ser amortecidos por matriz de entorno nativas.

Nas parcelas de borda e interior dos sítios de monocultura de *Pinus taeda* e campo agrícola, a PCoA indicou maior similaridade florística, decorrente do compartilhamento de 10 espécies nos respectivos ambientes. Além disso, a riqueza aproximada, entre borda e interior de ambos os locais, evidencia que o efeito de borda sobre samambaias é mais intenso em sítios inseridos em matrizes agrícolas ou sob influência de monoculturas, corroborando com os resultados obtidos de Silva; Schmitt (2015). Brummitt *et al.* (2016) afirmam que esses dois elementos somados impactam cerca 80% das samambaias consideradas ameaçadas de extinção.

Nestes sítios, com influência de monocultura e espécies olerícolas, o efeito de borda torna o ambiente mais homogêneo em direção ao interior florestal, devido ao compartilhamento de um elevado número de espécies. Isso provavelmente ocorre em decorrência da utilização de pesticidas nas plantações do entorno, que pela ação dos ventos, são levados ao interior florestal, podendo contribuir no decréscimo de espécies, além de favorecer as mais tolerantes e eliminando as espécies mais sensíveis. Droste; Cassanego; Windisch (2010) concluíram que há efeitos deletérios, causados pela ação de herbicidas sobre a germinação de megásporos e desenvolvimento esporofítico inicial de *Regnellidium diphyllum* Lindm prejudicando o desenvolvimento desta samambaia.

Ainda de acordo com Pereira *et al.* (2014), a substituição das espécies sensíveis, típicas do interior florestal, por espécies tolerantes e resistentes da borda

florestal, resultam no empobrecimento e na descaracterização da flora nativa local, além de causar a homogeneização desses ambientes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos indicam que ambientes naturais, mesmo com matrizes não florestais, garantem maior riqueza de espécies e diversidade no seu respectivo interior florestal. Fragmentos florestais inseridos em matrizes de cultivo apresentam um efeito de borda mais pronunciado e seus impactos sob a flora de samambaias e licófitas chegam a maiores profundidades. Dessa maneira, essas plantas podem ser consideradas organismos sensíveis às mudanças ambientais decorrentes do efeito de borda e da fragmentação florestal.

Desta maneira, faz-se necessário atenuar os efeitos de borda, principalmente em fragmentos florestais inseridos em áreas de cultivo. Preservar e proteger áreas maiores diminui a intensidade do efeito de borda, pois, reduzindo a área exposta à borda, diminui-se a superfície exposta aos efeitos da mesma. Além disso, evitar que áreas naturais sejam fragmentadas e/ou reconectá-las por meio de corredores ecológicos, é indispensável para manter qualquer ecossistema e, conseqüentemente, reduzir os efeitos da fragmentação e da borda sobre este.

REFERÊNCIAS

BIERREGAARD, Richard O. *et al.* The Biological Dynamics of Tropical Rainforest Fragments: A prospective comparison of fragments and continuous forest. **BioScience**, v. 42, p. 859-866, 1992.

BRUMMITT, Neil *et al.* Where are threatened ferns found? Global conservation priorities for pteridophytes. **Journal of Systematics and Evolution**, v. 54, p. 604-616, 2016.

CASSANEGO, Mara B. B.; DROSTE, Annette; WINDISCH, Paulo G. Effects of 2,4-D on the germination of megaspores and initial development of *Regnellidium diphyllum* Lindman (Monilophyta, Marsileaceae). **Brazilian Journal of Biology**, v. 2, n. 70, p. 361-366, 2010.

CONSERVATION INTERNATIONAL. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Floresta Atlântica e Campos Sulinos**. Fundação SOS Mata Atlântica, Fundação Biodiversitas, Instituto de Pesquisas Ecológicas, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo & Instituto de Florestas-MG. MMA/SBF, Brasília, 41p., 2000.

ESSEEN, Per-Anders; RENHORN, Karl-Erik. Edge effects on an epiphytic lichen in fragmented forests. **Conservation Biology**, v. 12, p. 1307-1317, 1998.

FAHRIG, Lenore. Effects of habitat fragmentation on biodiversity. **Annual Review of Ecology, Evolution, and Systematics**, v. 34, p. 487-515, 2003.

HAMMER, Øyvind. *et al.*, Paleontological Statistics package for education and data analysis. **Paleontologia Electronica**. v. 4, p. 01-09, 2001.

KAPOS, Valerie. Effects of isolation on the water status of forest patches in the Brazilian Amazon. **Journal of Tropical Ecology**, v. 5., p. 173-185, 1989.

LAURANCE, William F. *et al.* Effects of forest fragmentation on recruitment patterns in Amazonian tree communities. **Conservation Biology**, v. 12, p. 460-464, 1998.

MESQUITA, Rita; DELAMONICA, Patricia; LAURANCE, William. F. Effects of surrounding vegetation on edge-related tree mortality in Amazonian forest fragments. **Biology Con-**

servation, v. 91 p. 129-134, 1999.

METZGER, Jean P. Estrutura da paisagem e fragmentação: análise bibliográfica. **Anais... Anais da Academia Brasileira de Ciências**. v. 71, p. 445-462, 1999.

MURCIA Carolina. Edge effects in fragmented forests: implications for conservation. **Trends in Ecology and Evolution**, v. 10, p. 58-62, 1995.

NERVO, Michele H. **Diagnóstico da composição florística e do efeito de borda sobre a comunidade de samambaias e licófitas em remanescente de Floresta Atlântica da Bacia do Rio dos Sinos, RS, Brasil**. 2012. Dissertação (mestrado em Qualidade Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Qualidade Ambiental, Universidade Feevale. Novo Hamburgo, 77 p., 2012.

NICHOL, Janet E. An examination of tropical rain forest microclimate using GIS modeling. **Global Ecology and Biogeography Letters**, v. 4, p. 69-78, 1994.

PACIENCIA, Mateus L. B.; PRADO, Jefferson. Efeitos de borda sobre a comunidade de pteridófitas na Mata Atlântica da região de Una, sul da Bahia, Brasil. **Revista Brasileira de Botânica**, v. 27, p. 641-653, 2004.

PEEL M. C; FINLAYSON B. L.; MCMAHON T. A. Updated world map of the Köppen-Geiger climate classification. **Hydrology and Earth System Sciences**, v. 11, p. 1633-1644, 2007.

PEREIRA, Anna F. de N. *et al.* Efeito de borda sobre a comunidade de samambaias em fragmento de Floresta Atlântica (Bonito, Pernambuco, Brasil). **Interciência**, v. 39, n. 4, p. 281-287, 2014.

PRADO, Jefferson *et al.* Diversity of ferns and lycophytes in Brazil. **Rodriguésia**, v. 66, p. 1073-1083, 2015.

PRADO, Jefferson; SYLVESTRE, Lana. **Samambaias e Licófitas in Lista de Espécies da Flora do Brasil. Jardim Botânico do Rio de Janeiro**, 2016. Disponível em: <<http://flora-dobrasil.jbrj.gov.br/jabot/listaBrasil/ConsultaPublicaUC/ConsultaPublicaC>>. Acesso em: 27 set. 2016.

RAMBO, Balduino. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Selbach, Porto Alegre. 1956, 456 p.

RIBEIRO, Milton C. *et al.* The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. **Biological Conservation**, v. 142, p. 1141-1153, 2009.

SAFFORD, Hugh. D. Brazilian Páramos IV. Phytogeography of the campos de altitude. **Journal of Biogeography**, v. 34, p. 1701-1722, 2007.

SCHUETTPELZ, Eric. *et al.* A community-derived classification for extant lycophytes and ferns. **Journal of Systematics and Evolution**, v. 54, p. 563-603, 2016.

SHAFER, C. L. Islands Theory and Conservation Practice. Smithsonian Institution Press, Washington, D.C. **Nature Reserves**, 1990, 189 p.

SHARPE, Joanne M.; MEHLTRETER, Klaus. Ecological insights from fern population dynamics. In: MEHLTRETER Klaus, WALKER, Lawrence R.; SHARPE Joanne, M. (Org.). **Fern Ecology**. Cambridge, Cambridge University Press, p. 61-110, 2010.

SILVA, Ivo A. A., PEREIRA, Anna F. de N., BARROS, Iva C. L. Edge effects on fern community in an Atlantic Forest remnant of Rio Formoso, PE, Brazil. **Brazilian Journal of Biology**, v. 71, p. 421-430, 2011.

SILVA, Vinícius L. da; SCHMITT, Jairo L. The effects of fragmentation on Araucaria Forest: analysis of the fern and lycophyte communities at sites subject to different edge conditions. **Acta Botânica Brasílica**, v. 29, p. 223-230, 2015.

TABARELLI, Marcelo; MANTOVANI, Waldir; PERES, Carlos A. Effects of habitat fragmentation on plant guild structure in the montane Atlantic forest of southeastern Brazil. **Biological Conservation**, v. 91, p. 119-127, 1999.

TRYON, Rolla. M.; TRYON, Alice. F. **Ferns and allied plants with special reference to tropical America**, Springer Verlag, New York, 1982.

TURNER, I. M. Species loss in fragments of tropical rain forest: a review of the evidence. **Journal of Applied Ecology**, v. 33, p. 200-209, 1996.

WINDISCH, Paulo. G. **Pteridófitas da região norte-ocidental do Estado de São Paulo: Guia para estudo e excursões**, 2. ed. São José do Rio Preto: UNESP, 1992, 110 p.

ZUQUIM, Gabriela. *et al.* **Guia de identificação das samambaias e licófitas da REBIO Uatumã, Amazônia Central**. Manaus: Áttema Design Editorial, 2008, 321 p.

NARRATIVAS SOBRE A INSERÇÃO DO PROFESSOR HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: SEXUALIDADES DESVIANTES, HETERO-NORMATIVIDADE E MASCULINIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Destaque em Ciências da Saúde

Educação Física

Richard Simon Ávila¹

André Luiz dos Santos Silva²

¹ Graduado em Educação Física pela Universidade Feevale. E-mail: richardavila@feevale.br.

² Graduado em Educação Física pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física e Pedagogia na Universidade Feevale. Docente dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física no Centro Universitário Metodista do Sul - IPA. E-mail: andrels@feevale.br.

RESUMO

O presente estudo objetivou analisar os atravessamentos de gênero no processo de inserção de professores homens na educação infantil. Para isso, realizaram-se entrevistas abertas, caracterizando esta pesquisa como qualitativa do tipo história oral – Montenegro (2001); Alberti (2005); Molina Neto (2004) –, uma vez que as entrevistas proporcionaram o resgate de memórias e a reconstrução de fatos vividos, sobretudo acerca da inserção dos professores entrevistados na educação infantil. O procedimento técnico utilizado na pesquisa trouxe uma historiografia que analisou as situações de “estranhamento” na inserção desses professores homens nesse contexto. A análise das entrevistas permitiu perceber que as respostas não possibilitaram deter o olhar somente aos sujeitos do estudo. Entender a “heteronormatividade” presente no currículo, bem como pensar sobre a masculinização da educação infantil, na figura do homem como “pai”, “paternal”, fez com que novas inquietações surgissem. Os discursos de respeito às diferenças, de formação cidadã e de modelo a ser seguido foram denotados nas entrevistas realizadas. A discussão sobre sexualidade andou paralela à discussão de gênero, imbricando representações e “tumultos conceituais”, emergentes da construção social e cultural de cada pessoa envolvida. Cada professor entrevistado teve, e ainda tem, uma história construída, concebida e alicerçada em suas vivências. O que pareceu evidente nas entrevistas foi a busca de uma justificativa para o homem ocupar um lugar na educação infantil. Por ora, ela permeava uma função de autoridade, de exemplo, de força e soberania; outras vezes, versava sobre paternalismo, cuidado e masculinização da própria Educação Física. O medo constante das famílias atinente à “sexualidade desviante”, inquietando professores e equipes diretivas, numa representação de homem instintivo, selvagem, que age por impulso e não domina seus desejos, incitou mais “estranhamentos” do que o esperado. O banheiro, as trocas de fraldas, o professor sozinho com as crianças, a preocupação com as meninas e a resistência parecem ter tomado a discussão no sentido de representar um homem “estranho”, sem considerar seu conhecimento científico, sua personalidade, suas escolhas. Proporcionou, ainda, identificar o quanto a figura masculina permanece estigmatizada nesse ambiente “maternal”. Essa necessidade do pai, na figura do professor, numa metáfora de família, representando heteronormativamente padrões sociais e culturais esperados, coloca um alerta sobre a necessidade do professor homem na educação infantil, mas principalmente sobre o papel que a sociedade espera que ele exerça nesse contexto.

Palavras-chave: Educação Física. Educação Infantil. Relações de gênero. Professor. Homem.

1 INTRODUÇÃO

A relevância de se compreender como acontecem os atravessamentos de gênero no processo de inserção de professores homens na educação infantil, um ambiente histórico-sócio-culturalmente concebido como feminino, foi e continua sendo estímulo a esta pesquisa. Porém, o intuito nunca foi de colocar os homens em situação de vulnerabilidade, nem de subjugar a importância das mulheres e de suas conquistas nos espaços de trabalho e na sociedade. Sua gênese se deu na situação em que transitamos, um espaço onde há, soberanamente, professoras mulheres, exceto eu, professor homem de Educação Física. Essa situação conferiu-nos uma ressignificação no olhar do espaço da Educação Física na educação infantil e na figura do professor homem nesse ambiente, detectando “estranhamentos” nos olhares de pais e “insegurança” sob o olhar da equipe diretiva, num sopro de dúvida quanto à qualidade da atenção em relação às pequenas crianças.

A proposta foi a de investigar como se estabelecem as relações de gênero quando as aulas de Educação Física são ministradas por professores homens, com o objetivo de analisar os atravessamentos de gênero no processo de inserção desses docentes na educação infantil. Busca ainda, analisar como são concebidas essas relações por parte das professoras e da equipe diretiva das escolas, as percepções das famílias em relação à presença de um professor homem na educação de seus filhos e filhas, e como funcionárias e funcionários da escola se manifestam em relação à presença de professores homens, através de um resgate de memórias das pessoas entrevistadas. Para tal, foram realizadas entrevistas se-

miestruturadas, com dois professores homens e duas diretoras mulheres de escolas privadas da cidade de Novo Hamburgo – RS – Brasil. Fomentados pela história oral, trabalhando com as memórias das pessoas entrevistadas, buscamos dar voz aos envolvidos, reconstruindo memórias. Consultamos também a literatura existente, Amado e Bruschini (1988), Carvalho, (1998), Rosemberg (2001), Silva (2003), além de Louro, (1994 e 2008), Altmann e Souza(1999), Ayoub, (2001), Finco, (2003), Louro, Neckel e Goellner, (2003), Meyer (2003 e 2004) e Werle (2005), fim de alinhar as discussões e contextualizar o conceito de gênero e suas relações.

Ao se tratar do olhar masculino do professor atuante nesse segmento, poucas referências são encontradas para esmiuçar o tema, sobretudo no que tange aos preconceitos que a sociedade reproduz, até mesmo na escola, tratando o professor homem como um “corpo estranho” nas séries iniciais do ensino fundamental; além da questão da sexualidade, muito atrelada ao tema (RABELO, 2013).

Meyer (2004) afirma que nada é natural, não estando dado de antemão, e que toda verdade é passiva de questionamentos construídos em disputas travadas em diversos âmbitos sociais e culturais, mesmo que sejam verdades científicas, pois estas também são provisórias e parciais. E enfatiza essa ideia, afirmando que operar com o conceito de gênero supõe que se assuma que diferenças entre homens e mulheres são concepções sociais, culturais, e discursivamente construídas. Portanto, não determinadas biologicamente. Por que, então, a escola se comporta dessa forma? Por que ainda vemos poucos homens na educação infantil? Quais serão os seus papéis? Como se manifestam essas relações?

A sociedade contemporânea culturalmente “liga” os conceitos de gênero e sexualidade, o que para os estudiosos de gênero é algo a se desconstruir ou, no mínimo, repensar. Conforme Louro (1994), gênero é algo construído socialmente e historicamente entre sujeitos femininos e masculinos, sendo que existem diferentes formas de se construir gênero dentro de uma mesma sociedade, seguindo modelos, ideais, imagens que se têm das diferentes classes, raças, religiões e outros. Lembra, também, que essas construções acontecem ainda em diferentes contextos históricos e que assim o feminino e o masculino se transformam histórica e socialmente. A autora aponta que existem na sociedade “jeitos de ser masculino e feminino” moldados por comportamentos, falas, gestos, costumes, posturas físicas, atividades ou funções que, socialmente, são entendidas como “naturais”, ou adequadas para mulheres e homens. Afirma, ainda, que a tendência geral é de que se percebam essas diferenças como uma extensão da natureza de cada sexo, estereotipando o homem com fala forte, maior dedicação às tarefas que exigem força, com sentimentos internalizados, enquanto a mulher caracteriza-se por meiguice, discrição no falar, delicadeza, graça e subordinação. Louro (2008) ressalta que “gênero e sexualidade são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, de modo explícito ou dissimulado, num processo sempre inacabado” (LOURO, 2008).

Nesse mesmo contexto, a autora ainda retrata que muitos estudiosos atribuem às características biológicas, ou seja, sexuais, os “tradicionais arranjos so-

ciais” de gênero, em que a maioria das funções públicas, de administração ou da própria política, sejam de encargo dos homens, restando às mulheres as atividades chamadas privadas, de cuidado e educação das crianças, serviços domésticos e o cuidado da família. Coloca ainda que tais relações cerceiam o trabalho da mulher, como se essa supremacia social masculina e a subordinação feminina se explicassem como algo inevitável, ou, segundo alguns autores, preferível (LOURO, 2008).

Não obstante, compreendemos que gênero e sexualidade têm conceitos distintos, sobretudo porque homens e mulheres ocupam espaços sociais que não definem sua sexualidade, o que significa que nada se pode dizer sobre a sexualidade de um determinado sujeito abarcando somente sua condição social, sua escolha profissional, seus hábitos e costumes, suas formas de ser masculino ou feminino.

A escola e a Educação, de maneira geral, engendram-se dentro de uma sociedade, tornando-se parte importante dela, uma vez que a influenciam decisivamente. As aulas de Educação Física são uma grande possibilidade de se observar com mais clareza as diferenças de gênero. Sob esse viés, Louro (1994) afirma:

[...] estou acenando para uma leitura mais ampliada da educação dos sujeitos, ou seja, suponho que também interessa ao estudioso da educação processos que se dão fora da escola, para além dela, mas que de algum modo ou de outro acabam por atravessá-la (LOURO, 1994, p. 43).

É importante salientar o papel da escola e, conseqüentemente, da educação, uma vez que as aprendizagens construídas na vertente escolar refletem “a” e “na”

sociedade como um todo. Ao mesmo tempo, sabe-se que a cultura permite diversas formas “ensaiadas/ensinadas” de se conceber e construir gênero (LOURO, 2008).

Outra importante autora versa sobre as questões de gênero e sexualidade e indaga “onde estão as certezas de antigamente, que definiam o verdadeiro do falso”? E segue, “onde se encontra a evidência da identidade sexual, do sexo biológico demarcador do feminino e do masculino como uma divisão social”? Continua dizendo que “em uma formação social, assim, nada é dotado do selo da verdade, do legítimo, do universal, nada é um dado natural e inquestionável e a ciência crítica de seus próprios instrumentos conceituais o afirma hoje em todos os domínios” (SWAIN, 2012).

Assim, a escola tem participação em boa parte dessas construções, entre elas, a de gênero, reproduzindo, de certa forma, os conceitos e preconceitos sociais e, ao mesmo tempo, as formas e jeitos de se ser masculino ou feminino. A figura do professor homem na educação infantil, então, torna-se “desviante” diante das normas da sociedade vigente, como já relatado anteriormente, concebida como uma sociedade que naturaliza a ideia de cuidado somente à mulher e não ao homem.

2 APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Entender o lugar que o homem ocupa na educação infantil presume, antes, entender como esse espaço se concebeu histórico-sócio-culturalmente como feminino. Para isso, recorro a Rosemberg (1999), que relata sobre a expansão da

educação infantil brasileira, iniciada na década de 80, apoiando-se na igualdade de oportunidades para crianças das classes populares no ensino fundamental, baseando-se na ideologia de que as aptidões femininas naturais da mulher são mais bem aceitas para o exercício da função docente.

As primeiras vagas para o sexo feminino no chamado magistério primário, já que não era tolerada a coeducação, e tutores deveriam ser do mesmo sexo de seus alunos, surgiram da abertura de um espaço para a profissionalização feminina, ao mesmo tempo em que se instruía a mulher conforme os moldes desejados. Sabe-se, também, que o currículo das meninas dava mais ênfase à agulha e ao bordado do que à instrução propriamente dita. Porém, a acessibilidade ao ensino não foi tão universal assim, restringindo-se às mulheres da elite social, além da qualidade questionável do ensino destinado a elas. O magistério é visto, então, como uma profissão sem muitas vantagens, cuja ideologia da vocação, do amor e da dedicação tem justamente a função de encobrir as reais condições concretas em que se dão as relações de trabalho nesse meio, ainda que “adotar” atitudes de carinho, amor e atenção pareça um recurso para compensar deficiências dos alunos, das escolas, da própria formação pedagógica (AMADO; BRUSCHINI, 1988).

Versando sobre a gênese da feminização da educação, Werle (2005) retrata o magistério no final do século XIX como um local onde há a feminização da profissão de professor no Brasil, relacionando isso ao desprestígio do magistério, a sua baixa remuneração e qualificação e ao fato de que acolhia moças originárias das camadas sociais menos favorecidas da população (WERLE, 2005).

2.1 PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DO RECEIO DAS SEXUALIDADES DESVIANTES ÀS INTENÇÕES DE UMA PEDAGOGIA HETERONORMATIVA

A presença de um professor homem na educação infantil pode gerar, e gera, uma série de estranhamentos. A começar pelo cunho histórico, já mencionado. Outra questão, não menos preocupante, remete à concepção cultural de homem selvagem, instintivo, que não domina seus desejos e anseios, construída na e pela sociedade. Nos contextos investigados, foi possível perceber a preocupação dos responsáveis acerca da orientação sexual dos professores homens, e o quanto isso influencia nas percepções, nas relações, no convívio e rotina dos entrevistados.

Apesar da entrevista abordar uma série de questionamentos, a conversa, muitas vezes, enveredava para o assunto sexualidade, seja pela questão dos banheiros (quem leva as crianças), pela troca de fraldas ou pela própria orientação sexual dos professores. Havia sempre o relato da preocupação dos pais, da equipe diretiva e das professoras também, curiosos em saber se o professor homem ali presente, na educação infantil, era gay ou não. Perguntadas (os) sobre o motivo disso, no sentido da percepção dada ao “ser homossexual”, apareceram relatos mais preocupantes. Falas como, “na visão dos pais, os gays não seguem uma linha tênue na sexualidade” (professor 2), ou “os pais acham que os gays querem sexo com qualquer objeto, até mesmo com uma criança” (professor 2), inquietaram e geraram desconforto. Desse modo, o resultado das entrevistas mostra que, de certa maneira, a percepção cultural e social em relação aos “seres desviantes”

na sociedade é geralmente distorcida e pejorativa. A escola, como espaço social, em muitos casos, reproduz e reitera conceitos negativados acerca da não heterossexualidade (PETRY; MEYER, 2011). Desde sua constituição, “a escola moderna é marcada por diferenças e está implicada, também, com a produção dessas diferenças” (LOURO, 2008). Esse medo da sexualidade desviante da heterossexualidade precede as ações dos professores, reafirmando a construção cultural a ela empregada. Na fala do professor 1, fica evidente esse “medo”:

O que eu responderia para ti é o seguinte, o desconhecimento do que representa o homossexual, de como é a vida dele, como é o círculo de convívio dele, e quanto ele consegue desvincular isso da sua atuação profissional. O desconhecimento das pessoas gera o preconceito, o preconceito vem do desconhecimento. Então, acredito que por as pessoas terem, às vezes, a mente mais fechada, mais preconceituosa, elas questionariam uma pessoa (homossexual) lá (na educação infantil) (TRECHO DA ENTREVISTA COM O PROFESSOR 1).

Esse trecho da entrevista ressalta o posicionamento do profissional sobre o medo e o quanto as famílias se preocupam com a sexualidade de seus filhos e filhas, no sentido de que o professor homem ali inserido poderia ter influência sobre elas, dependendo de sua orientação sexual. Sobre esse “medo” relativo à sexualidade desviante, o professor 2 relata o momento em que uma mãe soube que ele, professor homem, havia trocado as fraldas de um aluno:

Ela fez aquela cara de estranhamento, se fechou, ela estava rindo, eu falei e ela fechou (o semblante). Ficou me olhando, eu fiquei tranquilo, segui conversando com ela, e

aí eu perguntei se o pai trocava, ela disse que não. Acho que isso causou o estranhamento. Principalmente com menino (TRECHO DA ENTREVISTA COM O PROFESSOR 2).

O relato elucida a reação de estranhamento dessa mãe que, ao mesmo tempo, se dá conta de que o pai não exercia essa função. Embora cause estranhamento, o professor relata que esta é uma prática rotineira na escola e sempre a exerce quando precisa. Em outro momento, na entrevista com a diretora 2, emerge o relato sobre a representação que as famílias dão ao assunto:

[...] as famílias vêm direto assim, uns olham torto, mas as pessoas perguntam assim, “tá, mas ele é gay?”, com cara de espanto. Aí eu falo, claro que tem que cuidar muito o que tu falas, né? Porque a minha pergunta é: e se ele for? Qual o problema? Porque aí tu já estás lidando com um outro preconceito, aí primeiro eu escuto sobre isso, mas quando eu pergunto, daí a pessoa já se defende e diz: não, não tem problema, só para sabermos assim. Ou então, alguns dizem: eu não quero que meu filho faça aula com um gay, porque vai “ficar” gay (TRECHO DA ENTREVISTA DA DIRETORA 2).

Ao rebater o questionamento da família com outra pergunta, a diretora desafia os pais a perceberem que algo errado pode estar acontecendo, nesse caso a homofobia. Nesse sentido, problematizar e estranhar formas de se lidar com crianças talvez se apresente como um passo inicial para que questões acerca de gênero sejam tratadas no âmbito escolar, a fim de que possam chegar às famílias.

Ainda sobre as inquietações relativas à presença de um professor homem na educação infantil, permeia a concepção construída cultural e historicamente

de que o homem tem a “carne fraca” e é “instintivo”. Essas inquietações ficam evidentes no relato dos professores, conforme segue:

[...] as famílias tinham um certo receio assim, no sentido de, “ah, quem é que vai levar a criança ao banheiro?”. Ele que vai ter que cuidar disso? Ele vai ver a criança assim, é ele que vai ser o responsável por levar a criança ao banheiro quando não tiver outra pessoa? As famílias tinham essa preocupação, mas com relação a escola, as professoras, foi muito tranquilo. (TRECHO DA ENTREVISTA DO PROFESSOR 1)

[...] em relação até mesmo ao preconceito que se tem, digamos em relação ao sexo, porque geralmente escutamos muita história de pedofilia, e aí os pais já ficam com um certo medo em relação à figura do homem. Isso também causa estranhamento, por exemplo, se eu colocar uma criança no colo, isso gera um estranhamento diferente de uma mulher colocar uma criança no colo. Por mais que eu dê colo no afeto, muitas pessoas podem olhar num outro ângulo (TRECHO DA ENTREVISTA DO PROFESSOR 2).

O professor 2 também relatou que, se fosse *gay*, teria mais problemas com o banheiro. Parece que o problema maior, dentro das escolas investigadas foi, e é, a família. Como se o importante fosse somente o que aquele professor pode fazer com a criança quando estiverem sozinhos, numa espécie de receio da sexualidade “desviante”. Ela aparece incutida nas falas dos professores e nas manifestações de suas colegas de trabalho:

Ah, primeiro, que eu vou dizer que eu percebo é que eu tive muito que responder inicialmente, que a diretora também perguntava, era a questão em relação a minha

sexualidade. Se eu era heterossexual ou homossexual. Na verdade, acho que questionavam a direção e a direção pedia para que eu falasse. Então, eu sempre tinha que falar “sou heterossexual”. Parecia que tirava cinquenta toneladas das costas dos pais (TRECHO DA ENTREVISTA DO PROFESSOR 2).

Nesse trecho, fica nítida a preocupação das famílias no que tange às “sexualidades desviantes”. Contudo, não se exclui dessa discussão a “metáfora de família”, que se desenha nas relações estabelecidas entre professores e professoras da educação infantil, mesmo que se discusse contrário a ela. Os papéis ocupados, muitas vezes, legitimam a concepção heteronormativa de família constituída por homem (viril), mulher (sensível) e filhos (iguais aos pais). Nas entrevistas realizadas, houve momentos em que essa metáfora apareceu como justificativa para a existência da figura masculina nesse ambiente, como afirma o professor 2:

[...] porque é importante, também, que a criança, na escola, ela não tá próxima ao pai, né, e essa figura masculina, essa figura paterna, é muito importante pra isso, ela causa um outro envolvimento de sentimento em relação a isso, que ao mesmo tempo que é de respeito, teoricamente. Ah, historicamente parece que o homem coloca mais limite pela potência da sua voz, né, e ao mesmo tempo, é o afeto que é diferente, né, um outro tipo de amor, então eu acredito que isso vai mudando aos poucos assim, por isso eu rezo para que tenha mais homens (TRECHO DA ENTREVISTA DO PROFESSOR 2).

A escolha dos professores homens para representarem os pais permite que a representação de família seja configurada e afirmada heteronormativamente,

pelas professoras mulheres, os professores homens e as crianças. De maneira geral, e pelas mais variadas razões, as professoras, na escola, tendem a se basear em teorias normativas ao se depararem com questões de gênero e sexualidade. Essas escolas ainda podem ser exemplos de ambientes onde se reitera, constantemente, aquilo que é definido como “norma central”, uma vez que aparecem em seus currículos e em suas práticas, obedecendo um padrão único. Assim, afasta-se dessa norma significaria estabelecer que o desvio se conceberia, representando uma única forma “sadia” e “normal” de sexualidade, a heterossexualidade. Os desviantes, então, tornam-se excêntricos. Nesse sentido, a heteronormatividade acaba por se “reproduzir” com mais frequência (MEYER; SOARES, 2008).

A educação infantil possui características que incluem a convivência entre educadoras e crianças durante longos períodos de tempo, nos primeiros anos de vida. Isso confere a essa experiência um lugar central no processo identitário de meninas e meninos. Assim, os meninos parecem ser vistos, desde muito cedo, como privados de situações de afeto e carinho por parte das professoras que com eles tem contato, numa espécie de “menor proteção”. A eles são permitidos comportamentos mais arriscados e ousados nas brincadeiras. Ao que parece, essas situações permanecem concebendo práticas entre as educadoras das instituições de educação infantil que se mostram ambíguas, sobretudo pelo aspecto de reflexão destas em relação às suas próprias práticas, reforçando padronizações, mas permitindo o exercício da crítica. Contudo, na prática individual, essa reflexão mais crítica parece não encontrar espaço e nem situações que favoreçam a

construção de novos signos num projeto coletivo de reflexão, em que os sujeitos possam constituir subjetividades acerca do masculino e do feminino (SILVA; LUZ, 2010).

O discurso empregado no sentido da justificativa do homem nesse espaço remete a padrões “heteronormativos”, que se reproduzem nas práticas pedagógicas em que o professor homem é visto como o “papaizinho” ou como uma referência de homem (nesse caso heterossexual), que passa a exercer suas masculinidades, o que confere sentido ao que os professores homens costumam ouvir: “nós até preferimos um homem” (professor 2) ou “o homem consegue ter mais controle de turma” (professor 1) – afirmações ouvidas por eles ao longo do processo de inserção nas escolas em que atuam. Os professores entrevistados sentem-se “paternais” nesse ambiente. Assim, relações de poder são estabelecidas, generificando o espaço. “Eu já ouvi que a direção prefere homem para dar aula de Educação Física” (professor 2) foi um dos relatos que denotaram justificativa para a presença de um homem ali. Talvez pelo fato de que, culturalmente, o patriarca da família, o pai, exerça função disciplinadora, limitadora, ou impositora de obediência. O olhar sobre a figura masculina nesse espaço recai, então, sobre uma concepção histórica, social e cultural de que o homem tem mais força, mais timbre, mais imposição (até mesmo na postura) diante das crianças. Característica que emergiu nos diálogos dos professores, mas que engendra um paradoxo, já que os professores são orientados a cuidar com tom de voz que utilizam com as crianças, com o trato, com o jeito, com o afeto, com o manejo, sendo mais carinhosos:

A equipe diretiva acredita que a inserção da figura masculina na educação infantil, nesse meio materno, onde as crianças convivem quase o tempo todo com mulheres, é importante. Elas veem a importância de se ter essa figura, do homem, numa atuação quase que paterna, com as crianças. Então, por isso elas procederam dessa maneira. Além delas confiarem no nosso conhecimento teórico, técnico (TRECHO DA ENTREVISTA DO PROFESSOR 1).

A paternalização da educação infantil é algo curioso e que remete à reflexão. O sentido que é dado à figura masculina pressupõe que o professor homem exerça ali a função de pai, assim como as mulheres, a função de mãe. Permite atrelar à discussão que parâmetros estabelecidos historicamente perpetuem atualmente, reproduzindo comportamentos esperados pela sociedade. Querer transformar a escola num modelo a ser seguido, onde a “paternalização” se sobressai como ponto forte, deixa uma preocupação tangente. Primeiro, porque o professor homem é colocado no lugar de pai, autoridade e, portanto, impositor de obediência. Segundo, porque normatizar que as professoras mulheres fiquem responsáveis pelo cuidado e afeto e o professor homem pela disciplina reproduz uma falsa concepção, que procura somente a heteronormatização da sociedade e o estranhamento aos desviantes dessa (JUNQUEIRA, 2010).

Os professores analisados têm consciência dessa “normatização” por estarem num sistema que a reproduz. “A escola em geral não disponibiliza outras formas de masculinidade e feminilidade, preocupando-se apenas em reafirmar aquelas já consagradas como sendo a referência” (MEYER; SOARES, 2004, p. 33).

Tais concepções não encontram sustentação nas ações práticas dos professores, apesar de parecer, muitas vezes, que as famílias esperam essas reproduções. As relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres também se fizeram constituintes desse espaço educacional, nas relações entre meninas e meninos. Isso acontece através de piadas sexistas, racistas, ou sob a forma de vigilância exercida em torno da sexualidade infantil, principalmente dos meninos, pretendendo normatizar comportamentos, às vezes, não “condizentes” com as expectativas de gênero instituídas. Outro problema comum nas escolas remete ao comportamento homofóbico entre alunas e alunos, e até mesmo entre o corpo docente (FELIPE, 2007).

As instituições escolares se constituíram, e ainda se constituem, como espaços de organização e formação de crianças e jovens conforme uma normatização padronizada. O instinto masculino, muitas vezes, foi e é justificativo para comportamentos, afirmando desigualdades entre homens e mulheres. A educação proposta tinha e tem a função de estabelecer limites entre o ser menino e o ser menina. Colocar a mulher no lugar de servir, sugerindo que as meninas deveriam ser comedidas, puras, recatadas e doces, e que deveriam dissimular seus sentimentos e acatar ordens. Essas representações de masculino e feminino, impostas pela repetição, pela força e consolidação social contribuíram para a construção de uma “verdade” sobre gênero. Assim, a construção de masculinidade estava, e ainda está, fortemente atrelada à sexualidade. A feminilidade era percebida como uma força natural, mas que precisava ser “controlada”. Já a masculinidade

era compreendida como algo a ser cultivado, estimulado, e que necessitava de abordagens já na primeira infância, desde a educação infantil. A possibilidade de exercer masculinidades, outrora, viabilizava como algo a ser vigiado e corrigido, não só pela família, mas pela escola também, a fim de se garantir uma manutenção de masculinidade heteronormativa. Na administração das questões sexuais, o domínio de si passava a ser algo perseguido, ensinado e dimensionado desde cedo, estabelecendo parâmetros de poder nas relações, respeitando a “racionalidade” (FELIPE, 2006).

Um retrato da masculinização da escola aparece em um trecho da entrevista concedida pela diretora 2, quando questionada sobre como é a relação entre as professoras e o professor homem:

Ah, às vezes é tenso... (risos), porque, se tu me “disses” para escolher, eu te diria que eu queria uma escola só de homens. Porque os homens são mais objetivos. As mulheres são mais cheias de “mimimi”, né? Mas tem uma relação boa, o “profe” se relaciona bem com todas, ele tem que exercer muito mais a tolerância, do que elas. Porque ele está num universo só de mulheres. Tem que ter uma paciência, uma flexibilidade muito grande. Então, é boa, mas eu acho que porque o D. respira... e vai. Porque a mulher é bem difícil (TRECHO DA ENTREVISTA DA DIRETORA 2).

E em outro momento da entrevista, justifica a sua busca pelo professor homem na educação infantil.

É, tem que cuidar para não ter o preconceito com a mulher, né? Mas é porque, especificamente, assim, aqui, a gente já tem tantas mulheres como professoras, né?

Eu até já tive professor de música homem, também. É para isso, para trazer a figura masculina mais para o universo da escola, acho que as nossas crianças precisam mais dessa presença. E eu tenho que cuidar para não falar besteira, mas eu vejo, assim, que a brincadeira da professora de Educação Física, claro que existe a técnica, mas ela é diferente do professor, o homem é mais, assim, a mão é mais pesada, o salto é maior, a liberdade, e hoje as nossas crianças elas são tão protegidas, são tão superprotegidas. O homem vai desafiar mais, o pai faz isso, né? A mãe diz “ah, cuidado o banquinho”, o pai vai lá e bota dois para a criança subir (risos), então é isso entendeu? O homem faz essa diferença (TRECHO DA ENTREVISTA DA DIRETORA 2).

A ideia de um “modelo de masculino ou feminino universais”, não se sustenta mais. Sob aspectos de pluralidade e singularidade, afloram novos “modos de ser” da masculinidade e da feminilidade. Esses convivem, agora, de forma menos conflituosa, com as “matrizes hegemônicas de gênero” ainda existentes. Está aberta a possibilidade de se construir relações de gênero democraticamente, nas quais o direito à igualdade e o respeito à diferença estejam angulares. Cabe afirmar que esse continua sendo o modelo “ideal” perseguido em casamentos e nas famílias desde a modernidade. (ARAÚJO, 2005)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central desta pesquisa foi analisar os atravessamentos de gênero no processo de inserção de professores homens na educação infantil, ambiente “feminizado” culturalmente. Analisar os atravessamentos de gênero dentro da educação infantil em que o professor homem se insere, imerso num ambiente

majoritariamente ocupado por mulheres, trouxe-nos outros questionamentos, alguns ainda sem respostas, mas que dão margem a novas propostas de investigação. Entender relações que se conceberam socialmente, historicamente, politicamente e culturalmente não é uma tarefa simples. Requer um olhar apurado, ouvidos atentos e propriedade de conceitos, além, é claro, da própria imersão do pesquisador no campo em questão.

Por muitas vezes, na construção desse trabalho, deparamo-nos analisando nossas próprias vivências, dentro desses espaços “femininos”, inquietados pela nossa presença prenhe de representações. Será que estamos sendo reprodutores de comportamentos “esperados” pela sociedade? Podemos refletir sobre nossa prática, enquanto professores de Educação Física inseridos nesse meio. Percebemos estar reproduzindo situações que perpetuam a manutenção de uma concepção heteronormativa na educação infantil, além de atender aos anseios das famílias de ter um professor representativo de tais normas. Permitiu-nos pensar sobre como eu estava agindo frente a essas situações e como estávamos encarando os “estranhamentos” e os atravessamentos de gênero no nosso local de trabalho. Essas reflexões foram fundamentais para entender o nosso papel e a nossa representação nesse espaço.

Entender a “heteronormatividade” no currículo, pensar sobre a masculinização da educação infantil na figura do homem como “pai”, “paternal”, fez com que novas inquietações surgissem. Como é vista a presença do professor homem na educação infantil? E principalmente, como se “espera” que seja esse homem?

Os discursos de respeito às diferenças, de formação cidadã e de modelo a ser seguido foram denotados nas entrevistas realizadas. A discussão sobre sexualidade caminhou paralela à discussão de gênero, imbricando representações e “tumultos conceituais”, emergentes da construção social e cultural de cada pessoa envolvida. Cada professor entrevistado teve, e ainda tem, uma história construída, concebida e alicerçada em suas vivências. Pareceu evidente nas entrevistas a busca de uma justificativa para o homem ocupar um lugar na educação infantil. Por ora, ela permeava uma função de autoridade, de exemplo de força e soberania; outras vezes, versava sobre paternalismo, cuidado e masculinização da própria Educação Física.

O medo constante das famílias acerca da “sexualidade desviante”, inquietando professores e equipes diretivas, numa representação de homem instintivo, selvagem, que age por impulso e não domina seus desejos, incitou mais “estranhamentos” do que o esperado. O banheiro, as trocas de fraldas, o professor sozinho com as crianças, a preocupação com as meninas, a resistência parecem ter tomado a discussão no sentido de representar um homem “estranho”, sem considerar seu conhecimento científico, sua personalidade, suas escolhas. Essa necessidade do pai, na figura do professor, numa metáfora de família, representando heteronormativamente padrões sociais e culturais esperados, coloca um alerta sobre a necessidade do professor homem na educação infantil. Afinal, por que razão o homem deve estar ali? As relações de gênero ganham relevância com a presença do homem nesses locais? Depende, todavia, de como se estabelecem

as relações em cada ambiente específico, de como o professor inserido ali trabalhará as questões de gênero nesse espaço, se ele reproduzirá comportamentos esperados pela sociedade, ou se dará lugar à crítica e a permissão de construção de “maneiras” de se ser homem e mulher, menino ou menina. Sobretudo, depende de como serão possibilitadas e respaldadas as ações desses professores nesse espaço generificado.

A maior aprendizagem engendrada nesta pesquisa foi perceber que as crianças continuam sendo a esperança, e que nós, professores de educação física, devemos ter um olhar muito atento ao que permeia o ambiente em que estamos inseridos e atentar para nossas ações dentro desse ambiente.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena; SOUSA, Eustáquia Salvadora de. Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na Educação Física escolar. **Cadernos Cedes**, a. 19, n. 48, ago. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n48/v1948a04.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

AMADO, Tina; BRUSCHINI, Cristina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cad. Pesq. São Paulo**, n. 64, p. 4-13, fev. 1988. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/712.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

AYOUB, Eliana. Reflexões sobre a Educação Física na educação infantil. **Rev. paul. Educ. Fís.**, São Paulo, supl. 4, p. 53-60, 2001. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/v15%20supl4%20artigo6.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**, v. 17, n. 2, p. 41-52, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v17n2/v17n2a04.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2015.

CARVALHO, Marília Pinto de. Vozes masculinas numa profissão feminina: o que têm a dizer os professores. **Associação de estudos latino-americanos**, Chicago, jun. 1998. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/PintodeCarvalho.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2014.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. **Revista Pro-posições**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 77-87, 2007. Disponível em: <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/53-dossie-felipej.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2015.

FELIPE, Jane. Infância, gênero e sexualidade. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 1, 2000.

FIALHO, Fabrício Mendes. Uma crítica ao conceito de masculinidade hegemônica. **Comunicação realizada no Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 7, 2006. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_9.pdf>. Acesso em: 31 out. 2015.

GUIZZO, Bianca Salazar. Identidades de gênero masculinas na infância e as regulações produzidas na Educação Infantil. **Revista Ártemis**, n. 6, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Revista Espaço do Currículo**, v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>>. Acesso em: 12 out. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da história da Educação sob a perspectiva do gênero. **Proj. História, São Paulo**, 1994. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11412/8317>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto Editora: Portugal, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n125/a1335125.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, mai./ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Rev. Bras. Enferm**, jan./fev., v. 1, n. 57, p. 13-18. Brasília, 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/reben/v57n1/a03v57n1.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2013.

MONTEIRO, Mariana Kubilius; ALTMANN, Helena. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. **Cad. Pesqui.** São Paulo, v. 44, n. 153, p. 720-741, sept. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742014000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2015.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 1, p. 193-198, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewArticle/7375>>. Acesso em: 12 out. 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico, 2. ed. Novo Hamburgo-RS: Feevale, 2013. Disponível em: <www.feevale.br/editora>. Acesso em: 01 abr. 2013.

RABELO, Amanda Oliveira. Professores discriminados: um estudo sobre os docentes do sexo masculino nas séries do ensino fundamental. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 907-925, dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 set. 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de pesquisa**, n. 107, p. 7-40, jul. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a01.pdf>>. Acesso em: 21 mai 2014.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. Ver. **Estudos feministas**, a. 9, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8638.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

SILVA, I. de O.; LUZ, I. da. Meninos na educação infantil: O olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 34, p. 17-39, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Editora Autêntica: Belo Horizonte, 2003.

SWAIN, Tania Navarro. Para além do binário: os queers e o heterogêneo. **Revista Gênero**, v. 2, n. 1, 2012.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Práticas de gestão e feminização do magistério. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 609-634, set./dez., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n126/a05n126.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2014.

CARACTERIZAÇÃO DAS INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO PRIMÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE DO VALE DO SINOS/RS

Destaque em Ciências da Saúde

Enfermagem

Bruna Juliana Brentano Kuhn¹

Janifer Prestes²

¹Acadêmica de Enfermagem na Universidade Feevale. E-mail: bruna-kuhn@hotmail.com.

²Mestre em Ensino na Saúde na UFRGS. Especialista em Saúde da Família UERGS. Enfermeira pela UNIJUI-RS. Docente do Curso de enfermagem da Universidade Feevale. E-mail: janifer@feevale.br.

RESUMO

Condições Sensíveis à Atenção Primária (CSAP) são agravos de saúde que podem ser evitados ou tratados pela Atenção Primária em Saúde (APS) efetiva, e a caracterização das Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP) é importante para avaliar as fragilidades do sistema de saúde e da população. Objetivou-se traçar um perfil dos pacientes internados por Condições Sensíveis à APS em um município do Vale do Sinos, em 2015. Trata-se de pesquisa documental quantitativa e de caráter retrospectivo, realizada com base nas fichas de Autorização de Internação Hospitalar, de janeiro a dezembro de 2015, para identificar a cobertura de Estratégia de Saúde da Família (ESF) utilizou-se o mapeamento das unidades. Autorizou-se 1200 internações, das quais 250 (20,8%) foram decorrentes de CSAP. A maior incidência de ICSAP foi por infecções do rim e trato urinário (22,8%), doenças pulmonares (13,2%) e angina (11,2%). A média de idade dos internados por CSAP foi 45,6 anos ($\pm 29,7$), evidenciando a presença significativa de extremos de idade. Sexo feminino representou 57,2% das ICSAP e, 57,6% das ICSAP foram de usuários não adscritos por ESF. Conclui-se a importância da aplicação do indicador e identificação do perfil dos usuários internados por CSAP para avaliação das condições de saúde da população.

Palavras-chave: Atenção primária à saúde. Avaliação em saúde. Indicador de Saúde.

1 INTRODUÇÃO

Em 1920, Winslow já definia a saúde pública como a ciência capaz e responsável por evitar doenças, prolongar a vida, otimizar as saúdes física e mental e estimular a eficiência do indivíduo, permitindo, por meio de diferentes esforços, a manutenção adequada da saúde, ressaltando a integralidade do cuidado com questões sociais (BUSS, 2009). Diante desse contexto, Nunes (2012) sugere que a Atenção Primária à Saúde (APS) seja uma estratégia prioritária para o desenvolvimento e qualidade de vida da população, contemplando as ciências sociais e humanas na prática da saúde coletiva.

O caráter preventivo da APS, com atuação contínua da promoção da saúde, tem gerado impactos internacionais no cenário atual de saúde pública, e vários estudos evidenciaram os efeitos positivos da implantação dessa modalidade de atenção nos indicadores de saúde, como a redução de indicadores de internações hospitalares, de consultas urgentes, de baixo peso ao nascer e de mortalidade infantil. Indicando que sistemas de saúde, apoiados em uma APS qualificada, atingem melhores níveis de saúde e qualidade de vida com maior equidade (ANDRADE *et al.*, 2012).

Portanto, admite-se à APS autonomia para resolver cerca 85% das necessidades de saúde existentes, por meio da educação em saúde, imunização, saneamento básico e manejo de doenças crônicas (NEDEL, 2011; STARFIELD, 1994), prevenindo muitas doenças e agravos de saúde, cujas enfermidades são conhecidas como Condições Sensíveis à Atenção Primária (CSAP), no qual um índice elevado

de internações por CSAP pode evidenciar falhas no processo de atuação da APS, exigindo a busca dos usuários pelos demais níveis de atenção em saúde (PEREIRA; DA SILVA; LIMA NETO, 2015).

De modo que a aplicação e análise do indicador “Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária” (ICSAP) permite o reconhecimento das fragilidades e potencialidades da APS e, a partir disso, direcionar olhares e esforços para o planejamento de ações coerentes com a realidade e necessidades da população, ampliando a qualidade do serviço oferecido no município, bem como incentivar a pesquisa e a busca por excelência na APS (NEDEL, 2011, tradução nossa; BRASIL, 2014a).

Em 2008, o Brasil adotou oficialmente o indicador, quando o Ministério da Saúde lançou a Lista Brasileira de CSAP, elaborada por uma equipe técnica habilitada que considerou aspectos de prevenção, diagnóstico e tratamento, bem como contexto de saúde pública e epidemiologia do país como critérios de inclusão (BRASIL, 2008c; ALFRADIQUE *et al.*, 2009; SOUSA *et al.*, 2016). A fim de ser utilizada como subsídio para avaliação da APS e/ou do uso do nível de atenção hospitalar, podendo ser aplicada como indicador de desempenho do sistema de saúde em todas as suas esferas, municipal, estadual e nacional (BRASIL, 2008a).

Não há uma meta numérica mundial ou nacional estabelecida, uma vez que vários condicionantes sociodemográficos influenciam nas ICSAPs, ressalta-se que tão importante quanto a taxa de ICSAP, a identificação do agravo que mais adoece a população é fundamental para a especificação da fragilidade do sistema a ser

trabalhada, de modo que a avaliação contínua e comparada apresente reduções anuais das taxas de ICSAP resultantes das melhorias implantadas (ALFRADIQUE *et al.*, 2009; TURCI *et al.*, 2012).

Além do interesse pessoal em conhecer as potencialidades da APS na comunidade que está inserida, as pesquisadoras acreditam que a aplicação desse indicador no sistema de saúde municipal mostra-se útil e viável para avaliar a eficiência da APS do município. Razões pelas quais se justificou a realização deste estudo.

A pesquisa foi desenvolvida com o objetivo geral de avaliar a resolutividade da APS em um município de pequeno porte do Vale do Sinos, a partir do indicador de ICSAP. Norteador-se pelos objetivos específicos de mensurar a proporção de ICSAP em relação ao total de internações de 2015; identificar o percentual de ICSAP referentes a usuários que são acompanhados por ESF; identificar as CSAP responsáveis pelo maior número de internações e verificar relação entre ICSAP e fatores intrínsecos, como idade e sexo dos usuários.

2 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos para este estudo, optou-se por uma pesquisa documental, de caráter retrospectivo e de abordagem quantitativa.

Foram incluídas ao estudo todas as internações registradas nas Autorizações de Internação Hospitalar do município, do período de janeiro a dezembro de 2015, excluíram-se as internações oriundas de parto e que não se enquadravam

nos critérios de inclusão supracitados. Posteriormente, classificou-se as internações em sensíveis ou não à APS, utilizando apenas as ICSAP para análise.

O projeto de pesquisa deste estudo passou pela aprovação e liberação da Secretaria Municipal de Saúde do referido município, que avaliou o projeto e autorizou a continuidade da pesquisa. Posteriormente, o projeto foi encaminhado para avaliação e aprovação da banca examinadora do Curso de Enfermagem e, então, submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Feevale para o aceite final e assim desenvolvimento do trabalho.

O estudo foi realizado com base nas fichas de Autorização de Internação Hospitalar (AIH), incluindo ao estudo todas as internações não obstétricas – indo ao encontro das recomendações do Ministério da Saúde (TURCI *et al.*, 2012) – do período de janeiro a dezembro de 2015. O registro das informações foi realizado conforme instrumento de pesquisa, elaborado exclusivamente para este estudo (Apêndice D): mês da internação, sexo e idade, motivo de internação, município de internação, endereço de residência para identificar se território possui ou não cobertura de ESF e unidade de ESF, caso possuísse.

Para a classificação de internação, como sensível ou não à atenção primária, tomou-se como referência a Lista Brasileira de CSAP, divulgada na Portaria 221, de 17 de abril de 2008 (BRASIL, 2008a). Para identificar a cobertura de ESF utilizou-se o mapeamento territorial das ESFs disponibilizado pela própria Secretaria Municipal de Saúde. As informações foram organizadas em planilha eletrônica do programa estatístico *Microsoft Excel 2013*.

Em seguida, realizou-se o cálculo percentual de proporção de ICSAP e taxa bruta a cada 1.000 habitantes, os dados passaram por estatística simples de frequências absolutas.

3 RESULTADOS

A partir da mensuração dos dados coletados, identificou-se que no ano de 2015, o município autorizou um total de 1200 internações, das quais 250 (20,8%) foram decorrentes de CSAP, representando uma taxa de 8,28 ICSAP por 1.000 habitantes. De acordo com os dados do Sistema de Gestão Estratégica do Rio Grande do Sul (RS), a proporção de ICSAP em 2015 na região da 1ª Coordenaria de Saúde (CRS) – na qual a cidade está inserida – foi de 25,79%, demonstrando que a proporção de ICSAP do presente município está abaixo da média regional.

Conforme a tabela 1, a maioria das ICSAPs registradas foi por infecções do rim e trato urinário (22,8%), doenças pulmonares (13,2%) e angina (11,2%), enquanto que doenças preveníveis por imunização e condições sensíveis e anemia não tiveram nenhuma ocorrência.

De acordo com a tabela acima é possível identificar uma importante frequência de internações por infecções do rim e trato urinário, doenças pulmonares e angina, bem como a ocorrência de 8% de hospitalizações secundárias à Insuficiência Cardíaca e 6% de doenças cerebrovasculares, o que pode indicar falhas no acesso e/ou na resolutividade da APS ou, ainda, a falta de corresponsabilidade dos usuários com a própria saúde, dada a possibilidade de manejo ambulatorial

Tabela 1 – Classificação das ICSAP conforme grupos de doenças

Classificação da doença	n (250)	%
Doenças preveníveis por imunização	0	0,0%
Gastroenterites Infecciosas e complicações	9	3,6%
Anemia	0	0,0%
Deficiências Nutricionais	7	2,8%
Infecções de ouvido, nariz e garganta	22	8,8%
Pneumonias bacterianas	1	0,4%
Asma	4	1,6%
Doenças pulmonares	33	13,2%
Hipertensão	4	1,6%
Angina	28	11,2%
Insuficiência Cardíaca	20	8,0%
Doenças Cerebrovasculares	15	6,0%
Diabetes Mellitus	12	4,8%
Epilepsias	5	2,0%
Infecção no Rim e Trato Urinário	57	22,8%
Infecção da pele e tecido subcutâneo	14	5,6%
Doença Inflamatórias órgãos pélvicos femininos	5	2,0%
Úlcera gastrointestinal	9	3,6%
Doenças relacionadas ao PN e Parto	5	2,0%

Fonte: elaborado pelas autoras

dessas condições. Logo, a situação reflete na procura por serviços de urgência e emergência em detrimento da APS para tratar agravos de saúde evitáveis.

Embora as internações decorrentes de condições diretamente relacionadas a Diabetes Mellitus (DM) e Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) terem representado 4,8% e 1,6%, respectivamente, a demasia de internações de origem renal, cardíaca e pulmonar também pode estar relacionada ao manejo inadequado dessas doenças crônicas (MENDONÇA; ALBUQUERQUE, 2014).

O fato de as doenças preveníveis por imunização não registrarem nenhuma internação revela a eficácia do Programa Nacional de Imunização (PNI) e a efetividade da cobertura vacinal do município. Cabendo ressaltar o papel da equipe de enfermagem, principalmente do enfermeiro, na responsabilidade operacional das salas de vacina e monitoramento da busca ativa e demais etapas desse processo, ao garantir um recurso preventivo de alta eficácia para a população (FERREIRA; DIAS; MISHIMA, 2012).

Assim como as doenças preveníveis por imunização, a anemia não gerou nenhuma internação e, as deficiências nutricionais representaram menos de 3% das ICSAP no município, o que infere a efetividade da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) desenvolvida pelas equipes de ESF, a qual propõe a melhoria das condições alimentares e nutricionais das pessoas, por meio da promoção de práticas saudáveis de alimentação, vigilância alimentar e nutricional e prevenção de doenças carenciais (MENDONÇA; ALBUQUERQUE, 2014; BRASIL, 2012c).

As ICSAP relacionadas ao pré-natal e parto e inflamações de órgãos pélvicos femininos tiveram prevalência geral de 2% cada e, se analisadas exclusivamente as ICSAP femininas (n=143), esses dois grupos representaram, juntos, uma proporção de 6,99%. Enquanto que uma pesquisa realizada no Paraná, com 429 mulheres internadas, em 2013, identificou um percentual de 19,38% de internações por condições relacionadas ao pré-natal e parto e inflamações de órgãos pélvicos femininos e, considerando apenas as ICSAP, a proporção foi ainda maior, 39% (PITILIN *et al.*, 2015).

As infecções de ouvido, nariz e garganta foram responsáveis por 8,8% das ICSAP, um estudo descritivo – realizado em Pernambuco, em 2012, apontou a prevalência de 0,6% de infecções de ouvido, nariz e garganta dentre as ICSAP, no entanto, esse mesmo estudo evidenciou uma ocorrência de 17% de gastroenterites infecciosas e complicações (MENDONÇA; ALBUQUERQUE, 2014), ao passo que o presente município apresentou um índice de 3,6%, dado que remete às condições climáticas e ambientais como fatores relevantes e determinantes na análise das ICSAP.

A média de idade dos pacientes internados por CSAP foi de 45,6 anos, o desvio padrão de 29,7 anos demonstra a presença frequente de extremos de idade, o que fica evidente na tabela 2 abaixo, que apresenta uma prevalência de 46% de idosos com mais 60 anos. Um resultado similar foi publicado por Torres e Ciosak (2014) no município de Cotia – SP, cujo panorama de ICSAP apresentou maior prevalência desse tipo de hospitalização em extremos de idade, especialmente em faixas etárias acima dos 50 anos. Tal implicação é condizente com as fragili-

Tabela 2 – Perfil das ICSAP segundo sexo, idade e cobertura de ESF

Variáveis	n (250)	%
Sexo		
Feminino	143	57,2%
Masculino	107	42,8%
Idade		
00 -----1	21	8%
01 -----5	25	10%
05 -----10	4	1,6%
10 -----20	17	6,8%
20 -----40	29	11,6%
40 -----60	40	16%
60 anos ou mais	114	46%
Adscrito por ESF		
Sim	106	42,4%
Não	144	57,6%

Fonte: elaborado pelas autoras

abaixo dos 13 anos e acima de 40, apresentando, inclusive, associação estatística relevante entre essas variáveis e a ocorrência de ICSAP (CARDOSO *et al.*, 2013). Dados que justificam as atividades e políticas especiais à saúde da mulher promovidas pela APS de todo o país.

dades fisiológicas e maior suscetibilidade de adoecimento das faixas etárias extremas.

A maioria das ICSAP foi de mulheres, resultado que vai ao encontro do obtido por uma pesquisa transversal, realizada em Divinópolis (MG), que descreveu o perfil epidemiológico das internações ocorridas na cidade entre julho e outubro de 2011, das 999 ICSAP registradas no período, também houve a maior prevalência em mulheres e faixas etárias

Ressalta-se que 57,6% das ICSAP foram de pessoas que não tinham acesso à ESF. Uma pesquisa cujo objetivo foi aferir a relação entre as ICSAP e a cobertura populacional de ESF nas unidades da federação, entre 1998 e 2006, evidenciou a associação entre o aumento da cobertura de ESF e redução das ICSAP no país ($p \leq 0,01$), fato que ocorreu em 38,4% dos estados brasileiros (CECCON; MENEGHEL; VIECILI, 2014). Igualmente, corroborando os resultados supracitados, um estudo brasileiro de cunho ecológico identificou uma redução média anual de 3,7% nas ICSAP por todo o país entre 1998 e 2009 (BOING *et al.*, 2012). Evidências que apontam para a maior fragilidade das pessoas residentes em áreas não adscritas, reforçando a importância da ampliação cobertura e acesso à ESF.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados confirmam o impacto positivo da atuação da APS na qualidade de vida da população, no sentido de promover a saúde e prevenir doenças. Identificar a prevalência de internações de cada grupo de CSAP foi fundamental para apontar as potencialidades e as possíveis falhas do sistema primário de saúde do município.

Assim como em outros estudos, pôde-se identificar como características de maior fragilidade o sexo feminino, grupo etário maior de 60 anos e não adscrição de ESF. Considerando-se a importância da ESF nas condições de saúde da população, a falta de acesso como uma provável fragilidade da APS – apontada através da maior prevalência de ICSAP tratáveis ambulatorialmente – e a maioria

de internações correspondentes a pessoas não adscritas por ESF, a ampliação da cobertura de ESF nesse município mostra-se como uma medida necessária.

A partir da discussão dos dados é possível afirmar que o uso do indicador IC-SAP no planejamento e gestão da ESF tende a melhorar a organização do fluxo de usuários dentro da rede de saúde, uma vez que a sua análise adequada permite o estabelecimento de prioridades e colabora para a implementação de estratégias que venham a reduzir a ocorrência de ICSAP, garantindo melhor qualidade de vida dos usuários e ocupação adequada dos leitos hospitalares. Contudo, tão importante quanto o uso de indicadores, é a competência dos gestores em realizar uma análise coesa sobre os dados obtidos a partir destes e traduzir a análise em planejamentos e estratégias efetivas.

REFERÊNCIAS

- ALFRADIQUE, Maria Elmira *et al.* Internações por condições sensíveis à atenção primária: a construção da lista brasileira como ferramenta para medir o desempenho do sistema de saúde (Projeto ICSAP-Brasil). **Cad Saúde Pública**, v. 25, n. 6, p. 1337-49, 2009. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v25n6/16.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- BASSINELLO, Greyce (Org.) **Saúde Coletiva**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.
- BOING, Antonio Fernando *et al.* Redução das internações por condições sensíveis à atenção primária no Brasil entre 1998-2009. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 359-366, abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102012000200019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012**. Diário Oficial da União. Brasil, 2012a. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 11 abr. 2016.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_demanda_espontanea_cab28v1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2016.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012c. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/pnan2011.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012b. 110 p. (Série E. Legislação em Saúde). Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2015.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial**. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd09_16.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2016.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Portaria Nº 221, de 17 de Abril de 2008**. Diário Oficial da União, Brasília, 2008a. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0221_17_04_2008.html>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. **Caderno de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores: 2013-2015** Brasília: Ministério da Saúde, 2014a, v. 1, 154 p. Disponível em: <http://189.28.128.100/sispacto/CadernoDiretrizes2013_2015.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Indicadores de programas: guia metodológico**. Brasília: Ministério Público, 2010. 128p. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf>. Acesso em: 11 out. 2016.

BUSS, Paulo Marchiori. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: CZERESNIA, Dina; DE FREITAS, Carlos Machado. **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Fiocruz: Scielo, 2009. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=-UEqBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA19&dq=uma+introdu%C3%A7%C3%A3o+ao+conceito+de+promo%C3%A7%C3%A3o+da+sa%C3%BAde&ots=CS89WxalOj&sig=yhpNaCNHiRYLQJV45Lmo42kDGpc#v=onepage&q=uma%20introdu%C3%A7%C3%A3o%20ao%20conceito%20de%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20sa%C3%BAde&f=false>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

CARDOSO, Clareci Silva *et al.* Contribuição das internações por condições sensíveis à atenção primária no perfil das admissões pelo sistema público de saúde. **Rev. Panam Salud Publica**, Washington, v. 34, n. 4, p. 227-234, out. 2013. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1020-49892013001000003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 jul. 2016.

CECCON, Roger Flores; MENEGHEL, Stela Nazareth; VIECILI, Paulo Ricardo Nazário. Internações por condições sensíveis à atenção primária e ampliação da Saúde da Família no Brasil: um estudo ecológico. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 968-977, dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2014000500968&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mar. 2016.

ELIAS, Paulo Eduardo *et al.* Atenção Básica em Saúde: comparação entre PSF e UBS por estrato de exclusão social no município de São Paulo. **Ciênc saúde coletiva**, v. 11, n. 3, p. 633-641, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232006000300012&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 18 fev. 2016.

FERREIRA, Marianna; DIAS, Bruna Moreno; MISHIMA, Silvana Martins. Internações por condições sensíveis: possibilidade de avaliação na atenção básica. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 14, n. 4, p., 760-770, 2012. Disponível em: <<https://www.fen.ufg.br/revista/v14/n4/pdf/v14n4a03.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

MENDONÇA, Sarah de Souza; ALBUQUERQUE, Emídio Cavalcanti de. Perfil das internações por condições sensíveis à atenção primária em Pernambuco, 2008 a 2012. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 463-474, set. 2014. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 jul. 2016.

NEDEL, Fúlvio Borges *et al.* Conceptual and methodological aspects in the study of hospitalizations for ambulatory care sensitive conditions. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 1145-1154, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-8123201100700046&script=sci_arttext>. Acesso em: 03 mar. 2016.

PITILIN, Érica de Brito *et al.* Internações sensíveis à atenção primária específicas de mulheres. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro v. 20, n. 2, p. 441-448, fev. 2015. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000200441&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 set. 2016.

REHEM, Tania Cristina M. S. B.; EGRY, Emiko Yoshikawa. Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária no Estado de São Paulo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 12, p. 4755-4766, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n12/24.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. Sistema de Gestão Estratégica. **Proporção de Internações clínicas hospitalares por condições sensíveis à AB**. 2015. Disponível em: <<http://ti.saude.rs.gov.br/sge/sge/indicadores/DetalheIndicador/157/2015-01-01>>. Acesso em: 14 out. 2016.

SOUSA, Naira Pereira de, *et al.* Internações sensíveis à atenção primária à saúde em hospital regional do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, n. 1, p. 118-125, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672016000100118>. Acesso em: 03 mar. 2016.

STARFIELD, Barbara. **Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. 2. ed. UNESCO; Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_primaria_p1.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2016.

TORRES, Renata Laszlo; CIOSAK, Suely Itsuko. Panorama das Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária no município de Cotia. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 48, p. 137-144, ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342014000700137&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 set. 2016.

TURCI, Maria Aparecida *et al.* **Avaliação do Impacto das Ações do Programa de Saúde da Família da Redução das Internações Hospitalares por Condições Sensíveis à Atenção Básica em Adultos e Idosos**: Relatório Final de Pesquisa. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Universidade Federal de Minas Gerais. Projeto ICSAP Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3261.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

A ATUAÇÃO DA ESTÉTICA FACIAL NO MELASMA: UM ESTUDO DE CASO

Destaque em Ciências da Saúde

Estética e Cosmética

Luiza Dai Prá da Luz¹

Manoela Heinrichs dos Reis²

¹Acadêmica do Curso Tecnólogo em Estética e Cosmética, da Universidade Feevale. E-mail: luiza.dpl@hotmail.com.

²Mestre em Ciências da Reabilitação e docente do curso superior de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Feevale. E-mail: manoelah@feevale.br.

RESUMO

A pigmentação é um processo normal na atividade celular que ocorre na pele. Em decorrência disso, a hiperpigmentação consiste na distribuição desigual de melanina na superfície da pele oriundo da produção irregular deste pigmento (MICHALUN, 2010). O melasma conceitua-se como uma desordem cutânea de máculas escuras (tonalidade acima do tom usual da pele), simétricas ou não, com bordas ao redor da lesão. O presente estudo relata a abordagem da utilização dos recursos de estética e cosmética no melasma facial (frontal, malar, zigomático direito e esquerdo, nasal e orbicular da boca) em uma usuária dos serviços prestados da disciplina de Laboratório de Estética e Cosmética Facial da Universidade Feevale. Os atendimentos foram realizados semanalmente, durante aproximadamente uma hora, no período de março a junho de 2016, totalizando treze atendimentos. A participante foi avaliada integralmente por meio da ficha de anamnese padrão do laboratório antes e após a realização dos atendimentos. Foram abordados os seguintes recursos: microdermoabrasão (peelings de cristal e diamante), peelings químicos intercalados com hidratações faciais, além de incluir ao tratamento a indicação de home care específico para disfunção. Percebeu-se um clareamento geral da face, enfatizado nas lesões apontadas como critério decisivo para baixa autoestima da cliente por meio dos procedimentos realizados em associação ao uso diário do home care sugerido. Acredita-se que o uso do home care associado ao filtro solar diariamente, auxiliaram durante o estudo. A cliente foi orientada a dar continuidade ao uso aos cosméticos sugeridos e realizar, se possível, mais sessões de tratamentos estéticos para manutenção do tratamento.

Palavras-chave: Estética facial. Hiperpigmentação. Melasma.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste item serão abordados os temas: melanogênese e melasma (padrões e classificações).

1.1 MELANOGÊNESE

A base da pigmentação cutânea consta na melanogênese, realizada via presença de melanócitos, melanossomas, ceratinócitos e melanina. A biossíntese desse pigmento biológico inicia a partir do aminoácido tirosina, substrato do processo. Sob ação da enzima tirosinase juntamente do oxigênio, tem-se a conversão desse substrato em dopa e, por conseguinte, em dopaquinona. A partir desse momento, a presença ou ausência de cisteína determina o rumo da reação para síntese de eumelanina ou feomelanina. Na ausência de cisteína, prossegue-se com a conversão de dopaquinona em ciclodopa e essa em dopacromo; Dopacromo em DHI e DHICA, resultando em eumelanina (coloração marrom). Enquanto na presença de cisteína, a dopaquinona é convertida em dopacisteína, resultando em feomelanina (coloração amarela). A sequência finda-se na transferência dos melanossomas (repletos dos pigmentos sintetizados) para os ceratinócitos via dendritos melanocíticos. Uma vez que este chega nos ceratinócitos, tem-se a distribuição do pigmento (MIOT *et al.*, 2009).

1.2 MELASMA: PADRÕES E CLASSIFICAÇÕES

Dessa maneira, o melasma é uma hiper melanose caracterizada como manchas (máculas) de formas irregulares, porém, muitas vezes estão nitidamente

definidas, de pigmentação castanho claro e castanho escura (BAUMANN, 2004; STEINER, 2014). Usualmente vistas no lábio superior, região nasal, zigomáticos, mento e frontal. Nisso, há três padrões existentes descritos por Baumann (2004): centofacial, a qual afeta as regiões zigomáticas, frontal, lábio superior, nasal e mentoniana; malar, que afeta as regiões nasal e zigomáticas; Mandibular.

A classificação do melasma é feita de acordo com a localização do pigmento, que pode ser epidérmico ou misto. Para o correto diagnóstico, é necessário utilizar a lâmpada de Wood ou realizar o exame histopatológico (STEINER, 2014). E, em relação à etiopatogenia da disfunção, Steiner (2014) enfatiza que há muito para ser esclarecido. Todavia, recentemente foi descrito que uma infrarregulação do gene H19, detectado nos pacientes com melasma, estimula a melanogênese. Este estímulo teria ainda um efeito aditivo na superexpressão da tirosinase na presença do estrógeno. A exposição solar é ainda considerada o fator mais importante (STEINER, 2014).

2 REFERENCIAL TEÓRICO DOS RECURSOS ESTÉTICOS UTILIZADOS

Este tópico versa sobre cosméticos despigmentantes/clareadores, *peeling* químico e microdermoabrasão (*peeling* de cristal e diamante).

2.1 COSMÉTICOS DESPIGMENTANTES/CLAREADORES

Acerca do uso dos cosméticos e seus respectivos princípios ativos, o mecanismo principal é a inibição da enzima tirosinase, essencial na biossíntese de

melanina. Dentre os ativos com tal função, de uso permitido para os profissionais da área estética, enfatiza-se os α -hidroxiácidos (glicólico, láctico, málico, pirúvico e tartárico), ácido salicílico, ácido ascórbico, α tocoferol (BAUMANN, 2004).

2.2 PEELING QUÍMICO

Alam (2010) define *peeling* químico como aplicação tópica de um agente na pele que resulta em variáveis graus de lesão epidérmica e dérmica, dependendo do tipo e da intensidade do agente químico. A descamação produz uma esfoliação parcial da espessura cutânea, controlada, seguida pela cicatrização por segunda intenção. A classificação dos *peelings* se dá conforme a profundidade da penetração do agente.

A aplicação de *peelings* muito superficiais e superficiais é lícita para os profissionais da área estética. No entanto, os primeiros irão afinar ou remover o estrato córneo e não criam lesão abaixo do estrato granuloso. Enquanto os segundos produzem necrose de parte ou de toda epiderme em qualquer parte do estrato granuloso até a camada de células basais (GUERRA *et al.*, 2013).

Todavia, *peelings* médios produzem necrose da epiderme e de parte ou toda a derme papilar — e os profundos — produzem necrose da epiderme e da derme papilar que se estende até a derme reticular —competem aos médicos dermatologistas (GUERRA *et al.*, 2013).

2.3 MICRODERMOABRASÃO

Peeling de modalidade mecânica, a microdermoabrasão, é uma esfoliação superficial da pele, como a modalidade química, controlada, eficaz, indolor e não

invasiva. Pode ser realizada de duas maneiras: por meio de cristais de óxido de alumínio (*peeling* de cristal) e de canetas com pontas diamantadas (*peeling* de diamante) (DAL GOBBO, 2010).

De acordo com Dal Gobbo (2010), para a realização do *peeling* de cristal utiliza-se um aparelho mecânico com sistema de vácuo que produz um jato de microcristais de óxido de alumínio em alta pressão que, por meio de uma cânula, bombardeia a camada superficial da pele ao mesmo tempo em que aspira, de forma controlada, os cristais e os corneócitos da superfície cutânea.

Entretanto, no *peeling* de diamante também se faz o uso de um equipamento similar ao anteriormente citado, porém, com a substituição da cânula por uma caneta ou manopla com diferentes pontas diamantadas de granulometrias diversas que entra em contato com a pele e faz a aspiração e a esfoliação dos corneócitos da superfície cutânea (DAL GOBBO, 2010).

2.4 FOTOPROTEÇÃO

O uso de protetor de amplo espectro (UVA e UVB) associado a cremes despigmentantes é fundamental (STEINER, 2014). A radiação UV estimula a síntese de melanina e promove a transferência de pigmento dos melanócitos para os queratinócitos, aumentando dessa forma a pigmentação (BAUMANN, 2004).

Não obstante, a capacidade de proteção de um filtro solar contra queimaduras causadas pela radiação UV é expressa em FPS, que é a relação entre o tempo de formar eritema com proteção e o tempo de formá-lo sem proteção.

Recomenda-se o uso de $2,0 \text{ mg/cm}^2$ — quantidade maior perante a usual dos consumidores — para portar o respaldo do produto. Salienta-se a reaplicação a cada 2 e 3 horas (COLLADO *et al.*, 2014).

3 METODOLOGIA

3.1 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Como critérios de inclusão ao estudo apresenta-se a participação na triagem com o preenchimento da ficha de anamnese, queixa principal plausível dentro da estética facial, bem como acne, envelhecimento e melasma, assinatura do termo de consentimento e assiduidade ao tratamento proposto.

Relativo aos critérios de exclusão, apresenta-se o não comparecimento à triagem e queixa principal com ausência de pertinência dentre as disfunções listadas.

3.2 DESCRIÇÃO DO CASO

A. P. S., 31 anos, relatou fazer uso de método contraceptivo oral. Apresenta alergia à formaldeído e derivados e utiliza luteína como suplemento alimentar. Realizou tratamento dermatológico nos dois meses antecedentes à triagem e execução do estudo de caso em função de sua queixa principal: melasma. Isto posto, fizeram-se aliados ao processo neste período Vitanol A, hidroquinona e ácido azeláico.

3.3 COLETA DE DADOS

Foram realizadas três coletas de dados no princípio do estudo (março/2016), durante (maio/2016) e ao final (junho/2016).



Figura 1 - Imagens iniciais (março/2016) ao tratamento proposto para melasmas, enfatizando as regiões acometidas pela hipermelanose: frontal, nasal, zigomáticos direito, esquerdo e orbicular da boca
Fonte: Elaborado pelos autores



Figura 2 - Imagens durante (maio/2016) o tratamento proposto para melasmas, enfatizando as regiões acometidas pela hipermelanose: frontal, nasal, zigomáticos direito, esquerdo e orbicular da boca
Fonte: Elaborado pelos autores



Figura 3 - Imagens finais (junho/2016) ao tratamento proposto para melasmas, enfatizando as regiões acometidas pela hipermelanose: frontal, nasal, zigomáticos direito, esquerdo e orbicular da boca
Fonte: Elaborado pelos autores

4. COSMÉTICOS UTILIZADOS

4.1 COSMECÊUTICOS

Segundo Michalun (2010), não há nenhuma definição legal ou oficial para o termo. São apresentados principalmente como “corretores” que influenciam as funções biológicas da pele para fins de combate ao envelhecimento, às rugas e para promover o rejuvenescimento cutâneo.

Relativo aos produtos escolhidos para atuação dentro do protocolo desmembram-se as funções: melhoria na função de barreira (hidratantes), esfoliação (AHAs e BHAs), normalização dos mecanismos de reparação celular (peptídeos

com cobre), inibição da oxidação (antioxidantes) e regulação da comunicação celular (peptídeos) (MICHALUN, 2010).

Tabela 1 - Princípios ativos referentes ao produto Bio-Nano C Powder (Bioage)

PRINCÍPIOS ATIVOS	FUNÇÃO
1. Ácido ascórbico (98%)	Clareador e antioxidante

Fonte: GOMES (2009); INCI; MICHALUN (2010); e site da marca

Tabela 2 - Princípios ativos referentes ao produto Bio C Drops - Serum clareador facial (Bioage)

PRINCÍPIOS ATIVOS	FUNÇÃO
1. Ácido ascórbico	Clareador e antioxidante
2. Ácido hialurônico	Hidratante natural (componente das GAG's)
3. Ultraspheres de retinol	Derivado da vitamina A
4. Ureia	Hidratante
5. Vitamina A	Reguladora da queratinização
6. Vitamina E	Antioxidante

Fonte: GOMES (2009); INCI; MICHALUN (2010); e site da marca

Tabela 3 - Princípios ativos referentes ao produto Glycolic peel (Bioage)

PRINCÍPIOS ATIVOS	FUNÇÃO
1. Ácido glicólico (10%)	Reduz a coesão corneocitária
2. Arbutim (2%)	Antioxidante

Fonte: GOMES (2009); INCI; MICHALUN (2010); e site da marca

TABELA 4 – Princípios ativos referentes ao produto Peeling Tri-Ativo (Adcos)

PRINCÍPIOS ATIVOS	FUNÇÃO
1. Ácido glicólico	Reduz a coesão corneocitária
2. Ácido salicílico	Queratolítico e anti-inflamatório
3. Microesferas de polietileno	Esfoliante
4. Micropartículas de cristal	Esfoliante
5. Pumpkin enzyme	Esfoliante

Fonte: GOMES (2009); INCI; MICHALUN (2010); e site da marca

TABELA 5 – Princípios ativos referentes ao produto Melan-Off Kit – Passo 1: Solução clareadora (Adcos)

PRINCÍPIOS ATIVOS	FUNÇÃO
1. Alphawhite complex	Inibição da atividade da tirosinase
2. Ácido láctico	Renovação celular
3. Gluconolactona	Queratolítico
4. Ácido salicílico	Queratolítico e anti-inflamatório
5. Ácido ferúlico	Antioxidante

Fonte: GOMES (2009); INCI; MICHALUN (2010); e site da marca

TABELA 6 – Princípios ativos referentes ao produto Melan-Off Kit – Passo 2: Emulsão reveladora (Adcos)

PRINCÍPIOS ATIVOS	FUNÇÃO
1. Ácido glicólico (7%)	Reduz a coesão corneocitária

Fonte: GOMES (2009); INCI; MICHALUN (2010); e site da marca

TABELA 7 – Princípios ativos referentes ao produto Lumix peel – Peeling iluminador (Adcos)

PRINCÍPIOS ATIVOS	FUNÇÃO
1. Hexylresorcinol	Inibidor da tirosinase e peroxidase
2. Ácido mandélico	Regenerador da epiderme, esfoliante, ceratolítico e antienvelhecimento
3. Ácido kójico	Clareador da epiderme e regenerador celular
4. Ácido ferúlico	Antioxidante
5. Ácido glicólico	Reduz a coesão corneocitária

Fonte: GOMES (2009); INCI; MICHALUN (2010); e site da marca

TABELA 8 – Princípios ativos referentes ao produto Lumix peel – Peeling regenerador (Adcos)

PRINCÍPIOS ATIVOS	FUNÇÃO
1. Ácido α -lipóico	Antioxidante
2. Ácido glicólico	Reduz a coesão corneocitária
3. Ácido salicílico	Queratolítico e anti-inflamatório

Fonte: GOMES (2009); INCI; MICHALUN (2010); e site da marca

4.2 DESCRIÇÃO DO PROTOCOLOS

14/03/2016 – 1ª sessão: Limpeza de pele

- Remoção da maquiagem com Mousse de aminoácidos (Bioage).
- Sabonete: Hyladerm (Bioage) – ácido glicólico, salicílico, gluconolactona e pectina.

- Esfoliante: Peeling Tri-Ativo (Adcos) – ácido glicólico, micropartículas de cristal e pumpkin enzyme.
- Emolientes: Amolecedor de comedões com trietanolamina (Bioage) e creme emoliente facial (Extratos da Terra).
- Uso de alta frequência posterior as extrações.
- Máscara: Clay máscara iluminadora – argila branca, argila rosa e extrato de oliva (Medicatriz).
- Tônico: Control 5A (Ellementti).
- Fotoprotetor: Dermosun Creme gel hidratante FPS 20 (Medicatriz).

21/03/2016 - 2ª sessão: Peeling químico – Bio - C Drops (Bioage)

- Demaquilante: Mousse de aminoácidos (Bioage).
- Sabonete: Clareador (Medicatriz) - ácido glicólico e pumpkin enzyme.
- Esfoliante: Tri- ativo – ácido glicólico, micropartículas de cristal e pumpkin enzyme (Adcos).
- Aplicação de peeling químico – Bio – C Drops: vitamina A, E, C, ácido hialurônico e ureia (Bioage):
 - Aplicação nas regiões que contém melasma (frontal, nasal e zigomático) por 10 minutos.
- Tônico: Tonicitá – extrato de Althéia, aminoácidos e pectina (Medicatriz).
- Finalização com emulsão hidratante cronodérmica – ácido hialurônico, colágeno, d-Pantenol e alfa-bisabolol (Essenziali).

- Fotoprotetor: Dermosun Gel creme FPS 13 (Medicatriz).

28/03/2016 - 3ª sessão: Peeling químico - Revitalize C (Ellementti)

- Sabonete: Clareador (Medicatriz) - ácido glicólico e pumpkin enzyme.
- Aplicação de peeling químico – Revitalize C (Ellementti):
 - Passo 1 – Pré-peeling: cloroexcedine e álcool:
 - Aplicação em toda a face resultando na delipidação, assim preparando a pele para o próximo passo.
 - Passo 2 – Peeling nível 1: Peeling Radiance: ácidos málico, pirúvico, tartárico e fítico.
 - Aplicação de 2,5mL por 10 minutos ou até formar eritema.
 - Passo 3 – Peeling nível 2: Peeling Radiance plus: ácidos málico, láctico, lactobionico, salicílico, hidroxietilureia, hexaresorcinol + powder C (100% ácido ascórbico).
 - Aplicação da dissolução da medida de uma ponta de espátula de powder C em 2,5mL do peeling Radiance Plus. Reaplicar segunda camada com cotonete em áreas hipercrômicas. Deixar agir por 15 minutos ou até formar eritema.
- Finalização com fotoprotetor FPS 30 (Medicatriz).

11/04/2016 – 4ª sessão – Peeling químico – Glycolic peel (Bioage)

- Sabonete: Biotempo (Extratos da Terra).

- Aplicação de peeling químico - Peeling Glycolic peel (Bioage):
 - Aplicar sobre a pele e deixar agir por 5 a 10 minutos ou de acordo com a sensibilidade dessa.

Obs.: Na pele da cliente foi deixado agir por 10 minutos segundo a tolerância e sensibilidade da pele.

- Finalização com fotoprotetor FPS 30 (Medicatriz).

18/04/2016 – 5ª sessão: Peeling Químico – Tri-ativo (Adcos)

- Sabonete: Glico-ativo – ácido glicólico, gluconolactona e lactobiônico (Adcos).
- Desengordurante: Solução pré-peeling – lactobiônico e ácido glicólico (Adcos).
- Esfoliante: Tri- ativo – ácido glicólico, micropartículas de cristal e pumpkin enzyme (Adcos).
- Máscara: Café mask – ácido glicólico do café e ácido mandélico (Bioage).
- Tônico: Loção calmante – óleo essencial de lavanda, tília e camomila (Bioage).
- Fotoprotetor: Dermosun Gel Creme FPS 13 (Medicatriz).

25/04/2016 – 6ª sessão: Peeling químico – Melan-off (Adcos)

- Sabonete: Glico-ativo – ácido glicólico, gluconolactona e lactobiônico (Adcos).

- Aplicação de peeling químico – Melan-off (Adcos) em toda a face:
 - Passo 1: Solução clareadora: Alphawhite complex, ácido láctico, gluconolactona, ácido salicílico e ferúlico.
 - Manobra de tamborilamento na pele para melhor absorção.
 - Passo 2: Emulsão reveladora: Ácido glicólico 7%.
- Fotoprotetor: Dermosun Creme gel hidratante FPS 20 (Medicatriz).

02/05/2016 – 7ª sessão: Hidratação cutânea

- Sabonete: Biotempo (Extratos da Terra).
- Esfoliante: Puritá – Extrato de algas e PCA-Na (Medicatriz).
- Máscara: Aquaface calmante – óxido de zinco, alantoína, alpha-bisabolol, extrato de rosas brancas e extrato de lavanda (Extratos da Terra).
- Máscara oclusiva: Cromoalgas azul (Adcos).
- Fotoprotetor: Creme gel hidratante FPS 20 (Medicatriz).

17/05/2016 – 8ª sessão: Microdermoabrasão + Peeling químico – Melan-off (Adcos)

- Sabonete: Glico-ativo – ácido glicólico, gluconolactona e lactobiônico (Adcos).
- Peeling de cristal em toda a face.
- Aplicação de peeling químico – Melan-off (Adcos) em toda a face.
- Fotoprotetor: Creme gel hidratante FPS 20 (Medicatriz).

23/05/2016 – 9ª sessão: Hidratação facial

- Sabonete: Glico-ativo – ácido glicólico, gluconolactona e lactobiônico (Adcos).
- Esfoliante/máscara: Café mask (Bioage):
 - Aplicação da máscara com movimentos circulares, esfoliando a pele. Na sequência deixou-se essa agir por 10 minutos.
- Aplicação de sérum de ácido hialurônico Bio intensive care (Bioage).
- Fotoprotetor: Creme gel hidratante FPS 20 (Medicatriz).

30/05/2016 – 10ª sessão: Peeling químico

- Sabonete: Glico-ativo – ácido glicólico, gluconolactona e lactobiônico (Adcos).
- Aplicação de peeling químico – Lumix Peel (Adcos) em toda a face:
 - 1º - aplicação do Peeling Iluminador (10 minutos agindo na pele);
 - 2º - aplicação do Peeling Renovador sobre o antecedente (10 minutos agindo na pele).
- Máscara: Anti aging – ácido ferúlico, salicílico e niacinamida.
- Fotoprotetor: Creme gel hidratante FPS 20 (Medicatriz).

13/06/2016 – 11ª sessão: Peeling físico + Microdermoabrasão + Peeling químico – Glycolic peel (Bioage)

- Sabonete: Glico-ativo – ácido glicólico, gluconolactona e lactobiônico (Adcos).
- Esfoliante: Tri- ativo – ácido glicólico, micropartículas de cristal e pumpkin enzyme (Adcos).

- Peeling de diamante em toda a face.
- Aplicação de peeling químico - Peeling Glycolic peel (Bioage):
 - Aplicar sobre a pele e deixar agir por 5 a 10 minutos ou de acordo com a sensibilidade dessa.

Obs.: Na pele da cliente foi deixado agir por 10 minutos segundo a tolerância e sensibilidade da pele.

- Fotoprotetor: Creme gel hidratante FPS 20 (Medicatriz).

4.3 HOMECARE

Para *homecare* foram sugeridos dois cremes faciais: um diurno e um noturno. Isto posto, o hidratante relativo ao dia consiste em veículo gel creme (30g) com alfa-bisabolol (anti-inflamatório), vitamina E (antioxidante) e FPS 30. Enquanto o referente a noite comporta veículo sérum (30g) com ácido glicólico (reduz coesão corneocitária), ácido kójico (inibe a quelação do cobre) e alfa-arbutin (inibidor da tirosinase).

4.3.1 Hidratante diurno

Alfa-bisabolol, extraído da camomila, é constituído por álcool sesquiterpênico monocíclico insaturado. Possui ação anti-bacteriana (inibe o crescimento de bactérias gram-positivas); anti-inflamatório; anti-micótico; antisséptico; anti-irritante; calmante e cicatrizante (GOMES, 2009).

Enquanto a Vitamina E é uma substância bioquímica sintetizada em laboratório com ação antioxidante; umectante; nutritivo; ativa a microcirculação e retarda o envelhecimento (GOMES, 2009).

E, para finalizar, FPS 30 para promover a proteção perante os raios UVA e UVB, mesmo que a cliente, posteriormente a aplicação do hidratante diurno, faça uso de um fotoprotetor complementar.

4.3.2 HIDRATANTE NOTURNO

Composto por AHA's como ácido glicólico e kójico juntamente ao alfa-arbutin. O glicólico é um ácido orgânico extraído da cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*). Atua como renovador celular; hidratante; vasodilatador e redutor da espessura da epiderme. (GOMES, 2009). À medida que o kójico, assim como o alfa-hidroxiácido anterior, é orgânico, porém da fermentação do arroz. Sucintamente, Gomes (2009), traz a ação desse como clareador da epiderme e renovador celular.

Contudo, Ribeiro (2010) complementa que o mecanismo de ação deste despigmentante se dá por inibição não-competitiva da tirosinase através da quelação de íons cobre no sítio ativo da tirosinase, que inibe sua ação. Também pode atuar como redutor nos intermediários da reação de melanogênese, bloqueando processos oxidativos importantes para formação da melanina (RIBEIRO, 2010).

Destaca-se que a associação do ácido kójico com o ácido glicólico pode intensificar o efeito despigmentante. Torna o produto final mais eficaz, quando comparado à aplicação de monoterapia com hidroquinona, ou tão eficaz quanto ao uso de hidroquinona e ácido glicólico associados (GOMES, 2009; RIBEIRO, 2010).

E, por fim, alfa-arbutin é derivado da arbutina (hidroquinona-D-glucopiranosídeo), das folhas da uva-ursina. Constituído da hidroquinona. Tem como função ser clareador da pele, bloqueador da biossíntese epidermal da melanina pela inibição enzimática da tirosinase e dopa. Minimizador das manchas senis. Pode reduzir o grau de bronzeamento após exposição UV. (GOMES, 2009; RIBEIRO, 2010).

5 RESULTADOS PARCIAIS OU FINAIS

As hiperpigmentações estão diretamente ligadas às oscilações de autoestima. Dentre elas, o melasma, queixa principal do estudo de caso. De acordo com o acometimento da disfunção, as máculas podem ser tratadas por esteticistas, tecnólogos em estética e cosmética, biomédicos estéticos e médicos dermatologistas. Nessa circunstância, o agravamento era epidérmico, sendo lícito o uso de *peelings* muito superficiais e superficiais. Assim, nota-se que a conotação de saúde não engloba somente procedimentos invasivos, trazendo caráter litigioso perante os profissionais que atuarão na causa. Os achados relativos à queixa dissertada em tal artigo são escassos na literatura, igualmente a outros assuntos acerca das alterações cutâneas. Logo, tem-se também o intuito de acrescer à cognição de graduandos e atuantes na área.

Conforme relatado na anamnese, a cliente já havia realizado tratamento dermatológico dois meses antes de iniciar o estudo de caso. Realizou uso de Vita-nol A, hidroquinona e ácido azelaico por esse mesmo período. Porém, não obteve significativa melhora no quadro.

A cliente possui 31 anos, faz uso de contraceptivo oral e suplementação alimentar com luteína. Sua rotina de beleza comporta os seguintes cosméticos: sabonete *La Roche Posay* – Desincruste, esfoliante *Vichy*, tônico *Clinique* – Passo 2 (pele mista) alternado com outro manipulado de camomila e hamamélis, hidratante *Vichy* (pele oleosa) alternado com *Essenziali* (pele mista a oleosa) e fotoprotetor *Bioré FPS 50+*.

Vide classificação de Fitzpatrick, seu fototipo cutâneo corresponde ao I: branca, sempre queima, nunca bronzeia, muito sensível ao sol. Pele mista com sensibilidade média, seu rosto comporta telangiectasias, cicatriz na região glabellar, óstios dilatados, efélides, acne grau II (inflamatória/papulopustulosa) na região frontal e mentoniana, grau de envelhecimento G1. Por final, melasmas – queixa principal – localizados na região frontal, zigomáticos direito e esquerdo, nasal e orbicular da boca.

Na avaliação sob a luz de wood, constatou-se que os melasmas apresentados eram epidérmicos, prosseguindo o tratamento lícito para tecnólogas em estética e cosmética. Em concordância com a citação realizada na introdução, o limite para tratamentos estéticos na área estudada é o nível superficial. A partir do nível dérmico, competem-se aos médicos dermatologistas.

Observa-se na figura 1, primeira coluna, pertencente a março/2016, antecedente ao tratamento, máculas castanho-claro (região frontal e orbicular da boca) e castanho-escuro (nasal, zigomáticos direito e esquerdo). A cliente relatou leve clareamento na lesão frontal após o primeiro peeling químico com vitamina C realizado na segunda sessão (21/03/2016).



Figura 1 - Imagens realizadas antes (março/2016), durante (maio/2016) e ao final (junho/2016) do tratamento para melasmas na região frontal, nasal, zigomáticos direito e esquerdo e orbicular da boca
Fonte: elaborado pelo autor

No decorrer da execução do protocolo notou-se maior permeação dos ativos na região dos zigomáticos e orbicular da boca; enquanto houve resistência na lesão localizada na região frontal (figura 1, segunda coluna, relativo a maio/2016). Entre algumas sessões, houve alternâncias com *peeling* químico e hidratação facial. Também houve demanda da cliente acerca de um cosmético para a região das olheiras. Dessa maneira, sugeriu-se um adicional ao *homecare*: ácido tranexâmico, ginkgo biloba, ácido hialurônico 15g no veículo sérum, destinado para queixa. A melhora permaneceu nos mesmos pontos, porém notou-se discreto clareamento na lesão mais pigmentada, a frontal.

Ao total de treze sessões, elaboraram-se as fotos finais para comparar e comprovar resultados (veja figura 1, terceira coluna, relativo a junho/2016). Enfatiza-se que a cliente permaneceu utilizando os cosméticos descritos na anamnese, porém com o *homecare* como adicional. Recomendações como uso e reaplicação de fotoprotetor, restrição perante excesso solar na face, hidratação com afinco durante o pós-peeling e uso rotineiro do *homecare*, foram seguidas com sucesso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O melasma, assim como as demais hiperpigmentações, não tem cura, mas tratamento para atenuar as máculas. Logo, acolher tal queixa principal com o desafio de atingir um resultado satisfatório com recursos estéticos – não invasivos –, prática do profissional tecnólogo em estética e cosmética, é sinônimo de responsabilidade e competência.

Após a execução do protocolo semanalmente, durante três meses, com associação de *peelings* mecânicos (microdermoabrasão) e químicos, juntamente de hidratações faciais intercaladas e uso de *homecare* adequado, atingiu-se o resultado almejado. A melhora do quadro acarretou em um clareamento geral da face e, singularmente, das lesões apontadas como critério decisivo para baixa autoestima.

REFERÊNCIAS

- ADCOS.** Disponível em: <<https://www.adcos.com.br/>>. Acesso em: 30 mai. 2016.
- ALAM, M.; GLADSTONE, H. B.; TUNG, R. **Dermatologia cosmética:** requisitos em dermatologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- AMORIM, M. I.; PIAZZA, F. C. P. **Uso de argilas na estética facial e corporal.** Monografia (Conclusão de curso).
- BAUMANN, Leslie; WEISBERG, Edmund. **Dermatologia cosmética:** princípios e prática. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, c2004.
- BIOAGE.** Disponível em: <<http://www.bioage.com.br/>>. Acesso em: 30 mai. 2016.
- COLLADO, C. I. A.; COSTA, M. E. V.; DABBUR, F. S. Uso racional de fotoprotetores. **Cosmetics & Toiletries**, v. 25, p. 62-69, mar./abr. 2014.
- DAL GOBBO, P. **Estética facial essencial:** orientação para o profissional de estética. São Paulo: Atheneu Editora, 2010.

ELLEMENTTI. Disponível em: <<http://ellementti.com.br/>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

ESSENZIALI. Disponível em: <<http://www.essenziali.com.br/>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

EXTRATOS DA TERRA. Disponível em: <<https://extratosdaterra.com.br/>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

GOMES, R. K. **Cosmetologia:** descomplicando os princípios ativos. 3. ed. São Paulo: Livraria Médica Paulista Editora, 2009.

GUERRA, F. M. R. M.; KRINSK, G. G.; CAMPIOTTO, L. G.; GUIMARÃES, K. M. F. Aplicabilidade dos peelings químicos em tratamentos faciais – Estudo de revisão. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research** – BJSCR, v. 4, n. 3, p. 33-36, set./nov. 2013.

Medicatriz. Disponível em: <<http://medicatriz.com.br/>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

MICHALUN, N.; MICHALUN, M. V. **Dicionário de ingredientes para cosmética e cuidados da pele.** São Paulo: Cengage Learning: Editora Senac São Paulo, 2010.

MIOT, L. D. B.; MIOT, H. A.; SILVA, M. G.; MARQUES, M. E. A. **Fisiopatologia do melasma.** Na Bras Dermatol. 2009, n. 84, v. 6, p. 623-35.

STEINER, D. Melasma. **Cosmetics & Toiletries**, v. 26, p. 32, mar./abr, 2014.

ANÁLISE DAS COMORBIDADES E O TC6 NOS RESULTADOS DA REABILITAÇÃO PULMONAR PARA PORTADORES DE DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA

Destaque em Ciências da Saúde

Fisioterapia

Bruna Kuhn¹

Cassia Costa²

Kelin Cristina Laux³

Kelly Furnaleto⁴

Rodrigo Garcia⁵

Luciane Dalcanale Moussalle⁶

¹ Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Feevale. E-mail: bruna_kuhn@yahoo.com.br.

² Profa. Dra. do curso de Fisioterapia da Universidade Feevale. E-mail: cassiac@feevale.br.

³ Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Feevale. E-mail: kelincristinalaux@gmail.com.

⁴ Profa M. Do curso de Enfermagem da Universidade Feevale. E-mail: kellyf@feevale.br.

⁵ Graduado em Quiropraxia e Enfermagem pela Universidade Feevale. E-mail: rodrigodaquiropraxia@gmail.com.

⁶ Profa. Dra. do Curso de Fisioterapia da UFCSPA. E-mail: lucianed@ufcspa.edu.br.

RESUMO

A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é definida como uma doença prevenível e tratável com um componente pulmonar, caracterizado por uma limitação crônica ao fluxo aéreo. No entanto, a DPOC pode estar associada à comorbidades, levando ao agravamento da intolerância ao exercício físico. O objetivo principal foi analisar as comorbidades em pacientes portadores de DPOC. A pesquisa teve abordagem quantitativa, descritiva, exploratória e documental e a amostra foi constituída de 124 pacientes com DPOC que frequentavam o Programa de Reabilitação Pulmonar (PRP) da Universidade Feevale/RS, no período de 2002 a 2013, utilizando o banco de dados do referido projeto. A análise estatística foi através do *software* SPSS 12.0 com significância de $p < 0,05$. Ao total foram analisados 124 prontuários e obtiveram média de 63,93 anos e predomínio do gênero masculino. Em relação às comorbidades, verificou-se que 64 (51,6%) não tinham nenhum tipo de doenças associadas ao DPOC; sobre a média de Distância Percorrida no TC6, passou de 398,96 no pré para 451,57 metros no pós. Deste modo, pode-se inferir que a DPOC é uma doença que causa limitações físicas ao paciente independentemente das comorbidades, no que se diz respeito a teste de caminhada.

Palavras-chave: Comorbidade. Doença pulmonar obstrutiva crônica. Reabilitação.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil passa por transição epidemiológica e demográfica com queda das mortes por doenças infectocontagiosas e aumento das mortes por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), semelhante ao quadro epidemiológico mundial. Nesse contexto, propostas de intervenções preventivas e estratégias de mudança de estilos de vida são criadas com o intuito de reduzir a prevalência dessas doenças, uma vez que, no Brasil, 72% das mortes por causas conhecidas são devido às DCNT (BRASIL, 2011; DUNCAN, 2012).

Por outro lado, com o avanço de investigações clínicas e epidemiológicas, tornou-se possível identificar diversos fatores de adoecimento por esses agravos. Dentre eles, podem ser identificados dois grupos específicos: primeiro, os fatores não modificáveis, como gênero, idade e história familiar e segundo, fatores comportamentais como tabagismo, alimentação inadequada, sedentarismo e consumo de álcool (MÁSSIMO, SOUZA; FREITAS, 2015).

A doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), causada na maioria das vezes pelo uso do tabaco, é definida como uma doença prevenível e tratável com um componente pulmonar, caracterizada por uma limitação crônica ao fluxo aéreo, com efeitos sistêmicos significativos que contribuem para a gravidade das manifestações clínicas e uma das principais causas de morbidade e mortalidade no mundo (ANTÔNIO, 2010; MARCHIORI *et al.*, 2010; GOLD, 2013).

No Brasil, em 2012, aproximadamente 562 mil internações foram devido às doenças respiratórias, sendo que 107 mil dessas internações devido

a DPOC. Já o número de óbitos vem crescendo nos últimos anos (DATASUS, 2012).

No entanto, a DPOC pode estar associada à comorbidades, como as doenças cardiovasculares, metabólicas, musculoesqueléticas e psicológicas, levando ao agravamento da intolerância ao exercício físico, bem como à perda de força muscular respiratória e diminuição no desempenho das atividades de vida diária, no trabalho e na qualidade de vida relacionada à saúde, que constituem a fundamentação científica da indicação de um programa de reabilitação pulmonar (PRP) (LAIZO, 2009; WEHRMEISTER *et al.*; 2011; CAVALLIÈ *et al.*, 2013; FRANSSEN; ROCHESTER, 2013; FUMAGALLI *et al.*, 2013).

Portanto, o treinamento físico deve ser baseado na melhora da capacidade aeróbica, estendendo-se aos cuidados de uma equipe multiprofissional, como nos PRP (LAIZO, 2009; CAVALLIÈ *et al.*, 2013; FRANSSEN; ROCHESTER, 2013; FUMAGALLI *et al.*, 2013).

Nesse contexto, objetivou-se analisar as comorbidades em pacientes portadores de DPOC, bem como traçar o perfil da amostra e comparar a capacidade de exercício pré e pós-PRP.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, descritiva, exploratória e documental. A população foi constituída de 446 pacientes com DPOC que frequentaram o PRP da Universidade Feevale/RS, no período de 2002 a 2013, sendo a amostra composta por 124 pacientes, maiores de 18 anos, que possuíam

cadastro completo no banco e finalizam o PRP. Utilizou-se formulário referente à idade, gênero e comorbidades além do Teste de Caminhada de 6 Minutos (TC6), do banco de dados do referido projeto. A coleta foi realizada no ano de 2014, no PRP da referida universidade.

O TC6 seguiu a padronização sugerida pela American Thoracic Society (ATS); antes e ao final de cada teste foram anotados a SpO_2 por oximetria de pulso, FC, resultado da escala de Borg para dispneia e presença de cansaço nas pernas. Os testes foram realizados em um corredor externo, completamente livre de transeuntes, de 30m de comprimento, com superfície lisa e marcada a cada 3 m e a delimitação do circuito era indicada por cones de sinalização. Imediatamente antes de começar os testes, os participantes recebiam orientações conforme o texto traduzido da diretriz da ATS. Ao final do TC6, os indivíduos eram orientados a permanecer no mesmo lugar até que fossem realizadas as medidas acima citadas, obtidas imediatamente após a interrupção do teste. O examinador não caminhou com os participantes e, a cada minuto, informava aos participantes o tempo que faltava para completar os seis minutos, com frases de incentivo padronizadas (“Você está indo bem.”, “Bom trabalho, continue!” e “Você está indo bem, mantenha o ritmo.”). Faltando quinze segundos para a finalização do teste, o examinador avisava ao participante, e logo ao final do sexto minuto dava uma mensagem clara indicando o término do teste (“Pare!”).

Os resultados das variáveis nominais foram expressos através de análises de frequência e os resultados das variáveis contínuas, através de média \pm desvio-

-padrão, bem como teste de Kolmogorov Smirnov, teste de T (Student) e teste χ^2 , com significância de $p < 0,05$.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados cento e vinte e quatro pacientes com DPOC cadastrados no PRP (pré e pós-programa) da Universidade Feevale/RS, no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2013.

Na presente pesquisa, verificou-se que a idade dos pacientes portadores de DPOC variou de trinta e três a oitenta e nove anos, sendo a média de 63,93 anos. Predominou o gênero masculino, com 77 indivíduos (62,1%).

Em relação à presença ou não de comorbidades, verificou-se que 64 (51,6%) não tinham nenhum tipo de doenças associadas ao DPOC. As comorbidades em pacientes com DPOC cadastrados no PRP estão descritas na tabela 1.

Além disso, observou-se que 64 (51,6%) dos pacientes desta pesquisa nega possuir algum tipo de comorbidades; HAS

Tabela 1 – Comorbidades em pacientes com DPOC cadastrados no PRP

Variáveis	N = 124
Nega	64 (51,6%)
HAS	36 (29,03%)
Outros	17 (13,7%)
Cardiopatía	14 (11,3%)
DM	8 (6,5%)
Osteoporose	3 (2,4%)
Hipercolesterolemia	3 (2,4%)
Vascular	2 (1,6%)
Depressão	1 (0,8%)

*HAS: Hipertensão Arterial Sistêmica; DM: Diabetes Mellitus

**Resultados expressos através de análises de frequência

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

foi a mais frequente com 36 (29,03%), seguida de cardiopatia 14 (11,3%) e DM 8 (6,5%), além de 17 indivíduos (13,7%) relataram ter demais comorbidades, tais como: doenças musculoesqueléticas, ansiedade, câncer, entre outros.

Corroborando, Marchiori *et al.* (2010) afirmam que as comorbidades mais frequentes em seus estudos associadas à DPOC são: cardiopatia, DM, insuficiência renal (IR) e insuficiência hepática (IH), entre outras doenças menos prevalentes. As duas primeiras patologias encontradas no estudo dos autores supracitados vêm ao encontro dos resultados desta pesquisa, porém algumas doenças citadas como IR e IH estão incluídas na soma de outros tipos de comorbidades.

Em relação à média de Distância Percorrida no TC6, essa foi mais elevada no pós-PRP quando comparado ao pré-PRP, passando de uma média de 398,96 para 451,57 metros, sendo estatisticamente significativa, ou seja, $p=0,01$, mostrando, assim, a eficácia do PRP na melhora da distância percorrida e, conseqüentemente, na QV dos pacientes portadores de DPOC.

Na tabela 2, observa-se a associação entre comorbidades.

Nesta pesquisa, pode-se observar que o gênero do paciente não foi estatisticamente significativa ($p=0,46$) em relação à presença ou ausência das comorbidades. Entretanto, pôde-se observar que os homens adoecem mais do que as mulheres e que as comorbidades são frequentes em pacientes senis.

Em relação ao TC6, percebeu-se que os pacientes apenas com DPOC percorreram uma distância maior do que os pacientes com DPOC e comorbidades associadas, porém não sendo significativo ($p=0,33$) após o PRP.

Tabela 2 - Associação entre comorbidades dos pacientes com DPOC cadastrados no PRP com as demais variáveis de estudo

Variáveis	Comorbidade		p
	Ausência n = 64	Presença n= 60	
Sexo			0,46
Masculino	39 (60,94%)	38 (63,33%)	
Feminino	25 (39,06%)	22 (36,67%)	
Idade (anos)	62,42 ± 9,26	65,53 ± 7,94	0,04
TC6			
DP Antes (metros)	403,63 ± 108,05	394 ± 85,40	0,58
DP Depois (metros)	459,44 ± 1073	443,18 ± 76,43	0,33

*TC6 : Teste da Caminhada dos Seis Minutos; DP: Distância Percorrida

**Resultados expressos através de média ± desvio-padrão

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Pode-se inferir que a DPOC por si já é uma doença que causa limitações físicas ao paciente independentemente de outras doenças, no que se diz respeito a testes de caminhada.

Na tabela 3 (próxima página), encontra-se a associação entre comorbidades dos pacientes eo TC6.

Percebeu-se que a comorbidade HAS apresentou diferença estatisticamente significativa ($p=0,01$) em relação ao TC6 antes e pós PRP. Esses pacientes melhoraram a distância percorrida, mesmo sendo hipertensos. Em pacientes com DM houve mudança significativa semelhante aos pacientes acometidos pela HAS.

Tabela 3 – Associação entre comorbidades dos pacientes com DPOC cadastrados no PRP (pré e pós-programa) da Universidade Feevale/RS, no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2013, com o TC6

Comorbidades	Pré-PRP	Pós-PRP	p
HAS			
TC6	400,98 ± 77,79	457,53 ± 67,42	0,01*
DM			
TC6	356,8 ± 105,93	451,67 ± 78,13	0,01*
Cardiopatia			
TC6	366,23 ± 100,52	426,45 ± 85,33	0,01*
Osteoporose			
TC6	343,16 ± 88,94	413,50 ± 121,23	0,10
Vascular			
TC6	387,55 ± 133	385,0 ± 77,78	0,95

*HAS= Hipertensão Arterial Sistêmica; DM= Diabetes Mellitus, TC6= Teste da Caminhada dos Seis Minutos

**Resultados expressos através de média ± desvio-padrão

Fonte: Elaborada pelos pesquisadores

Já em pacientes cardiopatas, também se verificou uma mudança significativa nas médias dos indicadores do TC6 ($p=0,01$), enquanto que nos pacientes com osteoporose e doenças vasculares, não houve mudança estatisticamente significativa para esta variável.

Para Fumagalli *et al.* (2013) e Franssen e Rochester (2013), as comorbidades associadas à DPOC variam consideravelmente de acordo com diferentes estudos. Porém, em seus estudos sobre doenças e DPOC, notou-se maior progressão para

doenças cardiovasculares, HAS, DM, câncer de pulmão, ansiedade, depressão e disfunção musculoesqueléticas nesses pacientes, o que corrobora com os resultados obtidos em relação a “outras” comorbidades encontradas nesta pesquisa.

Ainda, Fumagalli *et al.* (2013) afirmam que os pacientes com DPOC são idosos na sua maioria e apresentam uma série de outras patologias médicas crônicas associadas, tais como: doença arterial coronariana, DM, HAS e a osteoporose.

Contribuindo ao tema, Franssen e Rochester (2013) afirmam que a atividade física e exercícios regulares, que são realizados no PRP, são recomendados para pacientes com DPOC e também para pacientes com doenças cardiovasculares, hipertensos, com doenças musculoesqueléticas, obesidade e DM, sendo importante ressaltar que, cerca de metade dos pacientes portadores de DPOC do PRP da Universidade Feevale possuem comorbidades.

4 CONCLUSÃO

Tendo em vista os resultados desta pesquisa, conclui-se que é possível demonstrar a eficácia do PRP na melhora da capacidade e tolerância ao exercício físicos nos portadores de DPOC. Deste modo, busca-se dar continuidade às pesquisas, como forma de estimular equipes multidisciplinares no processo de reabilitação a DPOC, bem como, de identificar as limitações para essa população. Além disso, observa-se a necessidade de criação de políticas públicas que auxiliem de forma mais ativa no tratamento não farmacológico da DPOC.

REFERÊNCIAS

ANTÓNIO, Carla *et al.* Doença pulmonar obstrutiva crônica e exercício físico.

Revista Portuguesa de Pneumologia, Lisboa, v. 16, n. 4, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1697/169715639011.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Brasília: MS, 2011. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1697/169715639011.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

CAVAILLÈS, Arnaud *et al.* Comorbidities of COPD. **European Respiratory Society Publications**, Paris, v. 22, p. 454-475, fev. 2013. Disponível em: <<http://err.ersjournals.com/content/22/130/454>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

DATASUS. **Dados DPOC Brasil** - Comissão DPOC, 2012. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

DUNCAN, B. Bartholow *et al.* Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: prioridade para enfrentamento e investigação. **Revista de saúde pública**, v. 46, p. 126-134, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102012000700017&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 jan. 2017.

FRANSEN, Frits M. E.; ROCHESTER, Carolyn L. Comorbidities in patients with COPD and pulmonary rehabilitation: do they matter? **European Respiratory Society**, Paris, v. 23, p. 131-141, out. 2014. Disponível em: <<http://err.ersjournals.com/content/23/131/131>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

FUMAGALLI, Giorgio *et al.* INDACO project: a pilot study on incidence of comorbidities in COPD patients referred to pneumology units. **Multidisciplinary Respiratory Medicine**, Roma, v. 8, n. 28, abr. 2013. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3637139/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

GOLD. Global strategy for the diagnosis, management, and prevention of chronic obstructive pulmonary disease. **Report updated 2007**. Chapter 5: Management of COPD: 32-69. Disponível em: <[http://www.collegiumramazzini.org/download/19_NineteenthCRStatement\(2016\).pdf](http://www.collegiumramazzini.org/download/19_NineteenthCRStatement(2016).pdf)>. Acesso em: 03 dez. 2016.

LAIZO, Artur. Doença pulmonar obstrutiva crônica. **Revista Portuguesa de Pneumologia**, Lisboa, v. 15, n. 6, nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-21592009000600008>. Acesso em: 12 jan. 2016.

MÁSSIMO, Erika; SOUZA, Hercília; FREITAS, Maria. Doenças crônicas não transmissíveis, risco e promoção da saúde: construções sociais de participantes do Vigitel. **Ciência e saúde coletiva**, v. 20, n. 3, p. 679-688, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n3/pt_1413-8123-csc-20-03-00679.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MARCHIORI, Roseane C. *et al.* Diagnóstico e tratamento da DPOC exacerbada na emergência. **Revista da AMRIGS**, Porto Alegre, v. 54, n. 2, p. 214-223, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://amrigs.org.br/revista/54-02/19-481_diagnostico_e_tratamento_da_DPOC.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2016.

WEHRMEISTER, Fernando *et al.* Programas de reabilitação pulmonar em pacientes com DPOC. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 37, n. 4, 2011. Disponível em: <http://www.jornaldepneumologia.com.br/detalhe_artigo.asp?id=863>. Acesso em: 15 jan. 2017.

ANÁLISE SENSORIAL DE FERMENTADOS ACÉTICOS DE FRUTAS PRODUZIDOS EM PEQUENA ESCALA

Destaque em Ciências da Saúde

Gastronomia

Tiago Barbosa Macedo¹

Lucas Lauck Pedroso²

Simone Weschenfelder³

¹Técnico em Gastronomia pela Universidade Feevale. E-mail: tiaguicho@gmail.com.

²Acadêmico do curso de Gastronomia da Universidade Feevale. E-mail: lucaslauckpedroso@gmail.com.

³Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos, professora adjunta da Universidade Feevale.
E-mail: simone.weschenfelder@yahoo.com.br.

RESUMO

A análise sensorial é usada para evocar, medir, analisar e interpretar reações das características dos alimentos como são percebidas pelos sentidos da visão, olfato, gosto, tato e audição. O objetivo do presente trabalho foi realizar a análise sensorial de duas formulações de fermentado acético de banana e carambola produzidas artesanalmente na disciplina de Tecnologia de Alimentos do curso superior de Tecnologia em Gastronomia da Universidade Feevale. Para realização da análise, foi empregado o teste de preferência, utilizando a escala hedônica de 9 pontos, e os provadores foram questionados quanto a intenção de compra do produto. 22 provadores não treinados constituídos por alunos e professoras participaram voluntariamente do teste. As amostras de fermentado acético foram apresentadas em copos plásticos e os provadores instruídos a realizar a avaliação global das mesmas. 73% dos provadores gostaram do fermentado acético de banana e 91% do fermentado acético de carambola. Quanto à intenção de compra, o fermentado acético de carambola foi o que apresentou maior indicação, 59%, reforçando os resultados do teste de preferência. A produção em pequena escala de fermentados acéticos de frutas é interessante e representam um nicho de mercado a ser explorado, principalmente com foco em profissionais da área da gastronomia.

Palavras-chave: Gastronomia. Produção artesanal de alimentos. Teste de preferência. Vinagre.

1 INTRODUÇÃO

O fermentado acético é definido como o produto obtido da fermentação acética do fermentado alcoólico de mosto de cereais, frutas ou de outros vegetais, de mel, ou da mistura de vegetais, ou ainda de mistura hidroalcoólica. Pode apresentar várias classificações, de acordo com o tipo de matéria-prima, sendo designados de fermentados acéticos ou vinagres, seguidos do nome da matéria-prima de origem (BRASIL, 1999).

Os vinagres são usados na gastronomia para aumentar a acidez dos alimentos, sendo de uso frequente em conservas, entradas, pratos principais. Nesse sentido, aumentam a segurança alimentar, pois o pH baixo tem ação inibidora frente a microrganismos patogênicos (JAY, 2005).

Na gastronomia contemporânea, observa-se crescente interesse nas novidades que apresentem provocações gustativas, impulsionadas pelas tendências da gastronomia tecno-emocional. Logo, o uso de vinagres de frutas se encaixa neste grupo de inéditas percepções do gosto. Contudo, considerando o mercado ainda restrito de comensais interessados nessas experiências, torna-se interessante a produção destes vinagres em pequena escala.

A acidez em alimentos provoca as papilas gustativas, preparando o paladar para os sabores do alimento, diminuindo a sensação desagradável do excesso de gordura e, quando combinada com doces, reduz a sensação enjoativa do exagero de glicose.

Os vinagres mais conhecidos são os de vinho tinto, vinho branco, de cana de açúcar e arroz. Neste caso, os clientes já reconhecem e compram motivados

pelo custo-benefício ou qualidade já reconhecida de certas marcas no mercado. Para se lançar um novo insumo no concorrido meio gastronômico é preciso ferramentas que testem as preferências e a intenção de compra. Comumente usada é análise sensorial.

A análise sensorial é definida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas como a área científica usada para evocar, medir, analisar e interpretar reações das características dos alimentos e materiais como são percebidas pelos sentidos da visão, olfato, gosto, tato e audição (ABNT, 1993).

O objetivo do presente trabalho foi realizar a análise sensorial de duas formulações de fermentado acético de banana e carambola produzidas artesanalmente ao longo da disciplina de Tecnologia de Alimentos do curso superior de Tecnologia em Gastronomia da Universidade Feevale.

2 DESENVOLVIMENTO

Desde a industrialização dos alimentos, que, no Brasil, se intensificou a partir da década de 1980, o entendimento sobre a qualidade dos alimentos vem sofrendo alterações. Antes do início do processo de industrialização, a produção e o processamento de alimentos estavam associados à produção em pequena escala. Neste contexto, a presença de práticas e atividades de transformação e/ou processamento de algumas matérias-primas para conservação se dava, principalmente, no ambiente doméstico, e fazia parte da vida dos agricultores e agricultoras que, ao processar carnes, compotas, conservas, embutidos e queijos, garantiam maior diversidade de alimentos durante todo o ano (CRUZ; SCHENEIDER 2010).

Com a evolução das indústrias de alimentos, observaram-se avanços importantes, em que a qualidade de alimentos passou a ser associada à padronização e ao monitoramento do processamento do alimento. Contudo, nos últimos anos, vários casos de adulteração de alimentos vieram à tona, envolvendo produtores, transportadores e indústrias de grande porte, revelando fragilidades no sistema de produção em larga escala (CRUZ; SCHNEIDER, 2010; WESCHENFELDER *et al.*, 2016). Assim, visualiza-se um resgate e uma valorização por parte da população dos alimentos produzidos em pequena escala e regionalmente, apresentando-se como um nicho de mercado para o profissional da gastronomia.

A produção dos fermentados acéticos foi realizada artesanalmente ao longo da disciplina de Tecnologia de Alimentos do curso superior de Tecnologia em Gastronomia da Universidade Feevale, utilizando-se a infraestrutura dos laboratórios do Centro de Estudos em Nutrição e Gastronomia e Química. Para elaboração dos fermentados acéticos, utilizaram-se banana e carambola, produzidas no sistema agroecológicos, açúcar refinado, água, fermento *Saccharomyces cerevisiae* e vinagre de maçã orgânico (fonte de bactérias acéticas). A proporção utilizada para fermentação alcoólica foi de 1:2 de fruta e água e 55% do peso da fruta de açúcar. O brix inicial da banana foi de 24° e o da carambola de 3,5°, após adição da água e do açúcar, o mosto apresentou brix de 22° para o de banana e 15° para a carambola.

Utilizou-se o método lento de produção de vinagre, para a fermentação usou-se *Saccharomyces cerevisiae* pelo modo de pé de cuba e se fermentou por um mês, em temperatura ambiente e em meio anaeróbio. Filtrou-se, então, o fer-

mentado, adicionando-se 50 mL de vinagre de maçã que continha 5,7% de ácido acético, e fermentou-se por mais um mês, em temperatura ambiente e em meio aeróbio.

Nas análises de determinação do ácido acético, obtidas por titulação com hidróxido de sódio em laboratório, obteve-se 4,8% de ácido acético no fermentado acético de banana e 2,8% no fermentado acético de carambola. O fermentado acético de banana atingiu o valor mínimo estabelecido pela legislação brasileira (BRASIL, 1999), que é de 4% de ácido acético, enquanto que o de carambola não atingiu. O percentual de brix, o tempo de fermentação alcoólica e acética e as variações de temperatura podem ter contribuído para os resultados encontrados, principalmente em função das características intrínsecas das frutas empregadas.

Para realização da análise, foi empregado o teste de preferência, com utilização de escala hedônica de 9 pontos, que é aplicada para medir o grau de satisfação, em que 1 equivale a “desgostei extremamente” e 9 “gostei extremamente” (INSTITUTO ADOLFO LUTZ, 2008). Os provadores ainda foram questionados quanto à intenção de compra, caso as amostras estivessem à venda no mercado.

22 provadores não treinados constituídos por alunos e professores do curso de Gastronomia da Universidade participaram voluntariamente do teste, sendo previamente informados do objetivo da pesquisa e da composição das amostras. A análise sensorial foi realizada no período da tarde, junto à sala de enogastronomia. As amostras de fermentado acético foram servidas em copos plásticos, em que os provadores eram instruídos a realizar a avaliação global das

Tabela 1 - Resultado do teste de preferência, utilizando a escala hedônica de 9 pontos, da avaliação de duas formulações de fermentados acéticos de banana e carambola produzidos artesanalmente

Escala hedônica de 9 pontos		Fermentado acético de banana		Fermentado acético de carambola	
		Provadores	%	Provadores	%
1	desgostei extremamente	0	0,0	0	0,0
2	desgostei moderadamente	1	4,5	1	4,5
3	desgostei regularmente	1	4,5	0	0,0
4	desgostei ligeiramente	1	4,5	1	4,5
5	não gostei nem desgostei	3	13,6	0	0,0
6	gostei ligeiramente	4	18,2	1	4,5
7	gostei regularmente	4	18,2	6	27,3
8	gostei moderadamente	0	0,0	8	36,4
9	gostei extremamente	8	36,4	5	22,7

Fonte: elaborado pelos autores

amostras, sendo indicada a ingestão de água entre uma amostra e outra. Após a realização do teste, os provadores eram instruídos a preencher as fichas indicando o grau de satisfação em relação às amostras e à intenção de compra.

Quando da produção de alimentos, a qualidade e as características da matéria-prima, o fluxograma de produção, a higiene do ambiente e dos manipuladores são fatores fundamentais para que o alimento tenha qualidade. Associado a estes aspectos, características como aroma, cor e odor do alimento também

são fundamentais, pois estão relacionados às percepções que o consumidor tem acerca do produto. A análise sensorial é a ciência que dá conta de avaliar essas percepções, sendo amplamente utilizada pelas indústrias de alimentos, principalmente as que produzem alimentos fermentados.

Assim, após a produção dos fermentados acéticos de banana e de carambola, foi realizada a análise sensorial, sendo os resultados do teste de preferência apresentados na tabela 1.

A pesquisa realizada indicou que 73% dos provadores gostaram do fermentado acético de banana e 91% dos provadores gostaram do fermentado acético de carambola, marcando na ficha valores correspondentes a “gostei ligeiramente”, “gostei regularmente”, “gostei moderadamente” e “gostei extremamente”. Os resultados encontrados foram satisfatórios, uma vez que valores acima 70% de aceitação são considerados satisfatórios para a indústria de alimentos lançar um produto no mercado.

Nos espaços destinados a comentários, vários provadores afirmaram sentir no fermentado acético um “aroma bem característico” das frutas que os originaram. Estas peculiaridades apontam o fermentado acético como um alimento a ser explorado e produzido, pois associa a utilização das frutas sazonais com a palatabilidade dos alimentos.

A realização de testes de preferências é muito importante quando se desenvolve um novo produto, pois verifica se há necessidade de ajustes na formulação. Os resultados obtidos com os fermentados acéticos foram positivos neste

sentido. A indústria de alimentos utiliza muito esta análise e vários estudos com diferentes alimentos são constantemente realizados.

Zoche e Figueiredo (2014), ao produzir vinagre de jabuticaba por meio de fermentação espontânea e controlada, também observaram uma boa aceitação do produto, indicando que diferentes tipos de frutas podem ser empregadas para produção do vinagre.

Marques *et al.* (2010) comprovaram que o tipo de matéria-prima empregado para produção de vinagre influencia na quantidade de compostos fenólicos presentes e também sinalizaram que várias marcas comerciais do produto não apresentam a acidez volátil determinada pela legislação e expressa no rótulo do produto.

Caso os fermentados acéticos desenvolvidos no trabalho fossem comercializados, a formulação feita com carambola deveria ser ajustada para atender aos parâmetros da legislação, pois ela apresentou apenas 2,8% no fermentado acético, contudo este fator não influenciou em sua aceitabilidade.

Quanto à intenção de compra, 59% dos provadores indicaram que comprariam apenas o fermentado acético de carambola, 27% dos provadores indicaram que comprariam apenas o fermentado acético de banana e 14% dos provadores comprariam ambos os fermentados, reforçando os resultados do teste de preferência. A utilização de uma matéria-prima diferenciada para a produção dos fermentados acéticos e a intenção de compra dos provadores reforçam a potencialidade do produto.

Novos testes podem ser desenvolvidos com base nos resultados encontrados, explorando diferentes variedades de frutas, diferentes concentrações de mosto, bem como diferentes processos e tempos de fermentação. Os profissionais da área da gastronomia devem avançar suas pesquisas neste sentido, pois “novos aromas e sabores” vêm ao encontro das necessidades dos consumidores.

3 CONCLUSÃO

O aroma e o sabor das duas formulações foram bem peculiares, sendo uma interessante alternativa de estímulo das papilas gustativas, acidificação, conservação e agregação de sabor aos pratos. A carambola e a banana são frutas com potencial para produção de fermentados acéticos, sendo necessários poucos equipamentos e infraestrutura básica de cozinhas ou laboratórios. A produção em pequena escala de fermentados acéticos de frutas é interessante e representa um nicho de mercado a ser explorado, principalmente com foco em profissionais da área da gastronomia.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12994**: métodos de análise sensorial de alimentos e bebidas: terminologia. Rio de Janeiro, 1993. 2 p.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa n. 36**, de 14 de outubro de 1999. Aprova o regulamento técnico para fixação dos padrões de identidade e qualidade para fermentados acéticos. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 de outubro de 1999, Seção 1, p. 76.
- CRUZ, F.T.; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, p. 22-38, 2010.
- IAL. Instituto Adolfo Lutz. **Normas analíticas do Instituto Adolfo Lutz**: métodos químicos e físicos de composição de alimentos. Edição on-line. São Paulo: Instituto Adolfo Lutz, 2008.
- JAY, J.M. **Microbiologia de Alimentos**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005, 712 p.
- MARQUES, F. P. P, *et al.*, Padrões de identidade e qualidade de fermentados acéticos comerciais de frutas e vegetais. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, p. 119-116, 2010.
- WESCHENFELDER, S. *et al.*, Avaliação da rotulagem nutricional e das características físico-químicas e microbiológicas de diferentes marcas de leite pasteurizado e leite UHT, **Boletim de Indústria Animal**, v. 73, p. 32-38, 2016.
- ZOCHE, E.P.; FIGUEREDO, O. **Produção de vinagre de jabuticaba**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, Paraná 2014, 51 p.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA FUNCIONÁRIOS EM RESTAURANTE INSTITUCIONAL DE UMA EMPRESA DE NOVO HAMBURGO/RS

Destaque em Ciências da Saúde

Nutrição

Sumaia Fey¹

Gisele Maria Menezes Ribeiro Kosminsky²

¹Acadêmica do curso de nutrição na Universidade Feevale. E-mail: sumaia@hotmail.com.

²Mestre em Microbiologia Agrícola e do Ambiente. Nutricionista. Farmacêutica. Professora na Universidade Feevale. E-mail: giseleko@feevale.br.

RESUMO

A promoção da saúde é uma estratégia importante no processo saúde versus doença. Porém, a prevenção e o controle de determinadas doenças dependem, entre outros fatores, de mudanças de hábitos inadequados e do próprio comportamento individual. Cabe ao nutricionista, o desafio de buscar e oferecer aos seus clientes uma alimentação equilibrada que disponibilize quantidades suficientes de macro e micronutrientes, suprimindo suas necessidades nutricionais. Este trabalho teve como objetivo a realização de estratégias de Educação Nutricional em um restaurante institucional de uma empresa de Novo Hamburgo, RS. Para a realização deste trabalho, foram expostos, por quatro semanas, no restaurante, cartazes e demais informativos sobre alimentação adequada e qualidade de vida. Após, os comensais foram avaliados e observados, para verificar se houve alguma mudança ou conscientização alimentar desde a exposição dos cartazes e demais informativos. Obtiveram-se resultados positivos, como a redução de porções e a harmonização do prato servido pelos comensais, e, principalmente, em relação ao consumo das guarnições, mais especificamente as preparações fritas. Contudo, após três semanas, os pratos voltaram a ficar desarmoniosos. Desse modo, percebe-se que é importante realizar práticas educacionais continuamente, uma vez que podem vir a reverter o exagerado consumo de alimentos pouco benéficos, sendo o nutricionista o responsável, também, pela saúde de seus clientes.

Palavras-chave: Educação nutricional. Nutricionista. Promoção da saúde. Unidades de alimentação e nutrição.

1 INTRODUÇÃO

É imprescindível pensar em promoção da saúde em todos os âmbitos, inclusive nas Unidades de Alimentação e Nutrição (UANs). O nutricionista é um profissional da área da saúde, e a UAN é o local apropriado para se promovê-la, já que é oferecida grande variedade de alimentos e constitui uma oportunidade de atingir várias pessoas simultaneamente. Devido ao aumento da incidência de doenças oriundas da má alimentação e à falta de conhecimento da maior parte da população sobre formas de prevenção, o papel da promoção de saúde é, pois, uma estratégia importante no combate aos problemas do processo saúde - doença - cuidado (SANTOS, 2005).

Atualmente, a sociedade moderna industrializada pouco facilita, ao trabalhador, seu deslocamento até sua residência para a realização de suas refeições. Assim, com a falta de tempo, a distância e a correria do dia a dia, a maioria dos trabalhadores acaba realizando suas refeições no próprio local de trabalho, nas chamadas Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) da empresa (CARDOSO; SOUZA; SANTOS, 2005).

O objetivo da UAN é fornecer aos trabalhadores uma refeição adequada e equilibrada, com bom nível higiênico sanitário, com o intuito de manter e/ou recuperar a saúde do indivíduo, sempre auxiliando e propondo práticas educacionais que favoreçam o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis (SOUSA et al, 2005). A oferta de uma alimentação nutricionalmente adequada acaba resultando em benefícios para a empresa e para o funcionário, assim como no au-

mento da qualidade de vida e da produtividade, além de elevar a interação entre funcionário e empresa (TEIXEIRA *et al.*, 2004).

Segundo Rodriguez (2005), o profissional nutricionista, além de assegurar a qualidade final da refeição, realizar a aquisição dos gêneros alimentícios de qualidade; zelar pela boa apresentação e pelo sabor característico e agradável dos alimentos, garantir o respeito às regras de higiene e técnicas dietéticas e de ser responsável por todo o trabalho administrativo, a fim de obter bons resultados em relação à aceitabilidade dos alimentos pelos comensais, é responsável também pela saúde destes. Nesse contexto, orientações sobre educação nutricional tornam-se importantes para auxiliar o comensal na escolha adequada dos alimentos, promovendo, assim, possível modificação e conseqüente melhora em seu estilo de vida (PASCHOA, 2005). Assim, cabe ao nutricionista responsável pela UAN a realização de atividades educacionais por meio da transmissão de mensagens convincentes, claras, coerentes e de fácil interpretação, que despertem o interesse do cliente em adquirir novos conhecimentos a respeito de alimentação e nutrição, uma vez que as mudanças no hábito alimentar são uma questão de decisão e escolha individual (BRASIL, 2014).

De acordo com o diagnóstico realizado no local da investigação, observou-se uma disparidade/desproporção nas refeições servidas pelos próprios comensais durante o almoço e a janta, quando tinham livre acesso ao Buffet, exceto às carnes. O objetivo do trabalho foi propor estratégias de educação alimentar e nutricional com base no observado durante o diagnóstico.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho caracterizou-se como um estudo observacional descritivo qualitativo, que visou descrever comportamentos relacionados à alimentação dos trabalhadores de uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN). A população alvo do estudo foi composta, na maioria, por pessoas do sexo masculino, com médio grau de escolaridade, média condição socioeconômica e com uma jornada de trabalho moderadamente intensa. A coleta de dados foi desenvolvida por um período de quatro semanas consecutivas, durante quatro dias da semana.

Inicialmente, foi feito, por um período de dois dias, o reconhecimento do local da pesquisa, por meio de um diagnóstico descritivo sobre o funcionamento da unidade. Nessa atividade, foram observados: horário de funcionamento, cardápio, proporcionamento do prato, número de refeições oferecidas, atribuições do nutricionista no local, presença ou não de algum tipo de pesquisa de satisfação e se era realizada alguma forma de educação nutricional com os comensais.

Após, as ações de reeducação alimentar foram realizadas por meio da exposição de cartazes em lugares estratégicos e da colocação de *displays* sobre as mesas com orientações e informações nutricionais, além de cartaz com a montagem de prato com as quantidades alimentares adequadas (Anexos 1 e 2), disposto no início do Buffet, para que os comensais observassem e montassem seu prato saudável desde o início da seleção dos alimentos. Após, os comensais foram avaliados e observados, para verificar se houve alguma mudança ou conscientização alimentar desde a exposição dos cartazes e demais informativos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma vez realizada a ação de educação nutricional com os comensais, puderam-se obter resultados positivos, como a redução de porções e harmonização do prato servido e, principalmente, em relação ao consumo das guarnições, mais especificamente, as preparações fritas.

Dessa forma, utilizando cartazes com linguagem acessível e cores que destacavam as informações, percebeu-se que estas despertaram o interesse dos comensais em modificar alguns hábitos e o consumo excessivo de alimentos. Acredita-se que atividades mais dinâmicas interessariam ao público-alvo e faria com que o educador e o educando tivessem maior proximidade e compartilhassem de um mesmo objetivo: a alimentação equilibrada.

Além disso, as preferências pessoais, as intolerâncias, as atitudes, as crenças e as influências sociais, que constituem o hábito alimentar do indivíduo, também influenciaram a eficácia das atividades. O hábito alimentar é difícil de modificar, porque depende de fatores como a cultura e a condição socioeconômica do indivíduo (OLIVEIRA; ALVES, 2008).

Durante o estudo, foi observado que os participantes da pesquisa apresentaram interesse em modificar seus hábitos alimentares e em prevenir enfermidades por meio da alimentação. Entretanto, a percepção das informações como importantes requer tempo e motivação interna, o que incide sobre a modificação dos hábitos. Nesse sentido, durante a quarta semana de observação, notou-se que os comensais voltaram a servir porções exageradas e que o prato se tornou desarmonioso novamente.

As ações de educação nutricional devem ser prolongadas e devem focar atividades que proporcionem melhor qualidade de vida para o público-alvo, visando benefícios ao organismo e prevenindo patologias. Assim, percebe-se que o tempo de realização das ações foi curto, o que pode, também, ter influenciado no resultado obtido. Atividades de curto prazo podem não ser suficientes e eficazes para conscientizar os comensais dos malefícios do consumo excessivo de alimentos gordurosos e guarnições, assim como da importância de uma alimentação com todos os nutrientes equilibrados. É necessário que as ações educativas sejam realizadas constantemente para que os comensais adquiram conhecimento sobre alimentação e o coloquem em prática, mudando hábitos alimentares (VELOSO; SANTANA, 2002).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe ao nutricionista responsável pela Unidade de Alimentação desenvolver continuamente práticas e ações educativas que conscientizem seu público-alvo da importância de se ter uma boa alimentação, orientando-o quanto aos hábitos alimentares saudáveis e ressaltando os benefícios da alimentação adequada em macro e micronutrientes para o bom funcionamento do organismo.

Diante disso, considera-se de extrema importância a realização de práticas educacionais em estabelecimentos de alimentação coletiva, pois estas auxiliam o cliente na escolha de alimentos saudáveis e podem promover possíveis mudanças em hábitos alimentares inadequados.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, R. C. V.; SOUZA, E. V. A.; SANTOS, P. Q. Unidades de alimentação e nutrição nos campi da Universidade Federal da Bahia: um estudo sob a perspectiva do alimento seguro. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 5, p. 669-680, set./out.2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n5/a10v18n5.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2015.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2. ed. Brasília, DF, 2014.
- OLIVEIRA C., ALVES F. Educação nutricional em unidade de alimentação e nutrição, direcionada para consumo de pratos protéicos: um estudo de caso. **Alim. Nutr.**; 19(4): 435-40, 2008.
- PASCHOA, M.F. Alimentação Escolar: Um Enfoque em Alimentos Funcionais. **Revista Nutrição Profissional**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 31-36, mai./jun. 2005.
- RODRIGUEZ, R.D. Alimentos Funcionais: Experiência Prática em UAN. **Revista Nutrição Profissional**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 44-49. mai./jun. 2005.
- SANTOS, L.A.S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição, Campinas**, v. 18, n. 5, p. 681-692, set./out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n5/a11v18n5.pdf>>. Acesso em: 4 mai. 2015.
- SOUZA, A. A. *et al.* Qualidade Nutricional e Sensorial na Produção de Refeições. **Nutrição em Pauta**, São Paulo, n. 75, p. 04-16, 2005.
- TEIXEIRA, S. *et al.* **Administração Aplicada a Unidades de Alimentação e Nutrição**. São Paulo: Atheneu, p. 219, 2004.
- VELOSO, I. S.; SANTANA, V. S. Impacto nutricional do programa de alimentação do trabalhador no Brasil. **Rev. Panamer. Salud Pública**, Washington, v. 11, n. 1, p. 24-31, 2002.

ANEXO 1 - Display para colocação nas mesas

DEZ PASSOS PARA UMA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E QUALIDADE DE VIDA

1. Inclua mais alimentos naturais e frescos no seu dia a dia: coma frutas, verduras e legumes.
2. Utilize óleos, gorduras, sal e açúcar em pequenas quantidades ao temperar e cozinhar.
3. Limite o consumo de alimentos processados e ultraprocessados.
4. Coma com regularidade e atenção em lugares adequados.
5. Pratique exercícios físicos regularmente.

VIRE →

DEZ PASSOS PARA UMA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E QUALIDADE DE VIDA

6. Não pule as refeições.
7. Alimente-se de maneira fracionada, ou seja, incluindo pequenos lanches entre as refeições principais.
8. Planeje o uso do tempo para dar à alimentação o espaço que ela merece.
9. Não se esqueça de seus momentos de lazer e descanso.
10. Para manter, perder ou ganhar peso, procure um nutricionista.

Referência: Guia Alimentar para a População Brasileira

Fonte: Guia dez passos para uma alimentação saudável

ANEXO 2 - Cartaz

10 PASSOS PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

1. Fazer de alimentos in natura ou minimamente processados a base da alimentação
2. Utilizar óleo, gorduras, sal e açúcar em pequenas quantidades ao temperar e cozinhar alimentos e criar preparações culinárias
3. Limitar o consumo de alimentos processados
4. Evitar o consumo de alimentos ultraprocessados
5. Comer com regularidade e atenção em ambientes apropriados e, sempre que possível, com companhia
6. Fazer compras em locais que ofertem variedades de alimentos in natura ou minimamente processados
7. Desenvolver, exercitar e partilhar habilidades culinárias
8. Planejar o uso do tempo para dar à alimentação o espaço que ela merece
9. Dar preferência, quando fora de casa, a locais que servem refeições feitas na hora
10. Ser crítico quanto a informações, orientações e mensagens sobre alimentação veiculadas em propagandas e comerciais

Fonte: Guia dez passos para uma alimentação saudável

AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE INDEPENDÊNCIA NAS ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA E NA DEAMBULAÇÃO, E O RISCO DE QUEDAS EM IDOSOS PARTICIPANTES DE UM PROJETO DE EXTENSÃO

Destaque em Ciências da Saúde

Quiropraxia

Fernanda Hinchink Dias¹

Natan Roubuste Batista²

Djuli Margô Naissinger Sidekum³

Danúbia Chaves Fernandes Mittelstaedt⁴

Magali Pilz Monteiro da Silva⁵

¹Acadêmica do curso de Quiropraxia da Universidade Feevale. E-mail: fhinchink@gmail.com.

²Acadêmico do curso de Quiropraxia da Universidade Feevale. E-mail: roubuste.natan@gmail.com.

³Acadêmica do curso de Quiropraxia da Universidade Feevale. E-mail: margodjuli@gmail.com.

⁴Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Feevale. E-mail: danubiaF15@hotmail.com.

⁵Gerontologia Biomédica PUCRS, professora da Universidade Feevale. E-mail: magalipms@feevale.br.

RESUMO

O desempenho nas atividades de vida diária é um dos critérios utilizados para analisar a capacidade funcional, o que é de extrema importância para avaliar o grau de dependência dos idosos. O estudo do risco de quedas em idosos é relevante, devido à difícil recuperação e à possíveis complicações decorrentes dessas quedas, podendo levar à diminuição da capacidade funcional, comprometendo, assim, a qualidade de vida desses indivíduos. Esta pesquisa teve como objetivo avaliar o nível de independência nas atividades de vida diária (AVDs) e na deambulação, bem como verificar o risco/ocorrência de quedas em idosos participantes de um projeto de extensão, através da aplicação do teste Time Upand Go (TUG) e de um questionário sobre atividades de vida diária (KATZ, 2000). Após a aplicação dos testes, os dados foram estudados no sentido de avaliar a capacidade dos idosos para realizar suas atividades de vida diária, assim como para a deambulação. Em relação ao risco de quedas, foi verificado se havia relação entre o teste TUG e o número de quedas dos idosos, a fim de comprovar a veracidade do teste.

Palavras-chave: AVDs. Mobilidade. Quedas. TUG.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial inegável e irreversível e pode ser entendido como um processo dinâmico e progressivo, caracterizado tanto por alterações morfológicas e funcionais quanto por alterações psicológicas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil estima-se que existam cerca de 17,6 milhões de idosos e presume-se que, em nível mundial, para o ano de 2050, a população de pessoas com 60 anos ou mais seja de dois bilhões. Com a mudança do perfil dos pacientes, a assistência à saúde deixa de ter como objetivo apenas o prolongamento da vida, mas também a agregação de qualidade de vida aos anos adicionais. As quedas oferecem maior risco aos idosos devido à difícil recuperação e as complicações decorrentes que podem levar à diminuição da capacidade funcional e, conseqüentemente, comprometer a qualidade de vida. Entende-se por capacidade funcional a eficiência de um indivíduo de manter certas habilidades, sejam elas físicas ou mentais, para que viva independentemente. Uma das formas de se agregar qualidade de vida é aumentar a capacidade funcional dos idosos, já que o envelhecimento traz como uma de suas conseqüências sua diminuição. Esse aumento visa proporcionar que o idoso permaneça autônomo e independente pelo maior tempo possível.

Algumas das maiores adversidades de saúde associadas ao envelhecimento são a incapacidade funcional e a dependência, que acarretam em restrição\perda de habilidades ou incapacidade de realizar funções associadas às Atividades de Vida Diária (AVDs). As AVDs são tarefas do dia a dia que a pessoa deve ser capaz de

realizar para cuidar de si, tais como: tomar banho, vestir-se, ir ao banheiro, escovar os dentes, subir e descer escadas, lavar roupas, fazer compras, etc. O desempenho nessas atividades é utilizado para avaliar a capacidade funcional e, conseqüentemente, o grau de dependência dos idosos. As limitações de movimento aparecem de forma devagar e indolor, e é possível observar alterações posturais (retificação cervical, aumento da cifose torácica e retificação lombar) e alterações musculoesqueléticas (diminuição da produção de colágeno, da massa muscular e da produção óssea) nas pessoas idosas relacionadas, respectivamente, com o equilíbrio e a sustentação. Esses dois fatores, quando não estão atuando de forma adequada no organismo, proporcionam um maior risco de quedas para o indivíduo. Para se proporcionar uma maior qualidade de vida aos idosos, é necessário que principalmente os atendentes de saúde conheçam a capacidade funcional da população idosa da sua região, para que possam planejar e programar ações de promoção de saúde, prevenção, tratamento e reabilitação na comunidade. Acredita-se que o presente estudo possa contribuir direcionando o atendimento à população e incentivando a pesquisa sobre a qualidade de vida dos idosos do município de Novo Hamburgo (RS).

2 DESENVOLVIMENTO

Considerando que o cenário atual brasileiro em relação à população idosa denota a necessidade de entendimento da qualidade de vida dessa parcela da sociedade, verificou-se a importância de estudos relacionados ao tema.

2.1 ENVELHECIMENTO

As alterações psicológicas, físicas e sociais acometidas ao avanço da idade nem sempre conseguem assimilar longevidade e qualidade de vida. O envelhecimento é um conceito com várias definições. Litré, em 1878, afirmava que envelhecimento se fixa no sexagésimo ano, mas pode ser antecipado ou retardado, tendo em conta a constituição individual, o gênero de vida e uma série de outras circunstâncias (PINTO, 2001). Trata-se de um fenômeno natural e universal, no entanto, não é fácil delimitar o período em que se considera o ser humano como idoso, dado que este processo ocorre em vários níveis (biológico, psicológico, social e espiritual) e varia de indivíduo para indivíduo (PIMENTEL, 2005). Segundo a definição de César Timo-Iaria (1986), envelhecimento é o conjunto das alterações estruturais e funcionais do organismo que se acumulam progressiva e especificamente em função da idade. É importante compreender o que difere o indivíduo idoso do adulto ou infantil e no que essas alterações implicam clinicamente na prática diária. Dentre as principais alterações relacionadas ao envelhecimento, uma das principais é a diminuição da massa muscular e força muscular que ocorrem em razão da degeneração da junção neuromuscular. Devido à diminuição do conteúdo hídrico corpóreo decorre a rigidez das cartilagens e discos intervertebrais. Tudo isso leva a uma progressiva redução da atividade física e tendência a quedas. Há perda do conteúdo de cálcio dos ossos, favorecendo as fraturas. Há também o aumento da massa adiposa. A tendência à desnutrição é devida à diminuição do paladar, menor produção de saliva e dificuldades de mastigação em

função de problemas dentários. A absorção de vitamina B12, ferro, cálcio, ácido fólico e zinco ficam comprometidas devido à diminuição da produção de ácido clorídrico pelo estômago. Os linfócitos T sofrem uma redução de 20 a 30%, em relação às artérias que, por sua vez, sofrem um alongamento, enrijecimento e espessamento, causando diminuição dos pulsos e aumento da pressão. Há redução de até 10% da massa cerebral global, redução do fluxo sanguíneo em 20% e dilatação dos ventrículos cerebrais. A lentificação da condução nervosa, que explica o menor desempenho psicomotor, influenciando na marcha, no equilíbrio, na memória e no raciocínio, se dá pela diminuição do número de neurônios cerebrais, cerebelares e medulares (KAUFMAN, 2012).

2.2 QUALIDADE DE VIDA

De acordo com as transformações sociais do envelhecimento populacional, faz-se importante não só colocar a longevidade em evidência, mas também a qualidade de vida da população idosa.

O conceito de qualidade de vida está relacionado à autoestima e ao bem-estar pessoal e abrange uma série de aspectos como a capacidade funcional, o nível socioeconômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o autocuidado, o suporte familiar, o próprio estado de saúde, os valores culturais, éticos e a religiosidade, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou com atividades diárias e o ambiente em que se vive. O conceito de qualidade de vida, portanto, varia de autor para autor e, além disso, é um conceito subjetivo dependen-

te do nível sociocultural, da faixa etária e das aspirações pessoais do indivíduo. A expressão “qualidade de vida” tem várias vertentes, que compreendem desde um conceito popular, amplamente utilizado na atualidade – em relação a sentimentos e emoções, relações pessoais, eventos profissionais, propagandas da mídia, política, sistemas de saúde, atividades de apoio social, dentre outros –, até a perspectiva científica, com vários significados na literatura médica (VECCHIA *et al.*, 2005).

2.3 ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA

O Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal (2010) diz que Atividades de Vida Diária (AVDs) são as tarefas pessoais relativas aos autocuidados e outras habilidades pertinentes ao cotidiano de todos os indivíduos. As AVDs podem ser divididas entre Atividades de Vida Diária, que compreendem as atividades de cuidado com a própria pessoa, como vestir-se, fazer higiene e alimentar-se, e Atividades Instrumentais de Vida Diária, que estão relacionadas com o cuidado com a casa, familiares e administração do ambiente. O desempenho dos idosos nessas atividades é utilizado para medir a capacidade funcional e, por fim, avaliar o seu grau de dependência.

“Saúde é um estado de pleno bem-estar físico, psíquico e social” (OMS, 1946) – este conceito de saúde reitera que, mais do que nunca, um envelhecimento saudável não é caracterizado pela não existência de doenças, que normalmente aparecem em grande quantidade nesse período da vida, mas sim pela eficiência em realizar certas atividades e sem limitações.

2.4 CAPACIDADE FUNCIONAL

A capacidade funcional é fundamental para que o idoso possa viver de forma independente, sendo essa a capacidade de o indivíduo realizar suas atividades físicas e mentais necessárias para manutenção de suas atividades básicas e instrumentais, ou seja: tomar banho, vestir-se, realizar higiene pessoal, transferir-se, alimentar-se, manter a continência, preparar refeições, ter controle financeiro, tomar remédios, arrumar a casa, fazer compras, usar transporte coletivo, usar telefone e caminhar uma certa distância. A capacidade funcional, especialmente a dimensão motora, é um dos importantes delimitantes de um envelhecimento bem sucedido e da qualidade de vida dos idosos. A perda implica na predição de fragilidade, dependência, institucionalização, risco aumentado de quedas, morte e problemas de mobilidade, trazendo complicações ao longo do tempo e gerando cuidados de longa permanência e alto custo (GUIMARÃES *et al.*, 2005).

2.5 QUEDAS

Moura *et al.* (1999, p. 15) define queda como “um evento não intencional que tem como resultado a mudança de posição do indivíduo para um nível mais baixo, em relação a sua posição inicial”. A queda em idosos é um tema que vem sendo analisado mais amplamente e por mais estudiosos da área. A Classificação Internacional em Doenças (CID) classifica as quedas como fatores externos capazes de alterar a forma que acontece o envelhecimento. É importante ressaltar que a queda não é um evento normal do envelhecimento; não só é responsável por

incapacidades e dependência dos idosos, por curto ou longo prazo, mas também possui um alto índice de mortalidade.

Os dados divulgados pelos serviços de emergência dos EUA mostram que a principal causa de morte acidental em pessoas com idade acima de 65 anos são as quedas. Ao analisar o constante aumento da expectativa de vida e da quantidade de idosos no mundo, que cresce com os anos, torna-se de fundamental importância investigar as causas das quedas como um evento, identificando os principais fatores de risco, como a idade, falta de equilíbrio, sedentarismo, polimedicação e ambiente, por exemplo, bem como pensar em intervenções que poderiam ser realizadas a fim de diminuir os números alarmantes sobre quedas e óbitos consequentes de quedas em idosos.

A queda não traz consequências ruins somente para aquele que a sofre, mas se sabe que esse evento tem um custo social elevado, se levar em conta suas dimensões físicas, psicológicas e econômicas, tornando-se assim um dos grandes problemas de saúde pública da atualidade.

3 PESQUISA

Para a execução da presente pesquisa foram utilizados métodos específicos, conforme o detalhamento a seguir.

3.1 MÉTODO

Trata-se de um estudo observacional descritivo de análise quantitativa.

3.2 AMOSTRA

Foram analisados 31 idosos (23 mulheres e 8 homens) em situação de vulnerabilidade social, com média de idade de 72 anos, participantes do projeto de extensão Saúde do Idoso no Contexto Familiar, da Universidade Feevale. Todos os idosos eram moradores dos bairros Santo Afonso, Liberdade ou Industrial, do município de Novo Hamburgo (RS) e vinculados ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do bairro Santo Afonso.

3.3 APLICAÇÃO DE TESTES

Para a avaliação da independência na realização das AVDs, foi utilizado um questionário de Escala de Atividades de Vida Diária (KATZ, 2000) e um questionário sobre mobilidade, onde constava a pergunta “como você caminha?”. Para verificar o risco/ocorrência de quedas foi utilizado o teste de equilíbrio Time Upand Go (TUG).

O teste TUG consiste em levantar-se de uma cadeira, sem ajuda dos braços, caminhar por uma distância de 1,5 metro, dar a volta e retornar. No início do teste, o paciente deve estar com o dorso apoiado no encosto da cadeira e, ao final, deve encostar novamente. O paciente deve receber a instrução “vá” para iniciar o teste e o tempo será cronometrado a partir da voz de comando até o momento em que o participante apoie novamente o dorso no encosto da cadeira. Um tempo de até 10 segundos é considerado normal para adultos saudáveis e indica um baixo risco de quedas. De 10,01 até 20 segundos é considerado normal para idosos frá-

geis ou com deficiência, mas que são independentes para a realização das AVDs e indica um baixo risco de quedas. Um tempo de 20,01 a 29,99 segundos requer uma abordagem específica para prevenção de risco de quedas que já passa a ser moderado. Igual ou acima de 30 segundos é indicado um estudo mais detalhado do caso, pois o risco de quedas é considerado alto.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Após a aplicação dos testes, foi feita sua análise quantitativa quanto ao nível de dependência para a realização de AVDs, deambulação, mobilidade e histórico de quedas.

3.5 RESULTADOS

Dos 31 idosos participantes do estudo, 94% são independentes para AVDs e 6% são dependentes. Destes 6% de dependentes, 3% são dependentes totais e 3% são dependentes parciais. No que se refere à mobilidade, 77% da amostra deambula sem auxílio, 14% com auxílio de muletas, 6% utiliza cadeira de rodas e 1% utiliza outro auxiliar. Entre todos os idosos avaliados, 13% apresentam mobilidade funcional comprometida e alto risco de quedas, sendo que 48% da amostra já possuíam histórico de quedas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alterações fisiológicas e anatômicas relacionadas à velhice resultam na instabilidade e fragilidade de algumas estruturas corporais, acometendo, assim,

o declínio da capacidade funcional individual. De acordo com os resultados obtidos, o aumento da dependência no que se refere à realização das atividades de vida diária está relacionado a portadores de alguma dificuldade na deambulação, ou seja, idosos com dependência total ou parcial que necessitam de auxílio na locomoção.

Além disso, o histórico de queda está presente em um a cada dois idosos entrevistados, levando em consideração que esta representa atualmente um fator de risco ao processo de envelhecimento saudável da população, por ser responsável por 70% das mortes acidentais de pessoas acima de setenta e cinco anos, segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, o que torna de extrema importância evitar e/ou prevenir a reincidência. Analisando os dados obtidos na realização dos testes, um a cada dez idosos apresentou alto risco de quedas, sendo que alguns fatores pontuais como sedentarismo, uso exacerbado de medicamentos e viver em ambiente inadequado podem agravar o risco.

REFERÊNCIAS

BORGES, M. R. D.; MOREIRA, A. K. **Influências da prática de atividades físicas na terceira idade:** estudo comparativo dos níveis de autonomia para o desempenho nas AVDs e AIVDs entre idosos ativos fisicamente e idosos sedentários. Osório/RS: Faculdade Cenequista de Osório, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. **Sistema de Informação sobre Mortalidade.** Brasília: MS/SVS, 2012.

CARVALHO FILHO, Eurico Thomaz de. **Geriatría:** Fundamentos, clínica e terapêutica. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2006.

COSTA, E. C.; NAKATANI, A. Y. K.; BACHION, M. M.; Capacidade de idosos da comunidade para desenvolver Atividades de Vida Diária e Atividades Instrumentais de Vida Diária. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 19, n. 1, supl. 1, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002006000100007>. Acesso em: 23 abr. 2017.

FABRÍCIO, Suzele Cristina Coelho; RODRIGUES, Rosalina A. Partezani; COSTA JUNIOR, Moacyr Lobo da. Causas e consequências de quedas de idosos atendidos em hospital público. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 93-99, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102004000100013>. Acesso em: 23 abr. 2017.

GUIMARÃES, L. H. C. T.; *et al.* Avaliação da capacidade funcional de idosos em tratamento fisioterapêutico. **Revista Neurociências**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 130-133, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse do censo demográfico de 2010**, Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011.

KAUFMAN, Fani G. **Novo velho:** envelhecimento, olhares e perspectivas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

MOURA, R. N. *et al.* Quedas em idosos: fatores de risco associados. **Gerontologia**, v. 7, p. 15-21, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde.** 1946. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswwho.html>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

_____. **Envelhecimento ativo:** Uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005.

PIMENTEL, Luísa. **O lugar do idoso na família:** contextos e trajetórias. Coimbra: Quarteto, 2005.

PINTO, Anabela Mota. **Envelhecer vivendo.** Coimbra: Quarteto, 2001.

STIVAL, M. M.; FUNGHETTO, S. S.; SANTOS, W. S.; DUARTE, T. T. P.; LIMA, L. R.; Risco para quedas em idosos. **Anais...** 4º Congresso Internacional de Envelhecimento Humano: Campina Grande/PB, 2015.

SUBSISTEMA INTEGRADO DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR (SIASS). **Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal.** Ouro Preto/MG, 2010.

TIMO-IARIA, César. Envelhecimento. In: JACOB FILHO, W. **Envelhecimento do sistema nervoso e a dor no idoso.** São Paulo: Faculdade de Medicina da USP, 1996.

VECCHIA, Roberta Dalla, *et al.* Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Revista brasileira de epidemiologia**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 246-252, set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2005000300006>. Acesso em: 23 abr. 2017.

DIAGNÓSTICO E SOLUÇÕES ARQUITETÔNICAS DE BAIXO CUSTO PARA MELHOR ACESSI- BILIDADE EM DOMICÍLIOS DE IDOSOS DO BAIRRO SANTO AFONSO EM NOVO HAMBURGO/RS

Destaque em Ciências Exatas e Tecnológicas

Arquitetura e Urbanismo

Grace Altmann¹

Laís Bernardo Laghi²

Amanda Klein Lauxen³

Lisiane Pedroso Lima⁴

¹Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Feevale. Voluntária do Projeto Saúde do Idoso no Contexto Familiar. E-mail: gracedfavila@gmail.com.

²Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Feevale. Voluntária do Projeto Saúde do Idoso no Contexto Familiar. E-mail: laisbernardo@outlook.com.

³Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Feevale. Bolsista do Projeto Saúde do Idoso no Contexto Familiar. E-mail: amanda-k-l@hotmail.com.

⁴Doutora e Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEl). Professora Adjunta da Universidade Feevale. E-mail: lisianepl@feevale.br.

RESUMO

Em 2016, iniciou-se o projeto de extensão Saúde do Idoso no Contexto Familiar, que busca melhorar a qualidade de vida dos idosos com independência parcial do bairro Santo Afonso em Novo Hamburgo/RS. A interdisciplinaridade presente no projeto envolve as áreas de Arquitetura e Urbanismo, Fisioterapia, Nutrição e Quiropraxia. Destas, a Arquitetura busca melhorar a acessibilidade desses idosos com soluções arquitetônicas de baixo custo. O objetivo deste artigo é apresentar um diagnóstico dos principais problemas encontrados nas residências, bem como apontar soluções arquitetônicas para sua melhoria e relatar sobre a experiência das primeiras orientações realizadas em algumas residências. Para a coleta de dados foram realizadas visitas em 31 domicílios e desenvolvidas orientações escritas para melhoria da acessibilidade dos domicílios de 12 idosos em novas visitas. Como principais resultados, observam-se inúmeras irregularidades que podem prejudicar o bem-estar do idoso quanto à acessibilidade. Os problemas incluem dimensões inadequadas de alguns ambientes da casa, elementos construtivos danificados, ambientes mal iluminados, superfícies irregulares, mal arranjo de móveis e equipamentos e a ausência de barras de apoio, sendo este um dos problemas mais frequentes encontrados nas residências. A partir do retorno aos domicílios dos idosos com as orientações, eles reconhecem a importância de melhorar muitos desses problemas.

Palavras-chave: Acessibilidade. Idosos. Arquitetura.

1 INTRODUÇÃO

O aumento da parcela populacional de idosos é uma realidade em constante crescimento, especialmente no Brasil. O Rio Grande do Sul é o estado com maior proporção de idosos no país. A cidade de Novo Hamburgo possui 238.940 habitantes, dos quais 26.415 são idosos entre 60 e 100 anos – 11,05% da população. Junto com essa realidade, surgem as preocupações de como proporcionar uma melhor qualidade de vida para essa população, com destaque à oferta de ambientes mais adequados às verdadeiras necessidades dos idosos (SHEPHARD, 2003).

Além disso, aliado a esse fenômeno, a estrutura familiar também vem sofrendo modificações, e hoje muitos idosos são encontrados residindo sozinhos em seus lares (FREITAS, 2004). O domicílio é um dos locais mais importantes na rotina da população idosa, por ser o lugar em que o idoso passa a maior parte do seu tempo realizando a maioria das atividades de vida diária. Em contrapartida, como apontam Silva *et al.* (2007), é justamente no ambiente domiciliar que a maioria das quedas ocorre com esses indivíduos. A familiaridade com o domicílio, aliada às atividades costumeiras realizadas podem ser a causa para aumentar o risco de acidentes, uma vez que esse local parece ser seguro e a prontidão do indivíduo diminui pelo excesso de confiança obtido com o conhecimento do ambiente em que vive (SILVA *et al.*, 2007).

Contudo, percebe-se que a tarefa de projetar ambientes para usuários idosos ainda é tratada superficialmente, visto que suas necessidades, na maioria das

vezes, são comparadas e reduzidas às necessidades de pessoas com deficiência física. O estudo realizado por Goldstein (2002) aponta um crescente interesse das universidades e um volume considerável de resultados nacionais produzidos recentemente sobre temas envolvendo o assunto do envelhecimento e da velhice. Mas, por outro lado, a arquitetura, em geral, é desconsiderada do todo, principalmente por não ser classificada como uma disciplina da saúde. Há ainda poucos trabalhos acadêmicos que explorem o aprimoramento das condições de habitabilidade, o que demonstra a necessidade de maior investimento em pesquisa relacionada à habitação adequada para a população idosa no Brasil (COSTA *et al.*, 2016).

Visando minimizar um pouco essa lacuna, iniciou-se, em 2016, o projeto de extensão Saúde do Idoso no Contexto Familiar, com foco na melhoria da qualidade de vida de idosos de baixa renda em alguns bairros do município de Novo Hamburgo/RS. Trata-se de um projeto interdisciplinar que envolve as áreas de Arquitetura e Urbanismo, Fisioterapia, Nutrição e Quiropraxia. Nesse artigo, limita-se o enfoque à área da Arquitetura, que tem o papel de melhorar a acessibilidade desses idosos a partir de soluções arquitetônicas de baixo custo no seu ambiente domiciliar. O objetivo deste artigo é apresentar um diagnóstico dos principais problemas encontrados nas residências de idosos de baixa renda, bem como apontar algumas soluções arquitetônicas para sua melhoria e relatar sobre a experiência de orientações realizadas em algumas residências.

1.1 ARQUITETURA PARA IDOSOS

O espaço físico exerce um papel muito importante na velhice para a obtenção de uma qualidade de vida adequada. Com a redução do preparo físico decorrente das alterações da coordenação motora e da agilidade que afetam os idosos, o ambiente físico ajuda a influenciar o comportamento dos indivíduos (LEHR, 1999). Conforme Tomasini (2008), o ambiente físico pode tanto contribuir para a dependência e a restrição do espaço de vida, como pode ser favorável e adaptável com o estímulo de atividades e o aumento das competências existentes. Logo, para que os idosos possam atingir uma velhice mais adequada, umas das providências recomendadas por Neri (2000) é propiciar condições ambientais adaptadas às condições dos idosos. Segundo essa autora, a interação dos idosos com o ambiente coerente ao limite de suas potencialidades ajuda a desenvolver um senso de eficácia pessoal e de maior envolvimento, que são condições propuloras de efeitos positivos sobre sua adaptação global.

Existe uma área da Gerontologia com foco em descrever, explicar e modificar (ou otimizar) as relações entre idosos e seus contextos sócio-espaciais chamada de Gerontologia Ambiental (TOMASINI, 2008). Esse campo desempenha um importante papel dentro do empreendimento gerontológico, pois introduz considerações do ambiente sócio-físico na teoria e na pesquisa sobre o envelhecimento, de forma a determinar as condições de conforto e segurança necessárias para o bem-estar do idoso nesse processo (WAHL; WEISMAN, 2003; BESTETTI, 2010). Segundo os modelos teóricos desenvolvidos para explicar as relações dos idosos

com o ambiente, principalmente na idade avançada, o ambiente deve servir como facilitador, amortecedor e atenuador das dificuldades encontradas, propiciando as adaptações necessárias para a continuidade de uma vida independente e satisfatória (TOMASINI, 2008). Com isso, a degradação dos sentidos e da mobilidade experimentadas a partir da meia-idade são preocupações recentes e objetos de estudo da Gerontologia, que tem na Arquitetura um aliado para buscar resultados práticos fortemente ligados ao conforto nas vivências diárias (BESTETTI, 2010).

Um projeto arquitetônico deve ser pensado e elaborado ajustando todos os componentes como um sistema complexo e inter-relacionado. Ou seja, além dos aspectos compositivos e programáticos, é necessário articular as condições ambientais, observando características tais como percepção espacial e orientação, conforto e qualidade ambiental, acessibilidade, segurança, ergonomia e desenho universal. Cada um desses valores objetivos compõe o espaço dimensionado e funcional, resultando no espaço da arquitetura e determinando o nível de bem-estar dos seus ocupantes (OKAMOTO, 2002).

Ao analisar especificamente o ambiente domiciliar pensando na elaboração de adaptações, Cavalcanti e Galvão (2007) destacam alguns critérios importantes a serem considerados, tais como: (1) mobilidade, referente às dimensões do espaço para a realização das tarefas; (2) orientabilidade e relação do indivíduo com a arquitetura construída, ou seja, se o meio físico apresenta as informações necessárias para o acesso e a funcionalidade; e (3) usabilidade, que diz respeito à interação entre o indivíduo e os equipamentos e o mobiliário do ambiente.

Dentre alguns critérios específicos, cabe destacar o banheiro, que é considerado o cômodo mais perigoso do domicílio (FREITAS, 2004). Logo, esse espaço necessita de uma atenção especial, pois é um local de uso frequente e que pode exigir apoios e pisos antiderrapantes. Além disso, ambientes bem iluminados também têm sua importância. Os idosos têm maior necessidade de iluminação, já que precisam de três vezes mais luz do que os jovens ou adultos para conseguirem melhor identificar objetos ou realizar atividades diárias (BESTETTI, 2010). Uma boa quantidade de luz também se faz necessária para os idosos principalmente em áreas de circulação para evitar acidentes como quedas e escorregões (MENDE, 2006).

Diante disso, percebe-se a necessidade de garantir acessibilidade no domicílio dos idosos de forma integral, considerando tanto a edificação, como seus espaços e o mobiliário existente. A Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) criou a Norma Brasileira (NBR) 9050 que estabelece parâmetros técnicos a serem observados desde o projeto e a construção, ou mesmo na adequação de ambientes já existentes (ABNT, 2015). Trata-se de um referencial técnico em acessibilidade e, portanto, um instrumento confiável com critérios mínimos para uma arquitetura acessível que pode garantir uma melhor qualidade de vida dessa população em seus lares.

Cabe destacar que a NBR 9050 (ABNT, 2015) é uma boa referência para as melhorias, sendo inclusive a base para *checklists* de avaliação existentes. Porém, como destacam Martinez e Emmel (2013), visto que essa norma considera valores médios da população brasileira quanto à estatura e ao porte físico, faz-se neces-

sária, sempre que possível, uma avaliação das características individuais antes de qualquer decisão ou intervenção. Além disso, segundo essas autoras, a indicação de adaptações deve ser idealizada de forma a envolver o idoso e sua família nas decisões, para que tenham oportunidade de se expressarem e apontarem, por exemplo, locais que acham perigosos ou ainda o que eles consideram um elemento facilitador no ambiente físico da casa.

2 MÉTODO DE PESQUISA

A presente pesquisa apresenta os resultados do primeiro ano de atividades do setor da arquitetura realizadas no Projeto de Extensão Saúde do Idoso no Contexto Familiar, de março a dezembro de 2016. A pesquisa foi realizada no bairro Santo Afonso, em Novo Hamburgo/RS, que possui idosos de baixa renda familiar, população alvo da pesquisa. Para realizar a pesquisa, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) foi o órgão responsável por intermediar informações sobre os idosos cadastrados, bem como ajudar no processo da pesquisa, visto a sua influência dentro da comunidade. O objetivo do projeto é melhorar a qualidade de vida desses idosos. Dessa forma, o estudo foi desenvolvido em três etapas principais: (a) diagnóstico da situação atual dos idosos em seus domicílios; (b) orientação de melhorias a serem realizadas em seus domicílios; e (c) monitoramento das mudanças realizadas nos domicílios. Considerando todo esse processo, a intervenção com os idosos é realizada em seis visitas, cujas principais fontes de evidências são as observações dos pesquisadores que avaliam a casa, as fotos

registradas com autorização dos idosos e registros realizados durante as visitas (anotações e croquis).

O diagnóstico é realizado na primeira visita, cujas informações são obtidas através de um levantamento bastante minucioso da acessibilidade da casa. Nessa etapa, é utilizado um roteiro de conformidade da adequação dos principais espaços usados pelo idoso do domicílio, como quarto, sala, cozinha, banheiro, entre outros. Para ilustrar essa ferramenta, são apresentados os elementos de avaliação do sanitário na Fonte: Planilha desenvolvida pelos professores e bolsistas do Projeto de Extensão Saúde do Idoso no Contexto Familiar.

Verifica-se que essa ferramenta avalia a situação do piso, a existência de degraus e tapetes, a iluminação do espaço, características dimensionais e, no caso do banheiro, características das barras de apoio. Uma vez coletadas as informações, os dados são tabulados para análise.

As mudanças a serem realizadas no domicílio são apresentadas na segunda visita, a partir de orientações escritas para correção das não conformidades levantadas no diagnóstico. Previamente à confecção da orientação de cada domicílio, foi desenvolvida pela equipe uma listagem de orientações a ser utilizada pelos bolsistas na proposição das melhorias. Considerando as particularidades de cada casa e dos idosos que nela residem, são geradas as orientações individuais. A figura 2 mostra um extrato dessa orientação para o espaço da sala.

3 BANHEIRO QUE O IDOSO MAIS UTILIZA		
3.1	Piso com aparência de escorregadio?	sim não
3.2	Piso solto ou quebrado?	sim não
3.3	Degraus no banheiro?	sim não
3.4	Degraus no local do chuveiro ou dentro do box?	sim não
3.5	Interruptor que acende luzes do banheiro está distante da porta?	sim não
3.6	Ausência de box?	sim não
3.7	Ambiente tem pouca luminosidade durante o dia?	sim não
3.8	Pouca luminosidade dentro do banheiro durante a noite ? (ausência de algum ponto de luminosidade)	sim não
3.9	Encontra-se sempre com o piso molhado?	sim não
3.10	Possui tapete escorregadio no local do chuveiro ou dentro do box?	sim não
3.11	Ausência de barras de apoio no chuveiro?	sim não
3.12	Ausência de barras de apoio no vaso sanitário?	sim não
3.13	Banheiro com largura menor que 1,20m?	sim não
3.14	Banheiro com comprimento menor que 3,0m?	sim não
3.15	O suporte de toalha, o vaso sanitário e a pia estão mal afixados?	sim não
3.16	A altura do vaso sanitário é abaixo de 46cm?	sim não

Figura 1 – Roteiro de conformidade da adequação dos espaços da casa (banheiro)

Fonte: Planilha desenvolvida pelos professores e bolsistas do Projeto de Extensão Saúde do Idoso no Contexto Familiar

Cabe destacar ainda sobre as orientações realizadas durante a pesquisa. Verificou-se a resistência dos idosos quanto à execução de melhorias. Em função disso, esta pesquisa também desenvolveu uma classificação dos tipos de melhorias existentes nas orientações, a qual será apresentada no item dos resultados.

Por fim, a partir da terceira visita, inicia-se a etapa de monitoramento das mudanças realizadas nos domicílios. Durante essa etapa, as melhorias realizadas e o motivo da não realização são avaliados, as dúvidas existentes são elucidadas, novos problemas podem surgir e novas orientações são realizadas.

Nesta pesquisa foram considerados 31 domicílios diagnosticados, dos quais 12 receberam orientações de melhorias.

ORIENTAÇÕES DA ARQUITETURA QUANTO À ACESSIBILIDADE DA CASA

Nome do beneficiário



1	SALA	ORIENTAÇÕES
1.1	Piso com aparência de escorregadio?	Recomenda-se um piso antiderrapante. Use calçados como sandálias e chinelos que possuem tiras fixas ao redor do tornozelo. Dê preferência aos sapatos baixos e que possuam solado mais aderente, como os de borracha. O uso de tênis é recomendado.
1.2	Piso solto ou quebrado?	É preciso consertar o piso danificado. Pisos soltos - colar com cola específica do material. Piso quebrado - repor peça do piso nova.
1.3	Degraus na sala?	Instale FAIXAS ANTIDERRAPANTES nas bordas dos degraus e mantenha-os bem iluminados. Isto pode ser feito com um material de cor e textura diferentes do material da escada, como lixas, fitas adesivas coloridas, tinta fosca e outros que achar adequado. Isto facilita sua visualização e evita escorregões, dando a você maior segurança ao subir/descer os degraus.
1.4	Degraus entre a sala e outro ambiente da casa?	Instale FAIXAS ANTIDERRAPANTES nas bordas dos degraus e mantenha-os bem iluminados. Isto pode ser feito com um material de cor e textura diferentes do material da escada, como lixas, fitas adesivas coloridas, tinta fosca e outros que achar adequado. Isto facilita sua visualização e evita escorregões, dando a você maior segurança ao subir/descer os degraus.
1.5	Interruptor(es) que acende(m) luzes da sala está(ão) distante(s) da porta?	Facilite o acesso aos INTERRUPTORES. Instale-os na altura de seus ombros e opte pelos que têm botões iluminados para que haja fácil localização e uso. Instale chave hotel com interruptores em dois pontos - entrada e saída do ambientes (um acende e outro apaga e vice-versa). Ou colocar um ponto de iluminação móvel (abajur ou luminária) que fique de fácil acesso, sobre algum móvel e sem fios soltos).

Figura 2 - Exemplo de orientações para a sala

Fonte: Planilha desenvolvida pelos professores e bolsistas do Projeto de Extensão Saúde do Idoso no Contexto Familiar

PRINCIPAIS PROBLEMAS



Figura 3 – Principais problemas encontrados por ambiente nos domicílios
 Fonte: Gráfico desenvolvido pelos professores e bolsistas do Projeto de Extensão Saúde do Idoso no Contexto Familiar

3 RESULTADOS

Como principais resultados, observam-se inúmeras irregularidades que podem prejudicar o bem-estar do idoso quanto à acessibilidade, gerando risco de quedas. Os problemas mais citados pelos idosos podem ser observados na Figura 3.

Cada cor apresentada no gráfico representa o ambiente em que foi encontrado um problema. Os problemas estão principalmente no banheiro, no dormitório, na cozinha e na sala e incluem ausência de barras de apoio nos banheiros, ausência do box do banheiro, degraus entre ambientes, tapetes sem recursos antiderrapantes, espaços mal iluminados, pisos danificados e superfícies irregulares, mal arranjo de móveis e equipamentos, entre outros.

Para deixar mais explícito o número de citações por ambiente, ver Figura 4.

PROBLEMAS POR AMBIENTE

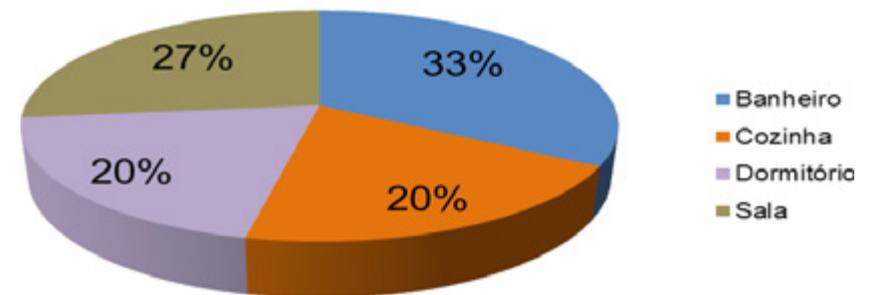


Figura 4 – Problemas encontrados por ambiente
 Fonte: Gráfico desenvolvido a partir da Tabela Classificação e Intervenção por Ambiente, desenvolvida pelos professores e bolsistas do Projeto de Extensão Saúde do Idoso no Contexto Familiar

Pelo gráfico acima, nota-se que o ambiente que teve mais menções de problemas foi o banheiro, seguido pela sala, depois cozinha e dormitório. A seguir, um gráfico para detalhar os problemas encontrados nos banheiros.

O problema nos banheiros incluem ausência de barras de apoio, ausência de box, tapetes sem recursos antiderrapantes, degraus, móveis mal fixados, entre outros.

Depois de identificados os problemas, foram realizadas orientações para cada caso, como, por exemplo, identificar os degraus entre ambientes com marcação, retirar tapetes que não são antiderrapantes, melhorar disposição dos móveis para fácil circulação.

A partir de vários acompanhamentos com os idosos, observou-se que nem sempre tudo que era solicitado era efetivamente realizado. Com base nisso, foi desenvolvida uma classificação dos tipos de melhorias, que é uma contribuição importante deste trabalho. A classificação relaciona-se à dificuldade de execução da melhoria em função do custo e das mudanças necessárias no próprio domicílio: (a) difícil intervenção; (b) média intervenção; e (c) fácil intervenção.

A melhoria de difícil intervenção é aquela que demanda um custo alto de investimento e tem muito custo na casa do idoso. Um exemplo é a adequação das medidas de um espaço. Se é necessário aumentar o banheiro, isso interfere bastante na casa porque necessita de demolição e nova construção do espaço. Além disso, demanda um custo financeiro para compra de materiais e pagamento do serviço da obra.



Figura 5 – Principais problemas encontrados nos banheiros
Fonte: Gráfico desenvolvido a partir da Tabela de Necessidades, desenvolvida pelos professores e bolsistas do Projeto de Extensão Saúde do Idoso no Contexto Familiar

A melhoria de média intervenção tem um investimento médio de custo, mas não influencia na reforma da residência. Trata-se de um acréscimo, uma melhoria nos espaços. Um exemplo é a instalação de barras de apoio no banheiro, que exige o pagamento de um serviço e do material a ser acrescentado, porém não causa nenhuma grande obra no domicílio.

Já a melhoria de fácil intervenção é aquela que não demanda custo algum. Exemplo desse tipo de intervenção é a retirada de tapetes da casa, ou mesmo a mudança do layout dos espaços. Não existe gasto com nada, apenas elementos, mobiliários e equipamentos são reajustados nos ambientes.

	TOTAL	%	% ACUM	PROBLEMAS	ORIENTAÇÕES CONFORME NÍVEL DE INTERVENÇÃO								
BANHEIRO (65)	28	17%	17%	Ausência de barras de apoio no chuveiro?	Instalar barras de apoio na região do chuveiro	COZINHA (61)	16	20%	20%	Degraus entre a cozinha e outro ambiente da casa?	Alertas com faixas antiderrapantes nas bordas dos degraus (uso de fitas, fitas adesivas coloridas, tinta fosca amarela)		
	20	17%	34%	Ausência de barras de apoio no vaso sanitário?	Instalar barras de apoio em volta do vaso sanitário.		15	19%	38%	Os mantimentos e/ou equipamentos são colocados em prateleiras ou armários muito baixos que necessite agachar ou fletir o tronco para alcançá-los?	Organizar objetos de maior uso em níveis de altura mais fáceis de pegar.		
	18	11%	45%	Ausência de box?	Evitar apoio em pias, armários ou caixa acoplada		10	12%	51%	Ambiente tem pouca luminosidade durante o dia?	Deve ser bem iluminado, optar por lâmpadas fluorescentes		
	16	10%	55%	Degraus no local do chuveiro ou dentro do box?	Desnível permitido de 1,5cm; maiores que isso instalar rampa		10	12%	63%	Espaço inadequado para caminhar sem esbarrar nos móveis? (<80cm)	Reorganizar os móveis e equipamentos com novo leiaute		
	13	8%	62%	Ambiente tem pouca luminosidade durante o dia?	Deve ser bem iluminado, optar por lâmpadas fluorescentes		10	12%	75%	Interruptor(es) que acende(m) luzes da cozinha está(ão) distante(s) da porta?	Facilite o acesso aos interruptores (uso de chave hotel)		
	12	7%	70%	A pia está mal afixada?	Fixar a pia adequadamente		DO QUARTO (68)	14	21%	21%	Pouca luminosidade dentro do quarto durante a noite? (ausência de abajur ou algum ponto de luminosidade)	Recomenda-se um interruptor ou abajur junto à cama ou manter lanternas à mão.	
	9	5%	75%	Piso com aparência de escorregadio?	Recomenda-se um piso antiderrapante Uso de calçados com tiras fixas ao redor do tornozelo, preferência aos sapatos baixos com solado aderente, uso de tênis é recomendado			11	16%	37%	Espaço inadequado para caminhar sem esbarrar nos móveis? (<80cm)	Reorganizar os móveis e equipamentos com novo leiaute	
	9	5%	81%	Pouca luminosidade dentro do banheiro durante a noite? (ausência de algum ponto de luminosidade)	Uso de sensor com acendimento automático ou manter lanterna sempre à mão.			9	13%	50%	Ambiente tem pouca luminosidade durante o dia?	Deve ser bem iluminado, optar por lâmpadas fluorescentes	
	SALA (69)	17	19%	19%	Degraus entre a sala e outro ambiente da casa?			Alertas com faixas antiderrapantes nas bordas dos degraus (uso de fitas, fitas adesivas coloridas, tinta fosca amarela)	9	13%	63%	Interruptor(es) que acende(m) luzes do quarto está(ão) distante(s) da porta?	Facilite o acesso aos interruptores (uso de chave hotel)
		12	13%	33%	Ambiente tem pouca luminosidade durante o dia?			Deve ser bem iluminado, optar por lâmpadas fluorescentes		7	10%	74%	Possui tapete(s) do(s) lado(s) da cama?
12		13%	46%	Fussil tapetes?	Evite os tapetes pela casa.			6		9%	82%	Quando o idoso está sentado na cama, seus pés ficam no ar, sem estar em contato com o chão?	Colocar desnível próximo da cama (bloco ou livros revestidos com material antiderrapante) Cama baixa pode-se colocar calço de madeira mais largo nos pés; optar por colchão mais alto ou ajustar a cama. Cama alta pode-se optar por cortar os pés para ajuste.
9		10%	56%	Interruptor(es) que acende(m) luzes da sala está(ão) distante(s) da porta?	Facilite o acesso aos interruptores (uso de chave hotel)								
9		10%	66%	Tapetes sem recurso antiderrapante?	Fixá-los no chão ou colocar fitas adesivas embaixo.								
8		9%	75%	Degraus na sala?	Alertas com faixas antiderrapantes nas bordas dos degraus (uso de fitas, fitas adesivas coloridas, tinta fosca amarela)								

Difícil intervenção
 Média intervenção
 Fácil intervenção

Figura 6 – Tabela de orientações

Fonte: Tabela de Análise de Dados, desenvolvida pelos professores e bolsistas do Projeto de Extensão Saúde do Idoso no Contexto Familiar

A Figura 6 mostra os tipos de problemas encontrados, as orientações indicadas para cada caso e a classificação do tipo de melhoria (uso de cores).

Nota-se que o problema mais citado na residência dos idosos é a colocação de barras de apoio no banheiro, ausência de box e, até mesmo, degraus no local do chuveiro. Todas elas são de média intervenção, pois têm médio custo financeiro. Contudo, mesmo que seja um elemento importante para os idosos que sentem a sua necessidade, a sua colocação não é sempre realizada de imediato. Trata-se da

execução de um elemento que demanda custo e que exige um conhecimento técnico para a instalação adequada. Além disso, muitas vezes o banheiro dos idosos não está adequadamente dimensionado para receber as barras de apoio. Isso acontece em relação principalmente à bacia sanitária, por exemplo, visto o banheiro não ter leiaute adequado para a instalação de barras nas duas posições sugeridas pela norma (atrás e lateralmente). No chuveiro, a instalação parece ser mais fácil, exigindo basicamente as informações técnicas e um desembolso com o material e serviço.

Dois relatos interessantes para destacar a influência das orientações da Arquitetura e Urbanismo são da senhora “T” e do senhor “A”.

Dona “T” já teve as seis visitas realizadas. Trata-se de uma senhora de 62 anos, com depressão e dispnéia para realizar suas atividades, inclusive sair da cama, além de sofrer de crises de asma. A casa dessa senhora, na primeira visita, dentre outras coisas, possuía tapetes em vários ambientes (entrada, sala, quarto e corredor) e a sala era de difícil acesso pelos móveis que barravam a passagem.

A partir das orientações passadas, percebe-se uma melhora constante a cada visita realizada. O número de tapetes foi reduzido e a nova organização do leiaute da sala possibilitou melhor acessibilidade das pessoas. São mudanças de fácil intervenção. Dona “T” relata um bem-estar geral com a casa e com si mesma. Outros indicadores positivos incluem o aumento de sua disposição para as atividades diárias e a participação em outras atividades sociais das quais não participava antes.

O outro relato é da casa do Sr. “A”, que é cadeirante. Sua casa já possui alguns elementos adaptados, como a rampa de acesso, por exemplo. Contudo, o dormitório e o banheiro foram espaços mencionados como problemáticos, visto que o idoso já havia caído várias vezes nesses espaços por serem inadequados. No banheiro, o problema era principalmente a disposição dos equipamentos e a falta de barras de apoio. Até uma máquina de lavar roupas existia nesse espaço. No dormitório, a queda aconteceu porque o Sr. “A” estacionava sua cadeira longe da cama e tinha dificuldades em sair da cadeira de rodas e passar para a cama, o

que precisava fazer se apoiando nos móveis.

As orientações quanto ao banheiro implicaram num novo leiaute dos equipamentos e a instalação das barras de apoio. A ajuda do projeto nesse quesito foi de fornecer as informações técnicas para a instalação das barras, o que foi executado pelo próprio filho do idoso. Após a instalação das barras de apoio no banheiro, o idoso relatou principalmente ter mais conforto e segurança na hora do banho.

No dormitório também foram sugeridas modificações no leiaute de seu dormitório. Foi feita uma breve orientação através de desenhos em planta baixa e passados para ele, que aceitou a orientação e realizou a modificação. A mudança foi realizada pelos pesquisadores junto ao idoso e é apresentada graficamente.

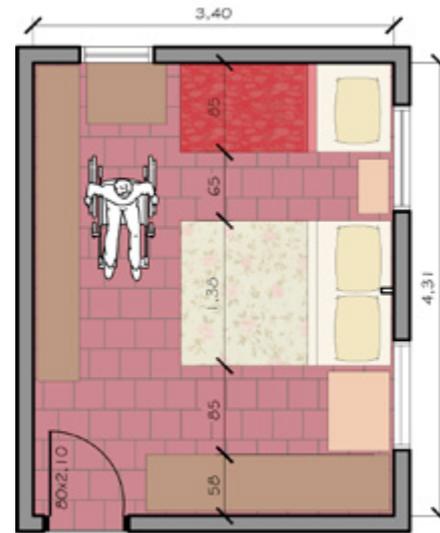
As figuras 7 e 8 mostram como era o dormitório do Sr. “A”.

O Sr. “A” dorme numa cama de casal. Ele posicionava a cadeira de rodas na parte superior e o deslocamento fazia se apoiando na cama de solteiro e de casal respectivamente para chegar a sua cama. Nas figuras 9 e 10, a nova proposta. A melhoria foi entre três móveis próximos às camas. O objetivo foi ampliar o espaço entre a cama de solteiro e de casal (era de 65 cm e passou para 86 cm). Assim, a cadeira de rodas agora pode ser estacionada entre as camas. Contudo, na visita após essa mudança, o leiaute havia sido retomado como era antes, visto o idoso estar mais habituado à situação anterior, mesmo sendo mais insegura para ele.

Há outros relatos de mudanças em que predominam as de fácil intervenção. As principais mudanças desse tipo são a retirada dos tapetes pela casa e a modificação



**Figura 7 – Foto dormitório Sr. “A”,
antes da modificação**
Fonte: Equipe do Projeto de Extensão

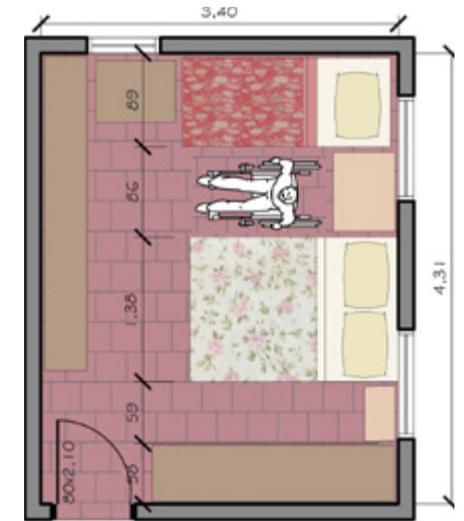


PLANTA BAIXA ESQUEMÁTICA
SR. ADEMAR
SEM ESCALA

**Figura 8 – Planta baixa com as
medidas do dormitório**
Fonte: Equipe do Projeto de Extensão



**Figura 9 – Foto dormitório Sr. “A”,
depois da modificação**
Fonte: Equipe do Projeto de Extensão



PLANTA BAIXA ESQUEMÁTICA
SR. ADEMAR
SEM ESCALA

**Figura 10 – Planta baixa Sr. “A”,
depois da modificação**
Fonte: Equipe do Projeto de Extensão

do leiaute da sala para melhor passagem das pessoas e limpeza do quintal. Também outras melhorias de média intervenção ocorreram, tais como: a troca de tapete por um tapete antiderrapante e a fixação da pia do banheiro. Mudanças de difícil intervenção ocorreram somente em casos mais específicos, como do Sr. “A”, por exemplo.

Nem sempre em uma residência todas as orientações serão executadas. Mas é através de uma orientação adequada e de um acompanhamento periódico que

essas melhorias podem ser mais bem aceitas pelos idosos, a fim de proporcionar mais conforto e segurança ao seu dia a dia. Enfim, essa classificação dos tipos de melhoria proposta neste artigo foi muito importante porque ajudou a estabelecer a melhor forma de auxiliar os idosos, insistindo principalmente nas mudanças de fácil intervenção. Uma vez que possam ser priorizadas pelos idosos na sua rotina diária, pode ser que as demais melhorias aconteçam mais rápido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe destacar algumas reflexões acerca do projeto de extensão. Em primeiro lugar, o acesso às suas casas é o primeiro passo para a ajuda. A partir das orientações, os idosos são alertados dos principais problemas de sua casa e como resolver. As quatro visitas de monitoramento também são etapas muito importantes para o processo. Além de servirem para o acompanhamento das mudanças realizadas, elas permitem a identificação de novos elementos e a consequente intervenção da equipe quando necessário. Um caso simples identificado foi o uso de um tapete inadequado colocado no box do banheiro de uma idosa. Tratava-se de um tapete escorregadio que havia sido doado. Assim que foi percebida essa inadequação, a idosa foi alertada e orientada a retirá-lo e substituí-lo por um tapete do tipo antiderrapante. Por isso, a importância de um monitoramento periódico para o acompanhamento das mudanças e possibilitar uma atenção individualizada a cada participante.

Por fim, um ponto muito importante a destacar é a influência dos recursos financeiros para a realização de melhorias sugeridas pelo projeto. Na Arquitetura, as mudanças de fácil intervenção são as que efetivamente são realizadas pelas pessoas (sem custo e sem intervenção na casa). Por outro lado, as melhorias de média e de difícil intervenção, por demandarem custo médio e alto custo respectivamente, não são realizadas. A instalação de barras de apoio no box do banheiro é um exemplo de melhoria de média intervenção apontada pela maioria dos idosos como uma demanda importante para o seu dia a dia. Contudo, somente em

poucos casos a barra de apoio foi instalada até o momento, principalmente pelo custo agregado e pela aparente segurança que o idoso sente por estar habituado a realizar atividades sem o uso desse elemento.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: 2015: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. 148 p.
- BESTETTI, M. L. Ambiência: o espaço construído como fator de envelhecimento saudável. In: PLURIS 2010 **Anais...** 4º Congresso Luso Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. Faro (Portugal). 2010 Biblioteca Virtual da Saúde Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/>>. Acesso em: 21 mar. 2016.
- CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C.; MIRANDA, S. G. S. Mobilidade Capítulo 45. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia Ocupacional**: Fundamentação e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- COSTA, S.; PLOUFFE, L.; VOELCKER, I.; KALACHE, A. Habitação e Urbanismo. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Org.). **Política Nacional do Idoso**: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p. 295-322.
- FREITAS E. V. Demografia e Epidemiologia do envelhecimento. In: PY, L.; *et al.* (Org.). **Tempo de envelhecer**: percursos e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro: Nau; 2004, p. 19-38.
- GOLDSTEIN, L. L. No Comando da própria vida: a importância de crenças e comportamentos de controle para o bem-estar na velhice. In: NERI, A. L.; FREIRE, S. A. (Org.). **E por falar em boa velhice**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2003, p. 55-68.

LEHR, U. A revolução da longevidade: impacto na sociedade, na família e no indivíduo. **Cadernos de Envelhecimento**. Porto Alegre: UFRGS, 1999, v. 1, p. 7-35.

MARTINEZ, L. B. A.; EMMER, M. L. G. Elaboração de um roteiro. **Revista Terapia Ocupacional**, USP, n. 24, v. 1, p. 18-27, jan./abr. 2013.

MENDE, K. **Lighting Design**. Washington: Lighting Planners Associated, 2006.

NERI, A. L. Qualidade de vida na velhice e atendimento domiciliário. In: DUARTE, Y. A. O. **Atendimento domiciliar: um enfoque gerontológico**. São Paulo: Atheneu, 2000.

OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento**: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação. São Paulo: Mackenzie, 2002.

SHEPHARD, R. J. **Envelhecimento, atividade física e saúde**. São Paulo, SP: Phorte, 2003, 485 p.

SILVA, T. M.; NAKATANI, A. Y. K.; SOUZA, A. C. S.; LIMA, M. C. S. A vulnerabilidade do idoso para as quedas: análise dos incidentes críticos. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, n. 9, v. 1, p. 64-78, 2007. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n1/v9n1a05.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

TOMASINI, S. L. V. **Qualificação de espaços abertos em instituições de longa permanência para idosos**. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

WAHL, H. W.; WEISMAN, G. D. Environmental Gerontology at the Beginning of New Millennium: Reflections on Its Historical, Empirical, and Theoretical Development. **The Gerontologist**, n. 43, v. 5, p. 612-627, 2003.

COBOGÓ FLUIDO: PERSPECTIVAS PARA PENSAR SOBRE UM NOVO CONCEITO

Destaque em Ciências Exatas e Tecnológicas

Design

Gracieli Kronbauer¹

Marjorie Lemos Gubert²

¹ Bacharel em Design pela ULBRA Canoas; Acadêmica da Pós-Graduação em Design de Superfície da Feevale.
E-mail: gracieli.kr@gmail.com.

² Mestre em Design pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Bacharelado em Comunicação Social pela Pontifícia PUC/RS.
E-mail: marjoriegubert@gmail.com.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de Curso de Design da Universidade Luterana do Brasil consiste no estudo e design do cobogó fluido, inspirado no conceito de modernidade fluida pensada por Zygmunt Bauman. O formato atual dos cobogós fez perceber a oportunidade de desenvolver uma nova forma e gerar diferentes percepções a partir da flexibilização de um dos seus elementos. Diante desta perspectiva, foram identificadas possíveis necessidades e desejos a serem atendidos, portanto desenvolve-se um cobogó com elemento central com função giratória, possibilitando que ocorram transformações significativas na sua forma, ampliando seus efeitos estéticos, funcionais e sensoriais, tornando-o um elemento interativo, apto a alterar a interface do ambiente.

Palavras-chave: Design de superfície. Cobogó. Modernidade fluida.

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual, em que se operam as tecnologias, com grande difusão das informações e avanços do conhecimento no campo do design, o profissional encontra grandes oportunidades de fazer um reconhecimento do momento e gerar resultados relevantes e necessários para a vida das pessoas. Isto se traduz por meio de projetos de produtos e o desenvolvimento de pesquisas. Os cursos de graduação em design promovem o aprimoramento de conceitos nos âmbitos tecnológico, cultural e comportamental, fazendo com que essa formação possa originar capacidade significativa para resolver problemas e gerar conhecimentos na área do *design*.

O produto resultante desse projeto de design caracteriza-se por um cobogó - elemento vazado - para uso em ambiente arquitetônico interno. Esse elemento deve possuir identidade própria que o valide através de seu conceito e das suas principais características, inspirado no contexto de fluidez pensado por Bauman (2001).

Os cobogós estão cada vez mais presentes nos ambientes arquitetônicos, e vêm para transformar o espaço, são elementos que exploram uma infinidade de formas, não apenas limitando o espaço, mas interagindo e trazendo efeitos sobre a projeção da luz (e sombra), a ventilação e as sensações. Levanta-se aspectos relevantes desses elementos, com objetivo de contribuir para a estética, a funcionalidade e conceitualmente, promovendo o desenvolvimento de um modelo de cobogó que colabore para novas intervenções do cliente sobre a superfície.

O conceito do projeto está baseado na teoria de Bauman (2001) sobre a fluidez do comportamento humano, que considera o presente momento da vida como uma “modernidade fluida” ou “modernidade líquida”, onde o dinamismo afeta os mais variáveis aspectos da vida, portanto possibilita pensar a flexibilização, em vista da volatilidade e instabilidades da maioria das identidades. Para estabelecer os limites deste trabalho, este foi dividido nas seguintes etapas: (I) a apropriação de conhecimento sobre o tema; (II) o planejamento da pesquisa, as especificações necessárias para desenvolver o cobogó; (III) a definição da alternativa mais adequada, e (IV) as adequações técnicas e funcionais.

2 SUPERFÍCIE COBOGÓ

Cobogós, segundo Bitencourt (2007), são elementos arquitetônicos, geralmente formados por blocos vazados, que podem ser aplicados a edificações para resolver questões de iluminação e ventilação de ambientes. O cobogó é uma criação brasileira, patenteado em 1929, e seu nome provém da junção das primeiras sílabas dos fundadores de uma fábrica de blocos vazados, os comerciantes Amadeu Coimbra e Ernest Boeckman e o engenheiro Antônio de Góis, que em 1930, estava localizada em Olinda, Pernambuco. O elemento cobogó ficou destacado quando o primeiro edifício de expressão, a Caixa D'Água de Olinda (Figura 1), com formas arquitetônicas modernas, fez uso dele para revestir suas paredes.



Figura 1 - Caixa D'Água de Olinda

Fonte: Cobogó de Pernambuco. Projeto Luiz Nunes Rua Bispo Coutinho, Olinda. Foto de Josivan Rodrigues

Os cobogós são elementos não estruturais, conforme especifica a NBR 7173 FEV 1982, da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Embora se caracterizem por boa resistência à compressão, não suportam excesso de cargas, portanto para compor sua estruturação são necessários o uso de vigas e pilares na construção de paredes de grandes dimensões ou o uso de vergalhões internos com espessuras maiores.

Conforme Rutschilling (2008), o design de superfície vai além do elemento bidimensional, em que a superfície é formada por uma estrutura intrínseca que confere a sua autosustentação e determina a sua existência, constituindo-se no

próprio objeto, pois não depende de outro suporte. Em vista disso, trata-se de considerar o design de superfície de forma ampla, ligada às possibilidades de explorar os planos, criando novas configurações a partir da interferência do usuário.

Observa-se a importância inestimável do cobogós para a arquitetura moderna brasileira ao considerar que esse bloco foi criado inspirado na condição climática da região nordeste para aproveitar a ventilação natural, fornecer o controle da radiação solar e nas questões de baixo custo e facilidade de montar. Esses itens fizeram com que o cobogó estivesse presente além das construções de Pernambuco, pois após marcar um período de modernidade, ofereceu a opção de ser utilizado como dispositivo de proteção do sol, ventilação, limitação de visualização, em ambientes externos e internos nas diversas edificações por todo o país.

O designer de superfície, conforme conceitua Rutschilling (2008), ocupa-se do projeto e criação de texturas visuais e táteis e contribui na constituição e na promoção de qualidade das superfícies de modo a criar soluções estéticas e funcionais, dependendo do contexto sociocultural e das possibilidades produtivas.

Por meio do design de superfície, pode-se averiguar a importância que tem um projeto de revestimento, que além das funções de proteger, limitar e agradar, pode estruturar um determinado ambiente. Conforme Rubim (2013), há vários projetos arquitetônicos compostos de elementos que podem apenas cobrir um espaço ou servir de base como plano divisor ou comunicador entre espaços, e estas são consideradas superfícies.

2.1 O PROJETO DE PRODUTO

As abordagens metodológicas para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas em diversas fases e foram utilizados conceitos específicos. Como fundamentação teórica, foram buscadas as teorias de Mike Baxter (2011) e Nelson Back (2008).

Com o propósito de conhecer melhor os cobogós, foram analisados 13 modelos destes e observado o seu aspecto formal, que em sua maioria apresenta a moldura externa de formato geométrico, visto que provavelmente é atrelado à maneira de instalação dos elementos na parede, que são distribuídos de modo alinhado e regular. Na parte interna é que se percebe serem exploradas várias formas, volumes e texturas. Sem atentar à questão semântica, pode-se afirmar que foram utilizadas formas geométricas, orgânicas e irregulares. Sobre a superfície, observam-se materiais polidos que oferecem opacidade, os esmalta-dos, que resultam em brilho e têm opção de seis cores. As superfícies feitas de cimento resultam em texturas granuladas e têm a possibilidade de receber pintura.

Percebe-se que ocorreu uma propagação do uso dos cobogós, tanto geograficamente como nos ambientes, fornecendo novos sistemas de composição e formas de uso. Os cobogós têm efeitos gerados pelo empenho de profissionais que modificam a sua posição de simples componente divisor de espaços, para ser elemento de destaque, conquistado pela transformação que torna o seu uso como relação de interface permeável a sensações estéticas e visuais.

As potencialidades técnicas, funcionais e estéticas dos cobogós levam a conjecturar além de suas atuais aplicações, advindas dos tempos modernos, em que os sólidos tornavam o mundo previsível e facilmente administrável, o que faz refletir sobre variáveis para atender um universo de desejos e intenções do consumidor pelo mutável, mais fluido e líquido. Após os estudos sobre o atual mercado de cobogós e conforme a filosofia de Bauman (2001), busca-se a adequação do objeto por meio do design. No desenvolvimento deste trabalho, o cobogó desenvolvido pretende encontrar certa flexibilidade para que o objeto seja assimilado e contribua ao trazer “leveza” para o momento atual e que perdure no tempo.

Para avaliar a percepção dos clientes sobre os cobogós, o projeto conta com a aplicação de um questionário junto a colaboradores das principais lojas de vendas desse artefato. A seleção das lojas se deu a partir de informações nos sites de representantes de vendas das principais marcas de cobogós na cidade de Porto Alegre/RS. Com o propósito de levantar dados e informações pertinentes aos cobogós, foi aplicado um questionário de forma presencial.

Os resultados das entrevistas surgem manifestações de desejos de certo modo pertinentes: como uma maior mobilidade de elemento único ou em forma de placas, algum tipo de sistema de encaixe das peças que facilite a instalação, mais opções de formas e aprimoramento no acabamento da superfície.

Com base nos dados coletados, pode-se identificar como público-alvo pessoas entre 30 e 50 anos, que se interessam por elementos arquitetônicos para construir, reformar ou compor seu ambiente residencial ou de trabalho.

A formatação do produto foi idealizada segundo os principais requisitos analisados na pesquisa. As características materiais devem demonstrar durabilidade, resistência, plasticidade para a formatação e mobilização, excelente acabamento, facilidade de higienização e compatibilidade com as necessidades do ambiente.

Para efeitos de aplicação do projeto de cobogó desenvolvido neste trabalho, o produto deve ser submetido a testes para adequação às normatizações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que fixa as condições exigíveis ao cobogó para ser utilizado em revestimento (NBR 7173, fev. 1982).

O principal conceito do cobogó é a fluidez. Bauman (2001) interpreta o comportamento relacionado ao líquido e fluido que, em sua extraordinária mobilidade, é associada à ideia de “leveza”, que resulta em maior mobilidade, facilidade e rapidez em mover-se. Essas são metáforas usadas para pensar as relações sociais na contemporaneidade.

Explicar identidades tão voláteis oportuniza a construção de um artefato que possa expressar as vontades dos clientes, podendo articular seus desejos e anseios que demandam constantes transformações.

Pensando-se no cotidiano e nos atos que resultam em constantes modificações, foram selecionadas algumas imagens que representam transformações na natureza, expressas a partir de ondas do mar, pois esta está sempre em movimento e permanente movimento (figura 2).

A inserção do conceito no contexto é ponderada na forma orgânica e natural das ondas, trazendo a sensação de movimento e fluidez, visto que ela se mo-

difica o tempo todo, ultrapassa os seus limites e conduz o ambiente que permeia. A forma que traz o movimento de constante transformação à técnica foi idealizada a partir das possibilidades do cliente intervir na passagem de luz, ventilação, visão, nas formas, cores e estética do cobogó.

Depois de desenvolver várias expressões do conceito e atributos desejados, buscou-se analisar as opções que melhor respondiam aos requisitos conceituais, formais e funcionais, além da composição e padrão de alinhamento dos elementos a fim de gerar um resultado estético adequado. Após as análises pré-selecionadas algumas alternativas são apresentadas para a definição do produto final. Foram realizados o render, em Solidworks11 (figura 3), os desenhos técnicos (figura 4) e o Mockup (figura 5).



Figura 2 - Painel Conceitual Forma/Função

Fonte: Página Instagram WSL oficial Tumblr Idealmente; Página Pinterest wavemotions Visualles tumblr; Página Pinterest blog.sundancebeach.com; Página Pinterest idealmente.tumblr.com

O cobogó é concebido como um módulo, sua estrutura é em formato de um cubo com medidas de 250x250x120mm, composto externamente por gesso cerâmico e internamente possui uma chapa de acrílico com função giratória.

A forma de quadrado para a moldura externa do cobogó foi selecionada para facilitar a instalação dos blocos em sistema alinhado, pois há a necessidade de argamassa ou gesso cola entre as peças para a sua fixação, além de vergalhões de ferro para garantir a estabilidade da parede.

Para concordar com o princípio de flexibilidade e oferecer a sensação de movimento de elemento dentro da peça de cobogó, foram necessários diversos

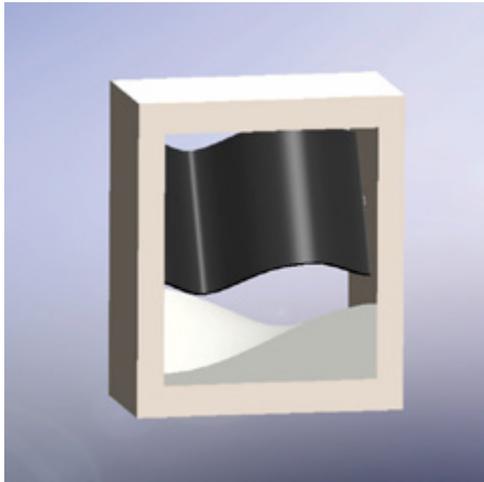


Figura 3 - Render em Software 3D
Fonte: Elaborado pelas autoras



Figura 4 - Desenhos técnicos em Software 3D
Fonte: Elaborado pelas autoras



Figura 5 - Mockup
Fonte: Elaborado pelas autoras

estudos e adequações para tornar possível a sua função giratória. O giro da chapa de acrílico contida no interior da peça se dá devido a um sistema formado pela chapa de acrílico que contém hastes nas duas extremidades da largura da peça, e essas recebem o encaixe de catracas com dentes flexíveis que são encaixadas na região do orifício de uma das metades da moldura externa, que posteriormente deverá receber e fixar, com o uso de cola gesso, a outra metade da peça, completando a moldura externa (figura 6).

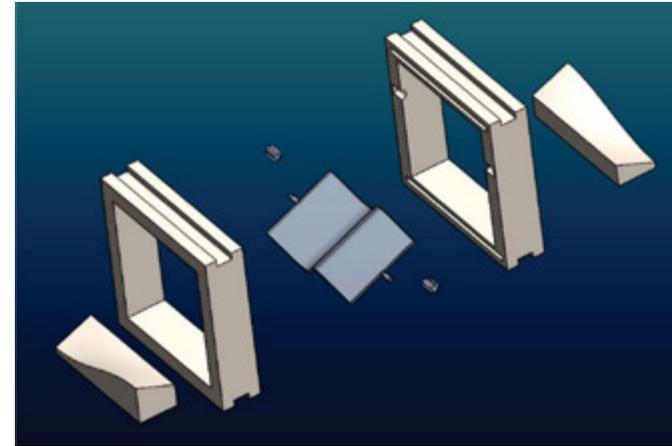


Figura 6 - Vista explodida do Cobogó Fluido
Fonte: Elaborado pelas autoras



Figura 7 - Opções de Giros da Chapa de Acrílico
Fonte: Elaborado pelas autoras

Como o principal diferencial do cobogó deste projeto é a flexibilização de um dos seus elementos, desse modo foi possível oferecer ao cliente a possibilidade de movimento pelo giro da chapa de acrílico algumas das posições conseguidas são mostradas na figura 7.

Através da intervenção na chapa de acrílico, é possível intervir na permeabilidade de luz, ventilação, som e formas. O uso de uma forma com dinâmica de movimento giratório no interior da peça trouxe o conceito de fluidez de Bauman (2001), por meio da flexibilização de um elemento que até então era estático. O conceito é aplicado quando for rompida a rigidez da forma sendo possível atribuir movimentos a um elemento pela interferência manual do cliente, de modo que suas posições diverjam do geométrico retangular para o ondulado.

Sua forma externa de um quadrado permite a fixação do módulo de quatro formas diferentes, podendo assim aplicar diversas operações. Para auxiliar na compreensão das aplicações, são utilizadas as seguintes representações do *rapport* (figura 8).

Com objetivo de visualizar os cobogós inseridos em ambientes arquitetônicos, segue abaixo o resultado de algumas simulações (figuras 9 e 10).

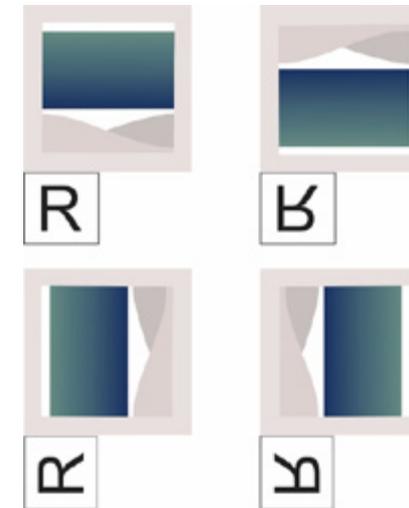


Figura 8 - Rapport do Cobogó Fluido
Fonte: Elaborado pelas autoras



Figura 9 - Sistema alinhado multimódulo
Fonte: Unsplash, Foto Norbert Levajsics como fundo com interferência da autora



Figura 10 - Sistema alinhado com operação de reflexão
Fonte: Unsplash, Foto Breather como fundo com interferência da autora

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento deste trabalho, observado os resultados das pesquisas, verifica-se a importância da concepção do projeto ser pautado em referenciais teóricos e filosóficos. As relações comportamentais e sociais pensadas por Bauman (2001) foram essenciais para exploração do conceito de fluidez deste projeto.

O cobogó representa um elemento extremamente importante e de crescentes inovações, há muito para ser explorado e transmitido em todos os campos de atuação do design de superfície.

Os objetivos do projeto foram alcançados e a pretensão de flexibilizar um elemento rígido propiciaram como resultado a interferência no cobogó, possibilitando novas versões à sua forma. A atuação sobre determinado elemento com mobilidade para giro, aprimora seus efeitos estéticos, funcionais e sensoriais, modificando sua atuação sobre o espaço e a relação das pessoas com este objeto, tornando-o mais representativo e passível de maiores transformações a partir da evolução de estudos e pesquisas.

As ideias e os projetos de transformar este cobogó são cada vez mais crescentes, podendo-se considerar sistemas magnéticos de movimento, materiais mais flexíveis, o rompimento das fronteiras externas e internas e a utilização de sistemas de iluminação, possibilitando alguns trabalhos diferenciados no futuro.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CERÂMICA. **Informações técnicas:** Processos de Fabricação. Disponível em: <<http://abceram.org.br/>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Norma ABNT NBR 6136:2014:** Blocos vazados de concreto simples para alvenaria sem função estrutural. Disponível em: <<https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=1116>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND, **Boletim técnico 106:** Guia Básico da utilização de cimento Portland. 7. ed. São Paulo 2002.

BACK, Nelson. **Projeto integrado de produtos:** planejamento concepção e modelagem. São Paulo: Manole, 2008.

BALTAR, C. A. M.; BASTOS, F. F.; BORGES, L. E. P. Variedades mineralógicas e processos utilizados na produção dos diferentes tipos de gesso. In.: **Encontro Nacional de Tratamento de Minérios e Metalurgia Extrativa**, v. 2, Florianópolis: 2004.

BAUMANN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMANN, Zygmunt. **Vida para Consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAXTER, Mike. **Projeto de Produto**. São Paulo: Blucher, 2011.

BITTENCOURT, Leonardo. **Grupo de Estudos em Conforto Ambiental/GECA**. Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL): 2007.

BONSIEPE, Gui. **Design:** como prática de projeto. São Paulo: Blucher, 2012.

CURREY, Mason. Sculpting Infinity. **Metropolis Http**. Disponível em: <www.metropolis-mag.com/October-2006/Sculpting-Infinity/>. Acesso em: 22 ago. 2015.

ESTEFAM, A. F. **A influência islâmica na arquitetura brasileira**. Disponível em: <<http://www.usp.br/siicusp/Resumos/16Siicusp/1427.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2010.

FERRANATE, Maurizio; WALTER, Yuri. **A Materialização da Ideia:** noções de materiais para design de produto. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

FLORES, A. L. **Conforto ambiental e eficiência energética em edifícios residenciais:** preservação da arquitetura nas superquadras do plano piloto – Brasília. Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2004. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/fau/qualilumi/arquivos/RELATORIO.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

FREITAS, Renata Oliveira Teixeira de. **Design de Superfície:** Ações Comunicacionais táteis nos processos de criação. São Paulo: Blucher, 2011.

FOTOS MARAVILHOSAS DE ONDAS NA PRAIA. Disponível em: <<http://www.chakalat.net/2013/03/fotos-maravilhosas-de-ondas-na-praia.html>>. Acesso em: 05 ago. 2015

GOMES, G. C. Desenvolvimento de uma metodologia para o projeto de paredes de elementos vazados fundamentada na gramática compositiva das simetrias planas. (Iniciação Científica, FEC-UNICAMP, orientação – Profa. Dra. Ana Lúcia N.C. Harris), **Relatório final**, 2008. Disponível em: <<http://www.prp.rei.unicamp.br/pibic/congressos/xvicongresso/cdrom/FSCOMMAND/pdfN/995.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

GONÇALVES, J. C. S.; DUARTE, D. H. S. **Arquitetura sustentável:** uma integração entre ambiente, projeto e tecnologia em experiências de pesquisa, prática e ensino.

IDEALMENTE. Disponível em <<http://idealmente.tumblr.com/post/87416840041>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

LESKO, Jim. **Design industrial:** guia de materiais e fabricação. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2012.

LIDWEL, William. **Princípios Universais do Design**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

LIMA, Marco Antonio Magalhães. **Introdução aos Materiais e Processos para Designers**. Rio de Janeiro: Eitora Ciência Moderna Ltda, 2006.

MARQUES, Sonia e NASLAVSKY, Guilah. Plano Livre - A insustentável leveza do Cobogó. **Anais... II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade Natal, 2012.

MELLÃO, Renata; IMBRIOSI, Renato; KUBRUSLY, Maria Emília. **Que Chita bacana**. A Casa Museu do Objeto Brasileiro, 2005.

MIGUEL, Jair Diniz. Uma Escola Revolucionária de Arte: Wkhutemas/Wkhuutein (1920-1930). I **Encontro da Arte IFCH/UNICAMP:** 2005.

MG12. **Cobogó Leone**. Disponível em: <<http://mg12.it/prodotti/cobogo/cobogo/>>. Acesso em: 08 out. 2015.

MOZOTA, Brigitte Borja de. **Gestão do Design**: usando o design para construir valor de marca e inovação corporativa. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MUNARI, Bruno. **Das Coisas Nascem Coisas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NIEMAYER, Lucy. **Design no Brasil**: origens e instalação. Rio de Janeiro: 2AB, 2000.

OLIVEIRA, Adriana Freire de. Cobogós, textile-block ou módulo Experimentações de novas estéticas, **Anais...** 9º seminário docomomo Brasil interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente Brasília. Junho de 2011. Disponível em: <http://docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/147_M16_RM-CobogosTextile-ART_adriana_oliveira.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2015.

OLIVEIRA, Nathalia Cantergiani Fagundes de. Superfícies abstratas: o elemento cerâmico como textura na arquitetura moderna brasileira. **Anais...** 4º Seminário do Conesul. 2013.

PULERT, Renata. **Uso de elementos vazados na arquitetura**: estudos de três obras educacionais contemporâneas. 2012. Curitiba.

RODRIGUES, Josivam. **Cobogó de Pernambuco**. Recife: 2012. Disponível em: <www.cobogodepernambuco.com>. Acesso em: 15 abr. 2015.

RUBIN, Renata. **Desenhando a superfície**. São Paulo: Rosari, 2013.

RÜTHSCHILLING, Evelise Anicet. **Design de Superfície**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

SALVADOR FILHO, José Américo Alves. **Blocos de Concreto para Alvenaria em construções Industrializadas**. Tese à Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos: 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Gracieli/Downloads/2007DO_JoseAmerico.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2015.

SCHNEIDER, Beat. **Design** – uma introdução: o design no contexto social, cultural e econômico. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 2010.

EVOLUÇÃO DA POROSIDADE DA ACÁCIA NEGRA: DA MADEIRA AO CARVÃO ATIVADO

Destaque em Ciências Exatas e Tecnológicas

Engenharia Química

Thaís Schmitz¹

Vitória Caroline Rodrigues²

Luiza Santos Machado³

Angela Beatrice Dewes Moura⁴

¹Graduada em Engenharia Química pela Universidade Feevale. E-mail: thaisschmitz@hotmail.com.

²Acadêmica do curso de Licenciatura em Química pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: vitoria@feevale.br.

³Acadêmica do curso de Biomedicina pela Universidade Feevale. E-mail: luizasantosm@yahoo.com.br.

⁴Doutora em Engenharia Mecânica pela UFRGS. Engenharia Mecânica pela UNISINOS. Mestre em Engenharia Mecânica pela UFRGS. Professora da Universidade Feevale. E-mail: angelab@feevale.br.

RESUMO

Os materiais porosos são utilizados para separação e purificação de líquidos e gases em função de sua capacidade de adsorção. Os carvões são materiais carbonáceos de estrutura porosa. O Rio Grande do Sul é um estado cujo plantio de acácia negra é uma fonte de renda para agricultura familiar. Entre os produtos que podem ser obtidos a partir da acácia negra, destacam-se o carvão vegetal e o tanino. Neste contexto, este trabalho teve como objetivo a avaliação da evolução da porosidade de três materiais oriundos da acácia negra (*Acácia Mearnsii* de Wild): a madeira, o carvão vegetal e o carvão ativado. Os materiais foram caracterizados pelas análises da área superficial total pelo analisador de área superficial QuantaChrome-Inova 2200E e por micrografias obtidas por microscopia eletrônica de varredura (MEV JEOL-JSM6510LV). É possível observar um aumento expressivo na área superficial do material precursor após a carbonização e ativação. Esta evolução também pode ser visualizada nas micrografias obtidas por MEV. Verificou-se que a degradação térmica imposta à madeira para obtenção de carvão vegetal e o processo de ativação causaram um significativo aumento da área superficial e da porosidade do material carbonáceo.

Palavras-chave: Acácia Negra. Carvão ativado. Carvão vegetal. Porosidade.

1 INTRODUÇÃO

A madeira é um material que possui grandes mudanças em suas propriedades, conforme as diferentes variedades de vegetais que a originam, e esta variação pode ter influência negativa ou positiva na sua utilização final. Dessa maneira, o conhecimento da sua natureza física e química, que influenciam nas suas outras propriedades, é de grande importância, pois possibilita o entendimento de seu comportamento (QUINHONES, 2011; FENGEL; WEGENER, 1989).

A acácia negra é uma leguminosa arbórea de madeira dura, originária do sudeste da Austrália, especialmente da planície costeira e de baixas altitudes nas serras e planaltos adjacentes (BOLAND *et al*, 1984). Todas as espécies de acácia negra produzem flores perfumadas amarelas ou brancas, sendo bastante utilizadas como plantas de adorno. A acácia negra é a terceira espécie florestal mais plantada no Brasil, estando atrás apenas das espécies dos gêneros *Eucalyptus* e *Pinus* (MARTINEZ, 2006). Segundo Maslin (2002), a espécie *Acácia mearnsii* contempla por volta de 300.000 hectares plantados e distribuídos entre África do Sul, Brasil, China e Vietnã, para uso na produção de carvão vegetal, lenha e tanino.

Naturalmente, a acácia negra se apresenta como um grande arbusto ou uma pequena árvore, usualmente chegando a uma altura de cerca de 6 a 10 metros, atingindo, por vezes, até 15 metros. A acácia negra é uma leguminosa com vários propósitos de utilização, como recuperação de solos degradados, fixação de nitrogênio, produção de carvão vegetal, tanino, entre outros (VILLELA, 2007).

A acácia negra foi introduzida no Rio Grande do Sul em 1918, quando as primeiras mudas foram plantadas no município de São Leopoldo, sendo cultivadas cerca de 700 árvores. Nos dias de hoje, as poucas mudas de acácia negra que foram trazidas e cultivadas no passado, tornaram-se muitos hectares de terra cultivados com a espécie, envolvendo centenas de produtores rurais. Desse modo, a acacicultura se transformou em uma atividade econômica e social de grande destaque para o Rio Grande do Sul (SETA, 2015).

Todos os sólidos possuem um grau de porosidade, detectável ou não, devido à presença de cavidades, canais ou interstícios. A porosidade de um material exerce influência sobre suas propriedades físicas, como a condutividade térmica, a densidade e a resistência mecânica. Como decorrência, o controle da estrutura porosa é de grande importância industrial, que tem interesse em materiais porosos, por exemplo, para o design de catalisadores, para os adsorventes industriais e as membranas. Esses materiais também são utilizados para separação e purificação de gases e líquidos em função de sua capacidade de adsorção (DEMIRBAS, 2010).

A capacidade de adsorção de materiais porosos é decorrente de sua alta área superficial específica e estrutura de poros. Normalmente, quanto maior o valor da área superficial do material, maior será a adsorção (STREAT *et al.*, 1995).

Um dos métodos mais utilizados na determinação da área superficial de um sólido poroso é utilizando a equação de Brunauer, Emmett e Teller (BET), em que uma camada de gás, em sua temperatura de liquefação, é formada sobre a

superfície do sólido. O adsorvato mais comum utilizado para esta medida é o nitrogênio (N_2) a 77 K. No entanto, outros adsorvatos, como dióxido de carbono e vapor d'água, permitem uma resposta mais confiável, porém, com o nitrogênio se tem uma facilidade de determinar a isoterma completa (NIEDERSBERG, 2012; SCHETTINO JUNIOR, 2004).

A Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV) é uma das técnicas mais versáteis disponíveis para a observação e a análise das características microestruturais de sólidos. A imagem eletrônica de varredura é obtida pela incidência de um feixe de elétrons colimado e monocromático na superfície do material. Uma alta resolução pode ser obtida revelando detalhes do material nas micrografias (DUARTE *et al.*, 2003; PEREIRA, 2005). A técnica é empregada em várias áreas do conhecimento, como no estudo de carvões e carvões ativados, permitindo a detecção da existência e do tamanho dos poros (CAMBUIM, 2009).

Neste contexto, este trabalho teve como objetivo a avaliação da evolução da porosidade de três materiais oriundos da acácia negra (*Acácia Mearnsii* de Wild): a madeira, o carvão vegetal e o carvão ativado.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O preparo das amostras e suas caracterizações foram realizados no Laboratório de Estudos Avançados em Materiais da Universidade Feevale.

Os materiais utilizados para a comparação foram serragem fina de madeira de acácia negra, carvão vegetal comercial de acácia negra moído e peneirado em

peneira de malha de 100 mesh, e carvão ativado de acácia negra moído e peneirado em peneira de malha de 100 mesh.

A seguir, são descritas as análises realizadas para caracterização da madeira, do carvão vegetal e do carvão ativado de acácia negra.

2.1 ESTRUTURA POROSA

A madeira, o carvão e o carvão ativado foram submetidos à análise de área superficial por meio da adsorção de nitrogênio a 77 K, no analisador de área superficial QuantaChrome-Inova 2200E. A metodologia empregada se baseia na aplicação do modelo BET para a obtenção dos resultados. As amostras foram inicialmente desgaseificadas a 250 °C, sob fluxo de nitrogênio, por 5 horas, e em seguida analisadas.

2.2 MICROSCOPIA ELETRÔNICA DE VARREDURA (MEV)

As morfologias superficiais dos materiais foram analisadas por microscopia eletrônica de varredura (MEV), em um aparelho JEOL JSM-6510LV, com o intuito de avaliar a estrutura porosa dos materiais em estudo. Os materiais, previamente secos, foram fixados a um suporte metálico, com fita de carbono, e recobertos com ouro, e posteriormente analisados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 1, a seguir, apresenta os valores obtidos para área superficial da madeira, carvão vegetal e carvão ativado.

Tabela 1 - Área superficial da madeira, carvão vegetal e carvão ativado de acácia negra

Material	Área superficial (m ² .g ⁻¹)
Madeira	2,97
Carvão	53,90
Carvão ativado	540,11

Fonte: Autores

Dentre os materiais oriundos da acácia negra, a madeira apresentou a menor área superficial. Para o carvão, observa-se, em relação à madeira, um aumento expressivo na área superficial, uma vez que o processo de carbonização promove a formação de uma estrutura porosa rudimentar, por meio da decomposição térmica. A maior área superficial entre os materiais oriundos da acácia negra foi apresentada pelo carvão ativado. Este aumento significativo pode ser justificado pela remoção do material carbonáceo que obstruía os poros já existentes no carvão vegetal e pela formação de novos poros, conferindo ao carvão ativado excelentes propriedades de adsorção.

O carvão ativado apresentou uma área superficial de 540,11 m².g⁻¹. Desse modo, o valor de área superficial deste material está de acordo com a literatura, que especifica valores de área superficial acima de 500 m².g⁻¹ como característica básica destes materiais (YANG, 2003).

Nobre (2013) analisou carvões ativados de três espécies de madeira da região amazônica: Ipê (*Tabebuia serratifolia*), Garapa (*Apuleia leiocarpa*) e Maçaran-

duba (*Manilkara huberi*), e encontrou valores de área superficial de 749,50 m².g⁻¹, 697,30 m².g⁻¹, 564,90 m².g⁻¹, respectivamente, sendo valores próximos ao obtido para o carvão ativado da espécie de acácia negra (*Acácia Mearnsii* de Wild).

A influência da carbonização e da ativação na morfologia dos materiais foi avaliada por meio de micrografias obtidas por microscopia eletrônica de varredura. Os resultados são mostrados nas figuras de 1 a 3.

Por meio das micrografias obtidas, pode-se observar a evolução da porosidade nos três materiais analisados. É possível verificar a presença de uma estrutura porosa já no carvão vegetal, possivelmente desenvolvida durante a carbonização da madeira de acácia negra.

As imagens do carvão ativado apresentam uma estrutura porosa bem desenvolvida, com presença de poros de diferentes formas e tamanhos. Desse

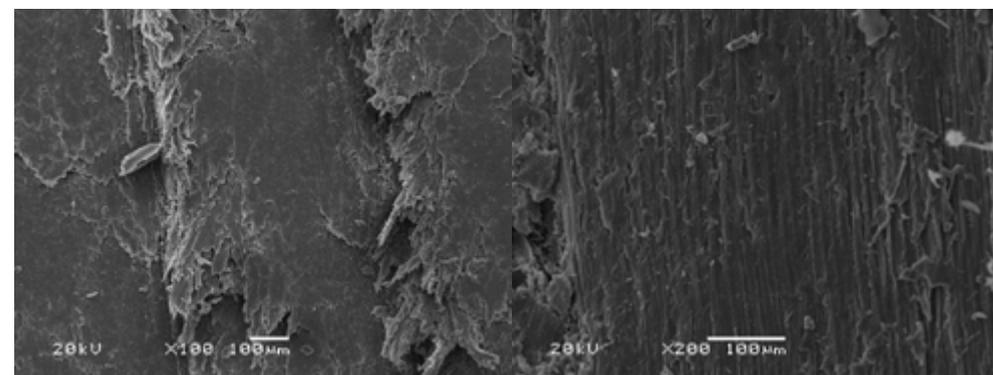


Figura 1 - Micrografia da madeira
Fonte: Autores

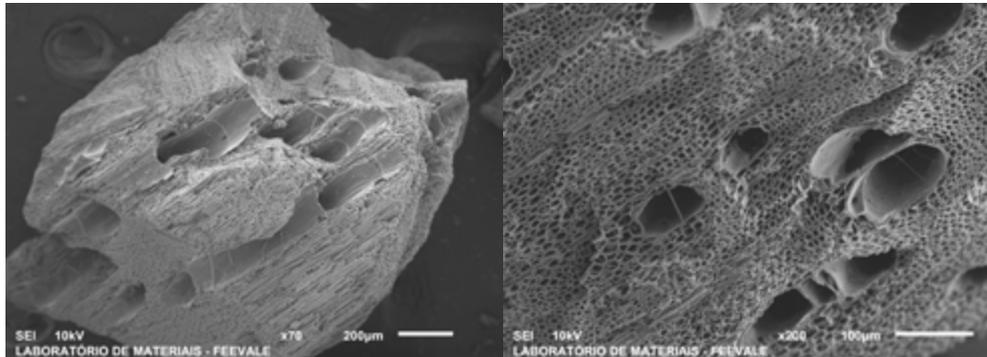


Figura 2 - Micrografias do carvão vegetal
Fonte: Autores

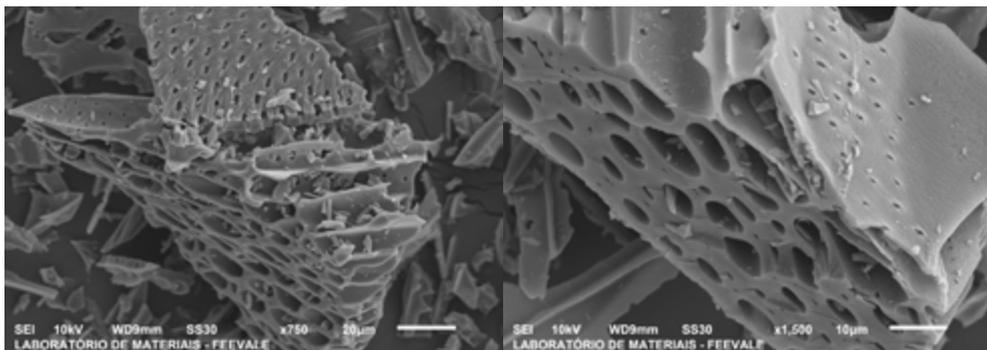


Figura 3 - Micrografias do carvão ativado
Fonte: Autores

modo, percebe-se um aumento da estrutura porosa com a ativação do material, concordando com os resultados mostrados nas análises de área superficial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi mostrada a evolução da porosidade para três materiais oriundos da acácia negra. Verificou-se que a degradação térmica imposta à madeira para obtenção de carvão vegetal e o processo de ativação causaram um significativo aumento da área superficial e na porosidade do material carbonáceo. Estas propriedades estão diretamente relacionadas à capacidade de remoção de compostos indesejáveis em fluidos, desta forma, conferem a estes materiais interesse comercial, sendo que podem ser aplicados nas mais diversas áreas, ambientais e industriais.

REFERÊNCIAS

- BOLAND, D. J. *et al.* **Forest trees of Australia**. Melbourne: Nelson-CSIRO. 1984. 687 p.
- CAMBUIM, K. B. **Carvão de endocarpo de coco da baía ativado quimicamente com H_3PO_4 e fisicamente com vapor d'água: produção, caracterização e aplicações**. 2009. 139 f. Tese (Doutorado em Química) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2009.
- DEMIRBAS, A. **Biorefineries For Biomass Upgrading Facilities**. London: Springer, 2010. 240 p.
- DUARTE, L.C. *et al.* Aplicações de Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV) e Sistema de Energia Dispersiva (EDS) no Estudo de Gemas: exemplos brasileiros. **Pesquisas em Geociências**, Porto Alegre, v 30, n 3, p. 3-15, 2003.

FENGEL, D.; WEGENER, G. **Wood: chemistry, ultrastructure, reactions**. Berlin: W. Gruyter, 1989. 613 p.

MARTINEZ, D. T. **Seleção genética de *Acacia mearnsii* de Wild.** (acácia-negra) visando o aumento da qualidade e produtividade de madeira e tanino no Rio Grande do Sul. 2006. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

MASLIN, B.R. The role and relevance of taxonomy in the conservation and utilization of Australian acacias. **Conservation Science**, Western, v. 3, p. 1-9, 2002

NIEDERSBERG, C. **Ensaio de adsorção com carvão ativado produzido a partir da casca do tungue (*Aleurites fordii*), resíduo do processo de produção de óleo.** 2012, 65f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, 2012.

NOBRE, J. R. C. **Produção e qualidade do carvão ativado de resíduos madeireiros de espécies do estado do Pará.** 2013. 116f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia da Madeira) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, 2013.

LOTFY, H. R. **The preparation of activated carbon from agroforestry waste for wastewater treatment.** African Journal of Pure and Applied Chemistry, Bindura, v. 6, p. 149-156, jun. 2012.

PEREIRA, L. G. **Catalisadores para HDS de combustíveis obtidos pelo método dos precursores poliméricos.** 2005. 145 f. Tese (Doutorado em Química) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2009.

QUINHONES, R. **Relações entre as características da madeira de *Eucalyptus* sp. e as do carvão produzido a diferentes temperaturas finais de carbonização.** 2011. 78 f. Tese (Doutorado em Madeira) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, 2011.

SCHETTINO JUNIOR, M. A. **Ativação química do carvão de casca de arroz utilizando NaOH.** 2004. 79 f. Dissertação (Mestrado em Física) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

SETA. **Florestal.** Disponível em: <<http://www.setaonline.com/pt/florestal>>. Acesso em: 3 out. 2016.

STREAT, M. *et al.* **Sorption of phenol and parachlorophenol from water using conventional and novel activated carbons.** Water Research, v. 29, p. 467, 1995

VILLELA, A. T. **Avaliação de substratos orgânicos na produção de mudas de acácia negra (*Acacia mearnsii* de Wild).** 2007. 62 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2007.

YANG, R. T. **Adsorbents: fundamentals and applications.** New Jersey: J. Wiley, 2003. 130 p.

AS PESQUISAS DE TENDÊNCIAS COMPORTAMENTAIS: UM OLHAR EPISTEMOLÓGICO DA SUA CONSTRUÇÃO

Destaque em Ciências Exatas e Tecnológicas

Moda

Luísa Cavalett Giusti¹

Carlos Augusto Reinke²

Marshal Becon Lauzer³

¹Graduanda em Moda pela Universidade Feevale. E-mail: luisagiusti@feevale.br.

²Doutorando em Processos e Manifestações Culturais na Universidade Feevale. E-mail: carlosar@feevale.br.

³Mestre em Design. Professor do Bacharelado em Design. Universidade Feevale. E-mail: marshal@feevale.br.

RESUMO

O presente artigo tem como tema norteador as tendências comportamentais, abordando aspectos relacionados a variáveis socioculturais que fazem parte de sua consolidação, além de conceitos inerentes ao processo de desenvolvimento. Tangendo questões como identidade, consumo e comportamento por meio de autores como Stuart Hall, Zigmunt Bauman, Mairi McCracken e Henrik Vejlgaard. Através de uma pesquisa bibliográfica é estruturada a fundamentação teórica do estudo que culmina em uma análise do processo de desenvolvimento da pesquisa de tendências comportamental desenvolvida no Centro de Design da Universidade Feevale por meio de um olhar epistemológico.

Palavras-chave: Tendência. Comportamento. Sociocultural. Moda.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é um organismo complexo onde as identidades dos indivíduos se caracterizam como dinâmicas e continuamente deslocadas, possibilitando ao sujeito assumir múltiplas identidades ao longo da vida. Bauman (2005) explica esta multiplicidade identitária como reflexo da constante oferta de “experimentação infundável”, no qual os “experimentos jamais terminam”, conferindo a sociedade uma “fluidez”.

No universo da moda, que engloba o contexto filosófico, sociológico e cultural, assim como a relação com a comunicação, marketing, economia, pesquisa, iniciando desde a cadeia têxtil, permeando da produção até o consumidor final; o conceito de “fluidez” de Bauman (2005) vai ao encontro dos conceitos de efemeridade de Lipovetsky (2005), em que o autor coloca que a mutabilidade da moda pelo novo tornou-se, na contemporaneidade, um valor mundano capaz de possibilitar ao sujeito um reconhecimento social.

Portanto, ao relacionar os aspectos de consumo e comportamento social, os sujeitos tendem a utilizar o consumo como uma forma de afirmação identitária, uma vez que hoje os produtos são consumidos pelo seu simbolismo, que mimetizam experiências sociais, valores e, inclusive, uma noção de mundo. Diante de tal complexidade, inerente à sociedade contemporânea, percebesse a dificuldade que existe em prever e prospectar tendências de anseios comportamentais e valores de consumo na atualidade.

Assim, dessa problemática, emerge o objetivo geral deste estudo, que busca refletir, por meio da epistemologia, as metodologias possíveis de pesquisas de tendências comportamentais, possibilitando recortes que geram objetivos específicos, como refletir as relações possíveis entre consumo e identidade, analisar as tendências de comportamento como reflexo socioculturais na contemporaneidade, e discutir sobre as metodologias de análise e reconhecimento de tendências emergente.

Para isto, este estudo está estruturado em cinco momentos, sendo, o primeiro, uma parte introdutória, que busca situar o leitor sobre como o estudo está disposto em relação ao seu conteúdo. No segundo momento, é apresentado o estudo bibliográfico que visou consolidar conceitos referentes à identidade, consumo e a efemeridade social, que é traduzida pelos conceitos de fluidez de Zygmunt Bauman (2005).

No terceiro momento, é realizado um direcionamento para o tema norteador da pesquisa, as tendências comportamentais, em que são apresentados os conceitos sobre esta ferramenta que é amplamente utilizada em diversas áreas da indústria criativa. Além do conceito, também é apresentada as suas relações com os aspectos sociais e culturais que torna possível a identificação de possíveis manifestações culturais que se enquadram como uma tendência comportamental.

A metodologia, baseada em um estudo bibliográfico do processo de desenvolvimento da pesquisa comportamental do Centro de Design da Universidade Feevale, compreende ao quarto momento, no qual é apresentado o processo

de desenvolvimento e, paralelamente, se explica como ele se estrutura, visando tornar-se, além de um processo de desenvolvimento, um processo didático que possa ser entendido pelos acadêmicos dos diferentes cursos, por exemplo, moda, design, arquitetura, etc. No quinto e último momento, são apresentadas as conclusões relativas a todo o estudo bibliográfico desenvolvido, e a análise realizada, apresentando os pontos convergentes e divergentes observados ao longo do análise, e os apontamentos possíveis de serem realizados.

Após este processo introdutório, é dado início ao estudo a partir de um aporte teórico relativo às questões de identidade, consumo e comportamento.

2 A MULTIPLICIDADE IDENTITÁRIA EM UMA SOCIEDADE FLUÍDA

A construção identitária pode ser compreendida como um processo subjetivo e dinâmico, articulado dentro de uma relação de conflito e complementado entre o sociológico e o psicológico, em outras palavras, a identidade pode ser encarada como um fenômeno de ordem psicossocial, produzido pelo meio cultural e expresso na vida cotidiana no que tange as questões de inserção social e política dos indivíduos, indo ao encontro das colocações de Deschamps (2009, p.17) sobre a identidade psicossocial, em que o autor diz: “[...] é simplesmente o conflito entre a afirmação e a necessidade individual e a afirmação e a necessidade coletiva [...]”.

Neste sentido, para um aprofundamento na relação entre identidade e consumo, torna-se importante delinear o conceito relacionado à cultura. As colocações

de McCracken (2003) são relevantes sobre esse assunto, em que o autor coloca que a cultura é um conjunto de ideias e ações por meio das quais um determinado grupo ergue e embasa os significados que irão compor o mundo no qual vive. Este significado pode ser reconhecido por meio de determinados atos, como por exemplo o consumo, que conseqüentemente se relaciona com as questões identitárias.

Hall (2005) relaciona esta fluidez identitária como uma consequência do processo de globalização que a sociedade passa atualmente, que encurtou distâncias e consumiu as fronteiras, o que, conseqüentemente, permitiu uma troca de experiências e valores com regiões mais distantes. Dessa forma, isso possibilitou ao sujeito ter contato com outras culturas. Como consequência desta aproximação cultural o indivíduo pode, agora, escolher entre tantas outras culturas, quais valores e ideologias adotar como referência na construção de sua identidade. Stuart hall coloca isto em sua obra da seguinte forma:

[...] a medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural (HALL, 2005, p. 74).

Para Hall (2005), a consequência desta amplitude de referenciais culturais é o fato de os indivíduos deixarem de ter uma identidade única e centrada, passando a se caracterizarem como dinâmicas continuamente deslocadas, possibilitando, assim, que o sujeito assuma tantas identidades quanto necessárias para

os diferentes momentos de sua vida. Hall (2005, p. 11) ainda acrescenta que estas identidades poderão ser “algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas”. Neste sentido, baseando-se nos apontamentos do mesmo autor, é possível afirmar que as identidades se esvaem e se dispersam em várias possibilidades de coexistência social. O sujeito contemporâneo é descentrado e multifacetado, como reflexo de uma “crise” ou de uma fragmentação identitária.

Bauman (2005) reafirma a fragilidade da identidade do sujeito na atualidade. Porém, ele relaciona esta característica à fluidez da sociedade contemporânea, ou seja, as identidades nunca alcançarão uma concretude plena, uma vez que o mundo líquido exige dos indivíduos uma contínua mudança de hábitos. Na obra “Identidade” (2005, p.91), Bauman associa a construção e a pluralidade identitária como um processo de “experimentação infundável”, no qual os “experimentos jamais terminam”. O autor também afirma que a identidade do sujeito poderá ser alterada pelos diferentes valores e crenças tomados por ele como referência, de acordo com as suas interações e o com mundo no decorrer de sua existência.

O autor diz que na sociedade contemporânea os indivíduos tendem a utilizar o consumo próprio como uma das formas de afirmação identitária, uma vez que hoje os produtos são consumidos pelo seu simbolismo, que mimetizam experiências sociais, valores e, até mesmo, noção de mundo.

Outro autor que estrutura um pensamento muito próximo ao de Bauman (2005) e que aproxima sua teoria às relações com a mídia é Thompson (1998). Ele diz que a identidade não é algo estanque, mas mutável, que se encontra em cons-

tante e gradual processo de transformação por meio dos diferentes elementos simbólicos que o sujeito passa a ter contato por meio de suas experiências. Isto se confirma quando Thompson (1998, p. 181) coloca que a identidade se forma por meio da assimilação de “materiais simbólicos mediados” ofertados aos indivíduos.

Os conceitos apresentados, bem como as correlações, evidenciam as primeiras possibilidades de relação entre os valores de consumo e a consolidação das tendências comportamentais, e que, ao tangenciar o universo da moda, é possível utilizar as colocações de Mackenzie (2010, p. 6), o qual menciona que:

Da mesma forma, a moda está integrada à construção e à comunicação das identidades sociais, ajudando a delinear a classe, a sexualidade, a idade e a etnia de quem a usa, além de expressa as preferências culturais.

Diante desta relação é que, na sequência, daremos um aprofundamento ao processo de consolidação das tendências comportamentais, e, em determinados momentos, retomaremos determinados conceitos relativos à identidade, cultura e consumo.

3 TENDÊNCIA COMPORTAMENTAL: DO PLURAL AO SINGULAR

Para abordar os conceitos sobre tendência comportamental, é importante destacar a forma de abordagem desse assunto, uma vez que ele se apresenta em uma estrutura complexa baseada em diferentes variáveis. É neste sentido que, neste terceiro momento, será abordado primeiramente um conceito, baseado em

diferentes autores, buscando delinear um conceito central a ser trabalhado neste estudo e, em seguida, partindo de um processo macro em direção a uma visão micro, será apresentada de que forma as tendências comportamentais se relacionam com a sociedade e também com o indivíduo propriamente dito.

Para conceituar o termo tendências comportamentais, é importante compreender a visão que se tem em relação ao termo tendências, em que nos valemos das colocações de Henrik Vejlgaard (2008, p. 06) que menciona que a “tendência é um único e intrigante processo de mudança, e ele afeta a maioria de nós.”, a partir disso, ao relacionar com o segundo termo, comportamental, o qual está ligado a expressão comportamento, que segundo Skinner (2000), seria a resultante do processo de interação entre o eu, o outro e o ambiente. De acordo com o acima exposto, é possível, então, delinear que neste estudo o conceito de tendência comportamental estará norteado no sentido de que representaria uma modificação em determinados hábitos inerentes à natureza humana, como por exemplo o consumo, como resultado de interações sociais e do o ambiente que cerca o sujeito.

Estes indícios nos levam a refletir que este formato de tendência não é um processo rápido, pois ao envolver uma mudança comportamental, poderá demorar um período longo até que a adesão dos indivíduos possa caracterizar como uma tendência, Vejlgaard (2008, p.02) explica isto ao mencionar que as tendências “[...] levam um tempo para emergir e evoluir, o que significa que algum tempo tem de se passar antes de concluirmos que estamos realmente lidando ou lidamos com uma tendência” e isto reforça a complexidade de se identificar uma

tendência comportamental, sendo necessário avaliar o grau de profundidade na relação entre tendência e sociedade.

Outra característica das tendências comportamentais é o local onde ela emerge, ou seja, nem sempre uma tendência ocorrerá em um ponto isolado. Ela poderá ocorrer em diferentes locais, distantes um do outro, com pequenas variações, mas que em sua essência serão motivadas pelo mesmo processo de mudança comportamental, o que é explicado por Vejlgaard (2008), que menciona que uma tendência poderá surgir em uma cidade norte americana e se espalhar pelas capitais europeias e ao mesmo tempo ela já estar se tornando latente em outras cidades de regiões menores da Europa.

Ao pensarmos profundamente sobre estes aspectos das tendências comportamentais e traçar um paralelo com a moda, que segundo Mackenzie (2010, p. 6), “[...] constitui um espelho das sociedades nas quais ela existe”, percebemos, então, que a moda poderá ser um dos elementos que possibilitará a identificação de determinadas tendências e, tendo em vista que o vestir-se é resultado de um processo de consumo de produtos de moda, é neste momento que identifica-se uma relação entre o processo de consumo, de geração de tendência e o universo da moda. Diante desta relação, diferentes criadores de moda se valem de tendências comportamentais no momento da elaboração de produtos, visando atender a determinados anseios que estejam latentes junto à sociedade.

É diante deste processo que a identificação de tendências comportamentais ao serem aplicadas a determinados produtos de moda irão inferir a estes produ-

tos um desejo de consumo por seus consumidores, com o intuito de os tornarem inseridos dentro de um seletor grupo lançador de tendências, que é reconhecido como *trendsetters*¹.

Após estas considerações sobre os conceitos relativos a tendências comportamentais, o enfoque deste estudo se direcionará a apresentar como estas tendências comportamentais podem ser identificadas, partindo de um processo metodológico aplicado por profissionais da área.

4 METODOLOGIA

Neste item serão apresentados os elementos necessários para a compreensão do processo de análise do estudo, que segundo Prodanov e Freitas (2013, p.126), seriam “o conjunto de processos ou operações mentais que devemos empregar na investigação”. A apresentação da metodologia está dividida em três momentos. O primeiro que apresenta o Centro de Design, e visa esclarecer ao leitor o motivo da escolha do processo de pesquisa de comportamento realizada por este laboratório, como exemplo de análise de Tendência Comportamental. No segundo momento, será apresentado o processo metodológico de pesquisa empregado, buscando avaliar, por uma ótica epistemológica, o processo de pesquisa. No terceiro momento, será abordada uma avaliação da relação entre metodologia de pesquisa e ferramenta de ensino de estudo de tendências comportamentais.

¹ O termo trendsetter vem da união de duas palavras em inglês: trend (tendência) e setter (compositor) e se refere aos formadores de opinião do mundo da moda. Disponível em: <<http://www.modaspot.abril.com.br/>> Acesso em: 05 Jan. 2017.

4.1 O CENTRO DE DESIGN FEEVALE

O Centro de Design Feevale, localizado em Novo Hamburgo, no Campus II, constitui-se como um laboratório cujo espaço criado inicialmente para atender aos cursos de Moda e Design, mas que com o passar de sua existência ampliou sua abrangência, é hoje um espaço que atende aos diferentes cursos da área da Industria Criativa oferecidos pela instituição.

Em sua equipe, há professores de diferentes áreas de formação e atuação, funcionários de caráter técnico administrativo e estagiários acadêmicos, que desenvolvem projetos ligados as mais diferentes áreas do conhecimento.

O espaço também tem como objetivo orientar acadêmicos em atividades pertinentes às áreas de desenvolvimento de projetos, aproximando-os da prática projetual relacionada ao mercado de suas áreas de estudo, dar suporte técnico, estratégico e operacional em projetos de ensino, pesquisa e extensão da instituição, fazer prospecção de projetos de empresas ou entidades oriundas da comunidade externa que possibilitem interação entre a academia e o mercado, com resultados que apoiem as atividades acadêmicas da Instituição.

Dentre os projetos executados pelo Centro de Design, a pesquisa de Tendências de Comportamento é um projeto constante, desenvolvido por meio de um processo metodológico que visa apresentar não apenas as tendências, mas também uma transposição do teórico para o mundo material, por meio de propostas de produtos.

4.2 TENDÊNCIAS COMPORTAMENTAIS

O Centro de Design desenvolve um trabalho que resulta em identificações de Tendências Comportamentais, que também pode ser reconhecido pelo termo de macro-tendências, desenvolvido pelo grupo de pesquisas de tendências, composto por funcionários e estagiários, e orientado por professores especializados. Até então, já foram lançadas onze pesquisas de tendências comportamentais com diferentes temáticas.

A metodologia empregada no desenvolvimento da pesquisa é feita em um processo constituído de três grandes etapas, que englobam processos específicos. No quadro a seguir é possível visualizar um organograma dos três processos englobados e os demais processos específicos em cada uma das etapas.

Esta estratégia metodológica tem como objetivo organizar os processos de construção da pesquisa de tendência de comportamento, de forma a tornar possível ao acadêmico e ao público em geral compreender não somente o resultado final, mas também o processo de identificação e construção do tema emergente.

Assim, são apresentadas, de forma sistemática, as metodologias empregadas no desenvolvimento da pesquisa de tendência de comportamento do Centro de Design da Universidade Feevale. A apresentação está organizada sequencialmente, na qual é mostrada uma breve explanação da etapa englobante e dos processos específicos.

A) Percepções Latentes

Esta etapa esta centrada em um processo organizacional da pesquisa, uma vez que avalia possíveis apontamentos, áreas de pesquisa e as fontes que servirão

de base para pesquisa e confirmação da tendência. De forma mais aprofundada, podemos defini-las de seguinte forma:

- Influência X Modismo: identificar um objeto e qualificá-lo como um comportamento influente ou apenas um modismo.
- Objeto e Área: desmembrar o objeto analisado, bem como a sua área de relação, podendo estas estarem associadas a diferentes universos, tais como, arte, arquitetura, gastronomia, etc.



Figura 1- Organograma do processo de pesquisa
Fonte: Elaborado pelos autores

- Fonte de Dados: definir e afunilar as fontes de pesquisa e os canais de informação que serão pontuados e monitorados a partir desse ponto.

B) Coleta e Análise

Nesta etapa é possível encontrar resultados parciais da Pesquisa Comportamental, conseguindo, de fato, ver de que assunto mais especificamente está se tratando. É possível analisar também o público em questão, fazendo uma segmentação para melhor entendimento do tema abordado. Dessa forma, o processo se divide também em três passos, que podem ocorrer de maneira concomitante ou não sequencial. Porém, é importante enxergá-los de maneira segmentada. São eles:

- Planejamento: consiste em selecionar os processos metodológicos de análise e de coleta de dados, para assim visualizar e planejar o tempo necessário de trabalho a ser desenvolvido.
- Coleta de Dados: neste momento ocorre a parte prática da pesquisa, caracterizado como um aprofundamento e pesquisa intensa sobre o assunto abordado. É importante a revisão da questão norteadora da pesquisa, visando evitar divergências do tema em questão, pois, com a imersão total no assunto, é comum o pesquisador se desviar do tema norteador da pesquisa. Porém, não existem restrições, e é interessante ter o máximo de informação possível para agregar ainda mais ao conteúdo em desenvolvimento.
- Interpretação: quando finalizada a coleta do conteúdo, é realizada uma visualização global, pois é neste momento que é possível interpretar

a pesquisa como um todo, e compreender de forma abrangente seu conteúdo.

C) Comunicação e Materialização

Esta seria a etapa final da Pesquisa Comportamental. Depois de ter o tema definido e suas informações coletadas, estipula-se uma linguagem próxima ao usuário final da pesquisa, bem como apresentações palpáveis de possíveis aplicabilidades do tema proposto na pesquisa. O processo pode ser resumido em:

- Relações e Conceitos: aqui são feitos os cruzamentos dos resultados e extração das convergências, de maneira que expostas ao público, faça sentido para aqueles que não submergiram no assunto da mesma maneira que pesquisadores.
- Construção de Sentido: ocorre, então, a estruturação dos sentidos a partir da revisão e construção dos textos a serem apresentados no material. É importante localizar produtos ou serviços que possam confirmar a pesquisa, correspondendo ao tema abordado de forma direta ou indireta. E, quando este processo ocorre por meio, podemos chamar de materializações da pesquisa.
- Apresentação e Materialização: neste momento, ocorre uma integração de toda a equipe do Centro de Design, buscando agregar a percepção dos diferentes profissionais em relação ao tema da pesquisa. É construída uma apresentação gráfica da pesquisa, com uma identidade visual exclusiva e suas referências fotográficas, para ilustrar o assunto abordado. Já se utilizou diversas representações,

porém o uso de infográficos² mostrou-se mais eficaz. Outro fator importante é a materialização de produtos ou serviços propostos pelo Centro de Design, onde funcionários e estagiários desenvolvem propostas de cunho conceitual para cada temática.

Para finalizar a pesquisa, é comum planejar a divulgação, de maneira que sua apresentação seja acessível para diversos públicos, seja ele acadêmico ou empresas da região. O Centro de Design oferta suas pesquisas por meio de um hotsite, ligado ao site da Universidade Feevale, onde são disponibilizados de maneira oficial todo o material desenvolvido pelo Centro de Design. Também são dissertados planos de mídia para a divulgação dessas mesmas pesquisas em diversas plataformas digitais, entre elas o *Facebook*, *Instagram*, *Spotify*³, além de ações e promoções pelo campus da Universidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo, tendo em vista todos os conceitos que foram abordados ao longo dele, tangendo os aspectos relativos à questão da fragilidade identitária dos sujeitos na contemporaneidade que transforma determinados há-

² Infográficos, segundo Ribeiro (2008), vem do termo em inglês *infographaic*, uma redução de *information graphaic*, que significa informação gráfica.

³ Spotify é dos serviços de streaming de música com mais de 10 milhões de assinantes em todo o mundo, que tem como objetivo disponibilizar músicas de forma *online* a seus assinantes. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/musica/57545-spotify-servico-chega-brasil-plano-premium-milhoes-musicas.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

bitos, a exemplo do consumo, tornando-o um processo efêmero, que se consolida e se esvai de acordo com as tendências e que autores como Bauman (2005) e Thompson (1998) utilizam como forma de explicar a fluidez de nossa sociedade, é possível identificar a importância de uma compreensão por parte de futuros e já profissionais que atuam nas mais diferentes áreas criativas e que se relacionam diretamente ou não com o desenvolvimento de produtos.

A compreensão de como estas tendências de comportamento emergem em nossa atual sociedade, possibilita que o profissional preveja determinados anseios da sociedade. Por meio de uma analogia simples, podemos dizer que no momento em que esse profissional da área de moda, design, arquitetura, etc., passa a compreender este processo de identificação latente, ele se torna um 'vidente', capaz de compreender os comportamentos dos consumidores alvos e, assim, direcionar o desenvolvimento com o objetivo de atender esta nova demanda que surge.

Por este motivo, observa-se que o desenvolvimento de um processo de pesquisas de comportamento, tal como os do Centro de Design da Universidade Feevale desenvolve, possui um grande diferencial, uma vez que ele não apenas produz a identificação de comportamentos latentes, mas também evidencia todo o seu processo, bem como apresenta formas de transposição da teoria para o desenvolvimento de pesquisa.

Esse processo didático e pode ser identificado ao longo da leitura e dos elementos apresentados, que servirão de base para os futuros profissionais como

forma de conseguirem identificar os novos comportamentos que emergem em nossa sociedade. Aqui, torna-se importante não apenas disseminar os resultados das pesquisas, mas também todo seu processo de desenvolvimento e construção, com a finalidade de capacitar diferentes profissionais de diversas áreas para que se tornem sensíveis às mudanças comportamentais.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Identidade:** Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2005.

DESCHAMPS, J. C.; MOLINER, P. **A identidade em psicologia social:** dos processos identitários às representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2009.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2004.

MACKENZIE, Mairi. **...Ismos:** Para entender a moda. São Paulo: Editora Globo, 2010.

HAMANN, Renan. **Spotify:** O serviço que quer transformar a forma como você ouve suas músicas. 2014. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/musica/57545-spotify-servico-chega-brasil-plano-premium-milhoes-musicas.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013. 277 p.

RIBEIRO, Susana Almeida. **Infografia de Imprensa:** História e análise ibérica comparada. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Minerva Coimbra, 2008.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano.** São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VEJLGAARD, Henrik. **Anatomy of a Trend.** New York: McGraw-Hill, 2008.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS COM JOVENS EM TRATAMENTO ONCOLÓGICO

Destaque em Ciências Humanas, Letras e Artes

Letras

Paulo Ricardo dos Santos¹

Débora N. F. Barbosa²

Rosemari L. Martins³

Maria Rosangela Bez⁴

¹Graduando do Curso de Letras - Português e Inglês e bolsista de Iniciação Científica da Universidade Feevale. E-mail: paulords1994@gmail.com.

²Doutora em Ciência da Computação pela UFRGS, professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social e do Mestrado Profissional em Letras da Universidade Feevale. E-mail: deboranice@feevale.br.

³Doutora em Letras pela PUCRS, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão social e coordenadora do Mestrado Profissional em Letras. E-mail: rosel@feevale.br.

⁴Doutora em Informática na Educação pela PPGIE/UFRGS, Mestre em Educação pela PPGEDU/UFRGS, Licenciatura em Computação pela Feevale. Pós-Doutorado em Andamento na Feevale. E-mail: mariabez@feevale.br.

RESUMO

Este artigo apresenta práticas pedagógicas mediadas por dispositivos móveis (tablets) desenvolvidas pelo projeto Aprendizagem com Mobilidade, que tem por objetivo auxiliar no reforço escolar de crianças e adolescentes em tratamento oncológico. Sendo assim, o projeto oferece oficinas semanais no espaço da Associação de Assistência em Oncopediatria – AMO para jovens pacientes e familiares desses pacientes com idades entre 9 e 15 anos. As práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo do primeiro semestre de 2016 tiveram como foco o desenvolvimento do raciocínio lógico, do pensamento computacional, e da competência discursiva dos participantes. Para tanto, utilizou-se a iniciativa code.org e a produção de microcontos sobre os jogos digitais. O trabalho com tecnologias teve por base os estudos teóricos de autores como Prensky (2010) e Saccol (2010) e a metodologia adotada neste trabalho baseou-se no método conhecido como pesquisa-ação. Os resultados da pesquisa demonstram que o uso de tecnologias digitais pode contribuir para a educação, trazendo novos incentivos tanto para o aluno como para o professor.

Palavras-chave: Aprendizagem com mobilidade. Desenvolvimento linguístico. Raciocínio lógico. Tablets.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual é marcada pela comunicação sem fronteiras entre os indivíduos. Por meio da web, as pessoas conectam-se e têm acesso à informação em qualquer lugar, a qualquer momento. Nesse contexto, os avanços tecnológicos consolidaram o uso dos chamados dispositivos móveis, aparelhos digitais com acesso à internet que, diferentemente dos computadores *desktop*, não são fixos, de modo que o usuário pode levá-los consigo para qualquer lugar, devido à praticidade de seu formato, de seu peso e de suas funções. Assim, as tecnologias digitais tornaram-se parte do cotidiano das pessoas, que começaram a utilizar essas ferramentas não só para entretenimento e comunicação, mas também para trabalho e educação.

Sabe-se que o uso desses dispositivos satisfaz também o interesse de crianças e adolescentes, uma vez que, em 2016, o conceito de Nativos Digitais, que são pessoas que já nasceram em uma sociedade marcada pelo uso da tecnologia e acessam-na desde cedo, já estava plenamente consolidado. Contudo, enquanto muitos adultos buscam incorporar essas tecnologias em sua vida profissional, percebe-se que os jovens em idade escolar não costumam utilizar regularmente essas tecnologias em suas rotinas de estudo. Além disso, poucos professores têm utilizado essas ferramentas em sala de aula, não somente por causa da infraestrutura das escolas brasileiras, que, em muitos casos, é precária até mesmo de recursos básicos, mas também porque desconhecem as possibilidades de trabalho com o uso de tecnologias móveis.

Sendo assim, o presente artigo visa expor as práticas pedagógicas realizadas com crianças e adolescentes em tratamento oncológico e com familiares dessas

crianças e adolescentes ao longo do primeiro semestre de 2016 na Associação de Assistência em Oncopediatria – AMO, em Novo Hamburgo/RS, com o objetivo de desenvolver sua competência discursiva e seu raciocínio lógico por meio do uso de dispositivos móveis (*tablets*). Para tanto, inicialmente, na seção que segue, discute-se o uso de tecnologias na educação e apresentam-se as principais propostas de seus usos, a fim de estabelecer uma base para o trabalho com os *tablets*, que são a principal ferramenta tecnológica desta pesquisa. Na seção 3, abordam-se os processos de alfabetização e letramento, além das perspectivas acerca da aprendizagem de pacientes em tratamento oncológico, uma vez que, neste estudo, um dos pacientes está três anos atrasado em seu desenvolvimento escolar em função dos longos períodos de baixa imunidade, que o impedem de frequentar as aulas regularmente. Na seção 4, apresenta-se a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, o perfil dos sujeitos, as ferramentas utilizadas nas oficinas e a análise das práticas realizadas nas oficinas de aprendizagem. Na quinta seção, discutem-se os resultados obtidos e, para finalizar, apresentam-se as considerações finais.

Este trabalho envolveu pesquisadores da Universidade Feevale, das áreas de Letras, Sistemas de Informação, Jogos Digitais, entre outras, tratando-se, portanto, de um trabalho de caráter interdisciplinar, inserido no projeto “Aprendizagem Móvel e Ubíqua: práticas pedagógicas envolvendo a mobilidade, os jogos digitais e as redes sociais em contexto formal e não-formal de educação”¹.

¹ O projeto tem aprovação do Comitê de Ética. Líder do projeto: Dr^a Débora N. F. Barbosa; nº de aprovação ARGUS: 1871.

2 TECNOLOGIAS DIGITAIS E PROPOSTAS DE ENSINO

Segundo autores da área de tecnologias, a geração de jovens atuais é denominada de “nativos digitais”, ou seja, sujeitos que assimilaram desde cedo o uso das ferramentas digitais em um contexto pessoal e social (PRENSKY, 2001). Esses sujeitos estão acostumados com o uso de celulares, *smartphones*, *tablets*, computadores e *videogames*. Como têm acesso a esses dispositivos, os jovens de hoje estão habituados a utilizar, em seu dia a dia, redes sociais, jogos *online*, salas de bate papo *online*, blogs, *vlogs* entre outros. Todas essas ferramentas oferecem um estímulo-resposta muito grande, principalmente os jogos digitais e as redes sociais.

Diante desses jovens, a escola de hoje encontra-se desatualizada. Segundo Prensky (2001, p. 60), “os estudantes de hoje não são mais as pessoas para as quais nosso sistema educacional foi desenvolvido”. A causa desse problema, à primeira vista, poderia estar na infraestrutura, já que muitas escolas brasileiras possuem recursos parcos e dependências precárias. Porém, nas escolas que possuem uma melhor infraestrutura, como salas de informática, *tablets*, computadores e lousas interativas, percebe-se essas ferramentas são pouco utilizadas e, quando são inseridas no contexto das aulas, elas apenas substituem os métodos convencionais de pesquisa e redação.

Ao contrário disso, quando se pensa em utilizar as tecnologias digitais na educação, a proposta não é substituir cadernos por *notebooks/tablets* nem lousas por projetores/monitores ou quadros-verdes. Isso não oferece nada de novo aos estudantes, pois se continuam usando as mesmas metodologias e o mesmo

tipo de atividades, tendo como diferencial apenas meios mais modernos. O uso de tecnologias deve acrescentar à educação algo além do que já é alcançado em uma sala de aula normalmente com os recursos tradicionais. Se o uso de um dispositivo tecnológico em sala de aula resumir-se a digitar textos e a realizar pesquisas na web, nada se acrescentará ao desenvolvimento do aluno, nem será possível produzir tarefas nas quais o engajamento dos estudantes seja pleno e produtivo. Segundo Prensky:

Tenho visto muitos usos triviais de computadores – úteis ou não – na educação. Tais usos incluem estudantes digitando texto (às vezes copiando de livros), criando apresentações ilustradas em PowerPoint, criando vídeos em tela verde deles mesmos fazendo coisas bobas em frente a imagens de vários lugares do mundo, ou ainda, fazendo pesquisas de apenas uma palavra na internet. Tudo isso é trivial – sem poder, sem aprendizagem. Uma vez que os estudantes tenham feito isso em suas vidas, continuar a delegá-los tarefas tão desinteressantes, sem imaginação, sem desafios, sem poder, é deliberadamente convidá-los a irem direto ao *facebook* (PRENSKY, 2012, p. 2, tradução dos autores).

O uso de tecnologias pode e deve tornar as aulas mais diversificadas, criativas e inovadoras, acrescentando novos estímulos ao aluno. Isso também pode expandir os horizontes do próprio professor, fazendo com que perceba que é possível fazer novas descobertas e avanços à medida que vai trazendo para sua aula atividades com uso de tecnologias. Em atividades que lidam com a arte e a criatividade, o professor pode, por exemplo, fazer trabalhos utilizando aplicativos de

foto, vídeo, desenho digital, editores de imagem, pincéis eletrônicos entre outros. Para atividades que visam escrita e leitura, há sites de compartilhamento como *Google docs/drive*, *Twitter*, *Facebook*, blogs e outros aplicativos de escrita como *Evernote*, *Comic Stript* (para a criação de histórias em quadrinhos), *E-Book Creator* (para a criação de *e-books* digitais). Usando esse tipo de ferramentas, a aula ganha um contexto mais diversificado e um caráter inovador.

Nas práticas desenvolvidas nesse projeto, a maior parte das atividades planejadas para as oficinas está focada no desenvolvimento da competência discursiva dos sujeitos, tendo em vista as dificuldades relativas à leitura e à escrita apresentadas por muitos dos participantes.

Em função disso, além de saber como usar em sala de aula as ferramentas que as novas tecnologias nos apresentam, faz-se necessário compreender como ocorrem os processos de alfabetização e de letramento, para que seja possível auxiliar os alunos no desenvolvimento de sua competência discursiva, principalmente na modalidade escrita, que está sendo bastante usada nos dispositivos móveis de comunicação.

3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONSIDERAÇÕES

Os processos de alfabetização e de letramento não devem ter apenas a finalidade de desenvolver as habilidades cognitivas necessárias para decifrar, organizar e reproduzir os componentes do código linguístico. Devem ir muito além, devem conduzir a criança e o adolescente a compreenderem o mundo que as

cerca. Segundo Vygostky (1991, p. 133-134), “a escrita deve ter significado para as crianças, deve ser despertada nelas”. Por isso, de acordo com o mesmo autor, (...)“deve ser incorporada a uma tarefa necessária e relevante para a vida. Só então poderemos estar certos de que ela se desenvolverá não como hábito de mão e dedos, mas como uma forma nova e complexa de linguagem”. O que se deve fazer, conforme Vygotsky (1991, p. 134), “é ensinar às crianças a linguagem escrita, e não apenas a escrita de letras”.

Nessa perspectiva, a prática da leitura e da escrita deve fazer parte da rotina diária dos jovens. Embora a língua escrita já esteja presente em produtos usados no dia a dia, em *outdoors*, em objetos, jogos, redes sociais, filmes entre outros, é importante que o jovem tenha um contato mais apurado com essa modalidade de sua língua. Uma boa maneira de ter acesso a textos mais elaborados é por meio da leitura de obras literárias, de textos em blogs, de histórias em quadrinhos, jornais, entre outros gêneros textuais. A leitura, contudo, não deve ser uma obrigação imposta pelos adultos. Deve-se permitir ao jovem leitor que tenha contato com diferentes gêneros textuais, que experimente e descubra o que gosta de ler.

Dessa forma, o objetivo do ensino de língua materna deve ser formar indivíduos que, consoante Magda Soares (1998, p. 40), saibam usar socialmente a leitura e a escrita, que saibam responder de forma adequada “às demandas sociais de leitura e de escrita”.

Sendo assim, o professor não pode apenas oferecer ao aluno atividades que propiciem a alfabetização, mas deve também propor práticas pedagógicas que o

auxiliem a compreender a língua escrita presente nas relações sociais que vive.

Esta pesquisa se deparou com crianças e adolescentes com diferentes níveis de compreensão da leitura e de competência de escrita. Muitos deles apresentam defasagem em relação ao que se esperaria deles em função de sua idade.

O descompasso entre o nível de desenvolvimento da competência discursiva das crianças e dos adolescentes participantes do projeto e o que se esperaria deles se deve, principalmente, às faltas que têm na escola e a impossibilidade de realizar determinadas tarefas em função da doença, que exige longos períodos de hospitalização.

3.1 REFLEXO DO CÂNCER INFANTIL NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Segundo dados do INCA – Instituto Nacional de Câncer, em torno de 12600 novos casos de câncer infantil serão diagnosticados no biênio 2016/2017 (INCA, 2016). O tratamento da doença é muito desgastante para o paciente, que necessita passar por longos períodos de observação e em função da baixa imunidade que o impede de frequentar as aulas, afetando assim seu desenvolvimento escolar. Além das limitações físicas que a doença impõe, muitos pacientes sofrem de baixa autoestima, ficando cada vez mais reclusos a seus lares, até mesmo se recusando a receber atendimento domiciliar.

O tratamento da doença ocorre por um longo tempo, alternando entre períodos estáveis e períodos de observação. Muitos pacientes conseguem participar das aulas por um determinado tempo, porém, como são frequentemente subme-

tidos a tratamentos e à quimioterapia, não conseguem, muitas vezes, concluir o ano letivo. Assim, muitos não completam a caminhada escolar na idade prevista. Pesquisadores da Universidade Federal de Santa Maria/RS fizeram uma pesquisa para saber quais são os problemas que as crianças com câncer infantil enfrentam. Conforme Viero *et al.* (2014, p. 372),

em relação à escolaridade, observou-se que quatro crianças encontravam-se na 1ª série do ensino fundamental (44,4%), estando as demais divididas nas outras séries (da 2ª à 6ª série). Quanto à repetição de anos escolares, a maioria das crianças respondentes (66,6%) afirmou que tiveram repetição. Destas, cinco crianças repetiram um ano escolar e uma criança dois anos escolares. Apenas três crianças não tiveram repetência escolar. Em relação ao motivo da repetição, as seis crianças que repetiram anos escolares referiram a hospitalização e a doença como causas principais. Entre outras razões, também citaram dificuldades de aprendizagem já existentes antes do surgimento da doença e do tratamento, mas que se agravaram com a não continuidade da frequência na escola.

Diante disso, práticas pedagógicas voltadas ao reforço escolar podem auxiliar o jovem em tratamento oncológico a ter um desenvolvimento educacional mais adequado e proveitoso, além de contribuir para a qualidade de vida do paciente. A AMO oferece esse tipo de suporte e acompanhamento às crianças e aos adolescentes que atende. Em cada dia da semana, os jovens têm algum tipo de atividade na instituição, como, por exemplo, oficina de *tablets*, aula de inglês, oficina de artesanato, acompanhamento com psicólogo e pedagoga, entre outras.

Os familiares dos pacientes também participam dessas atividades e, além disso, a instituição promove oficinas de artesanato e culinária, que são oferecidas para as mães dos pacientes. Dessa forma, toda uma rede de aprendizagem é constituída em um ambiente não escolar, agregando não só ao paciente como ao familiar também, pois se entende que a enfermidade abala as estruturas da família, afetando pais, mães e irmãos e demais familiares. Nota-se, por exemplo, nas oficinas, que a irmã de uma paciente apresenta comportamentos que por vezes demonstram carência de atenção, isso porque a mãe teve de passar muito tempo com a filha doente durante o tratamento.

Para que seja possível desenvolver um trabalho consistente com os alunos em tratamento oncológico, todavia, é necessário buscar metodologias diferenciadas, que atraiam a sua atenção, como as práticas pedagógicas com uso de tecnologias digitais, que interessam às crianças e aos adolescentes. Desse modo, é possível aumentar o desempenho dos alunos e otimizar o andamento do projeto.

4 APRENDENDO POR MEIO DO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS: METODOLOGIA

Para que os objetivos do projeto fossem atingidos, pensou-se em metodologias que melhor poderiam atender à proposta das oficinas de aprendizagem com mobilidade. Esse trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa por envolver a “obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando

do compreender os fenômenos, segundo a perspectiva [...]” dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

De modo a aprimorar as experiências com o uso das tecnologias, a metodologia que se seguiu foi a chamada pesquisa-ação. A pesquisa-ação é

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos [...] estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2003, p. 14).

Portanto, nesse tipo de pesquisa, o pesquisador está empenhado na solução de um problema por meio de uma ação, tornando-se o problema coletivo que se deseja responder o objeto de estudo.

Segundo Thiollent (2003), para que uma pesquisa possa ser qualificada como pesquisa-ação, há a necessidade das pessoas ou dos grupos envolvidos no problema em observação realizarem uma ação que não seja trivial. Em outras palavras, consta de uma ação que problematize e que mereça investigação em sua forma de construção e condução.

Na pesquisa-ação, existe a necessidade de um papel ativo do pesquisador na avaliação dos problemas. Dito de outra maneira, de um papel ativo do pesquisador na própria realidade dos fatos observados, com estreita ligação entre pesquisador e as pessoas na condução da investigação, com foco na organização e na investigação, na compreensão, no desenvolvimento e na avaliação de uma

ação planejada. Essa ligação implica reciprocidade das pessoas e dos grupos participantes para com o pesquisador, o qual não deve bloquear as iniciativas e as atividades próprias dos grupos (THIOLENT, 2003).

Os sujeitos da pesquisa foram 4 adolescentes, dois do sexo feminino e dois do sexo masculino. Todos frequentam o Ensino Fundamental. Dois deles estão em tratamento oncológico e dois são irmãos que os acompanham no contexto da AMO.

As oficinas de aprendizagem com mobilidade foram realizadas semanalmente na sede da Associação de Assistência em Oncopediatria – AMO, caracterizando, assim, um contexto de educação não-formal², ao longo de 4 meses do ano de 2016, em um total de 16 oficinas.

No intuito de atingir os objetivos propostos, o trabalho seguiu as etapas: planejamento de ações macro (projeto), definição das ações micro (encontros) e desenvolvimento das atividades a serem realizadas; realização das oficinas presenciais na AMO; reuniões para adequações do planejamento e desenvolvimento, e análise dos resultados.

O trabalho teve como técnica de coleta de dados um diário de bordo feito pelo pesquisador que atuou junto aos alunos (descrição das atividades com fotos) e as atividades dos alunos.

Para orientar a realização das oficinas, seguiram-se as orientações da UNESCO (2016). Sendo assim, as etapas definidas para o trabalho foram: (1) alfabetização digital: oficinas livres de apropriação e entretenimento para uso dos dispositivos móveis; (2) aprofundamento do conhecimento: oficinas direcionadas, com uso de aplicativos voltados para o desenvolvimento das atividades propostas (nesse momento, foram desenvolvidas as habilidades de leitura, escrita e raciocínio lógico); (3) criação de conhecimento: nessa fase, os sujeitos compartilharam e discutiram suas produções e atividades.

Concluídas as oficinas, os dados coletados foram analisados.

4.1 DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS COM TECNOLOGIA

Ao todo, o projeto de produção de microcontos sobre jogos digitais teve a duração de 16 oficinas, em um período de 4 meses. A proposta de ensino levou em consideração unir o desenvolvimento da competência discursiva com o desenvolvimento das habilidades de raciocínio lógico, fazendo isso de maneira com que a ludicidade fosse uma característica comum em cada oficina.

Dessa forma, quando os alunos respondiam positivamente a um tipo de atividade, a tarefa específica era prolongada por mais semanas, ou as atividades eram descartadas, caso os alunos não se adequassem a elas. Assim, as oficinas dependiam bastante da observação do professor, que avaliava os resultados de cada oficina e planejava as seguintes de acordo com novas demandas que surgissem.

² “toda atividade educacional organizada, sistemática, executada fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos da população” (LA BELLE, 1982).

4.1.1 Perfil e escolaridade dos sujeitos

Para descrever o perfil dos participantes deste estudo, foram utilizados nomes fictícios, a fim de preservar a privacidade dos jovens. Os sujeitos da pesquisa foram: Maria, sexo feminino, de 9 anos, que está no 3º ano do ensino fundamental; Fernanda, sexo feminino, de 10 anos, que está no 4º ano do ensino fundamental; João, sexo masculino, de 12 anos, que está no 5º ano do ensino fundamental; e Carlos, sexo masculino, de 15 anos, que está no 6º ano do ensino fundamental. Desses sujeitos, Fernanda e Carlos são pacientes e Maria e João são seus irmãos, respectivamente. Todos os participantes estão alfabetizados. Maria, Fernanda e João, possuem, contudo, dificuldades ortográficas, como a troca do grafema “f” pelo “v” e do dígrafo “ch” pelo grafema “s”. Além disso, têm problemas com a pontuação entre outras dificuldades comuns nessa etapa escolar. O aluno Carlos apresenta apenas dificuldades de pontuação e acentuação.

Durante o projeto, observou-se que os dois rapazes, João e Carlos, são os que se encontram em situação mais delicada em relação ao seu desenvolvimento escolar. João tem significativas grandes dificuldades com a língua portuguesa, tendo sido reprovado uma vez. Já Carlos, em decorrência do tratamento de câncer, necessita ficar longos períodos em observação e repouso, o que o impede de acompanhar as aulas. Percebe-se, em sua escrita, que as dificuldades que têm podem estar relacionadas às ausências nas aulas e podem ser a causa de estar em um ano escolar aquém do esperado para a sua idade.

Em 2016, Carlos pôde participar de todas as oficinas do primeiro semestre. A partir do segundo semestre, contudo, passou por períodos de tratamento mais intensivos e não esteve presente nas oficinas. Esse fato ilustra a dificuldade que os pacientes em tratamento oncológico possuem em acompanhar o ano letivo.

Todos os jovens da pesquisa são nativos digitais, o que facilitou o trabalho com as ferramentas selecionadas, dentre as quais, o site *code.org* agradou bastante aos alunos, que puderam desenvolver seu raciocínio lógico por meio de atividades lúdicas e interativas da plataforma. Além disso, o aplicativo *Evernote* mostrou-se adequado para as produções escritas que foram feitas ao longo do semestre pelos alunos.

4.2 CODE.ORG

O site *code.org* é uma plataforma digital gratuita criada com o objetivo de promover o ensino da ciência da computação a pessoas de todas as idades, etnias e perfis econômicos. A plataforma oferece centenas de cursos gratuitos organizados no formato de jogos e *puzzles*, contando com a colaboração de especialistas no assunto como Bill Gates (Microsoft), Mark Zuckerberg (Facebook), Jack Dorsey (Twitter) entre outros (CODE, 2016). A proposta é simples: por meio de desafios lógicos, o usuário deve estabelecer sequências de comandos para completar cada jogo. Dessa forma, ele aprende que cada função executada no computador, nos jogos e nos dispositivos eletrônicos depende de códigos organizados em uma sequência de tarefas.

A Figura 1, que segue, mostra que o aluno deve conduzir o pássaro até o porco verde. Para fazer isso, deve utilizar linhas de código com ações que conduzam

a personagem até o objetivo. Nesse caso, ele deve colocar duas linhas de código que façam a personagem avançar, uma linha de código que a faça virar para a direita e uma linha de código que a faça avançar. Por fim, ele executa os códigos e ocorre uma simulação virtual das linhas feitas pelo aluno, que poderá verificar se acertou a sequência ou não.

A resposta dos alunos a essa atividade foi muito positiva. As simulações os divertiam, pois se dedicavam bastante à resolução dos *puzzles*. Cada jovem também criou, durante as oficinas, sua própria versão do jogo *Flappy Bird*, que foi salvo *online* no servidor do site. À medida que avançavam, os desafios ganhavam complexidade, exigindo mais concentração e dedicação, sempre com o auxílio do professor para a resolução do jogo.

Para cada aluno, foi criada uma conta no site. Dessa forma, eles puderam acompanhar seu desenvolvimento e saber que atividades haviam feito ou não, que atividades ficaram incompletas, e em que atividades apresentaram melhor resultado. Além disso, o site permite que o professor tenha uma conta especial, podendo organizar seus alunos em grupos de estudo e acompanhar, pelo seu perfil, o desenvolvimento de cada um.

4.3 PRODUÇÃO DE MICROCONTOS

Para trabalhar o desenvolvimento de sua competência discursiva, os alunos produziram microcontos sobre os jogos digitais que jogaram, utilizando o aplicativo *Evernote* para redigirem e salvarem suas produções. Essa ferramenta permite ao usuário que escreva diversas notas de texto e as salve em cadernos especifi-

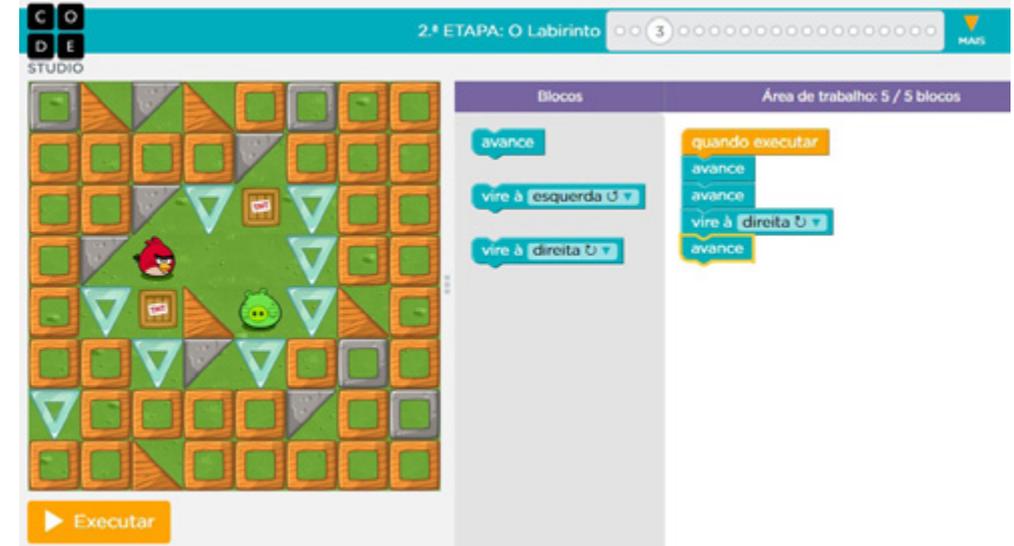


Figura 1 - Exemplo de atividade do curso Code.org
Fonte: Code, 2016

cos, podendo acessá-las tanto por meio de dispositivos móveis como por meio do site de que a plataforma *Evernote* dispõe (EVERNOTE, 2016). Assim, foi criado um caderno para cada aluno, a fim de que todas as produções pudessem ser salvas em seus respectivos cadernos. Todos os cadernos foram logados a uma mesma conta, que era administrada pelo professor.

A produção dos microcontos foi intercalada com a prática dos cursos da iniciativa code.org, que serviram de fonte inspiradora para as narrativas. Assim, para produzirem o primeiro conto, pediu-se que os alunos escolhessem um jogo de que gostassem e escrevessem uma narrativa sobre ele. A redação dos micro-



Figura 2 - Exemplo de conto dos alunos no aplicativo *Evernote*
Fonte: EVERNOTE, 2016

contos seguintes foi conduzida pelo professor. Ao todo, cada aluno produziu 4 microcontos, sobre os seguintes jogos: 1) Jogo de livre escolha; 2) *Frozen* ou *Star Wars*; 3) *Minecraft* e 4) *Era do Gelo* ou *Disney Infinity*.

A partir da redação desses contos, foi possível observar o desenvolvimento da competência discursiva dos alunos e incentivá-los à prática da leitura e escrita. Os contos foram impressos e entregues aos alunos no encerramento das oficinas de 2016, junto com as atividades produzidas ao longo do projeto que se seguiu no segundo semestre do ano. A Figura 2, apresentada a seguir, mostra um dos contos produzidos nas oficinas.

4.4 RELATOS DAS OFICINAS

As oficinas seguiram as etapas definidas pela Unesco, começando pela alfabetização digital, momento em que os alunos tiveram o primeiro contato com

os *tablets*, podendo usá-los da maneira que quisessem. Os alunos testaram os aplicativos, brincaram com os jogos e aprenderam as funções básicas dos dispositivos. Na mesma aula, foi introduzido o tema das oficinas do semestre e os alunos começaram a jogar os cursos da iniciativa *code.org*.

Em seguida, iniciou-se a etapa de aprofundamento de conhecimento. À medida que os alunos faziam atividades mais complexas no *code.org*, eles se divertiam e desenvolviam seu raciocínio lógico. Em muitos dos desafios do *code.org*, a resolução do problema estava apenas na definição de um número ou em um comando específico (avançar, repetir, virar à esquerda, entre outros). Alguns alunos eram mais ansiosos na hora de fazer as tarefas, já que passavam para o desafio seguinte quando tinham dificuldades em algum. Eles eram auxiliados em cada jogo, sempre sendo orientados a que não pulassem as etapas e dando dicas para que os alunos se motivassem a tentar novamente até conseguir.

Após algumas oficinas desenvolvendo apenas as atividades do *code.org*, foi iniciada a produção dos microcontos. Os alunos tiveram uma reação positiva à atividade, embora alguns tenham tido dificuldades para escrever suas histórias. Durante a escrita, os alunos foram incentivados a jogar os jogos nos quais sua história seria baseada, pois estes serviriam de fonte inspiradora, o que facilitou a criação. Os alunos se empenharam bastante para escrever uma história curta, com poucas linhas e com poucas palavras e produziram microcontos bastante interessantes. Durante as oficinas, era realizada com os alunos a correção linguística dos contos, sempre sendo explicado cada aspecto.

Por fim, na etapa de criação de conhecimento, os alunos leram oralmente os contos que produziram ao longo das oficinas para o professor e os colegas. Assim, todos puderam compartilhar suas criações e ter acesso ao material produzido nas oficinas.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Analisando o desenvolvimento da competência discursiva dos alunos, foi observado que, a partir do auxílio do professor com a produção e a correção dos contos, os alunos começaram a ficar mais atentos e críticos com relação a sua própria escrita. Por exemplo, no início das oficinas, eles tinham o hábito de sempre escrever nomes próprios e iniciar os períodos com letra minúscula. Quando os textos foram corrigidos, era assinalado que deveriam prestar atenção a esse detalhe. No final das oficinas, os alunos já realizavam a releitura de seus microcontos com mais atenção, antecipando o professor e corrigindo-se nas palavras em que havia ausência de letra maiúscula. Consequentemente, eles reliam todo o texto e já corrigiam os demais erros ortográficos que encontravam.

Também foi observado que os alunos demonstraram o fim do projeto, uma escrita mais coesa e correspondente com seu nível de escolaridade. Por exemplo, os alunos que tinham dificuldades ortográficas com palavras simples como “tosar”, “zumbi” e “ginásio”, cometiam equívocos, principalmente, no que dizia respeito à diferenciação entre os grafemas “f” e “v” (como na escrita de “volheto” em vez de “folheto”) ou “u” e “o” (como na escrita de “constroir” em vez de

“construir”), como era frequente no início do semestre. Ao longo do projeto, esses equívocos diminuíram em sua ocorrência e eram rapidamente percebidos pelos alunos, quando o professor solicitava que relessem os microcontos.

Durante o trabalho com o site *code.org*, os alunos fizeram, ao todo, sete cursos diferentes, abrangendo um total de mais de cem desafios, além de criarem a sua própria versão do jogo *Flappy Bird*. Dessa forma, os cursos do site ofereceram aos alunos uma aprendizagem significativa, uma vez que a resolução dos desafios apenas ocorria se os alunos assimilassem corretamente o que aprendiam em cada jogo. Por exemplo, no início das oficinas, os alunos tinham dificuldade para diferenciar as direções esquerda e direita, o que era necessário saber em todos os jogos. Ao longo do desenvolvimento das atividades, eles aprenderam corretamente esse comando e não confundiram mais as direções. Outra questão difícil para os alunos era organizar sequências longas de ações antes de executar as simulações computacionais, habilidade que era demandada para a resolução de alguns jogos. Ao longo das oficinas, eles começaram a pensar com mais atenção e conseguiram resolver os jogos que demandavam organizar mais de 6 ou 7 ações diferentes antes de executá-las, como, por exemplo, “mover para esquerda, avançar, mover para a direita, construir, construir, avançar”. O mesmo ocorreu nos desafios que exigiam que essas ações fossem organizadas em ciclos de repetição, e os alunos demonstraram melhoria na atenção ao exigido no enunciado do desafio, conseguindo calcular e definir, por exemplo, quantas vezes um personagem deveria repetir os mesmos passos para chegar ao objetivo.

Durante as oficinas, um dos alunos verbalizou que gostava de escrever no teclado virtual dos *tablets*, pedindo que mais atividades de escrita fossem feitas. Isso revela que a simples tarefa de escrever pode representar um novo contexto para os alunos por meio do uso de tecnologias digitais. Os participantes também apreciaram as atividades do *code.org*, em que podiam fazer desenhos e criar histórias com os personagens. Tais fatos demonstram como atividades direcionadas podem promover um uso produtivo das tecnologias digitais, engajando os alunos e incentivando-os a produzirem livremente de acordo com a sua criatividade e com o seu interesse.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de tecnologias em sala de aula expande as possibilidades de trabalho e de desenvolvimento de conteúdos. Essas ferramentas permitem que o usuário acesse informações com rapidez e produza novos tipos de conhecimento por meio de aplicativos e de ferramentas específicas. Com o uso de *tablets* e de outras ferramentas tecnológicas, é possível desenvolver atividades criativas, interativas e lúdicas. No *code.org* as simulações computacionais fascinavam os alunos, que aprendiam rápido a completar cada desafio lógico.

Para o aluno, o uso das tecnologias é algo natural, presente em sua rotina. Quando se inserem tais ferramentas em seu processo educativo, é importante que se faça isso para inovar e ir além do que já se faz normalmente nas aulas. Se for dado aos estudantes um computador e lhes for solicitado para que façam a mesma coisa que já fazem em seus cadernos, ou seja, copiar e reproduzir algo que

já existe, não há como esperar que eles vejam as tecnologias como possibilidade de inovação e aprendizado. Todo jovem possui uma mente imaginativa e criativa que se fascina com novas descobertas e perspectivas. Se o uso da tecnologia em sala de aula der oportunidade ao aluno de fazer algo que lhe traga a satisfação em criar, testar, experimentar e descobrir, certamente os resultados serão positivos, pois atenderão aos anseios dessa geração de nativos digitais. Dessa forma, o professor poderá agregar novas e diferentes frentes de trabalho a sua prática pedagógica. Afinal, a tecnologia não se une ao ensino para substituir, mas, sim, para acrescentar.

7 AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e à Universidade Feevale pelo apoio à pesquisa e também à AMO, pela disponibilidade para a realização do projeto.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, D. N. F.; BASSANI, P. B. S. Em direção a uma aprendizagem mais lúdica, significativa e participativa: experiências com o uso de jogos educacionais, tecnologias móveis e comunidade virtual com sujeitos em tratamento oncológico. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 11, p. 1-10.

CODE. **Cursos**. Disponível em: <<https://code.org/learn>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

EVERNOTE. **Site**. Disponível em: <<https://evernote.com/intl/pt-br/>>. Acesso em: 28 mar. 2016

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

INCA, Instituto Nacional do Câncer (gov.) Disponível em: <<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/infantil>>. Acesso em: 20 dez. 2016

LA BELLE, Thomas. **Nonformal Education in Latin American and the Caribbean**. Stability, Reform or Revolution? New York, Praeger, 1986.

PRENSKY, Mark. **Digital Natives, Digital Immigrants**. Bingley: MCB University Press. 2001. Disponível em: <<http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

PRENSKY, Mark. **Não me atrapalhe, mãe – Eu estou aprendendo!** São Paulo: Phorte, 2010, 320 p.

PRENSKY, Mark. Trivia Vs Power - Let's be clear on exactly how we are using technology in education. In: **Educational Technology**, 2012. Disponível em: <http://marcprensky.com/writing/Prensky-Trivia_vs_Power-EdTech-July-Aug2012.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

SACCOL, A. I. C. Z., SCHLEMMER, E., BARBOSA, J. L.V. **M-learning e U-learning: Novas Perspectivas da Aprendizagem Móvel e Ubíqua** [New Perspectives of Mobile and Ubiquitous Learning]. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 162 p.

SOARES, Magda. **Letramento: tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003, 107 p.

UNESCO (org). **Padrões de Competência em TIC para Professores**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001562/156209por.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

VIERO *et al.*, Enfrentamentos da criança com câncer frente ao afastamento escolar devido internação hospitalar. In: **Revista de Enfermagem da UFSM**. Santa Maria, v. 4, n. 2, p. 368-377, abr./jun. 2014.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MEDIAÇÃO DE LEITURA: UMA PROPOSTA PARA DISCUTIR GÊNERO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E CONSUMO COM AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Destaque em Ciências Humanas, Letras e Artes

Pedagogia

Jéssica Tairâne de Moraes¹

Denise Arina Francisco²

¹Graduação em Pedagogia pela Universidade Feevale. Professora de Educação Infantil na Rede Pública de Ensino de Novo Hamburgo/RS. E-mail: jetairane@gmail.com.

²Mestrado em Educação pela UFRGS, graduação em Pedagogia Orientação Educacional, especialização em Psicologia Escolar PUC/RS, especialização em Supervisão Escolar FAPA/RS. Professora no Curso de Pedagogia da Universidade Feevale-NH/RS e Orientadora Educacional na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS. E-mail: denisef@feevale.br.

RESUMO

Este projeto visa promover oportunidades para que as crianças leiam com olhos atentos o mundo à nossa volta. Para tanto, são discutidos temas que problematizam gênero, raça, mídia e consumo com as crianças da Educação Infantil, tendo como recursos a literatura infantil, jornais, revistas, gibis, propagandas. Pela vertente dos Estudos Culturais na perspectiva pós-estruturalista, o projeto desenvolvido com as crianças apresenta como problema “qual o papel / interferência da mídia na construção da identidade de gênero das crianças que frequentam a Educação Infantil e como elas têm construído suas identidades acerca dessas influências?”, tendo como objetivo principal problematizar as questões que envolvem as diversidades, desconstruindo estereótipos de gênero (assim como de raça e etnia) expostos pela mídia e que atravessam a infância contemporânea. Metodologicamente, o projeto se estrutura através de: oficinas de mídia e educação, discussões de propagandas, brinquedos e consumo, contato com histórias que problematizam padrões que envolvem gênero e raça, momentos de brincadeiras que integram meninos e meninas e contato com brinquedos artesanais e sem logomarca. O projeto está em andamento e visa encontrar possibilidades de ampliar o debate sobre a infância contemporânea, lançando novos olhares sobre as infâncias que circulam em nosso tempo.

Palavras-chave: Estudos culturais. Educação Infantil. Relações de gênero. Mídia. Consumo.

1 INTRODUÇÃO

CENA 1: *A professora de uma turma de Educação Infantil (crianças com 3 anos de idade), da Rede Pública de Novo Hamburgo, disponibiliza aos seus alunos diversos livros no centro do tapete. De repente, uma menina inicia uma briga com um menino. Ao ser questionada do por que do conflito, a aluna responde que o colega não pode ler aquele livro porque ele é só para meninas, pois traz ilustrações de princesas.*

CENA 2: *Escola pública de Novo Hamburgo. Turma da Educação Infantil de crianças de 5 anos de idade. Dia do brinquedo de casa. A professora solicita que, primeiramente, as meninas da turma busquem seus brinquedos que estão guardados nas suas mochilas para brincar e, após, os meninos. Nesse momento, um aluno exclama: “As meninas vão primeiro porque são fracas”!*

CENA 3: *Turma de Educação Infantil de uma escola do município de Novo Hamburgo. Crianças sentadas em roda no tapete e, no centro, imagens de diferentes tipos de Barbies. Ao se solicitar que cada criança aponte qual das bonecas acha mais bonita e que justifique a escolha, uma menina negra escolhe a Barbie loira, a “tradicional”, dizendo que ela é a mais bonita porque “o cabelo dela é lindo”.*

Início a apresentação deste projeto, que intitula o artigo, com a descrição de três cenas vivenciadas com as crianças que frequentam a Educação Infantil. O projeto foi e ainda está sendo desenvolvido em uma escola pública¹ do município de Novo Hamburgo/RS, que atende crianças de três e quatro anos de idade.

As situações descritas na abertura deste capítulo servem como justificativa para a relevância da discussão sobre gênero, relações étnico-raciais e consumo

com as crianças pequenas da escola de Educação Infantil. No entanto, antes de dar prosseguimento à discussão, considero importante destacar que o projeto ocorre semanalmente em cada turma da escola, que se localiza na periferia da cidade de Novo Hamburgo/RS, atendendo 140 crianças de três e quatro anos de idade, por meio de oficinas e histórias que geram discussões sobre os temas que ele abrange, tendo como eixo norteador as interações e a brincadeira, previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2010).

Outro ponto relevante a destacar é que o projeto conta com aportes teóricos e pesquisas do campo dos Estudos Culturais, na perspectiva pós-estruturalista, para dar conta do seu objetivo principal, que é problematizar as questões que envolvem as diversidades, desconstruindo estereótipos de gênero (assim como de raça e etnia) expostos pela mídia e que atravessam a infância contemporânea, percebendo, através das oficinas, histórias, discussões e brincadeiras, que há muitos modos de se vivenciar o gênero, que nem tudo o que é assistido na televisão deve ditar nosso modo de ser e que todas as pessoas têm o direito de ser respeitadas. O projeto tem como problema o questionamento “qual o papel / interferência da mídia na construção da identidade de gênero das crianças que frequentam a Educação Infantil e como elas têm construído suas identidades acerca dessas influências”?

Através da experiência como pesquisadora, professora da Educação Infantil e convivência com as infâncias, é possível perceber que a generificação da infância não se dá pelo fato de a criança brincar, dançar, fazer de conta que é uma mãe, uma mo-

¹ Escola Municipal de Educação Infantil Irmã Valéria.

delo, um super-herói, mas, pelo olhar do adulto no momento em que oferece determinados artefatos e brinquedos às crianças, de modo que o estereótipo que temos na contemporaneidade – ainda – de “ser homem” e “ser mulher” seja algo natural.

Nessa perspectiva, torna-se válido trazer aqui o conceito de *scripts* de gênero, de Jane Felipe (2016), que se refere às atribuições e comportamentos que são esperados socialmente de meninos/homens e meninas/mulheres. Dessa forma, de maneira muito precoce, crianças vão aprendendo como “devem” se portar e quais atitudes adotar se forem meninos ou meninas.

Na tentativa de regular comportamentos de meninos e meninas e de que estes adotem os *scripts* esperados, também vale salientar que temos uma indústria midiática que multiplica a ideia da infância sedutora, sexualizada, provocativa, consumista e generificada, que se enxerga através das roupas que as crianças usam, dos apetrechos e pertences que levam para a escola e de suas falas e representações durante o brincar. Segundo dados apresentados pelo Instituto Alana², a criança brasileira é uma das que mais assiste televisão no mundo: um total de 5 horas, 4 minutos e 23 segundos, em média, em frente à TV por dia. Frente à complexidade desse contexto, é possível perceber que não há como discutir com as crianças as relações de gênero, assim como as relações étnico-raciais, sem contemplar o papel que a mídia e, em especial as propagandas voltadas ao público infantil, exerce no processo das construções identitárias.

² Dados divulgados pelo Ibope. Informações disponíveis em: <<http://defesa.alana.org.br/post/32806872923/um-carrossel-de-vendas-marca-de-sabonete-invadenovela>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

Fischer (1999, p. 21) considera que “um dos espaços da cultura em que se torna mais visível o processo de construção social de identidade talvez seja o da mídia e, particularmente, o da publicidade”. Em relação à publicidade direcionada às crianças, Douglas Kellner considera que “[...] os indivíduos aprendem a se identificar com valores, modelos e comportamentos sociais através da propaganda, que é, portanto, um importante instrumento de socialização ao mesmo tempo em que determina a demanda do consumidor” (KELLNER, 2001, p. 322).

Levando em consideração tudo o que foi exposto aqui, o projeto de Mediação de Leitura discute as relações e os *scripts* de gênero, as relações étnico-raciais e o consumo (não somente de apetrechos, mas também de estilos de vida e modos de ser) com as crianças da Educação Infantil, utilizando recursos (propagandas, imagens de brinquedos) que têm visibilidade através da mídia e da publicidade e histórias infantis, buscando ampliar o debate com os infantes e procurando contribuir no processo de uma sociedade verdadeiramente democrática, mais justa e igualitária. A seguir, será exposto um recorte do trabalho realizado com as turmas da Educação Infantil dentro desse projeto.

2 A PRÁTICA: GERANDO DISCUSSÕES COM AS CRIANÇAS PEQUENAS ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO DE LEITURA

Como já relatado anteriormente, o projeto de Mediação de Leitura, desenvolvido em uma escola municipal de Educação Infantil de Novo Hamburgo/RS, faz uso da literatura infantil e oficinas de mídia e educação para discutir as questões

de gênero, relações étnico-raciais e consumo com as crianças de três e quatro anos de idade. Desse modo, dentre todas as oficinas realizadas, histórias trabalhadas e situações de brincadeiras e interações promovidas, foram elencados e expostos às crianças quatro momentos para que elas analisassem, e divididos nas seguintes categorias a) “Ela é a mais bonita porque o cabelo dela é lindo”: brinquedos que reforçam padrões e preconceitos; b) Bibi brinca com meninos: “Cada criança pode brincar do que quiser, né profe?”; c) Artur e Clementina: uma história para discutir maus-tratos emocionais contra as mulheres; d) Isa Rosa: desmistificando o binarismo das cores rosa e a azul.

2.1 ELA É A MAIS BONITA PORQUE O CABELO DELA É LINDO: BRINQUEDOS QUE REFORÇAM PADRÕES E PRECONCEITOS

A frase que intitula essa categoria de análise retrata a fala de uma menina, de quatro anos de idade, negra, surgida em uma das oficinas de mídia e educação realizadas com as crianças dentro do projeto de Mediação de Leitura. Como recurso, a oficina contou com imagens de diferentes bonecas *Barbie*, da linha *Diversidade*, produzida pela Mattel. As imagens utilizadas foram conforme consta na foto ilustrativa a seguir.

Para realização da oficina em questão, no centro de uma roda no tapete foram disponibilizadas imagens das bonecas representadas acima e cada criança foi convidada a apontar qual das imagens das bonecas mais lhe agradava e o que achava de mais bonito nela, justificando sua escolha. Esse momento teve por ob-



Figura 1 - Bonecas linha *Diversidade* da *Barbie*
Fonte: Google Imagens

jetivo investigar se as crianças são interpeladas por algum padrão de beleza.

Antes de começarem a apontar as imagens das bonecas preferidas, as crianças já trouxeram alguns discursos que demonstraram certo “espanto” ao se deparar com algo “fora do padrão”: “Olha ali, aquela *Barbie* é gorda!”, “Olha ali o cabelo daquela, é colorido!”, “Nossa, uma *Barbie* gordinha!”.

No momento da escolha, num universo de 18 crianças presentes, 8 crianças escolheram a *Barbie* loira, a “tradicional”, como a mais bonita. Dentre as justificativas das crianças para a escolha dessa boneca, destaca-se a da menina, de 4



Figura 2 - imagens das bonecas no centro do tapete da sala de aula
Fonte: registros da autora

anos de idade, negra, que intitula essa categoria de análise: “Ela é a mais bonita porque o cabelo dela é lindo!”. Tal situação deixa claro o fato de que além de um retrato hegemônico sobre a figura feminina, com a representação da boneca que faz alusão a uma pessoa magra, *estilosa*, usando roupas e acessórios da cor rosa, escolhida por grande parte das crianças, também traz representações sobre a questão racial, no momento em que a *Barbie* é uma princesa com cabelos maravilhosos, longos – e louros. Em seus estudos sobre a *Barbie*, Steinberg (2001, p. 333) afirma que “a *Barbie* normal, loura, é a padrão a partir do qual as ‘outras’ surgem.

[...] A brancura da *Barbie* a privilegia a não ser questionada; ela é o padrão para todas as outras” [grifo nosso].

Outro fato relevante a destacar dessa oficina é que nenhuma criança apontou as imagens das *Barbies* negras como as mais bonitas ou preferidas. Ao final da discussão, quando apontei para essas bonecas e questionei às crianças qual a razão de ninguém ter as escolhido, a resposta de uma menina de 4 anos foi imediata: “Nós achamos elas bonitas, mas na hora a gente não viu elas”. Desse modo, o relato de uma criança ainda na primeira infância é capaz de nos mostrar quanto é necessário e emergente a representatividade e naturalização da pessoa negra nos mais diversos espaços, para que essas possam ser vistas, percebidas e reconhecidas.

As demais escolhas das crianças ocorreram de maneira diversificada, mas também cabe destacar que nenhuma criança escolheu a imagem da *Barbie* mais gordinha. Tal situação evidencia o quanto a questão da “beleza” e os padrões que envolvem esse assunto estão presentes na escolha dos brinquedos, e como as crianças percebem que “gostar do que é belo”, do que é “considerado bonito”, as coloca em cena e no padrão natural ainda presente na cultura atual, passando a ideia de que o consumo de estilos de vida e padrões de beleza é o caminho de “merecimento” e “pertencimento” à sociedade. Conforme Bauman (2008, p. 108) discute,

o processo de autoidentificação é perseguido, e seus resultados são apresentados com a ajuda de “marcas de pertença” visíveis, em geral encontradas nas lojas. A referência a “estar à frente da tendência de estilo” transmite a promessa de um alto

valor de mercado e uma profusão de demanda (ambos traduzidos como certeza de reconhecimento, aprovação e inclusão).

Assim, de acordo com as falas e escolhas das crianças nessa oficina, é possível constatar que mesmo lentamente esteja ocorrendo uma espécie de mudança na cultura em direção ao rompimento de alguns padrões, como é o caso da linha *Diversidade* da boneca *Barbie*, ainda há muito a ser feito, uma vez que as crianças olharam com certo estranhamento as bonecas mais gordinhas ou não notaram as negras entre as outras. Necessita-se, assim, de um grande investimento para que as barreiras do padrão sejam rompidas e substituídas pela naturalização de todos os jeitos de ser, e não somente o modelo “branco, magro e heterossexual”. Nisso, dá-se a relevância dos tipos de brinquedos e artefatos que proporcionamos às crianças, de modo que esses não sejam mais um meio de reforçar certos padrões, conforme será discutido na categoria a seguir.

2.2 BIBI BRINCA COM MENINOS: “CADA CRIANÇA PODE BRINCAR DO QUE QUISER, NÉ PROFE?”

Esta categoria trata de analisar momentos de brincadeiras que foram propostos às crianças a partir da discussão feita por meio da história “Bibi brinca com meninos”, de Alejandro Rosas (2010).

A história fala de uma menina, a Bibi, que viaja para conhecer dois primos da sua idade num final de semana. Para a viagem, ela coloca na sua mala diversos brinquedos, como bonecas, batons e ursinhos. Mas, ao chegar lá, ela percebe

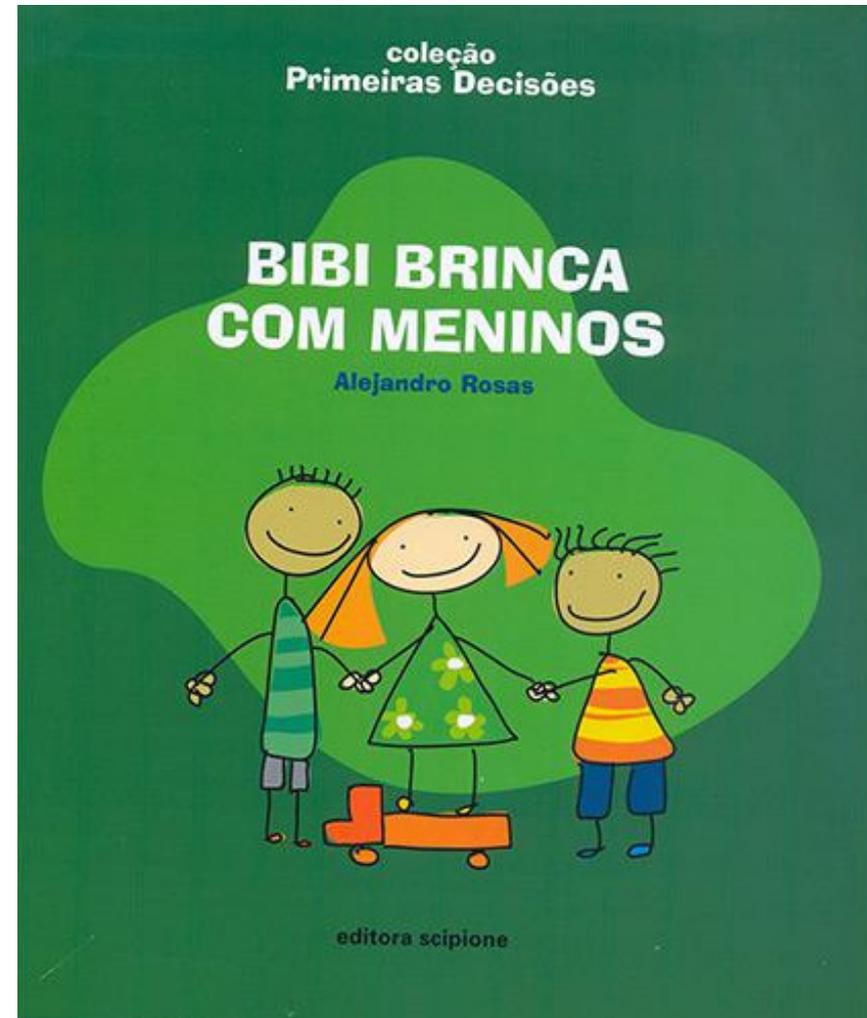


Figura 3 - Capa do livro *Bibi brinca com meninos*
Fonte: Google Imagens

que seus primos têm brinquedos diferentes dos brinquedos dela e que ela nunca havia brincado com o que eles tinham: bola, carrinhos, monstros. Então, durante o tempo que Bibi passa com seus primos, ela os ensina a brincar com os seus brinquedos e eles a ensinam a brincar com os deles. Ao fim da narrativa, ela percebe que não existe brinquedo “só para meninos” ou “só para meninas”, pois cada criança é livre para brincar do que quiser.

Ao se contar a história a todas as turmas da escola, totalizando 140 crianças, discutiu-se com elas sobre o fato de brinquedos serem direcionados para crianças e que cada uma poderia brincar com o que quiser, pois mulheres também dirigem carros e homens também cuidam de crianças, e que não há problema algum em uma menina pilotar um carrinho de brinquedo ou um menino fazer de conta que é pai de uma boneca. Ao se lançar esse tipo de discussão às crianças, cabe ressaltar que “gênero” e “sexualidade” não são sinônimos. Conforme conceitua Guacira Lopes Louro (1997, p. 80), sexualidade se refere aos modos de se viver os desejos e prazeres corporais, enquanto gênero está ligado às condições sociais pelas quais somos identificados como homens e mulheres. Ou seja, “o conceito de gênero está relacionado fundamentalmente aos significados que são atribuídos a ambos os sexos em diferentes sociedades” (MEYER; SOARES, 2008, p. 33) e, tanto o gênero como a sexualidade, se tratam de construções sociais e históricas. Conforme destaca Moreno (1999, p. 28), “é a sociedade e não a biologia ou os genes quem determina como devemos ser e nos comportar, quais são nossas possibilidades e nossos limites”. Dessa forma, torna-se necessário dar atenção aos mecanismos

que polarizam o homem e a mulher, baseados em crenças naturalizadas e binárias sobre o gênero.

Como ressalta Louro (2002, p. 237),

O grande desafio para as estudiosas não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira.

Dentre os/as pesquisadores/as do campo dos estudos culturais, Louro (1997) nos convoca a compreender que o gênero constitui as identidades dos sujeitos, transcendendo o seu entendimento como apenas o desempenho de papéis entre homens e mulheres, mas como algo que faz parte da identidade de cada um. E, levando em consideração que as identidades e as infâncias são plurais, que há muitos modos de se viver a infância na contemporaneidade (ou qualquer outra fase etária da vida), também é relevante compreender que há muitos modos de se viver a masculinidade e a feminilidade.

Tendo como base tais estudos e referências, a partir da discussão lançada com a história “Bibi brinca com meninos”, foram planejados momentos para que meninos e meninas se sentissem à vontade para brincar de maneira integrada. Para tanto, foram dispostos às crianças brinquedos artesanais e sem logomarca, como carrinhos e casinhas de madeira e bonecas sexuadas de borracha e de pano. Cabe



Figuras 4 e 5 - crianças brincando com carrinhos de madeira e bonecas sem distinção dos brinquedos
Fonte: registros da autora



Figuras 6 e 7 - crianças brincando de maneira integrada com casinhas de madeira e bonecas de pano
Fonte: registros da autora

ressaltar que, além desses brinquedos, a maioria dos momentos foram planejados de modo que as crianças da Educação Infantil brincassem fora das amarras da sala de aula, explorando, também, elementos da natureza e materiais não-estruturados.

Para situar o/a leitor/a, abaixo constam alguns registros fotográficos³ de alguns dos momentos promovidos em que as crianças se integraram para brincar:

A partir de momentos de brincadeiras como esses, a fala que intitula essa categoria, “*Cada criança pode brincar do que quiser, né profe?*” (sic), tornou-se corriqueira entre as crianças. Isso, além de mostrar resultados efetivos que o projeto promoveu, também mostra que as crianças necessitam constantemente dessa discussão para se sentirem seguras a romper com a norma, com os *scripts* de gênero esperados em seus comportamentos, pois, além da escola, as crianças estão imersas em uma realidade que possui uma extensa gama de pedagogias culturais que, de certa forma, as cobram para que se comportem de determinada maneira e brinquem com brinquedos específicos.

Esse cenário sinaliza que, no âmbito do currículo popular, faz-se necessário que lancemos um olhar de estranhamento para como as infâncias são produzidas, formatadas e apresentadas na sociedade contemporânea. É preciso, além de analisar como as identidades (ou os *scripts*) de gênero são constituídas na infância, a escola, através dos professores e professoras, intervir e promover o debate de maneira adequada, não para dirigir, mas para mediar as relações de meninos e meninas de modo que as desigualdades não sejam construídas ou reforçadas no âmbito escolar.

³ As imagens das crianças possuem autorização do uso de imagem, assinadas pelos/pelas responsáveis no ato da matrícula da criança na escola.

2.3 ARTUR E CLEMENTINA: UMA HISTÓRIA PARA DISCUTIR MAUS-TRATOS EMOCIONAIS CONTRA AS MULHERES

Clementina pensava: “Eu voltei a dizer bobagens. Tenho que tomar muito cuidado, senão o Artur vai se cansar de ter uma mulher tão estúpida”. Então, se esforçou para falar o menos possível (In: TURIN, Adela; BOSNIA, Nella. **Artur e Clementina** 2013, p. 9).

A epígrafe que abre esta categoria de análise trata-se de um excerto da história “Artur e Clementina” (TURIN; BOSNIA, 2013), contada às crianças durante as propostas do projeto de Mediação de Leitura. A narrativa fala de um casal de tartarugas que se apaixonam e vão morar à beira de um rio, o Artur e a Clementina. No entanto, logo Clementina passa a ter que ficar os dias sempre no mesmo lugar à espera do Artur, que sai para buscar comida e conversar com outras tartarugas. Cansada dessa situação, Clementina diz a Artur que quer poder sair também, aprender coisas novas, mas ele sempre a subestima, dizendo que ela não terá capacidade de aprender e substitui sua liberdade por presentes que ela vai colocando em cima de seu casco. Com o passar do tempo, Clementina não aguenta mais carregar o peso dos presentes que ganhava em suas costas e decide pela liberdade, abandonando Artur. E, então, ela começa a andar pelo mundo e a conhecer novos lugares e tartarugas.

A partir desse enredo, discutiu-se com as crianças de três e quatro anos de idade a condição em que a Clementina se encontrava e as atitudes do Artur, atendo para o fato de que cada um/a é livre e que ninguém tem o direito de privar

alguém de sua liberdade. Cabe destacar que a situação que Clementina vivia na história é de maus-tratos emocionais (ou violência psicológica), cujo conceito se refere sobre a intenção que uma pessoa tem de desqualificar e humilhar outra, abalando a sua autoestima e a colocando numa posição de subordinação (FELIPE; GALET, 2014). Também vale destacar que os maus-tratos emocionais são a porta de entrada para a agressão física e para homicídios femininos. Segundo dados do Mapa da Violência (WALSELFISZ, 2015),

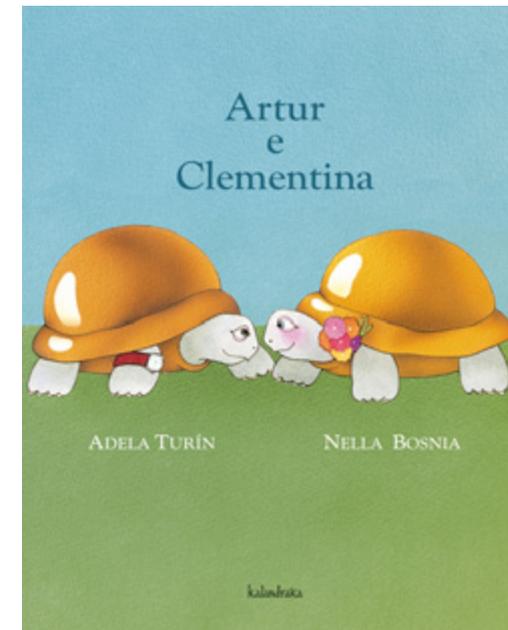


Figura 8 - Capa do livro *Artur e Clementina*
Fonte: Google Imagens

Tipo de violência	Número						%					
	Criança	Adolescente	Jovem	Adulta	Idosa	Total	Criança	Adolescente	Jovem	Adulta	Idosa	Total
Física	6.020	15.611	30.461	40.653	3.684	96.429	22,0	40,9	58,9	57,1	38,2	48,7
Psicológica	4.242	7.190	12.701	18.968	2.384	45.485	15,5	18,9	24,5	26,6	24,7	23,0
Tortura	402	779	1.177	1.704	202	4.264	1,5	2,0	2,3	2,4	2,1	2,2
Sexual	7.920	9.256	3.183	3.044	227	23.630	29,0	24,3	6,2	4,3	2,4	11,9
Tráfico seres	20	16	28	30	3	97	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Econômica	115	122	477	1.118	601	2.433	0,4	0,3	0,9	1,6	6,2	1,2
Neglig./abandono	7.732	2.577	436	593	1.837	13.175	28,3	6,8	0,8	0,8	19,0	6,7
Trabalho Infantil	140	133				273	0,5	0,3	0,0	0,0	0,0	0,1
Interv. Legal	75	94	64	90	29	352	0,3	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2
Outras	649	2.359	3.228	4.978	684	11.898	2,4	6,2	6,2	7,0	7,1	6,0
Total	27.315	38.137	51.755	71.178	9.651	198.036	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Figura 9 - Tipos de violência contra a mulher
Fonte: Mapa da violência (2015)

Entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, incremento de 21,0% na década. Essas 4.762 mortes em 2013 representam 13 homicídios femininos diários. Levando em consideração o crescimento da população feminina, que nesse período passou de 89,8 para 99,8 milhões (crescimento de 11,1%), vemos que a taxa nacional de homicídio, que em 2003 era de 4,4 por 100 mil mulheres, passa para 4,8 em 2013, crescimento de 8,8% na década (p. 13).

No estado do Rio Grande do Sul, segundo o mesmo mapa, no ano de 2013 a taxa de homicídio feminino foi de 3,8 por 100 mil mulheres e, na cidade de Novo Hamburgo⁴, na qual se situa a escola onde o projeto é aplicado, a média é de 134,8

⁴ Para obter-se os dados de violência contra a mulher na cidade de Novo Hamburgo, teve-se como recurso o aplicativo *Metendo a Colher*, que é um dos resultados da pesquisa “Violências de gênero, amor romântico e famílias: entre idealizações e invisibilidades, os maus tratos emocionais e a morte”, coordenada por Jane Felipe (2016).

crimes de violência contra a mulher a cada 10.000 mulheres.

Outro fato importante a apresentar nesse contexto é que, no Brasil, os tipos de violência mais frequentes contra a mulher jovem e adulta são a física e a psicológica. Já entre as crianças se destaca a negligência ou abandono por parte das famílias ou responsáveis, segundo dados do Mapa da Violência (2015), conforme consta na figura abaixo:

Essa situação de violência contra a mulher, desde os maus-tratos emocionais até agressão física, ou mesmo o homicídio, seja no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul ou no município em que se situa a escola de aplicação do projeto, nos mostra de maneira bastante clara o quanto é urgente que eduquemos as meninas de modo que saibam reconhecer quando estão sendo violentadas de alguma forma, para que, em todas as fases de suas vidas, não confundam controle, ciúmes e privação de liberdade com amor. Assim como é emergente que, junto aos meninos, desconstruamos a ideia de que a mulher deve ser submissa e obediente ao homem – fato que gera a violência quando a mulher tenta, de alguma forma, romper com essa posição.

Desse modo, a história referida, por meio da vida de um casal de tartarugas, foi capaz de promover o debate de maneira bastante interessante com as crianças, uma vez que elas trouxeram falas como: “*Bem feito pro Artur que não deixava a Clementina tocar flauta!*”, “*Agora ela tá feliz passeando, né, profe?*”. Então, foi proposto às crianças que chamassem a Clementina, em tom de voz alto, pois, se em sua volta ao mundo, ela estivesse passando por perto da escola, ela escutaria



Figuras 10 e 11 - crianças conhecendo a tartaruga “Clementina”
Fonte: Registros da autora

e lhes faria uma visita. Assim foi feito e, de surpresa, uma tartaruga foi levada até a turma. As crianças demonstraram fascínio em poder entrar em contato com a “personagem” da história, admirando-a pela sua coragem de deixar o “Artur”.

Abaixo seguem algumas imagens do momento do contato das crianças com a tartaruga “Clementina”.

Após a esse momento de interação das crianças com a tartaruga, elas despediram-se, pois ela “continuará livre andando pelo mundo” e voltaria para o seu habitat.

Por meio dessa narrativa e dessa experiência, de maneira lúdica, foi promovido o debate com as crianças da Educação Infantil sobre o fato de que as atitudes do personagem Artur eram equivocadas e que tentavam controlar Clementina a todo o instante. Esse tipo de discussão se torna cada vez mais urgente na escola, mesmo com as crianças pequenas, uma vez que os dados expostos anteriormente sobre a violência contra a mulher são alarmantes. Conforme afirmam Felipe e

Galet (2014), quando falamos de violência contra mulheres e crianças, geralmente se pensa na violência que é visível, que deixa marcas no corpo. No entanto,

Antes de chegarmos a esse nível de violência, nos deparamos com uma sucessão de situações que envolvem a violência psicológica ou maus-tratos emocionais. Esse tipo de violência se caracteriza por uma série de comportamentos que envolvem a rejeição e a depreciação constantes, ridicularizando e humilhando, discriminando de alguma forma, numa clara ação de desrespeito, impondo, muitas vezes, o isolamento de amigos e parentes. [...] A ameaça de morte e as perseguições [...] implicam no cerceamento de liberdade de ir e vir, instalando o medo e a fragilidade emocional (FELIPE; GALET, 2014, p. 7).

Portanto, torna-se emergente e necessário que se invista em discussões desse cunho com as crianças ainda pequenas, e a escola é um dos espaços que pode promover esse debate. Precisamos investir na educação de modo que não seja necessário que meninas e mulheres sintam-se em perigo constante, que saibam reconhecer quando estão sendo vítimas de algum tipo de violência e as consequências de um relacionamento abusivo; e que meninos e homens saibam tratar e respeitar todas as pessoas de igual para igual, sejam elas homens ou mulheres.

2.4 ISA ROSA: DESMISTIFICANDO O BINARISMO DAS CORES ROSA E AZUL

Além dos estereótipos de um “corpo perfeito” apresentados às crianças por meio da publicidade e dos brinquedos, da diferenciação de brinquedos para

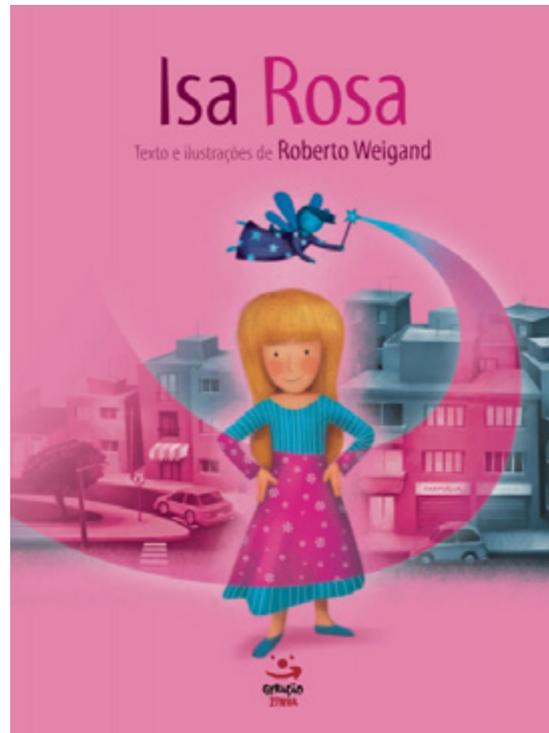


Figura 12 - Capa do livro *Isa Rosa*
Fonte: Google Imagens

meninos e meninas e dos dados alarmantes de violência contra a mulher, outro fato de bastante relevância a se discutir com as crianças é a questão do binarismo das cores rosa e azul. Para tanto, dentro do projeto de Mediação de Leitura, foram trabalhadas algumas histórias e, dentre elas, a *Isa Rosa*, de Roberto Weigand (2013).

A referida narrativa fala de uma menina que apreciava apenas a cor rosa, desprezando todas as outras e justificando que a cor azul era “somente para meninos”. Seu sonho era que o mundo inteiro fosse cor-de-rosa, até que um dia a Fada Azul, vinda do Cruzeiro do Sul, realiza o seu sonho e pinta o mundo inteiro de rosa. Nisso, acontece uma grande confusão e, então, Isa percebe a importância e a beleza de todas as cores.

A partir desse enredo, discutiu-se com as crianças da Educação Infantil sobre o fato de cada pessoa poder gostar/usar a cor que quiser, e que isso não é uma questão de gênero. Para que a discussão tivesse mais sentido para as crianças, foi proposta a ideia de um bolo colorido feito em conjunto pela turma para que elas visualizassem e experimentassem, de fato, a beleza que habita em cada cor. Além



Figuras 13 e 14 - Crianças fazendo o bolo colorido
Fonte: registros da autora



Figura 15: crianças brincando com a sobra da massa do bolo
Fonte: Registros da autora



Figura 16: Crianças visualizando como ficou o bolo colorido antes de o degustarem
Fonte: Registros da autora

disso, a experiência teve como objetivo desmistificar a ideia de que cozinhar ou fazer um bolo são dotes femininos.

A seguir, alguns registros do momento em que as crianças executaram a receita do bolo colorido.

Após a essa experiência, ficou mais natural para as crianças aceitarem a utilizar outras cores, seja no momento de escolher um giz para desenhar, ou para escolher um brinquedo de determinada cor. Ao se permitirem utilizar novas cores, apresentaram discursos como *“menino também pode brincar com rosa”*, *“todas as cores são bonitas”*, *“azul não é só de menino”*. A partir disso, pode-se perceber que, por meio da discussão conduzida adequadamente, das experiências, das brinca-

deiras e das histórias é possível desconstruir alguns padrões e binarismos com as crianças da Educação Infantil.

Através desses dados, somos interpelados a refletir sobre os modos de representação do que é “masculino” e do que é “feminino” em nossa cultura. Percebe-se que cada um dos sexos carrega, nessas representações, oposição e polaridade. As meninas aprendem a “gostar” e a se identificar com imagens que carregam significados sobre a beleza hegemônica, meiguice, fragilidade, a um mundo cor-de-rosa. Meninos são convidados a entrar em um mundo de ação, aventura e coragem. Mas o fato mais saliente nesse contexto “é que a maioria dos atributos presentes em um gênero está excluída automaticamente de outro” (AUAD, 2012, p. 22).

Nessa perspectiva, aponto que os estudos sobre o gênero devem ir além da discussão de papéis e funções do homem e da mulher e como esses são representados na contemporaneidade. Portanto, quando destaco o fato de meninas e meninos “preferirem”, de maneira binária, as cores rosa e azul, pretendo ir adiante, problematizando os signos que essas representações sobre o ser homem e a ser mulher carregam. Dessa forma, deve-se considerar que as relações de gênero produzem e organizam a cultura e a sociedade (MEYER, 2003) e, quando crianças ainda na primeira infância apontam o que gostam, justificando por ser algo “de menino” ou “de menina”, como a questão das cores, elas estão querendo sinalizar muito mais que uma preferência: elas denunciam que a infância contemporânea está enredada por binarismos, por visões hegemônicas sobre o gênero, não admitindo que meninos e meninas possam gostar das mesmas coisas ou assumir os mesmos papéis.

3 CONSIDERAÇÕES

Ao trazer algumas considerações sobre esse projeto, gostaríamos de ressaltar, primeiramente, que essa análise buscou encontrar algumas respostas para o problema que foi apresentado inicialmente, trazendo como questionamento “*qual o papel / interferência da mídia na construção da identidade de gênero das crianças que frequentam a Educação Infantil e como elas têm construído suas identidades acerca dessas influências?*”, e, desse modo, consideramos que, além dos objetivos que foram elencados nesse estudo, as problematizações aqui trazidas

tenham também contribuído para disseminar o debate sobre a importância de discutir os padrões “imutáveis” que pautam a infância generificada da cultura atual.

Foi possível constatar, também, que a infância, sendo um artefato produzido social e historicamente, passa a admitir que seja escrita – concebida e tratada – no plural: infâncias. Por isso, as infâncias, embora enigmáticas e inesgotáveis ao nosso olhar, como menciona Larrosa (2010), têm de ser para nós, adultos, um objetivo, um propósito, uma vez que devemos levar em conta qual infância queremos construir: a generificada? A que admite apenas um modo de vivê-la, ignorando todas as outras? Ou a que é livre das amarras hegemônicas, dos preconceitos e que cada criança sente-se livre para viver a infância da maneira que seus próprios gostos e jeitos permitirem? A cultura atual necessita que todas as meninas gostem de rosa e sejam meigas e delicadas? Necessita que todos os meninos tenham um espírito valente? Necessita que um padrão de beleza dite o modo de ser de cada pessoa? Essas são questões que o projeto e a análise possibilitaram reforçar depois dos dados encontrados a partir das oficinas e propostas realizadas com as crianças, e que atentaram ainda mais o olhar para como as infâncias têm sido vividas na contemporaneidade.

Diante desse contexto, fica nítido que a profissão docente necessita passar por formações que coloquem em cena as problematizações e discussões sobre o papel regulador que a escola ainda possui, encarado como algo “natural”. Afirmando que os professores/as e as escolas necessitam passar por um processo de

“reeducação” do olhar, para que a multiplicidade das infâncias e das relações de gênero seja algo considerado dentro do ambiente e do currículo escolar, ressaltamos, novamente, que é chegado o tempo de se discutir a infância que está sendo fabricada dentro da escola e através da mídia. Os dados desse projeto permitem muitas análises, muitos entendimentos e discussões que podem (e devem) ser continuadas. Trata-se de um processo inesgotável, principalmente quando se tem a criança como foco nos estudos que discutem gênero e as relações étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos:** relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2012.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida para Consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

FELIPE, Jane; GALET, Carmen. **Maus-tratos emocionais e a formação docente.** s.l.: .s.n. 2014.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia.** São Paulo: EDUSC, 2001.

LARROSA, Jorge. O enigma da infância. In: LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana:** Danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, p. 183-198, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero: questões para educação. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: Editora 34, 2002.

MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela. **Corpo, gênero e sexualidade.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

MEYER, Dagmar. Educação e gênero: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. Petrópolis. RJ: Vozes, p. 9-27, 2003.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina:** o sexismo na escola. São Paulo: Moderna, 1999.

ROSAS, Alejandro. **Bibi brinca com meninos.** São Paulo: Scipione, 2010.

STEINBERG, Shirley R., KINCHELOE, Joe L. **Cultura Infantil:** A construção corporativa da infância. Tradução: George E. J. Bricio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

TURIN, Adela; BOSNIA, Nella. **Artur e Clementina.** S.l.: Kalandraka, 2013.

WALSELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015:** homicídios de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

WEIGAND, Roberto. **Isa Rosa.** S.l: Geraçãozinha, 2013.

AS BASES EPISTEMOLÓGICAS QUE APOIAM O CONCEITO DE QUÍMICA DO ESQUEMA NA ESCOLHA CONJUGAL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

Destaque em Ciências Humanas, Letras e Artes

Psicologia

Marcela Bohn¹

Marcus Leví Lopes Barbosa²

¹Psicóloga pela Universidade Feevale e Mestranda em Psicologia Clínica pela Universidade do Rio dos Sinos. E-mail: marcela.bohn@gmail.com.

²Doutor e Mestre em Ciências do Movimento Humano pela UFRGS. Psicólogo graduado pela Univeridade do Vale do Rio dos Sinos e professor adjunto do curso de Psicologia da Universidade Feevale. E-mail: marcusl@feevale.br.

RESUMO

O tema desse trabalho é a química do esquema na escolha conjugal. A química do esquema é um conceito derivado da Terapia dos Esquemas de Jeffrey Young, sendo denominada como a ativação de esquemas iniciais desadaptativos. A Terapia dos Esquemas é uma proposta de terapia inovadora e integradora, possuindo poucos estudos no campo dos relacionamentos conjugais. Possui como base conhecimentos oriundos das escolas Cognitivo Comportamentais, bem como da Psicanálise, Gestalt, Teoria do Apego, Construtivismo e do modelo das Relações Objetais. O presente estudo sustenta-se no pressuposto de que a escolha conjugal pode ser influenciada pela química dos esquemas. O objetivo geral desse trabalho resume-se a discutir esse conceito com outras bases teóricas. A metodologia utilizada foi um ensaio da literatura sobre outras concepções teóricas que convergem com o tema desse trabalho. Foram encontrados diversos conceitos e abordagens psicológicas que apoiam a concepção de química do esquema na escolha conjugal. Com isso, pode-se afirmar que existem diferentes formulações teóricas que se complementam e auxiliam na fundamentação e consolidação do conceito de química do esquema na escolha conjugal.

Palavras-chave: Terapia de casal. Personalidade. Psicologia clínica.

1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é a química do esquema no contexto da escolha conjugal. O presente objetivo é discutir as bases epistemológicas que apoiam este conceito. Segundo Young (2003), sua definição se apresenta como a tendência de indivíduos com certos esquemas se aproximarem de parceiros com perfis específicos. Dessa forma, considera-se que a química do esquema é um fator de importância no processo de escolha conjugal. Além de motivações como atração física, valores, afinidades, nível cultural, contexto sociocultural, entre outros aspectos, supõe-se que há diferentes influências, tanto conscientes, quanto inconscientes, que explicam a razão pela qual diversas abordagens psicológicas já terem buscado identificar os fatores envolvidos no processo de eleição de um cônjuge (ALMEIDA, 2014).

Young (2003) estabelece sua teoria afirmando que os esquemas iniciais desadaptativos (EIDS) são definidos como estruturas cognitivas, desenvolvidas durante a infância, que auxiliam o indivíduo a entender, interpretar e interagir com o mundo ao seu redor. Os EIDS costumam agir fora da consciência, tendendo a se perpetuarem. Por conta disso, atuam de forma recorrente na vida do indivíduo, e em diversos contextos, inclusive na escolha conjugal. Nesse sentido, a química do esquema é denominada pela ativação destes esquemas, e esta, então, é vista como um dos componentes fundamentais na eleição de um parceiro (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

A Terapia do Esquema é uma teoria recente e inovadora, como também, a temática da escolha conjugal sob esse viés é pouco abordada no campo da saúde mental, o que justifica a relevância desse trabalho. Nesse trabalho, foram encontradas diferentes bases e interpretações teóricas para o estudo sobre a química do esquema. A seguir, as diversas abordagens e autores trazidos darão sustentação na discussão desse conceito.

2 ESQUEMAS INICIAIS DESADAPTATIVOS

As estruturas mentais que formam os EIDS são compostas por um conjunto de memórias, sensações, emoções e cognições que circulam em torno de conteúdos vivenciados na infância. Quando um indivíduo depara-se com algum estímulo que se associa a lembranças de eventos que ocasionaram os esquemas, ocorre a ativação destes, sendo denominada como a química do esquema.

Experiências repetidas e necessidades emocionais não satisfeitas na infância formulam o desenvolvimento dos esquemas. Dessa forma, considera-se que as vivências de uma criança moldarão o modo como ela enxergará e agirá perante o mundo, influenciando futuramente na sua escolha conjugal (SAFRAN; SEGAL, 1996; YOUNG, 2003). Terapeutas cognitivos, Carter e Mcgoldrick (1995) corroboram com essa ideia apontando que os vínculos e relações estabelecidos dentro da família de origem são a base para o comportamento futuro. Assim, é possível afirmar que os padrões de relacionamento aprendidos na infância podem interferir na eleição do cônjuge no futuro.

Por conta de os esquemas serem crenças profundamente arraigadas sobre si e sobre o mundo, eles agem na forma em que as pessoas pensam, sentem e agem. Os indivíduos tendem a confiar em seus esquemas para dar sentido a novas informações, mantendo opiniões já existentes sobre eles mesmos, sobre outras pessoas e sobre o modo como se deve lidar com o mundo. Dessa forma, os EIDS se conservam. Eles filtram as informações que os indivíduos recebem e, assim, focam em informações coerentes com seus esquemas. Por essa razão, os EIDS irão sempre influenciar as suas experiências e os seus comportamentos (BECK; FREEMAN; DAVIS, 2005).

Durante o desenvolvimento dos esquemas, há também o aprendizado de estilos de enfrentamento. Estes estilos são comportamentos que costumam ocorrer em resposta aos esquemas. Por mais que podem ter tido valor adaptativo e de segurança na infância (por exemplo, fugir de abusos), na vida adulta, tendem a se repetir de forma rígida e inflexível, generalizando-se para todas as relações do indivíduo e tendo valor desadaptativo (YOUNG, 2003).

3 DOMÍNIOS ESQUEMÁTICOS NO CONTEXTO DA TERAPIA DO ESQUEMA

Young (2003) fundamenta a Terapia dos Esquemas afirmando que para o ser humano, durante a infância, há 5 necessidades emocionais básicas que precisam ser satisfeitas pelos cuidadores de maneira satisfatória. Essas necessidades são distribuídas em domínios esquemáticos, sendo eles: domínio de desconexão

e rejeição, que compreende vínculos seguros com outros indivíduos (incluindo segurança, estabilidade, cuidado e aceitação); domínio de autonomia e desempenho prejudicados, que compreende sentimentos de autonomia, competência e sentido de identidade; domínio de limites prejudicados, que compreende limites realistas e autocontrole; domínio de direcionamento para o outro, que compreende liberdade de expressão, necessidades e emoções validadas; e, por último, o domínio de supervigilância e inibição, que compreende espontaneidade e lazer. Caso essas necessidades não sejam atendidas, se formarão os esquemas iniciais desadaptativos.

4 BASES EPISTEMOLÓGICAS QUE APOIAM O CONCEITO DE QUÍMICA DO ESQUEMA NA ESCOLHA CONJUGAL

Durante a vida adulta, bem como na vivência da conjugalidade, os indivíduos, influenciados pela química do esquema, costumam recriar os seus ambientes e experiências da infância que lhe foram nocivos. Mesmo que isso cause sofrimento, o conforto, a segurança, a previsibilidade, a coerência e a familiaridade que o esquema proporciona fazem com que as pessoas se sintam atraídas pela ativação deles, buscando a sua química. Eles costumam ser fundamentais para o sentido de identidade e autopreservação, pois, além de serem aprendidos desde muito cedo, formam a representação do que se é e de como se vê o mundo. Renunciar a um esquema provoca a sensação de estar desagregado, com a sensação de falta

de controle e falta de coerência interior. Por conta disso, numa busca por coerência cognitiva, irá ocorrer a necessidade de manter uma visão estável e já conhecida de si mesmo e do mundo. Assim, os indivíduos procuram, de forma não consciente, reviver sensações já vivenciadas no passado, promovendo a química esquemática (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

Coerentemente com essa questão, Goleman (1995) afirma que os comportamentos humanos buscam a homeostase. Ou seja, o organismo busca satisfazer suas necessidades e manter seu equilíbrio visando uma economia cognitiva. Além disso, Freud (1968) já dizia que o ser humano visa reduzir tensões psicobiológicas e conteúdos inconscientes através da realização de desejos infantis. Segundo Young (2003), quando indivíduos apresentam padrões de vínculos inseguros e desorganizados, tendem a ter mais esquemas iniciais desadaptativos ativados, o que faz com que eles normalmente se vinculem a indivíduos que lhes fornecerão uma sensação familiar, buscando a coerência cognitiva. Assim, ocorre a aproximação de indivíduos que reforcem os seus esquemas e seus sentimentos de insegurança.

Corroborando com isso, Bowlby (1990) afirma que um dos processos que leva os bebês a selecionar figuras de apego é uma tendência a se aproximar de tudo o que for familiar. Assim, o comportamento de apego na vida adulta é uma continuação direta do comportamento na infância, influenciado pelo relacionamento com os pais ou cuidadores. Sendo assim, o comportamento de apego não desaparece com a infância, mas persiste durante a vida inteira. Figuras novas são selecionadas, e com elas mantém-se a proximidade e comunicação. O estilo

de apego irá ser parte do repertório de um indivíduo na vida adulta, o qual irá ser transferido e reformulado nos relacionamentos conjugais (DATTILIO, 2011). Crianças que tiveram relacionamentos inseguros com seus cuidadores durante sua infância, ao se tornarem adultos, repetiram esse modelo de ação. Nesse sentido, é possível afirmar que as relações de apego são primordiais não só para o desenvolvimento humano, mas também para todas suas relações sociais e, por conseguinte, para a escolha conjugal (GOMES; MELCHIORI, 2012).

Na área da terapia de casal e família, a abordagem cognitivo-comportamental e a abordagem sistêmica se comunicam devido à natureza intergeracional dos relacionamentos, considerando que ambas partem do princípio de que há relação entre a personalidade e as gerações familiares. Embora a Terapia dos Esquemas com casais e famílias envolva maior atenção aos esquemas individuais, há ênfase no entendimento do casal e sua relação com as famílias de origem (DATTILIO, 2011). Então, pode-se realizar uma associação com a química do esquema através de uma visão sistêmica trazida pela autora Anon (2000). A autora diz que durante a escolha do cônjuge, pode haver a associação inconsciente a pessoas e lembranças importantes de tempos remotos. Assim, quando um elemento chave de uma situação presente é semelhante ao passado, realiza-se uma associação, uma espécie de conexão entre os dois tempos, ocorrendo os mesmos sentimentos já vivenciados anteriormente (ANON, 2000).

Nesse mesmo raciocínio, Minuchin e Fischman (1990) afirmam que as motivações para a escolha conjugal, bem como a atração sentida pelos cônjuges, estão

relacionadas a fatores fora da consciência. A relação conjugal propicia o retorno e a repetição às experiências ocorridas na infância e a recorrência de padrões de defesa. A escolha é realizada a partir de um ‘encaixe’ das personalidades, nas quais os relacionamentos entre os parceiros possuem características semelhantes aos seus relacionamentos vivenciados em suas famílias de origem (CALIL, 1987). Enquanto que esse ‘encaixe’ das personalidades pode ser visto como a química esquemática, os padrões de defesa também podem ser associados com os modos de enfrentamento mencionados por Young. Nessa lógica, a repetição dos modos de enfrentamento, na teoria de Young (2003), se dá porque os indivíduos respondem de forma similar a aquela aprendida na infância, perpetuando esquemas na revivência de sensações e situações semelhantes ao passado (MAYOR, 2007).

Anon (2002) parece associar-se a essa ideia revelando que por trás do relacionamento amoroso há aspectos da vida dos cônjuges que se repetem e que, por vezes, escravizam os parceiros na recorrência de conflitos anteriormente vivenciados. Esse conceito é chamado pela abordagem sistêmica de transgeracionalidade, o que também se associa com aspectos envolvidos na química do esquema. A transgeracionalidade refere-se ao fenômeno no qual os filhos repetem padrões de relacionamento de suas gerações familiares. É uma espécie de herança, em que o indivíduo é prisioneiro de uma história preexistente (EIGUER, 2006; FALCKE E WAGNER, 2005). A reedição de padrões familiares, para Young (2003), ocorre porque a busca pela coerência cognitiva e perpetuação dos EIDS leva a uma forte atração por relações que mantenham sensações e crenças familiares.

A perpetuação dos EIDS faz com que eles se reforcem e influenciem o indivíduo a repetir situações com mais frequência, mantendo os indivíduos em um ciclo vicioso. Na escolha conjugal, quando ocorre a recorrente química esquemática entre parceiros, acontece um jogo interacional em que os esquemas e suas respostas de enfrentamento se prendem e se reforçam mutuamente. Para os terapeutas sistêmicos, esse processo também pode ser considerado como o princípio da complementariedade (PAIM, 2015; SCRIBEL; SANA; BENEDETTO, 2007).

O legado familiar de cada um dos cônjuges, que permeia a relação a dois, traz consigo bagagens psíquicas de cada um dos parceiros que se entrelaçam, alicerçando o vínculo em conteúdos inconscientes (KAES, 2003; PAIVA, 2009). A partir desses aspectos, afirma-se que a escolha amorosa não se dá ao acaso. Ela visa tanto satisfazer demandas pessoais conscientes e não conscientes, quanto confirmar crenças precoces sobre si mesmo e o mundo. Na relação conjugal, com a reedição de interações do passado, é possível que ocorra a manutenção ou resolução destas conflitivas, em forma de perpetuação ou cura de EIDS (SCRIBEL; SANA; BENEDETTO, 2007).

Validando esses conceitos através de uma visão psicanalítica, Willi (1985) diz que nas relações conjugais ocorre um jogo inconsciente, denominado por ele de colusão. Nesse jogo conjunto, os parceiros podem se fixar ao outro em posições rígidas na relação conjugal. Isso ocasiona grande parte dos problemas existentes na conjugalidade, visto que os parceiros relacionam-se na tentativa de manter no parceiro(a) aspectos vivenciados na sua própria dinâmica da infância. Conside-

ra-se, aqui, que as posições fixadas que o autor traz, na teoria de Young, podem ser definidas como os esquemas e seus estilos de enfrentamento. A ativação da química do esquema pode impossibilitar os sujeitos de mudarem o seu modo de agir, visto que os padrões comportamentais ocasionados pelo esquema – as estratégias de enfrentamento desadaptativas – são rígidas e estão muito integradas no indivíduo (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

Somando a isso, a química do esquema pode facilmente ocasionar conflitos, já que em função dela ocorre a manutenção de estratégias de enfrentamento desadaptativas. Como esses padrões comportamentais foram desenvolvidos na infância, usá-los, portanto, remete à busca por aquilo que ocorreu em suas famílias de origem. Dessa maneira, ocorrem jogos esquemáticos que prendem os indivíduos em seus padrões comportamentais. Abrir mão desses jogos assemelha-se à perda de um senso de identidade, o que, para esses indivíduos, pode parecer a morte de uma parte de si mesmos (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

Acrescenta-se que, segundo Anon (2000), na escolha conjugal os indivíduos podem organizar suas vidas de acordo com elementos internos, aos quais eles mesmos não tem consciência. Assim, muitas vezes, os indivíduos podem estar em relações não tão prazerosas, mas que resultam em maior nível de segurança. Por exemplo, uma mulher pode preferir um homem autoritário e sufocante, que a cerceie em sua liberdade e autonomia, mas que a faz sentir-se ajustada nesse lugar. Por mais que haja queixas, o escolhido preenche as condições dela esperadas e fornece um tipo especial de prazer e/ou segurança.

Nesse sentido, a razão de uma mulher preferir um homem autoritário e sufocante poderia ser explicado por Young como a química do esquema. A mulher citada no exemplo da autora poderia ter um esquema de subjugação e, por consequência, aproximar-se de homens com esquema de arrogo. Considera-se que, nesse caso, um homem autoritário e sufocante pode a fazer reviver sentimentos vivenciados em sua família de origem (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

A teoria do vínculo corrobora com isso sugerindo que na dinâmica vincular ocorre uma comunicação entre mundos internos por meio da complementação de papéis. Dentro de vínculos atuais surge a manifestação de vínculos latentes, escondidos. As lógicas afetivas surgem através de aprendizados emocionais, derivados de experiências vivenciadas com os primeiros vínculos. Por exemplo, a lógica afetiva de pensar que ‘consegurei atenção sempre que ajudar a todos’. Essa lógica, sendo derivada de experiências precoces, buscaria a sobrevivência emocional em futuras relações (NERY, 2003). Fazendo eco a essa teoria, pode-se analisar que nesse caso, a lógica afetiva em questão se trataria da crença de um esquema, enquanto que sua sobrevivência emocional pode ser entendida como a busca por coerência cognitiva (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

Muitas vezes, no vínculo com outras pessoas, essas lógicas afetivas se complementam em papéis patológicos. Como por exemplo, enquanto um serve, o outro só é servido, resultando em sofrimento na relação. Outro exemplo seria uma pessoa que internalizou um papel na infância e assumiu um autoconceito de ser incapaz. Na atualidade, pode buscar um outro que complemente esse papel e

lhe proporcione a crítica, ou alguma sensação semelhante (NERY, 2003). A partir destes exemplos, em Terapia do Esquema pode-se pensar primeiramente em um indivíduo com esquema de autosacrifício que buscaria um parceiro com esquema de dependência. O segundo exemplo poderia ser caracterizado por um indivíduo com esquema de fracasso, que buscaria relacionar-se com um indivíduo crítico (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

Por vezes, na busca por reparar ou contrariar o modelo familiar vivenciado, o indivíduo poderia deparar-se com um relacionamento diferente, mas com os mesmos conflitos e dilemas, passando a sofrer as mesmas consequências das suas primeiras vivências familiares (FALCKE; WAGNER; MOSMANN, 2008). Essas ideias estão em concordância com o conceito de química do esquema, partindo do pressuposto de que essa dinâmica prenderia o indivíduo em um ciclo de perpetuação do esquema, através do qual ele poderia estar executando os mesmos estilos de enfrentamento que reforçariam as sensações vivenciadas em sua família de origem (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

Princípios psicanalíticos corroboram afirmando que os indivíduos não podem ser considerados livres, visto que estão subordinados àquilo que representa suas famílias em seus mundos internos (COSTA, 2000). Lima (2010) acrescenta que muitas histórias de violência que se repetem são influenciadas por uma ‘criança’ abusada que habita no inconsciente dos indivíduos. Isso porque, para histórias que são muito traumáticas para a psique, realiza-se uma repetição e reencenação de momentos como alternativa. Nesse caso, a escolha conjugal poderá estar sen-

do motivada pelas cicatrizes do passado que procuram reaparecer no presente, montando situações já vividas anteriormente.

A teoria do vínculo também colabora nessa elucidação trazendo que vínculos e papéis exercidos são formadores da personalidade. Sentimentos como carências, autocríticas e autopunições, que interferem no vínculo com o outro, indicam que nestes casos, há conexão com o interno, reativando experiências de dor vividas em vínculos conflituosos. A pessoa pode reviver vários aspectos de seus vínculos residuais, que visam os resgates afetivos ou a homeostase sociopsíquica. Ou seja, há uma “criança interna ferida” – essa que surge de vínculos ameaçadores, emoções, fantasias, sensações e sentimentos já experimentados (NERY, 2003). Young (2003) considera comum que a ‘criança vulnerável’, insatisfeita em suas necessidades, apareça em forma de um modo esquemático.

Assim, pode-se dizer que na formação do vínculo conjugal estarão presentes os conflitos infantis de cada um dos parceiros, que podem ser elaborados como forma de crescimento da relação, recriando o ‘eu’ de cada um dos membros do casal (CARNEIRO, 2003; COSTA, 2000; MAGALHÃES, 2003). Portanto, vê-se que muitas situações negativas da infância podem se repetir na relação conjugal, o que configura um conflito neurótico infantil reencenado com o parceiro. Isso significa que nessa dinâmica os indivíduos não estão relacionando entre si, mas um consigo próprio visto no outro. Se o passado infantil for elaborado de um modo mais positivo, é possível que haja uma interação conjugal mais saudável (GOMES; PORCHAT, 2006). Relaciona-se essa elaboração do passado com aquilo que Young

(2003) chamou de “reparação parental limitada”. Nesse processo, na vivência de uma conjugalidade saudável, um parceiro poderá fornecer ao outro suas necessidades emocionais que não foram atendidas adequadamente na infância.

Um indivíduo psicologicamente saudável seria aquele que foi satisfeito em suas necessidades emocionais básicas, tendo, portanto, a menor probabilidade de ativar EIDS ao longo de seu desenvolvimento. Nessa lógica, quanto melhor for à qualidade dos vínculos realizados na infância, mais saudável tenderá a ser a relação conjugal. Nesse caso, as escolhas conjugais podem ser positivas e promover amadurecimento e realização pessoal entre os parceiros.

Apesar de se considerar que os padrões de relacionamento dos pais podem influenciar na escolha conjugal dos filhos, a influência exercida pela dinâmica da família de origem não é negativa por si própria. Ela pode também ser positiva, visto que tudo depende do que estará sendo transmitido para as futuras gerações (CARTER; MCGOLDRICK, 1995; TENNANT; HOWELLS, 2010).

Segundo autores da Gestalt Terapia, Polster e Polster (2001), podem surgir dificuldades para o casal quando eles passam a carregar questões inacabadas do passado. Com isso, é necessário que os parceiros passem a se tornar conscientes de suas situações no presente, percebendo como os problemas não resolvidos do passado podem interferir no momento atual. Muitas vezes, partes inacabadas e não resolvidas acabam se sobressaltando e se repetindo em determinadas situações, esperando por uma finalização e obstruindo o fluxo criador próprio das relações construtivas.

Na dinâmica conjugal, os EIDS podem ativar-se mais ou menos fortemente. Se uma relação for pautada somente na manutenção e perpetuação dos EIDS, é provável que o casal vivencie um clima de insatisfação e baixa qualidade conjugal. Porém, além dos esquemas desadaptativos, considera-se que há os esquemas adaptativos. Os esquemas adaptativos originam-se das primeiras vivências consideradas como positivas e saudáveis. Quando estes predominam na relação, é possível facilitar a reparação parental limitada entre os parceiros e permitir que ocorra uma química esquemática saudável (YOUNG, 2003).

É importante considerar que apesar da discussão nesse trabalho levar em conta os EIDS, que costumam trazer sofrimento, a química do esquema não é negativa por si só. Sua função pode ser considerada como adaptativa, visto que ela visa economia e coerência cognitiva. Assim, é importante que o casal compreenda os seus EIDS, mesmo não ativados com frequência, já que eles podem ser a causa de possíveis conflitos (YOUNG, 2003). Entretanto, todos os relacionamentos conjugais vivenciam ou vivenciarão algum grau de conflito. O conflito não será necessariamente destrutivo, uma vez que o que irá determiná-lo será a gestão e habilidade do casal para manejá-lo. As respostas ao conflito podem ser positivas e saudáveis, causando assim um crescimento por parte do casal (GOTTMAN, 1991). Pode-se pensar que a química do esquema saudável é aquela em que, mesmo diante de conflitos que envolvem EIDS, os casais conseguem vencer ciclos esquemáticos e se satisfazer em suas necessidades básicas, realizando a reparação parental limitada dentro do relacionamento conjugal. Dessa maneira, os casais, ao

invés de atraírem-se pela ativação dos EIDS, podem aproximar-se de forma mais saudável pela ativação de seus esquemas adaptativos (YOUNG; KLOSKO; WEISHAR, 2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou discutir as bases epistemológicas do conceito de química do esquema no contexto da escolha conjugal. Inicialmente, foram apresentados os conceitos de Esquemas Iniciais Desadaptativos. Na sequência, foram apresentadas as ideias de domínios e tipos esquemáticos, conceitos centrais na Terapia dos Esquemas. Por fim, foram discutidas as bases epistemológicas que corroboram com o tema do presente estudo.

A busca por estas bases epistemológicas explorou as principais referências que fundamentam a noção de química do esquema. Ainda são muito escassos os estudos específicos sobre este conceito devido ao fato de a Terapia dos Esquemas ser uma abordagem recente no campo da Psicologia. Além disso, o conceito de química do esquema é pouco aprofundado na teoria de Young, especialmente tratando-se dele pela ótica das relações conjugais. Portanto, este trabalho procurou contribuir para o fortalecimento desse conceito e para a discussão sobre esse importante tema na literatura.

A discussão teórica realizada no contexto desse trabalho mostra que as teorias utilizadas auxiliaram na elucidação e delimitação da abrangência do conceito de Young. É válido observar que diferentes abordagens teóricas fornecem bases

epistemológicas coerentes com muitos aspectos preconizados pela Terapia dos Esquemas.

É importante salientar que os esquemas iniciais desadaptativos, estudados nesse trabalho, são apenas uma das influências possíveis que permeiam a escolha conjugal. Apesar de não ter sido o foco do trabalho, outros fatores influenciam esse processo: aparência física, situação socioeconômica, cultura, etnia, localização e, inclusive, os esquemas iniciais adaptativos.

Por fim, cabe ressaltar que este estudo procurou contribuir para o entendimento da escolha conjugal e da relação com os esquemas iniciais desadaptativos. Compreendendo o papel dos EIDS na escolha conjugal é possível desenvolver métodos de tratamento de casais mais adequados, e também, possibilitar maior comunicação sobre o tema entre psicólogos e profissionais da saúde de diferentes abordagens teóricas do campo da psicologia.

REFERÊNCIAS

ALFERES, Valentin. Atração interpessoal, sexualidade e relações íntimas. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B (Org.). **Psicologia social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. p. 125-158.

ALMEIDA, Thiago de. Processo da escolha conjugal sob a perspectiva da psicanálise vincular. **Pensando fam**, v. 18, n. 1, p. 3-18, jun. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2014000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2016.

ANON, Iara Camaratta. **A escolha do cônjuge**: um entendimento sistêmico e psicodinâmico. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ANON, Iara. Camaratta. **Homem e mulher**: seus vínculos secretos. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

BERENSTEIN, Isidoro. **Mundo interno e mundo vincular**. Barcelona: Contemporânea, 1998.

BECK, A. T.; FREEMAN, A. E DAVIS, D. D. **Terapia cognitiva dos transtornos da personalidade**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BOWLBY, John. **Apego e perda**: apego, a natureza do vínculo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

CALIL, Vera. **Terapia familiar e de casal**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1987.

CARNEIRO, Terezinha. A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. **Psicol. Reflex. Crit.**, v. 10, n. 2, p. 351-368, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721997000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CARNEIRO, Terezinha. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre v. 11, n. 2, p. 379-394, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000200014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 nov. 2015.

CARNEIRO, Terezinha. **Conjugalidade na série identificatória**: experiência amorosa e recriação do eu. Porto Alegre: Pulsional, 2003.

CARTER, Betty, MCGOLDRICK, Mônica. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: Uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

CAZASSA, Milton José; OLIVEIRA, Margareth da Silva. Validação brasileira do questionário de esquemas de Young: forma breve. **Estud. psicol.**, v. 29, n. 1, p. 23-31, mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 nov. 2015.

CHERLIN, Andrew. A desinstituição do casamento americano. New York: **Journal of Marriage and Family**, v. 9, n. 1, p. 440-450, 2004.

COSTA, Gley. **A cena conjugal**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DATTILIO, Frank. **Manual de terapia cognitivo-comportamental para casais e famílias**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

EIGUER, Alberto. **A transmissão do psiquismo entre gerações**: enfoque em terapia familiar psicanalítica. São Paulo: Unimarco, 2006.

FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In: WAGNER, Adriana *et al.* (Org.), **Como se perpetua a família**: A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p. 25-46.

FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana; MOSMANN, Clarisse. The Relationship Between Family-of-Origin and Marital Adjustment for Couples in Brazil. **Journal of Family Psychotherapy**, v. 5, n. 1, p. 170-186, 2008.

FALCKE, Denise; ZORDAN, Eliana. **Arq. bras. psicol.**, v. 62, n. 2, p. 143-155, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672010000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2016.

FREUD, Sigmund. **O ego e os mecanismos de defesa**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1968.

FROMM, Erich. **A Arte de Amar**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

GOMES, Adriana; MELCHIORI, Ligia. **Teoria do Apego no contexto da produção científica contemporânea**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GOMES, Purificacion; PORCHAT, Ieda. **Psicoterapia do casal**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

HIRIGOYEN, Marie. **A violência no casal**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Registro Civil 2014**. Brasil: IBGE; 2014.

KAËS, R. **A negatividade**: problemática geral. São Paulo: USP Psi, 2003.

LIDZ, Theodore. **A pessoa**: seu desenvolvimento durante o ciclo vital. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

LIMA, Gabriela Quadros de. **História de vida e escolha conjugal em mulheres que sofrem violência doméstica**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LOPES, Joana Machado *et al.* O desafio da escolha e a arte de conviver: algumas considerações sobre a Terapia Cognitivo-Comportamental com casais. In: PICCOLOTO, N. M.; WAINER, R.; PICCOLOTO, L. B. (Org.). **Tópicos Especiais em Terapia Cognitivo-Comportamental**, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 20-22.

MAGUIRRE, T. O.; ROGERS W. T. **Proposed solutions for non randomness in educational research**. Canadian: Education, 1989

MASLOW, Abraham. **Motivação e Personalidade**. 2. ed. Nova York: Harper and How, 1970.

MAYOR, Andréa Soutto. **O amor é uma história**: satisfação e complementaridade de papéis no relacionamento conjugal. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo (USP), 2007.

MINUCHIN, Salvador; FISHMAN, Charles. **Técnicas de terapia familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MELO, Maria Luiza da Silveira. **O contato na relação conjugal**. Brasília: UniCEUB – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, 2008.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos estud. CE-BRAP**, São Paulo n. 74, p. 47-65, mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002006000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 jun. 2016.

NERY, Maria. **Vínculo e afetividade**: caminhos das relações humanas. São Paulo: Ágora, 2003.

PAIM, Kelly. A Terapia do Esquema para Casais. In: WAINER, Ricardo *et al.* (Org.). **Terapia cognitiva focada em esquemas**: integração em psicoterapia. Porto Alegre: Artmed, 2015, p. 205-220.

PAIVA, Maria Lucia de Souza Campos. As interfaces na constituição do vínculo conjugal. **Rev. SPAGESP**, v. 10, n. 2, p. 50-55, dez. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167729702009000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 abr. 2016.

PAPALIA, Diane; OLDS, Sally. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PASQUALI, Luiz. **Psicometria**: Teoria dos testes na Psicologia e na Educação. Petrópolis: RJ: Vozes, 2003.

PESTANA, M.; GAGEIRO, J. **Análise de dados para Ciências Sociais**: a complementaridade do SPSS. Lisboa: Silabo, 2003.

POLSTER E.; POLSTER, M. **Gestalt Terapia Integrada**. Belo Horizonte: Interlivros, 2001.

QUISSINI, Cintia; COELHO, Leda Rúbia Maurina. A influência das famílias de origem nas relações conjugais. **Pensando fam.**, v. 18, n. 2, p. 34-47, dez. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em em: 13 mai. 2016.

ROLIM, Kamêni lung; WENDLING, Maria Isabel. A história de nós dois: reflexões acerca da formação e dissolução da conjugalidade. **Psicol. clin.**, v. 25, n. 2, p. 165-180, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010356652013000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 nov. 2015.

SAFRAN, Jeremy; SEGAL, Zindel. **Processo interpessoal na Terapia Cognitiva**. New York: Basic Books, 1996.

SANTOS, Teresa. **Representações sociais acerca do feminino e do masculino**: uma proposta para a co-educação. Uberlândia: Edufu, 2007.

SCRIBEL, Maria do Céu; SANA, Maria Regina; BENEDETTO, Angela Maria. Os esquemas na estruturação do vínculo conjugal. **Rev. bras. ter. cogn.**, v. 3, n. 2, dez. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872007000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2015.

SIEGEL, Daniel. **The developing mind**: how relationships and the brain interact to shape who we are. New York: Guilford Press, 1999.

STERNBERG, Robert. **O triângulo do amor**: intimidade, paixão e compromisso. Barcelona: Paidós, 1989.

STREY, Marlene; SILVA NETO, João; HORTA, Livia. **Família e Gênero**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

TENNANT, Alisson; HOWELL, Kevin. **Using Time, Not Doing Time**: Practitioner Perspectives on Personality. Malden: Atrium, 2010.

WAINER, Ricardo; RIJO, Daniel. O modelo teórico: esquemas iniciais desadaptativos, estilos de enfrentamento e modos esquemáticos. In: WAINER, Ricardo *et al.* (Org.). **Terapia cognitiva focada em esquemas**: integração em psicoterapia. Porto Alegre: Artmed, 2015. p. 47-50.

WELBURN, Kay *et al.* **The Schema questionnaire - short form**: factor analysis and relationship between schemas and symptoms. United States: Cognitive Therapy and Research, 2002.

WILLI, Jurg. **O casal humano**: relação e conflito. 2. ed. Madrid: Morata, 1985.

YOUNG, Jeffrey. **Terapia cognitiva para transtornos da personalidade**: uma abordagem focada em esquemas. Porto Alegre: Artmed, 2003.

YOUNG, Jeffrey; KLOSKO, Janet; WEISHAAR, Marjorie. **Terapia do esquema**: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras. New York: The Guilford Press, 2008.

GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO RECURSO ESTRATÉGICO EM EMPRESAS DO VALE DO RIO DOS SINOS/RS

Destaque em Ciências Sociais Aplicadas

Administração

Kelvin da Silva Penedo¹

Vânia Gisele Bessi²

Iracir Abreu³

Marta Rosecler Bez⁴

¹Graduado em Gestão da Produção Industrial e Graduando de Direito pela Universidade Feevale. Pós-Graduando em Gestão Pública Municipal pela UniPampa. E-mail: Kelvinpenedo@gmail.com.

²Doutora em Administração pela UFRGS. Professora do Mestrado Profissional em Indústria Criativa e do curso de Administração na Universidade Feevale. E-mail: vania@feevale.br.

³Graduada em História pela Unisinos, Graduanda de Recursos Humanos pela Universidade Feevale e Pós-Graduada de Especialização em Mídias para Educação, pela UFRGS. E-mail: iracirdeabreu@feevale.br.

⁴Doutora em Informática na Educação pela UFRGS. Professora do Mestrado Profissional em Indústria Criativa e dos cursos de Ciência da Computação e Sistemas de Informação na Universidade Feevale. E-mail: martabez@gmail.com.

RESUMO

O conhecimento se constitui ativo fundamental no contexto organizacional e é preponderante saber utilizá-lo como um recurso estratégico para a inovação. As organizações que gerenciam adequadamente o conhecimento e que disponibilizam ambientes para a sua criação, se destacam na vantagem competitiva e na inteligência organizacional. O objetivo deste trabalho é identificar práticas de gestão do conhecimento em organizações do Vale do Rio dos Sinos. Tem-se que o conhecimento é um recurso intangível, que reside essencialmente nas pessoas, sendo complexo mensurar ou padronizar. A metodologia utilizada foi pesquisa survey, com abordagem quantitativa, tendo-se obtida de 77 empresas respondentes. Como principais resultados, observou-se que as empresas, em sua maioria, afirmam orientar seus funcionários acerca da importância do armazenamento do conhecimento, porém, não há, por parte da gestão, um sistema que centralize o conhecimento das equipes. O conhecimento armazenado, de acordo com os respondentes, não é compartilhado de maneira satisfatória. Quando existem bases de dados, estas não são consultadas para a tomada de decisões. Cerca de 50% dos gestores responderam que existe, na organização, um ambiente propício para a criação, produção e utilização do conhecimento e que buscam maneiras de aperfeiçoar seu sistema de gestão do conhecimento, sem, no entanto, possuir uma sistemática específica para isso.

Palavras-chave: Gestão. Conhecimento. Gestão do conhecimento. Inovação.

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento, assim como outros elementos intangíveis relacionados, são mais do que a base de operação das empresas, são parte ou totalidade dos produtos que elas ofertam (DAVENPORT; PRUSAK, 2003). Independentemente de quais forem as condições mercadológicas, sociais ou tecnológicas envolvidas, o destaque para a criação e manutenção da vantagem competitiva tende a pertencer às organizações que inovam continuamente (TIDD; BESSANT; PAVITT, 2008).

A inovação é um termo amplamente difundido atualmente, tendo em vista a facilidade de acesso com que tais tecnologias estão disponíveis, como por exemplo: celulares, aplicativos, bem como outros dispositivos móveis.

Empresas inovadoras recorrem a uma combinação de diferentes fontes de tecnologia, informação e conhecimento, tanto de origem interna quanto externa (TIGRE, 2006). Henderson e Clark (1990) afirmam que a inovação dificilmente está associada apenas a uma tecnologia ou mercado, e sim a um conjunto de conhecimentos arranjados em uma dada configuração.

Pensando na realidade das organizações da região do Vale do Rio dos Sinos/RS, pretende-se identificar práticas de gestão do conhecimento em organizações do Vale do Rio dos Sinos, de variados segmentos de atuação.

Esta pesquisa está inserida na linha de pesquisa Gestão e Inovação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Feevale, no Mestrado Profissional em Indústria Criativa (IC).

Para o seu desenvolvimento, fez-se necessário a elaboração de uma pesquisa *survey*, com abordagem quantitativa. As perguntas que contemplaram o questionário foram divididas em blocos, utilizando-se uma escala de concordância. Esse questionário possuía um total de 26 perguntas - abertas e fechadas. A coleta dos dados ocorreu por meio de contato telefônico ou por correio eletrônico (*e-mail*) com o envio do *link* de acesso ao questionário.

Em termos práticos, este estudo oportunizou aos empresários, entender como ocorre a disseminação da gestão do conhecimento nas indústrias do Vale do Sinos. Além disso, contribuiu como base, para futuros trabalhos acadêmicos, no que toca à inovação e gestão do conhecimento em empresas de ramos distintos.

Nas seções que seguem são apresentados os principais conceitos do embasamento teórico da pesquisa: inovação e gestão do conhecimento. Em seguida, serão abordados o método e os procedimentos adotados para a efetiva realização desta pesquisa. Após os procedimentos metodológicos, são apresentados e analisados os resultados, finalizando com as considerações finais.

2 INOVAÇÃO

Schumpeter (1934) é considerado o principal autor sobre inovação, uma vez que o termo passou a ganhar relevância, a partir da publicação, em 1911, do seu livro “A teoria do desenvolvimento econômico”. Segundo esse autor, nas economias capitalistas, o desenvolvimento econômico está diretamente atrelado ao impacto das inovações tecnológicas, por meio de um processo dinâmi-

co, denominado “destruição criativa”, em que as novas tecnologias substituem as antigas. Após as primeiras definições de Schumpeter quanto aos fatores considerados condicionantes para a inovação, verifica-se que diversos autores passaram a conceituar o tema, utilizando outras abordagens e denominações (NODARI, 2010).

O autor também ressaltou o papel do empresário inovador ou empreendedor como figura central e agente econômico que traz novos produtos para o mercado por meio de combinações mais eficientes dos fatores de produção, ou pela aplicação prática de alguma invenção ou inovação tecnológica (SCHUMPE-TER, 1961a). O empresário, na visão schumpeteriana, é tido como figura heroica, distintamente preparada para se aventurar em direção ao desconhecido e suas decisões envolvem risco e incertezas (ROSENBERG, 1976).

Para Rodney (2000), existem três grandes categorias de inovação: a gestão estratégica inovativa, para enfrentar as mudanças ambientais; a gestão de iniciativas de mudança de caráter inovador; e a inovação por meio de criação e aplicação do conhecimento. No entendimento do autor, a construção do conhecimento inclui a criação e reconhecimento do conhecimento que é socialmente construído. Desse modo, as organizações são inovadoras quando permitem que novos conhecimentos sejam reconhecidos e aplicados, tanto em processos quanto em produtos. O envolvimento e o comprometimento de toda a organização com a inovação estão diretamente relacionados à existência de um ambiente inovador (TIDD; BESSANT; PAVITT, 2008).

Schumpeter (1961a) traduz a inovação como: i) introdução de um novo bem ou uma nova qualidade em bens já introduzidos; ii) adoção de um novo método produtivo, sem que necessariamente esse novo processo esteja baseado em descoberta científica; iii) abertura de um novo mercado; iv) exploração de uma nova fonte de suprimento de matérias-primas; v) concepção de uma nova organização de qualquer indústria.

Para complementar o que Schumpeter (1961a) declara, Dosi (1988) afirma que a inovação diz respeito à busca, à descoberta, à experimentação e à adoção de novos produtos, processos e novas formas organizacionais.

Pode-se dizer ainda, que a inovação está diretamente relacionada com a criação de atributos de valor para as organizações, como novos produtos, processos e serviços, desde que os mesmos tenham utilidade real no meio social, ou seja, que proporcione benefícios para a população, no seu conforto, segurança, comodidade, energia, qualidade de vida, entre outros (FREEMAN, 1975).

Drucker (2002) menciona que a inovação é uma ferramenta utilizada pelos empreendedores como uma forma de explorar as mudanças de mercado, visando potencializar a geração de oportunidades de negócio ou serviço diferentes. Dentre as diversas definições disponíveis, um elemento ganha destaque como sendo fator chave para a inovação: introdução de um produto ou serviço com êxito no mercado. Este é um fator considerado imprescindível, pois a inovação irá existir se os novos produtos ou serviços são aceitos comercialmente (DRUCKER, 2002).

É por meio da inovação que novos conhecimentos são criados e difundidos, expandindo o potencial econômico para a criação e o desenvolvimento de novos produtos e de novos métodos produtivos de operação (OCDE, 2005). A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), apresenta, no Manual de Oslo, o seguinte conceito para inovação:

Uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de *marketing*, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas (OCDE, 2005, p. 55).

Segundo esse Manual, tais melhoramentos dependem não só do conhecimento tecnológico como também de outras formas de conhecimento que são utilizadas para desenvolver inovações de produto, processo, marketing e organizacionais.

A solução para um problema tecnológico envolve o uso da informação delimitada a partir de experiência prévia e conhecimento formal. Qualquer que seja a base de conhecimento em que a inovação se projeta, cada atividade de resolução de problemas implica o desenvolvimento e aperfeiçoamento de “modelos” e procedimentos específicos (DOSI, 1988).

3 GESTÃO DO CONHECIMENTO

Vive-se, contemporaneamente, em um momento de transição da economia industrial para a economia do conhecimento. Segundo Raich e Dolan (2010), na economia industrial prevalece o pensamento linear, sequencial e dividido em fases

acerca do mundo. Porém, o que se percebe é que a realidade não é sequencial, sistêmica e assimétrica. O valor da economia atual consiste em conectar o conhecimento tácito a capacidades criativas e empreendedoras. Empreender é a habilidade humana de se apropriar de uma ideia e transformá-la em algo concreto, criando coisas que passam a existir (RAICH; DOLAN, 2010, p. 32).

Segundo Alvarenga Neto (2008), a gestão do conhecimento abrange questões que vão além da informação e do conhecimento nas organizações, tais como: a criação e o uso do conhecimento; gestão da inovação e da criatividade; compartilhamento da informação; aprendizagem organizacional; preocupação com os registros e documentos que resultem na criação e manutenção do conhecimento, fazendo surgir a memória organizacional por meio de repositórios de informação e conhecimento; e a criação de condições favoráveis pela organização, englobando estratégias quanto à política de informação, visão do conhecimento - que é pertinente e que deve ser mantida pela organização, a cultura organizacional e políticas de seleção e contratações de novos colaboradores e a criação e definição de locais ou espaços, reais ou virtuais, de encontro e troca de informações.

Um dos objetivos da gestão do conhecimento é criar condições para que a organização possa utilizar melhor a informação e conhecimento disponíveis. Nas empresas ela é tão importante quanto a gestão da informação, isso porque não se separa informação e conhecimento, uma vez que um alimenta o outro em um processo dual, imprescindível à evolução de ambos.

A informação e o conhecimento têm papel fundamental nos contextos organizacionais, uma vez que todas as atividades desenvolvidas pelas pessoas são subsidiadas por esses elementos, e unidos às tecnologias de informação e de comunicação, edificam uma relação profunda e dependente (DE SORDI, 2008).

O conhecimento não é um dado nem uma informação, embora exista relação com ambos. Segundo Davenport e Prusak (2003), a confusão entre dado, informação e conhecimento, incluindo seus significados e diferenças, acarretam em dispêndios com iniciativas tecnológicas que dificilmente geram resultados satisfatórios. Com isso, os autores alertam: “as empresas investem pesadamente em soluções antes de saber exatamente quais são seus problemas e o resultado, como não poderia deixar de ser, é desastroso” (DAVENPORT; PRUSAK, 2003, p. 1).

A partir de alguns autores, apresenta-se a definição de dado, informação e conhecimento:

O dado é facilmente capturado e permite o desenvolvimento e implementação de estruturas, para seu armazenamento, transferência e processamento. Dados são a matéria-prima da informação, podem ser representados por números, palavras, imagens, dentre outros (DE SORDI, 2008). Ao manipular dados, organizando-os, consolidando-os e atribuindo-lhes um propósito, é que emergem as informações.

A informação é a interpretação de um conjunto de dados orientados por um propósito relevante e de consenso para um grupo ou indivíduo (DE SORDI, 2008). Para Drucker (2000), a informação é dado dotado de relevância e propósito. Pes-

soas transformam dados em informações e a informação pode ser pensada como “dados que fazem a diferença” (DAVENPORT; PRUSAK, 2003, p. 4).

Para que se possam converter dados em informação é preciso conhecimento (DRUCKER, 2000). “O conhecimento, por definição, é especializado” (DRUCKER, 2000, p. 13), é a informação mais valiosa, inserida em um contexto, com atribuição de significado e interpretação. Significa que “alguém refletiu sobre o conhecimento, acrescentou a ele sua própria sabedoria, considerou suas implicações mais amplas” (DAVENPORT, 2000, p. 19).

A geração do conhecimento ocorre quando o indivíduo tem ciência de fatos, de verdades e de informações que agregados às suas experiências anteriores, são processados, segundo sua capacidade de raciocínio, introspecção e reflexão (DE SORDI, 2008).

Para Nonaka e Takeuchi (2008), em um ambiente de incertezas, o conhecimento é fonte certa de vantagem competitiva duradoura. Para esses autores, as empresas bem-sucedidas são as que criam, constantemente, novos conhecimentos, disseminando-os pela organização e os incorporam imediatamente em novas tecnologias e produtos.

Da criação do conhecimento resultam novos conhecimentos que “levam a inovações, novos produtos e novas capacidades organizacionais” (CHOO, 2006, p. 53).

Para entender como o conhecimento é criado, em seguida são abordadas as ferramentas tecnológicas como apoio a gestão do conhecimento, segundo a teoria de criação do conhecimento organizacional de Nonaka e Takeuchi (2009).

3.1 FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS COMO APOIO A GESTÃO DO CONHECIMENTO

O mercado econômico, político e social, no que se refere a um contexto mundial vem sofrendo diversas modificações, o que indica a necessidade de novas estratégias para a adaptação a todas essas mudanças (LEHMKUHL, 2008).

A gestão do conhecimento se estabeleceu como um importante recurso para as organizações. A forma como é gerenciada a organização, como o trabalho está ocorrendo e em que etapa se encontra um projeto é essencial para que se possam aplicar processos de inovação (GONÇALVES, 2006).

Segundo pesquisa de Rains (2013), 78% das empresas possuem uma base de conhecimento para suporte da equipe; 38% delas disponibiliza uma base de conhecimento para seus clientes. Ainda na mesma pesquisa surge como um ponto de desafio em que 49% relutem em usar uma base de conhecimento, 48% de qualidade de conteúdo na base e 47% de pesquisabilidade do conteúdo. São esses elementos apresentados na teoria que buscou-se identificar e analisar como ocorre a gestão do conhecimento nas empresas entrevistadas. Para que isso fosse possível, alguns procedimentos metodológicos foram adotados.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção traz o detalhamento do método de pesquisa utilizado para este artigo e que serve de sustentação metodológica à construção da pesquisa. Para

tanto, serão apresentadas as estratégias utilizadas, o plano de coleta, a análise e a interpretação dos dados.

O objetivo da metodologia é o aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios adotados na pesquisa e o método é o caminho que conduz a determinado fim ou objetivo (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

O método empregado em uma pesquisa pode ser definido como um dispositivo ordenado, sendo um conjunto de procedimentos sistemáticos que o pesquisador emprega para obter o conhecimento adequado do problema que se propõe a resolver (YIN, 2005).

Por isso, a metodologia utilizada foi uma pesquisa *survey*, com interesse de produzir descrições quantitativas de indústrias de variados segmentos, do Vale do Sinos. Pinsonneault e Kraemer (1993) afirmam que esse tipo de pesquisa pode ser descrita como a obtenção de dados, informações ou opiniões de determinados grupos, por meio de um instrumento de pesquisa que, normalmente, é um questionário.

Quanto a sua classificação, é possível afirmar que se trata de uma pesquisa com objetivo descritivo. Os resultados de pesquisas descritivas costumam identificar componentes, padrões, sistemas e estruturas (KARLSSON, 2009). Esse tipo de estudo tem o intuito de descrever uma situação (HAIR JR. *et al.*, 2005).

Para a coleta dos dados, inicialmente, criou-se um banco de dados de empresas da região abrangente pelo Rio dos Sinos. Os dois meios de coleta de dados foram: entrevistas por telefone; e entrevistas por *e-mail*, nas quais era enviado o *link* de acesso ao questionário.

As entrevistas por telefone consistiram em telefonar para a amostra de entrevistados desejada e realizar uma série de perguntas. O entrevistador fez o uso do questionário e anotava as respostas dos respondentes. Esse é um meio de pesquisa que possui certa dificuldade pois, geralmente, o gestor da empresa é o solicitado a responder (MALHOTRA, 2012).

Para realizar uma pesquisa via correio eletrônico, é necessário fazer um levantamento de endereços eletrônicos. A pesquisa é redigida no corpo do *e-mail* e enviada aos entrevistados e público-alvo, pela internet. Os entrevistados digitam suas respostas nos campos indicados e ao final clicam em “responder” (MALHOTRA, 2012).

O questionário, para levantamento dos dados a serem analisados sobre as empresas, foi dividido em dois blocos, utilizando-se de uma escala de concordância, por meio de perguntas abertas e fechadas, totalizando 26.

O questionário é um conjunto formal de perguntas cuja finalidade é obter informações dos entrevistados e possui três objetivos: transformar a informação desejada em um conjunto de perguntas específicas que os entrevistados tenham condições de responder; necessita motivar e incentivar o entrevistado a se deixar envolver, a cooperar e a completar a entrevista; e deve sempre minimizar o erro de resposta, ou seja, quando o entrevistado dá respostas imprecisas ou analisadas incorretamente (MALHOTRA, 2012).

Para esta pesquisa, foram cadastrados cerca de oitocentos endereços eletrônicos. Foram realizadas, em média, quatrocentas ligações entre os meses de

abril e junho de 2016. Ao final desse período de prospecção das respostas, obtiveram-se apenas setenta e sete respostas ao questionário, somando as entrevistas por telefone e *e-mail*, cujo objetivo era identificar as práticas de gestão do conhecimento em organizações do Vale do Rio dos Sinos. Com relação aos retornos, “em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 203).

Esta população de respondentes caracterizou uma amostra não probabilística por conveniência, em que, segundo Honorato (2004), esse tipo de amostra é fácil de ser avaliada, pois pode oferecer boas estimativas das características da população, mas não permitem uma avaliação objetiva da precisão dos resultados amostrais.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta e discute os resultados encontrados na pesquisa, acerca da gestão do conhecimento em organizações do Vale do Rio dos Sinos, e em seguida, a abordagem dos resultados da pesquisa *survey*. Para tanto, serão analisadas as respostas dos gestores das indústrias participantes, com o intuito de se alcançar o objetivo deste trabalho.

O questionário sobre gestão do conhecimento foi elaborado a partir de um *brainstorming* sobre informações que poderiam contribuir para o desenvolvimento da pesquisa, dentro das organizações. Em seguida, foi realizado um levantamento dos endereços eletrônicos e contatos das empresas-alvo.

O primeiro bloco do questionário foi composto de perguntas que tinham a finalidade de conhecer o perfil dos gestores respondentes, bem como as empresas a serem analisadas. A pesquisa obteve 77 respondentes, na qual se percebeu que o segmento de atuação das organizações é bem variado.

O ramo metalúrgico foi o mais expressivo dos respondentes, seguido pelo de prestação de serviços e do coureiro-calçadista. Além desses três segmentos, a pesquisa foi respondida, também, no ramo: automotivo; contábil; comércio; moveleiro; transporte; químico; seguros; fabricantes de bombas aquáticas, máquinas; e têxtil.

No que diz respeito ao tempo de atuação dos gestores respondentes nas indústrias analisadas obteve-se a seguinte dimensão, apresentada através do Quadro 1.

0 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 15 anos	Acima de 16 anos
36%	18%	15%	31%

Quadro 1 - Tempo que os gestores trabalham na empresa
Fonte: Elaborado pelos autores

Através de Quadro 1, percebe-se que a maioria dos gestores trabalham 5 anos ou menos na empresa, correspondendo a 36% e que 31% deles trabalham há 16 anos ou mais. Esse fator mostra que muitas empresas não mantêm profissionais à linha de frente da organização por um longo período de tempo, para que

Fonte da Empresa	Número de Colaboradores
Microempresa	Até 19
Empresa de Pequeno Porte	20 a 99
Empresa de Médio Porte	100 a 499
Empresa de Grande Porte	>499

Quadro 2 - Classificação do porte das empresas
Fonte: Adaptado de SEBRAE

não haja estagnação de ideias e maneiras de conduzir. Entretanto, outras empresas optam e até preferem manter estes gestores no comando, justamente por ser um colaborador antigo e que já conhece a política e andamento das rotinas.

No Quadro 2 apresenta-se a classificação do porte das empresas pesquisadas, de acordo com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

De acordo com a classificação do SEBRAE, mostrada no Quadro 2, nota-se que das empresas pesquisadas, 45% são de pequeno porte, 44% são microempresas, 7% empresas de médio porte e apenas 4% são de grande porte. Com isso, nota-se que a parte mais expressiva das empresas investigadas detém um quadro baixo de funcionários, classificando-as como microempresa, possuindo até dezoito colaboradores.

Quando questionados “há quanto tempo existe a organização”, os gestores das empresas responderam o seguinte, demonstrado no Quadro 3.

Seguindo o andamento do questionário, no segundo bloco, foram feitas 12 perguntas para esclarecer de que maneira ocorre a gestão do conhecimen-

Tabela 1 – Gestão do conhecimento parte 1

(continua)

Questões	Concordo plenamente (%)	Concordo em partes (%)	Nem concordo nem discordo (%)	Discordo em partes (%)	Discordo plenamente (%)
1. A empresa orienta seus funcionários da importância do armazenamento do conhecimento.	44,2	40,3	5,2	6,5	3,9
2. Existe na empresa a preocupação em oferecer suporte e/ferramentas para que seus funcionários armazenem o conhecimento.					
3. Existe suporte e/ferramentas para que seus funcionários armazenem o conhecimento.	53,3	31,2	11,7	3,9	0
4. Existe, na empresa, um espaço (sistema) para centralizar o conhecimento das equipes.	27,3	40,3	6,5	5,2	20,8
5. A empresa consegue compartilhar de maneira satisfatória o conhecimento armazenado, quando necessário.	33,8	49,4	10,4	2,6	3,9
6. A empresa consulta sua base de conhecimento armazenado, antes de tomar decisões.	42,9	42,9	6,5	0	7,8

(conclusão)

Questões	Concordo plenamente (%)	Concordo em partes (%)	Nem concordo nem discordo (%)	Discordo em partes (%)	Discordo plenamente (%)
7. Materiais, documentos e e-mails importantes, relacionados a área da empresa, são arquivados junto a uma base de dados unificada.	55	20,8	10,4	1,3	11,7
8. Com relação ao armazenamento e compartilhamento do conhecimento da empresa, existe um sistema organizado.	48,1	31,2	10,4	1,3	9,1
9. A empresa faz distinções no armazenamento de conhecimento tácito e conhecimento explícito.	31,2	37,7	11,7	6,5	13

Fonte: Elaborado pelos autores, de acordo com os dados da pesquisa

to dentro das organizações. As perguntas eram por classificação, em que, para cada uma delas, o respondente deveria classificá-la como: concorda plenamente; concorda em partes; nem concorda nem discorda; discorda em partes; e discorda plenamente. Na Tabela 1, apresenta-se a primeira parte destas doze perguntas do primeiro bloco do questionário.

Um dos objetivos do armazenamento do conhecimento é criar condições para que a organização possa utilizar melhor o conhecimento disponível e facilitar a tomada de decisões. Assim, foi questionado, aos gestores, se a empresa

a que administra orienta os seus funcionários sobre importância do armazenamento do conhecimento. Verificou-se que 42% deles concordaram plenamente, afirmando que sim, a empresa orienta sobre essa importância, entretanto, 4% dos gestores não orientam seus colaboradores.

Quando perguntados se existe na empresa a preocupação em oferecer suporte e/ou ferramentas para que seus funcionários armazenem o conhecimento, os mesmos 42% afirmaram que existe essa preocupação.

Raich e Dolan, (2010) afirmam que é necessário que as organizações se abastecem de criatividade para procurar as novas soluções e implementá-las. Por esse motivo, notou-se que 39% dos gestores concordam em parte quanto a existir, na empresa, um espaço (sistema) para centralizar o conhecimento das equipes. Já as que não possuem estes ambientes de centralização do conhecimento, correspondem a 21% das empresas questionadas.

O armazenamento do conhecimento, pode ser utilizado como um banco de dados para ser consultado na hora da tomada de decisão. Quanto ao compartilhamento do conhecimento armazenado, a metade dos gestores respondeu que concordam em parte, mas estes 50% afirmam que é importante a consulta desses dados, antes de efetuar qualquer decisão e também afirmam que esse armazenamento e compartilhamento do conhecimento da empresa é realizado de maneira organizada.

Quanto ao conhecimento tácito - informal, altamente pessoal, vinculado aos sentidos, à percepção individual - e o conhecimento explícito - formal e siste-

mático, que pode ser facilmente registrado, expresso em forma de palavras, números, desenhos, símbolos, objetos ou artefatos - foi questionado aos gestores: “a empresa faz distinções no armazenamento de conhecimento tácito e conhecimento explícito? Através das respostas, verificou-se que cerca de 40% das empresas concordam em parte, quanto à distinção no armazenamento do conhecimento tácito do explícito e, em contrapartida, 15% disseram não haver essa distinção entre ambos. Na Tabela 2, é apresentada a segunda parte das doze perguntas que englobaram o primeiro bloco de questões acerca da gestão do conhecimento.

Tabela 2 - Gestão do conhecimento parte 2

(continua)

Questões	Concordo plenamente (%)	Concordo em partes (%)	Nem concordo nem discordo (%)	Discordo em partes (%)	Discordo plenamente (%)
9. Existe na empresa um sistema que separa o conhecimento (como palavra-chave, tipo de documento etc.), no momento do armazenamento.	23,4	23,4	9,1	3,9	40,3
10. A empresa faz registros de conhecimento tácito (implícito) como situações distintas ocorridas.	19,5	33,8	13	10,4	23,4

(conclusão)

Questões	Concordo plenamente (%)	Concordo em partes (%)	Nem concordo nem discordo (%)	Discordo em partes (%)	Discordo plenamente (%)
11. Existe na empresa um ambiente propício para a criação, produção e utilização do conhecimento.	45,5	29,9	6,5	5,2	13
12. A empresa busca maneiras de aperfeiçoar seu sistema de gestão do conhecimento.	53,2	36,4	2,6	5,2	2,6

Fonte: Elaborado pelos autores, de acordo com os dados da pesquisa

De acordo com os resultados da pesquisa, descritos na Tabela 2, percebe-se que mais de 40% das empresas, quando armazenam as informações, não fazem a separação do conhecimento por palavras-chave, tipo de conhecimento ou mesmo um código de acesso. No entanto, 15% das empresas afirmam que há essa separação em seus sistemas.

O conhecimento tácito, como se observa na Tabela 2, não é registrado como situações distintas ocorridas pelas empresas. Esta situação compreende 25% da realidade das indústrias do Vale do Rio dos Sinos, que foram investigadas neste estudo.

Em desfecho à análise e discussão dos dados apresentados, percebeu-se que as organizações estão buscando maneiras de aperfeiçoar seu sistema de gestão do conhecimento, na qual 50% dos gestores respondentes afirmaram isso e somente 3% das empresas não estão em busca de aperfeiçoamento do seu sistema de gestão.

Uma ideia sempre é bem recebida, e cada vez mais as empresas estão se preocupando em ter espaços físicos para que essa criação seja desenvolvida pelos colaboradores. Isso pode ser percebido por meio das respostas dos gestores na pesquisa, na qual quase metade dos respondentes afirmaram que existe um ambiente propício para a criação, produção e utilização do conhecimento, nas indústrias geridas por eles.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo identificar práticas de gestão do conhecimento em organizações do Vale do Rio dos Sinos.

As respostas ao questionário proposto denotam que uma amostra expressiva das empresas respondentes sabe o que é e como ocorre a gestão do conhecimento, mas não realizam nenhuma ação na prática. Grande parte afirma orientar seus funcionários acerca da importância do armazenamento do conhecimento, porém, não há um sistema que o centralize para as suas equipes.

Por meio deste estudo, pôde-se perceber que não existe a preocupação em sistematizar esses conhecimentos produzidos pelos colaboradores das empre-

sas. Também, articula-se que o conhecimento tácito é aquele que mais é produzido pelos funcionários, mas não há a atenção em armazená-lo.

Esses conhecimentos são, expressivamente, o poder de barganha do colaborador, ou seja, ele se destaca e garante uma posição em virtude de possuir um conhecimento único, atrelado a suas funções no cargo ou na função que exerce. Tal fato garante a permanência dele na organização e faz com que a empresa fique atrelada a esse funcionário, não podendo substituí-lo, justamente, por não conseguir suprir e exercer as funções dele, em sua ausência.

Outro fator preocupante, percebido nesta pesquisa, é que as empresas demonstram não saber fazer a separação entre informação e conhecimento, pois quando as informações são interligadas, estas podem ser usadas em um determinado ramo de atividade, gerando assim, o conhecimento em proveito da organização.

O estudo mostrou-se relevante no sentido de identificar as práticas de gestão do conhecimento que as empresas do Vale do Rio dos Sinos, questionadas na pesquisa, utilizam. Além disso, serviu para entender essas carências, bem como suas limitações, no que diz respeito ao gerenciamento da gestão, internamente.

Finalizando, ressaltam-se as limitações do estudo, que se concentraram na dificuldade de contatar os gestores das empresas, via telefonema. Não houve participação *in loco* nas indústrias, fazendo com que a análise permanesse superficial, não sendo possível aprofundar a pesquisa.

Com isso, constitui-se como desafio para futuros trabalhos pensar em como ocorre o gerenciamento das ideias e também de se fazer comparativos

- para verificar semelhanças ou diferenciações - entre as demais regiões do estado do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA NETO, R. C. D. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Gestão do conhecimento em organizações proposta de mapeamento conceitual integrativo**. 2005, 400 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais.

CHOO, C. W. **A Organização do Conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da Informação**: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. 3. ed. São Paulo: Futura, 2000.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento Empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. 12. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

DE SORDI, J. O. **Administração da informação**: fundamentos e práticas para uma nova gestão do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2008.

DOSI, G. Sources, Procedures, and Microeconomic Effects of Innovation. **Journal of Economic Literature**, v. 26, p. 1120-1171, 1988.

DRUCKER, P. F. O advento da nova organização. In: Gestão do conhecimento. **Harvard Business Review**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

FREEMAN, C; SOETE, L. **A economia da inovação industrial**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

GONÇALVES, Alexandre L. A Text Mining Approach towards Knowledge Management Applications. In: **Proceedings of the International Workshop on Information Retrieval on Current Research Information Systems (CRIS-IR)**, Denmark. 2006.

HAIR JR., J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HENDERSON, R.; CLARK, K. Architectural innovation: the reconfiguration of existing product technologies and the failure of established firms. **Administrative Science Quarterly**, v. 9, p. 9-30, 1990.

HONORATO, G. **Conhecendo o Marketing**. São Paulo: Manoelle Ltda, 2004.

KARLSSON, C. **Researching Operations Management**. New York: Routledge, 2009.

LEHMKUHL, Giuvania T. *et al.* O papel da tecnologia da informação como auxílio à engenharia e gestão do conhecimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2008.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **The knowledge-creating company: how japanese companies create the dynamics of innovation**. Nova York: Oxford University Press, 1995.

_____. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

_____. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

OCDE. Manual de Oslo. **Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3. ed. Finep, 2005.

PINSONNEAULT, A.; KRAEMER, K. L. Survey research em management information systems: an assussement. **Journal of Management Information System**, 1993.

RAICH, M.; DOLAN, S. **Adiante: as empresas e a sociedade em transformação**. São Paulo: Saraiva, 2010.

RAINS, Jenny. Knowledge Management in Technical Support. **HDI Research Corner**. 2013. Disponível em: Acesso em: 26 Dez. 2016.

RODNEY, McAdam. **Knowledge management as a catalyst for innovation within organizations: a qualitative study**. Knowledge and Process Management, 2000, p. 233.

ROSENBERG, N. On Technological Expectations. **The Economic Journal**. n. 86, p. 523-575, 1976.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development**. Cambridge: Harvard University Press, 1912.

_____. **Business cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process**. New York: McGraw-Hill, 1934.

_____. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961a.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Gestão da inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TIGRE, P. B. **Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. São Paulo: Bockman, 2005.

GRAU DE ADERÊNCIA À NORMA CONTÁBIL IFRS 7 E AOS PRINCÍPIOS DO COMITÊ DE BASILEIA: UM ESTUDO COM ENFOQUE NO RISCO DE LIQUIDEZ DOS BANCOS BRASILEIROS

Destaque em Ciências Sociais Aplicadas

Ciências Contábeis

Monique Heck Brill¹

Aline Nast Lima de Lemos²

¹Bacharel do curso de Ciências Contábeis da Universidade Feevale. Email: moniquebrill@hotmail.com.

²Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e professora da Universidade Feevale. Email: alinelima@feevale.br.

RESUMO

No sistema financeiro, é fundamental que exista a gestão dos riscos. Uma vez que não é possível eliminá-los, torna-se importante a adoção de medidas para minimizá-los. Dessa maneira, alguns órgãos responsáveis pela normatização e fiscalização das operações bancárias têm adotado medidas para garantir que os usuários das demonstrações financeiras recebam informações claras e que sejam capazes de expressar a real situação dessas companhias. Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é verificar o grau de aderência das demonstrações contábeis dos bancos brasileiros à norma contábil IFRS 7 (instrumentos financeiros: evidenciação) e aos Princípios do Comitê de Basileia com foco no risco de liquidez. Quanto ao desenvolvimento metodológico, a pesquisa é aplicada e descritiva, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental. O problema foi abordado de forma quantitativa e qualitativa. A amostra do estudo é composta por oito instituições financeiras do segmento banco da BM&FBOVESPA. Os resultados sugerem que os bancos que fazem parte do Índice Ibovespa apresentam um grau de aderência às normas analisadas mais elevado em comparação aos bancos com menor patrimônio líquido em 31/12/2015, apesar de as diferenças não serem significativas.

Palavras-chave: Bancos. Basileia. Grau de aderência. IFRS. Riscos.

1 INTRODUÇÃO

No sistema financeiro, é fundamental que exista gestão dos riscos. Dado que não é possível eliminá-los, é necessária a adoção de medidas para minimizá-los, visto que em uma gestão eficiente de riscos é imprescindível que os bancos sejam competitivos e tracem suas estratégias. Nesse sentido, a gestão do risco de liquidez é fundamental para a saúde financeira dos bancos, sendo primordial que eles apresentem um elevado nível de liquidez para assim garantir a estabilidade do sistema financeiro.

Considerando essa perspectiva, alguns órgãos, como o Comitê de Basileia, o Banco Central do Brasil (BACEN), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), responsáveis pela normatização e fiscalização das operações bancárias, têm adotado medidas para garantir que os usuários das demonstrações financeiras dessas entidades recebam informações claras e que sejam capazes de expressar a real situação delas para que assim o risco de liquidez seja auferido com segurança (MARTINS; PEREIRA; CAPELLETTO, 2011). Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo verificar o grau de aderência das demonstrações contábeis dos bancos brasileiros à norma contábil IFRS 7 (instrumentos financeiros: evidenciação) e aos Princípios do Comitê de Basileia com foco no risco de liquidez.

A principal relevância desta pesquisa consiste em estabelecer uma comparação entre os maiores e menores bancos selecionados da BM&FBOVESPA e, com base nos resultados, averiguar se o tamanho da instituição financeira interfere

na evidenciação de suas informações. Dessa maneira, espera-se contribuir com a ampliação do conhecimento sobre o grau de aderência das demonstrações contábeis dos bancos brasileiros à norma contábil IFRS 7 (instrumentos financeiros: evidenciação) e aos Princípios do Comitê de Basileia, dando continuidade ao estudo realizado por Martins, Pereira e Capelletto (2010) e aplicando a metodologia a um cenário econômico atual.

A pesquisa desenvolvida é aplicada, descritiva, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental. O estudo pode ser definido como quantitativo e qualitativo. A amostra da pesquisa é formada por oito instituições financeiras do segmento banco da BM&FBOVESPA, sendo delimitada pelos quatro bancos que fazem parte do Índice Ibovespa, enquanto o restante da amostra é composto pelos quatro bancos que fazem parte do mercado de capitais, mas apresentam o menor patrimônio líquido em 31/12/2015, entre todo o segmento bancos da BM&FBOVESPA. A seguir, é apresentada a base teórica na qual se fundamenta este estudo.

2 RERERENCAIL TEÓRICO

2.1 IFRS 7 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS: EVIDENCIAÇÃO

Conforme Deloitte (2014), o objetivo da IFRS 7 é determinar que as divulgações proporcionem aos usuários das demonstrações financeiras a capacidade de avaliar a relevância dos instrumentos financeiros para uma instituição, assim como a extensão e natureza de riscos e o modo como essa instituição realiza o gerencia-

mento desses riscos. A IFRS faz diversas exigências quanto às divulgações de informação dos instrumentos financeiros envolvendo a situação financeira e patrimonial da entidade e quanto ao seu desempenho. Essas exigências abrangem:

- divulgação relacionada à posição financeira da entidade – inclusive informações sobre os ativos e passivos financeiros por categoria, divulgações especiais quando a opção pelo valor justo é usada, reclassificações, baixa dos ativos e passivos financeiros, ativos dados em garantia, derivativos embutidos, violação de termos contratuais e compensação de ativos e passivos financeiros;
- divulgações relacionadas ao desempenho da entidade no período – inclusive informações sobre receita reconhecida, despesas, ganhos - e perdas; despesas e receitas de juros; receitas de honorários; e perdas por redução do valor recuperável dos ativos (*impairment*); e
- outras divulgações – inclusive informação sobre políticas contábeis, contabilização de hedge (*hedge accounting*) e os valores justos de cada classe de ativo e passivo financeiro (DELLOITTE, 2014, p. 58).

Outras informações que são exigidas pela IFRS 7, segundo Deloitte (2014), referem-se aos riscos que sucedem dos instrumentos financeiros, incluindo sua extensão e natureza, a saber: i) divulgações qualitativas, as quais descrevem cada classe de risco e a forma de seu gerenciamento; ii) divulgações quantitativas, abordando cada classe de risco, sendo separadas por risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A IFRS 7 foi replicada e traduzida pelo CPC em seu pronunciamento técnico CPC 40. Conforme Martins, Pereira e Capelletto (2011, p. 6), “trata da evidenciação

de instrumentos financeiros relativa à necessidade de descrição da forma como a organização administra o risco de liquidez inerente aos passivos financeiros”. Salienta-se que o risco de liquidez é definido pelo BACEN na resolução nº 4.090 (2012, p. 1) em seu 2º artigo como:

- I - a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- II - a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O CPC 40 (2012, p. 3) propõe uma série de divulgações:

- (a) relevância de instrumentos financeiros para a posição patrimonial e desempenho financeiro da entidade.
- (b) informações qualitativas e quantitativas sobre exposição a riscos decorrentes de instrumentos financeiros, incluindo divulgações mínimas específicas sobre risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. As divulgações qualitativas descrevem os objetivos, políticas e processos da administração para gerenciar esses riscos. As divulgações quantitativas fornecem informações sobre a extensão em que a entidade está exposta a riscos, com base nas informações fornecidas internamente ao pessoal chave da administração da entidade. Em conjunto, essas divulgações fornecem uma visão geral do uso, pela entidade, de instrumentos financeiros e das exposições a riscos que eles criam.

O objetivo do CPC 40 (2012) consiste em exigir que a entidade divulgue informações em suas demonstrações contábeis para que os usuários tenham a capacidade de avaliar a significância do instrumento financeiro tanto para a posição patrimonial e financeira quanto para o desempenho da entidade. Também prevê a divulgação da natureza e da extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros aos quais está exposta durante o período e ao fim do período contábil, avaliando-se o modo como a instituição administra esses riscos.

2.2 PRINCÍPIOS DO COMITÊ DE BASILEIA

Segundo o Banco Central do Brasil (BACEN, 2016), em 1975, foi criado o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, *Basel Committee on Banking Supervision* (BCBS), vinculado ao *Bank for International Settlements* (BIS) e formado pelos bancos centrais dos países integrantes do Grupo dos Dez (G10).

Conforme a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA, 2010), o Comitê de Basileia é o principal formulador de propostas de regulação bancária internacional de natureza prudencial, tendo sido criado pela necessidade de alguma instância para consulta e discussão entre reguladores. Assim foi projetado o Comitê de Basileia, que assumiu função internacional.

Apesar de o Comitê de Basileia ter sido criado em 1975, foi somente no ano de 1988 que o BCBS divulgou o primeiro Acordo de Capital de Basileia, oficialmente denominado *International Convergence of Capital Measurement and Capital*

Standards, que tinha como objetivo principal estabelecer exigências mínimas de capital para instituições financeiras como forma de controlar ao risco de crédito.

No Brasil, o Acordo de Basileia I foi implementado por meio da Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, sendo estabelecida a exigência de capital mínimo para as instituições financeiras que varia em função do grau de risco de suas operações ativas. O intuito do Acordo de Basileia I era reforçar a saúde e o equilíbrio do sistema bancário internacional, considerando as aplicações em bancos de variados países, para, assim, neutralizar a diferença competitiva entre os bancos internacionais (BACEN, 2016).

No Acordo de Basileia I, foram desenvolvidos três conceitos novos para o sistema bancário, segundo Assaf Neto (2012, p. 158), sendo eles:

- Capital Regulatório, que representa o capital próprio mínimo necessário para a proteção de ativos de risco.
- Ativos Ponderados pelo Risco, calculados pela aplicação de fatores de ponderação sobre os ativos expostos ao risco. Essa ponderação é feita por diferentes pesos estabelecidos pelo regulador.
- Índice de Basileia, identificado pela relação entre o capital regulatório e os ativos ponderados pelo risco.

Conforme o autor, no Acordo de Basileia I foi definido que o capital próprio mínimo seria de 8%, calculado sobre os ativos ponderados pelo risco. Quanto maior for o índice de Basileia de um banco, menor será a probabilidade de insolvência.

Com o passar dos anos, ocorreram mudanças significativas no mercado bancário, como no gerenciamento de risco, supervisão bancária e mercado financeiro. Em virtude dessas mudanças, o Comitê de Basileia reformulou o acordo envolvendo essas questões que não haviam sido analisadas anteriormente. Assim, em 2004, surgiu o Acordo de Basileia II, que tem por objetivo complementar o Basileia I (ANBIMA, 2010).

O Acordo de Basileia II tem como objetivo prosseguir com a segurança e a solidez do sistema financeiro, mantendo a igualdade competitiva e buscando uma maneira de abranger mais os riscos, de modo que isso resulte positivamente no sistema bancário internacional, segundo enfatiza Peppe (2006).

O Acordo de Basileia II é direcionado aos grandes bancos, tendo como base, além dos Princípios Essenciais para uma Supervisão Bancária Eficaz (Princípios da Basileia), três pilares mutuamente complementares (BACEN, 2016):

- **Pilar I** – requerimentos de capital: nesse pilar constam as exigências de capital mínimo e os resultados verificáveis em função da prática efetiva, com base no risco de crédito considerado no acordo original e no risco operacional, o qual, segundo Mendonça (2004), é uma novidade desse acordo. Conforme Assaf Neto (2012), o percentual mínimo de capitalização foi mantido em 8%. No Brasil, em função da instabilidade econômica internacional, o Banco Central determinou o aumento do percentual para 11%.

- **Pilar II** – revisão pela supervisão do processo de avaliação da adequação de capital dos bancos: conforme a ANBIMA (2010), nesse pilar são estabelecidas as responsabilidades e o papel do supervisor no Basileia II, sendo maiores que as de sistema anteriores, podendo ser aplicadas às instituições mais sofisticadas. Caberia ao supervisor (ANBIMA, 2010, p. 19):

1. avaliar a qualidade dos sistemas de mensuração e administração de riscos, das bases de dados e da qualificação do pessoal dedicado a essas tarefas;
2. avaliar a eficiência da inserção das informações geradas por aquele sistema na definição de estratégias operacionais dos bancos; e
3. determinar as medidas necessárias à consideração de outros riscos, não explicitados no Acordo, como, por exemplo, os riscos de liquidez ou o de concentração de empréstimos em número reduzido de tomadores.

Ainda segundo Anbima (2010), a principal responsabilidade do supervisor é determinar as exigências de capital regulatório, atribuindo-lhe o poder de determinar exigências adicionais.

- **Pilar III** – disciplina de mercado: Mendonça (2004) descreve que esse pilar é considerado uma complementação dos requerimentos de capital e do processo de revisão da supervisão, a partir do desenvolvimento de regras que estimulem que as informações de perfis e riscos sejam amplamente divulgadas.

Conforme a ANBIMA (2010, p. 19), “o Pilar III, estabelece exigências de divulgação de informações de cada banco, de modo a permitir que o público exerça pressão sobre essas instituições no próprio mercado”.

Em 2010, em virtude de os Acordos de Basileia I e II não terem suprido a regulamentação necessária para evitar práticas ousadas dos bancos, os países que integram o G20 realizam um pacto para realizar uma reforma no sistema bancário e em suas maiores instituições de crédito, surgindo assim o Acordo de Basileia III, conforme relatam Leite e Reis (2013). Outro fator que impulsionou a criação do novo acordo, segundo Assaf Neto (2012), foi a crise do sistema financeiro mundial em 2008 e 2009.

O Basileia III, segundo a ANBIMA (2010), não se trata de um novo acordo, mas sim de um conjunto de medidas que são acrescentadas ao Basileia II em decorrência de alguns fracassos, visto que, frente às crises financeiras, os procedimentos adotados no Basileia II mostraram-se insuficientes. Logo, o Basileia III mostra-se mais eficaz para controlar a instabilidade dos mercados financeiros, podendo evitar a ocorrência de crises mais graves.

Com o novo acordo, espera-se um reforço dos requisitos de capital próprio para, então, aumentar a qualidade de fundos próprios e reduzir o risco sistêmico. Os objetivos que se destacam, conforme Leite e Reis (2013, p. 10), são os seguintes:

- Aumentar a qualidade do capital disponível de modo a assegurar que os bancos lidem melhor com as perdas;

- Aumentar os requerimentos mínimos de capital, incluindo um aumento no capital principal de 2% para 4,5%;
- Criar um colchão de conservação de capital e um colchão anticíclico de capital, ambos em 2,5% cada;
- Diversificar a cobertura do risco, incorporando as atividades de trading, securitizações, exposições fora do balanço e derivativos;
- Introduzir uma taxa de alavancagem para o sistema e medidas sobre requerimentos mínimos de liquidez, tanto para o curto quanto (LCR) para o longo prazo (NSFR);
- Aumentar a importância dos pilares II e III do acordo anterior no processo de supervisão e de transparência. Para isso, o comitê propõe práticas para a gestão de liquidez, realização dos testes de estresse, governança corporativa e práticas de avaliação de ativos. Ainda, há a preocupação com a gestão e concentração de risco além da promoção de incentivos para que os bancos tenham uma melhor administração do risco e retorno orientados para o longo prazo.

No Acordo de Basileia, firmado em 2010, houve o acréscimo de medidas para o controle da liquidez. A ANBIMA (2010) enfatiza que o comitê sugere duas medidas de risco para racionalizar o acompanhamento da liquidez, sendo elas a taxa de cobertura de liquidez, que é quociente entre o estoque de ativos líquidos de alta qualidade e as saídas de caixa em um período de trinta dias e a taxa de financiamento líquido estável, que é calculada pela razão entre a quantidade disponível de financiamento estável e o valor requerido de financiamento estável.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa desenvolvida é aplicada e descritiva, uma vez que pretende evidenciar o grau de aderência das demonstrações contábeis dos bancos brasileiros à norma contábil IFRS 7 (instrumentos financeiros: evidenciação) e aos Princípios do Comitê de Basileia para que os investidores possam avaliar o nível de cumprimento dessas normas. Quanto aos procedimentos, utiliza a pesquisa bibliográfica e documental. No que tange à abordagem do problema, é quantitativa, pois são calculados os quocientes de cobertura de juros com o caixa. Também é classificada como qualitativa, visto que estabelece uma relação entre as exigências legais e as informações realmente evidenciadas nas demonstrações contábeis e financeiras dos bancos analisados.

Inicialmente, foi definido como o universo da pesquisa o segmento bancos listado na BM&FBOVESPA no período de 2015. O segmento totalizou 28 bancos; contudo, a amostra não probabilística que foi selecionada é composta por oito instituições financeiras, sendo delimitada pelos bancos que fazem parte do Índice Ibovespa¹, segundo a carteira de janeiro a abril de 2016, no qual foi constatado

¹ Esse critério foi adotado devido à importância do índice, o qual é amplamente utilizado, sendo composto pelas ações de maior liquidez da bolsa de valores dos últimos doze meses. O objetivo do Ibovespa é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. O Ibovespa é um índice de retorno total, sendo um indicador que procura refletir não apenas as variações nos preços dos ativos integrantes do índice no tempo, mas também o impacto que a distribuição de proventos por parte das companhias emissoras desses ativos teria no retorno do índice (BM&FBOVESPA, 2015).

que cinco instituições fazem parte do índice. Porém, em virtude de a empresa Itaúsa Investimentos ser a holding controladora do Banco Itaú Unibanco, ela foi excluída da amostra, já que os resultados estariam incorporados, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Dados dos bancos componentes da amostra que fazem parte do Índice Bovespa

Razão Social	Nome de Pregão	Bolsa	Tipo	Participação no Índice	Patrimônio Líquido 31/12/2015
BCO BRADESCO S.A.	Bradesco	BM&FBOVESPA	PN	8,234	R\$ 90.914.762,00
			ON	2,173	
BCO BRASIL S.A.	Brasil	BM&FBOVESPA	ON	2,173	R\$ 86.229.994,00
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	Santander Br	BM&FBOVESPA	UNT	0,688	R\$ 79.835.284,00
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	Itaunibanco	BM&FBOVESPA	PN	11,134	R\$ 114.059.000,00

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados da BM&FBOVESPA (2016)

O restante da amostra foi composto pelos quatro bancos com menor patrimônio líquido em 31/12/2015, do segmento bancos da BM&FBOVESPA, conforme a Tabela 2.

Tabela 2: Dados dos bancos componentes da amostra que possuem menor patrimônio líquido

Razão Social	Nome de Pregão	Bolsa	Patrimônio Líquido 31/12/2015
BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. – BANESE	Banese	BM&FBOVESPA	R\$ 288.633,00
BCO INDUSVAL & PARTNERS S.A.	Indusval & Partners	BM&FBOVESPA	R\$ 601.288,00
BCO SOFISA S.A.	Sofisa	BM&FBOVESPA	R\$ 678.049,00
BCO ESTADO DO PARA S.A.	Banpara	BM&FBOVESPA	R\$ 691.762,00

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados da BM&FBOVESPA (2016)

A escolha da amostra segmentada dessa maneira foi realizada para comparar os resultados com as maiores e menores instituições financeiras listadas no segmento banco da BM&FBOVESPA.

Os dados dos demonstrativos financeiros utilizados para desenvolvimento da pesquisa foram coletados junto ao site da BMF&BOVESPA, referente ao período de 2015. Coletaram-se as notas explicativas (NE) para verificar se constavam todas as informações exigidas pela norma internacional IFRS 7, a qual está replicada no CPC 40, e os Princípios do Comitê de Basileia.

Após a coleta de dados, para realizar o tratamento e a análise deles, primeiramente, identificaram-se as exigências da IFRS 7 – Instrumentos Financeiros Eviden-

ciação, replicado no CPC 40, sobre quais informações as demonstrações financeiras devem divulgar, com foco maior no risco de liquidez dos bancos. Nesse sentido, segundo o CPC 40, foram identificadas 19 variáveis que mantêm relação com a liquidez e seu risco (MARTINS; PEREIRA; CAPELLETO, 2011), conforme o Quadro 1.

(continua)

Divulgações exigidas pela IFRS 7 e pelo CPC 40	
1)	A entidade deve divulgar informações que possibilitem que os usuários de suas demonstrações contábeis avaliem a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros aos quais a entidade está exposta na data das demonstrações contábeis.
2)	Fazer divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permite que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e, desse modo, formem entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros.
3)	Para cada tipo de risco decorrente de instrumentos financeiros, a entidade deve divulgar a exposição ao risco e como ele surge.
4)	Divulgação dos objetivos, políticas e processos para gerenciar os riscos e os métodos utilizados para mensurar o risco.
5)	Alterações na exposição, gestão ou métodos de mensuração do risco de liquidez em relação ao período anterior.
6)	Uma síntese quantitativa da exposição ao risco de liquidez no fim do período.
7)	Se os dados quantitativos divulgados ao término do período de reporte não forem representativos da exposição ao risco da entidade durante o período, a entidade deve fornecer informações adicionais que sejam representativas.
8)	Uma análise dos vencimentos para passivos financeiros não derivativos (incluindo contratos de garantia financeira) que demonstre os vencimentos contratuais remanescentes.
9)	Uma análise dos vencimentos para os instrumentos financeiros derivativos passivos.

(conclusão)

Divulgações exigidas pela IFRS 7 e pelo CPC 40	
10)	Uma descrição de como é administrado o risco de liquidez inerente aos passivos financeiros não derivativos e aos instrumentos financeiros derivativos.
11)	Se possui linhas de crédito acordadas ou outras linhas de crédito que podem ser utilizadas para atender suas necessidades de liquidez.
12)	Se possui depósitos junto ao Banco Central para atender às suas necessidades de liquidez.
13)	Se possui base diversificada de fonte de recursos.
14)	A instituição financeira não possui concentrações significativas de risco de liquidez em seus ativos ou suas fontes de recursos.
15)	Se possui processos de controle interno e planos de contingência para administrar seu risco de liquidez.
16)	Se possui instrumentos que incluem termos de reembolso antecipado para administrar o risco de liquidez.
17)	Se possui instrumentos que podem requerer a colocação de garantias.
18)	Se possui instrumentos que permitem à entidade escolher se liquida seus passivos por intermédio da entrega de caixa ou pela entrega de suas próprias ações.
19)	Se possui instrumentos que são sujeitos a contratos máster de liquidação.

Quadro 1 - Divulgações exigidas pela IFRS 7 e pelo CPC 40 relativas ao risco de liquidez
Fonte: adaptado de Martins, Pereira e Capelletto (2011)/CPC 40 (2012)

Logo após, foi realizada a identificação das informações que os bancos devem divulgar em suas demonstrações financeiras que foram exigidas pelo Comitê de Basileia em seus princípios de gestão e supervisão relativos ao risco de liquidez. Assim, conforme Martins, Pereira e Capelletto (2011), nove itens foram elencados de A até I, como mostra o Quadro 2.

Princípios de gestão e de supervisão do risco de liquidez do Comitê de Basileia	
A)	A alta administração deve rever as informações sobre a evolução da liquidez do banco e apresentar um relatório ao Conselho de Administração em uma base regular.
B)	Divulgar publicamente as informações em uma base regular que permita que os participantes do mercado façam um julgamento eficaz sobre a solidez da sua estrutura de gerenciamento do risco de liquidez e da posição de liquidez.
C)	Divulgar informações suficientes sobre sua gestão do risco de liquidez para permitir que as partes interessadas possam fazer um julgamento eficaz sobre a capacidade do banco de atender às suas necessidades de liquidez.
D)	Divulgar sua estrutura organizacional e de enquadramento para a gestão do risco de liquidez.
E)	Divulgar e explicar as funções e responsabilidades das comissões competentes, bem como as várias unidades funcionais e de negócios.
F)	Descrever a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez com relação às atividades de financiamento, incluindo seu limite, sua configuração do sistema e suas estratégias de empréstimos intragrupo.
G)	Divulgar informação quantitativa de sua posição de liquidez, como parte da apresentação de seus relatórios financeiros, permitindo que os participantes do mercado formem uma opinião sobre seu risco de liquidez.
H)	Divulgar informações qualitativas sobre suas medidas de risco para permitir que os participantes do mercado possam compreendê-los (como intervalo de tempo coberto, se a medição se deu sob condições normais ou sob pressão, etc.).
I)	Divulgar informações qualitativas adicionais que fornecem aos participantes do mercado uma visão mais aprofundada sobre a forma como gere seu risco de liquidez.

Quadro 2 - Divulgações exigidas pelo Comitê de Basileia
Fonte: adaptado de Martins, Pereira e Capelletto (2011)

Neste item, foram descritos os procedimentos relacionados à caracterização da amostra, à coleta, ao tratamento e à análise de dados. Foram definidas

como o universo da pesquisa as quatro instituições financeiras do segmento bancos da BM&FBOVESPA que fazem parte do índice Ibovespa e as quatro instituições financeiras desse mesmo segmento que possuem menor patrimônio líquido em 31/12/2015, totalizando oito instituições financeiras. A seguir, serão apresentados os resultados da pesquisa.

4 RESULTADOS

4.1 GRAU DE ADERÊNCIA À NORMA IFRS 7 E AOS PRINCÍPIOS DO COMITÊ DE BASILEIA

Primeiramente foram identificadas 19 (dezenove) variáveis na norma IFRS 7 (elencadas de “1” até “19”), verificando-se se estavam sendo cumpridas nas notas explicativas dos bancos analisados. As variáveis foram classificadas em ordem decrescente em relação à quantidade de instituições que divulgam em suas notas explicativas as variáveis averiguadas, conforme a Tabela 3.

A análise indicou que onze exigências foram cumpridas por 100% da amostra. Todos os bancos da amostra apresentam depósitos junto ao BACEN. Conforme Assaf Neto (2012), essa é uma forma de controlar a liquidez bancária, já que esses depósitos compulsórios ficam indisponíveis para os bancos e constituem o resultado do cálculo sobre os depósitos recebidos, ou seja, a captação realizada pela instituição financeira.

As exigências de número seis, sete e dezessete foram cumpridas por 87,5% da amostra, o que corresponde a sete instituições financeiras. As exigências oito e de-

Tabela 3 - Frequência e porcentagem de cumprimento das exigências IFRS 7 (2015)

Exigência	Nº de bancos que cumpriram a exigência da norma IFRS 7	%
1)	8	100,0%
2)	8	100,0%
3)	8	100,0%
4)	8	100,0%
5)	8	100,0%
9)	8	100,0%
12)	8	100,0%
13)	8	100,0%
14)	8	100,0%
15)	8	100,0%
18)	8	100,0%
6)	7	87,5%
7)	7	87,5%
17)	7	87,5%
8)	6	75,0%
16)	6	75,0%
11)	4	50,0%
19)	4	50,0%
10)	3	37,5%

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados coletados

zesseis foram cumpridas por seis bancos, correspondendo a 75% da amostra analisada. As exigências onze e dezenove foram atendidas por 50% da amostra, equivalente a quatro bancos. As quatro instituições que possuem menor patrimônio em 31/12/2015 do segmento Bancos da BM&FBOVESPA não cumpriram a exigência.

Com relação à norma que fala sobre dispor de instrumentos que são sujeitos a contratos máster de liquidação, os quatro bancos que não cumpriram foram Banese, Banpará, Indusval & Partners e Santander Brasil. A exigência dez foi cumprida por somente três instituições financeiras, o que corresponde a 37,5% da amostra analisada. Os três bancos que cumpriram essas exigências foram Banco do Brasil, Bradesco e Banese.

Após a análise dos resultados obtidos da amostra de oito bancos, em que eles deveriam seguir dezenove exigências da norma IFRS 7, 86,84% das informações requeridas com relação à situação de liquidez e risco de liquidez foram divulgadas nas notas explicativas. Os resultados obtidos sugerem um grau elevado de aderência à referida norma, visto que, de um total de 152 (cento e cinquenta e dois) itens avaliados, as oito instituições financeiras da amostra atenderam a um total de 132 (cento e trinta e dois).

Fé Junior (2013) destaca que a implementação das IFRS em nosso país foi de extrema importância para o mercado de capitais brasileiro, já que as instituições apresentaram um elevado grau de aderência à norma intencional IFRS 7, o que sugere transparência e qualidade nos relatórios contábeis e financeiros publicados por essas companhias.

Foram analisadas nove exigências (elencadas de “A” até “F”), e as variáveis foram classificadas em ordem decrescente em relação à quantidade de instituições que divulgam em suas notas explicativas as variáveis averiguadas, conforme está representado na Tabela 4.

Tabela 4 - Frequência e porcentagem de cumprimento dos Princípios do Comitê de Basileia (2015)

Exigência	Nº de bancos que cumpriram a exigência dos Princípios do Comitê de Basileia	%
B)	8	100,0%
C)	8	100,0%
D)	8	100,0%
A)	7	87,5%
E)	7	87,5%
G)	7	87,5%
H)	7	87,5%
I)	7	87,5%
F)	5	62,5%

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados coletados

As exigências “B”, “C” e “D” foram atendidas por 100% da amostra. Esse resultado é extremamente favorável para o mercado financeiro, visto que demonstra a preocupação dos bancos analisados com a liquidez. As exigências, “A”, “E”,

“G” e “I” foram cumpridas por 87,5% da amostra analisada, o que corresponde a sete instituições financeiras. O único banco que não cumpriu as exigências citadas foi o Banpará. A exigência “H” também foi cumprida por 87,5% da amostra. O único banco que não seguiu essa exigência foi o Sofisa.

A exigência dos Princípios do Comitê de Basileia com menor grau de aderência foi a “F”, a qual foi seguida por 62,5% dos bancos que compõem a amostra, o que corresponde a cinco instituições financeiras. Os bancos que não cumpriram a exigência foram Banpará, Indusval & Partners e Santander.

Dessa maneira, com base nas nove exigências que foram analisadas com base nos princípios de gestão e na supervisão do risco de liquidez, é possível concluir que 88,89% da amostra cumpriram as exigências citadas, demonstrando um elevado grau de aderência à referida norma, visto que, dos 72 (setenta e dois) itens que foram analisados, 64 (sessenta e quatro) foram seguidos pelos oito bancos que compõem a amostra.

Esses resultados vão em direção ao conceito descrito por Peppe (2006), o qual enfatiza que o Acordo de Basileia procura garantir a solidez e a segurança de todo o sistema financeiro, para assim manter a competitividade das instituições financeiras, abrangendo o maior número de riscos possíveis. O elevado grau de aderência aos Princípios do Comitê demonstra que os bancos se adaptaram bem aos Acordos de Basileia e evidencia a preocupação dessas instituições com os riscos do sistema financeiro.

Para finalizar as análises realizadas com relação ao grau de aderência à norma internacional de contabilidade IFRS 7 replicada no CPC 40 e aos Princípios do Comitê de Basileia, foi elaborado um ranking geral a fim de verificar que banco cumpriu o maior número de exigências, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 - Ranking geral

Geral		
Banco	Nº de exigências cumpridas	%
1.Banco do Brasil	28	100%
1.Bradesco	28	100%
2.Itaú Unibanco	25	89,3%
2.Santander Brasil	25	89,3%
3.Banese	24	85,7%
3.Indusval & Partners	24	85,7%
3.Sofisa	24	85,7%
4.Banpará	18	64,3%

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados coletados

O Banco do Brasil e o Bradesco apresentaram o mesmo grau de aderência às normas analisadas, com 100% de aderência, sendo que, dos 28 itens analisados, todos foram atendidos. O Santander Brasil e o Itaú Unibanco também cumpriram o mesmo número de exigências, totalizando 89,3% de grau de aderência no

Tabela 6 - Comparativo dos resultados das exigências analisadas entre os estudos desenvolvidos

Comparações dos resultados do grau de aderência		
Exigência	2010	2015
Norma Internacional IFRS 7	33,27%	86,84%
Princípios do Comitê de Basileia	21,03%	88,89%

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados coletados

ranking geral, atendendo a 25 exigências, ficando na segunda posição do ranking.

Na terceira posição ficaram os bancos Indusval & Partners, Sofisa e Banese, com 85,7% de cumprimento das exigências. O banco que, de modo geral, apresentou menor grau de aderência foi o Banpará, o qual seguiu 64,3% das exigências demandadas pelas normas.

A partir do ranking geral, é possível concluir que os bancos que fazem parte do Índice Ibovespa do segmento bancos da BM&FBOVESPA apresentam um grau de aderência às normas analisadas mais elevado em comparação aos bancos com menor patrimônio líquido em 31/12/2015 desse mesmo segmento, apesar de as diferenças não serem significativas.

No estudo de Martins, Pereira e Capelletto (2010), foram utilizadas as demonstrações financeiras do ano de 2009 das 28 instituições financeiras que faziam parte do segmento bancos da BM&FBOVESPA no referido ano. Foram analisadas as notas explicativas e demonstração dos fluxos de cai-

xa, verificando-se se essas empresas atendiam às exigências demandadas pelo Comitê de Basileia e pelo IFRS 7, além de se investigar os quocientes de cobertura de caixa.

Na pesquisa ora desenvolvida, foram aplicados os mesmos procedimentos para a análise das referidas normas, por com uma amostra de oito instituições financeiras. Na Tabela 6, apresenta-se um comparativo entre os resultados do estudo realizado em 2010 e o trabalho atual.

No estudo realizado em 2010, através das análises dos resultados, os autores concluíram que a capacidade informativa das demonstrações financeiras dos bancos brasileiros foi baixa, uma vez que as empresas atenderam apenas a 33,27% das exigências apresentadas na norma internacional IFRS 7. Com relação aos Princípios do Comitê de Basileia, os resultados foram ainda mais baixos, tendo havido 21,03% de cumprimento da referida norma.

Por outro lado, na presente pesquisa, os resultados indicaram um elevado grau de aderência às normas analisadas, já que, com relação à norma IFRS 7, 86,84% das informações requeridas com referência à situação de liquidez e risco de liquidez foram divulgadas nas notas explicativas dos oito bancos que compõem a amostra. Isso representa um aumento de 261,04% das divulgações quando comparado ao estudo realizado em 2010.

O CPC (2012) enfatiza a importância de os usuários terem acesso a informações sobre os riscos aos quais está exposta a entidade e sobre como são gerenciados, possibilitando, assim, maior transparência quanto a esses riscos. Analisando os dois estudos, é possível verificar que as companhias buscaram adaptar-se às exigências, demonstrando um crescimento substancial em seu cumprimento.

Com relação aos princípios de gestão e supervisão do risco de liquidez elaborados pelo Comitê de Basileia, o grau de aderência no presente estudo foi ainda mais elevado, visto que 88,89% dos bancos da amostra cumpriram as exigências, o que representa um aumento de 422,68% com relação ao estudo anterior.

O Acordo de Basileia III surgiu em 2010, em virtude de os Acordos I e II não terem suprido a regulamentação necessária para evitar certas práticas ousadas, conforme ressalta Assaf Neto (2012). O primeiro estudo refere-se às demonstrações contábeis do exercício de 2009. O elevado grau de aderência aos princípios desse comitê no presente estudo pôde ocorrer em função das alterações que surgiram com o novo acordo, já que em 2009 a reforma a ele ainda não existia.

Em 2010, a informação sobre a norma internacional de contabilidade IFRS 7, que foi divulgada com maior frequência, versa sobre a “análise dos vencimentos para passivos financeiros não derivativos que demonstre os vencimentos contratuais remanescentes”, sendo que 78,57% dos bancos analisados cumpriram a exigência. Com relação aos Princípios de Basileia, a norma que foi divulgada com maior frequência referiu-se à “divulgação da estrutura organizacional e de enquadramento para a gestão do risco de liquidez”, divulgada por 46,43% dos bancos.

No presente estudo, onze exigências da norma internacional IFRS 7 foram cumpridas por 100% da amostra; logo, a norma que foi mais divulgada no estudo realizado em 2010 apresentou 75% de cumprimento pelos oito bancos. Três dos

Princípios do Comitê de Basileia foram atendidos por 100% da amostra no estudo atual, sendo que a norma que foi mais divulgada no estudo realizado em 2010 está entre as três exigências.

Com relação aos bancos que cumpriram maior número de exigências, em 2010, o Bradesco apresentou um cumprimento de 60,71% das normas, sendo que, dos 28 itens analisados com relação às duas normas, 17 itens foram seguidos. O Banco do Brasil seguiu 16 normas analisadas, ficando com um percentual de 57,14%. No presente estudo, o Bradesco e o Banco do Brasil apresentaram maior grau de aderência às duas normas (100%), sendo que todos os 28 itens analisados foram cumpridos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A liquidez é de extrema importância para todo o sistema bancário, uma vez que, caso as instituições financeiras não apresentem um elevado nível de liquidez, isso tende a afetar o sistema financeiro com um todo. Considerando tal fato, é importante que as demonstrações contábeis das instituições financeiras sejam claras e concisas, permitindo que as partes interessadas avaliem o risco de liquidez dos bancos.

Em face desse cenário, o presente estudo procurou demonstrar qual o grau de aderência das demonstrações contábeis dos bancos que fizeram parte da amostra à norma contábil IFRS 7 (instrumentos financeiros: evidenciação) e aos Princípios do Comitê de Basileia com foco no risco de liquidez. Adicionalmente, os

quocientes de cobertura de caixa foram investigados para analisar a relação com as exigências englobadas nas normas.

Os resultados obtidos demonstram que o grau de aderência da amostra às normas analisadas apresentou-se acima da média em relação a estudos com o mesmo segmento em anos anteriores. Com relação à IFRS 7, o grau de aderência foi de 86,84% e, aos Princípios do Comitê de Basileia, foi de 88,89%. Esses resultados demonstraram uma evolução no grau de aderência à norma internacional IFRS 7 de 261,04% com relação ao estudo realizado em 2010, que seguiu a mesma metodologia, e 422,68% de crescimento com relação aos Princípios de Basileia.

Por meio do ranking geral do grau de aderência à norma internacional IFRS 7 e dos Princípios do Comitê de Basileia, foi possível constatar que os bancos que fazem parte do Índice Ibovespa apresentam um grau de aderência às normas analisadas mais elevado em comparação aos bancos com menor patrimônio líquido em 31/12/2015 desse mesmo segmento, apesar de as diferenças não serem expressivas.

Esta pesquisa não encerra o assunto em questão. Sendo assim, sugere-se para pesquisas futuras a utilização de amostras maiores, que sejam identificadas às normas menos atendidas, realizando uma exploração dos motivos que possam justificar o não atendimento dessas normas, bem como a inclusão dos cálculos dos indicadores para acompanhamento de liquidez, sendo eles o indicador de liquidez de curto prazo (LCR) e a taxa de financiamento líquido estável (NSFR). Esses indicadores surgiram com o Acordo de Basileia III, mas ainda existe certa

dificuldade para realizar o cálculo, já que devem ser determinados os “ativos de alta qualidade” que representam liquidez para a instituição. Acredita-se que, nos próximos anos, esses indicadores estejam mais difundidos no mercado financeiro, facilitando a sua estimativa.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS (ANBIMA). **Basileia III: novos desafios para a adequação da regulação bancária**. Disponível em: <<http://portal.anbima.com.br/informacoes-tecnicas/estudos/perspectivas/Documents/Perspectivas%20ANBIMA%20Basileia%20III.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Acordo de Basileia**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?BASILEIA>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Evolução do Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r199812/texto.asp?idpai=revsf_n199812>. Acesso em: 05 set. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Índice de Basileia**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/gci/Focus/B20010611-%C3%8Dndice%20da%20Basileia.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Supervisão**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/gmn/visualizacao/listarDocumentosManualPublico.do?method=visualizarDocumentoCodigoFormatado&codigoFormatado=1.2.20.20&idManual=1>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Novo Mercado**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/gci/focus/b20020214-novo%20mercado.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.090, de 24 de maio de 2012**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2012/pdf/res_4090_v1_O.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2003_maio/PortuguesCapitulo4.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

BM&FBOVESPA. **Índice Bovespa** – Ibovespa. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=IBOVESPA&Opcao=0&idioma=pt-br>>. Acesso em: 14 out. 2015.

BM&FBOVESPA. **Relatórios financeiros**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 40**. Brasília 2009. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/418_CPC_40_R1_rev%2008.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2016.

DA FÉ JUNIOR, Armando Lopes Dias. **Mudanças contábeis e reações do mercado na implantação compulsória do IFRS no setor bancário brasileiro**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2013.

DELOITTE. **IFRS ao seu alcance 2014/2015**. Disponível em: <<http://www2.deloitte.com/br/pt/pages/audit/articles/ifrs-alcance-2014-2015.html>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

ECONOINFO. **Amostra de empresas**. Disponível em: <<http://www.econoinfo.com.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

LEITE, Karla Vanessa B. S.; REIS, Marcos. O acordo de capitais Basileia III: mais do mesmo? **Revista Economia**, Rio de Janeiro, p. 1-20, abr. 2013.

MARTINS, Orleans Silva; PEREIRA, Clésia Camilo; CAPELLETTO, Lúcio Rodrigues. Capacidade informativa das demonstrações financeiras dos bancos brasileiros: uma análise sob a ótica do risco de liquidez. **Enanpad**, Rio de Janeiro, p. 1-16, set. 2011.

MENDONÇA, Ana Rosa de. O acordo da Basileia de 2004: uma revisão em direção às práticas de mercado. **Economia e Política Internacional: Análise Estratégica**. São Paulo, p. 29-39, set. 2004.

PEPPE, Márcio S. **O Novo Acordo da Basileia**. São Paulo: Trevisan, 2006.

ANÁLISE REFLEXIVA DO PROCESSO DE INTERNACIONA- LIZAÇÃO DAS EMPRESAS DE NEGÓCIOS DIGITAIS

Destaque em Ciências Sociais Aplicadas

Comércio Exterior

Mateus Feld¹

Dusan Schreiber²

¹Graduando no Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior pela Universidade Feevale.
E-mail: mateusfeld@outlook.com.

²Doutor em Administração, Professor da Universidade Feevale. Email: dusan@feevale.br.

RESUMO

A tecnologia e a globalização têm aproximado os mercados internacionais e facilitado negociações no âmbito global. Nesse cenário, percebe-se o surgimento de empresas que desenvolvem e distribuem produtos digitais internacionalmente, atingindo sucesso no mercado global de forma rápida e eficiente, tendo como principais recursos a criatividade e o conhecimento. Diante desse contexto, o objetivo da presente pesquisa é promover uma reflexão acerca do processo de internacionalização das empresas de negócios digitais, à luz de duas importantes teorias sobre internacionalização – o modelo de Uppsala e o Paradigma Eclético –, e dos estudos sobre o fenômeno Born Global. O trabalho apresenta dois estudos bibliográficos: um sobre internacionalização, e outro sobre a indústria de negócios digitais. A metodologia utilizada é a de pesquisa bibliográfica, sendo a abordagem ao problema qualitativa. Por fim, os resultados da análise reflexiva realizada sobre ambos os referenciais são apresentados. Os resultados indicam que empresas de negócios digitais tendem a se internacionalizar de forma acelerada, como Born Globals, ao invés de seguir os padrões abordados pelas teorias tradicionais de internacionalização. Além disso, a análise conclui que a natureza do produto digital que a empresa desenvolve, bem como o tipo de consumidor-alvo, são os fatores que definirão o canal de internacionalização utilizado pela empresa. O estudo traz uma visão do caminho da internacionalização para empresas de negócios digitais, o que possibilita a criação de modelos de internacionalização para estas empresas. Além disso, também conecta os estudos da área criativa à área de gestão, relação essa que se mostra cada vez mais fortalecida no meio acadêmico.

Palavras-chave: Internacionalização. Negócios digitais. Indústria criativa. Tecnologia. Born globals.

1 INTRODUÇÃO

O comércio internacional, tal como é conhecido hoje, é o resultado do processo de globalização que surgiu após o fim da segunda guerra mundial, quando se iniciou a reconstrução da economia internacional (OLIVEIRA, 2007). O processo de globalização trouxe competitividade para o comércio exterior, no momento em que se abriram as fronteiras para transição de bens, serviços, recursos e pessoas.

Com o aumento da importância do comércio internacional, principalmente a partir da década de 1960, surgem as teorias clássicas que buscavam explicar os processos de internacionalização adotados pelas empresas “tradicionais”, como o Modelo de Uppsala e a Escola Nórdica de Negócios Internacionais (OLIVEIRA; MORAES; KOVACS, 2010). Entretanto, esse cenário vem se alterando nos últimos vinte anos. A evolução tecnológica impactou também nos negócios internacionais, e um fenômeno visível é o do surgimento de empresas de base tecnológica que conseguem se internacionalizar de maneira acelerada (BORINI; OLIVEIRA JR; RIBEIRO, 2012). Essas empresas, chamadas de *Born Globals* (“nascidas globais”), têm como principal característica o alcance da internacionalização pouco tempo após o início de suas atividades ou, inclusive, no mesmo momento.

A evolução tecnológica também trouxe novos produtos e serviços de interesse global. Softwares, jogos digitais, filmes, aplicativos para *smartphones*, entre outros, são produtos digitais que constituem um novo setor econômico: a indústria criativa. A indústria criativa é definida como um sistema que engloba o desen-

volvimento e a comercialização de produtos ou serviços e que tem como principal matéria-prima a criatividade humana (HOWKINS, 2013). O que se percebe é que as empresas que comercializam produtos digitais, quando presentes no mercado externo, têm um processo rápido de internacionalização.

Apresentado o cenário acima, a questão de pesquisa do presente artigo é: “como é o processo de internacionalização de empresas que trabalham com negócios digitais”? Essa questão leva ao objetivo geral deste trabalho, que é promover uma reflexão acerca do processo de internacionalização de empresas de negócios digitais. Para tal, apresentam-se os seguintes objetivos específicos: a) entender teorias clássicas de internacionalização (o modelo de Uppsala e o Paradigma Eclético), juntamente dos estudos recentes sobre *Born Globals*; b) conceituar e caracterizar “produtos digitais” e entender como seus negócios se comportam no mercado; c) descobrir quais os fatores que determinam a estratégia de internacionalização de empresas de negócios digitais; e d) descobrir se os modelos tradicionais estudados se aplicam ao processo de internacionalização de empresas de negócios digitais ou se essas empresas tendem a seguir processos acelerados como *Born Globals*.

A justificativa para a escolha do tema é a representatividade que empresas de produtos digitais vêm atingindo no mercado internacional nos últimos anos. Além disso, acredita-se que a capacidade dessas empresas de atingir e ter sucesso no mercado externo facilmente seja um fenômeno válido de estudo. A especificidade do tema também abre caminho para novas pesquisas no ramo de negócios

digitais ao trazer uma conexão entre a área criativa e a de gestão, relação que se mostra fortalecida no cenário acadêmico atual.

A metodologia utilizada no trabalho é a de revisão bibliográfica, na qual serão apresentados estudos referentes à internacionalização de empresas e também definidos e esclarecidos os conceitos de negócios digitais. Com base na revisão teórica, foi realizada a reflexão acerca do processo de internacionalização das empresas que operam no segmento de negócios digitais. O trabalho será concluído com o tópico de considerações finais.

2 REFERENCIAL TEORICO

A fundamentação teórica do presente trabalho será dividida em dois tópicos. O primeiro deles abordará a internacionalização de empresas, sendo segmentado em três partes: o modelo de Uppsala, a teoria do Paradigma Eclético e os estudos sobre *Born Globals*. O segundo tópico foi construído com o objetivo de estudar os produtos e negócios digitais.

2.1 INTERNACIONALIZAÇÃO

São diversas as teorias que buscam explicar os motivos que levam uma empresa a se internacionalizar. Porém, é relevante, antes, entender o conceito de internacionalização. A definição adotada por Goulart, Brasil e Arruda (1996, p. 21) é a de “[...] um processo crescente e continuado de envolvimento de uma empresa nas operações com outros países fora de sua base de origem”. Os autores ainda discursam sobre os motivos que levam uma empresa a se internacionalizar,

e registram como os principais: a aquisição e atualização de novas tecnologias, a busca por manter, fortalecer e ampliar sua penetração no mercado externo, o ganho de experiência gerencial e operacional, a proximidade com clientes, a superação de barreiras, a necessidade de maiores parcerias, a carência do mercado doméstico e a antecipação às práticas da concorrência (GOULART; BRASIL; ARRUDA, 1996).

Duas abordagens consideradas no meio acadêmico como “clássicas” se destacam entre as que buscam explicar a internacionalização de empresas: o modelo de Uppsala (perspectiva comportamentalista) e o paradigma eclético (perspectiva econômica) (CYRINO; JÚNIOR; BARCELOS, 2010). Por “modelo de Uppsala”, entendem-se principalmente os estudos publicados por Johanson e Wiedersheim-Paul (1975) e Johanson e Vahlne (1977), e por “paradigma eclético” os estudos de Dunning (1988 e 2000). Essas duas teorias serão as primeiras a serem analisadas nesse referencial, formando as suas duas primeiras divisões.

Com os avanços na globalização e nas tecnologias, novos tipos de empresas globais começaram a surgir aceleradamente a partir dos anos 1990. A terceira parte desse referencial abordará os estudos que buscam analisar as empresas chamadas de *Born Globals*.

2.1.1 O Modelo de Uppsala

O principal argumento trazido pelo modelo de Uppsala é o de que a internacionalização das empresas ocorre através de um processo gradual de aquisição

de conhecimento sobre os mercados externos e de comprometimento com esses mercados (SILVA; MORAES, 2013). A internacionalização seria, portanto, o resultado de uma série de decisões incrementais (JOHANSON; VAHLNE, 1977).

Johanson e Widershein-Paul (1975) e Johanson e Vahlne (1977) observaram que as empresas suecas começavam sua internacionalização enquanto ainda pequenas e, aos poucos, iam se desenvolvendo para o mercado externo. Elas frequentemente evoluíam suas operações em pequenos passos, ao invés de fazer grandes investimentos de uma só vez no exterior.

Os estágios de internacionalização da empresa, conforme apresentado em Johanson e Widershein-Paul (1975) como “cadeia de estabelecimento”, são:

- a) exportações não regulares;
- b) exportações via agentes;
- c) estabelecimento de subsidiária de vendas;
- d) estabelecimento de produção no mercado de destino.

Percebe-se, na evolução de um estágio para o outro, o processo gradual retratado teoricamente pelos autores, em que cada novo passo significa um maior comprometimento da empresa com a atividade internacional (CARVALHO; DIB, 2013). Ao mesmo tempo, a cada passo, cresce junto o conhecimento que a firma adquire sobre aquele mercado específico (TORRENS; AMAL; TONTINI, 2014).

A teoria também defende que é esperado que as empresas decidissem ini-

ciar suas exportações para países com uma menor distância psíquica (JOHANSON; WIDERSHEIN-PAUL, 1975; JOHANSON; VAHLNE, 1977). Por distância psíquica, entende-se uma soma de fatores que compreendem o fluxo de informações entre a empresa e o mercado, como diferenças no idioma, na cultura, nas práticas de negócios e no desenvolvimento industrial (JOHANSON; VAHLNE, 1977). Assim, a iniciação nos mercados externos se daria naqueles em que a distância cultural é menor em relação ao país de origem (SILVA; MORAES, 2013).

A figura 1 representa os mecanismos de internacionalização da empresa segundo o modelo de Uppsala.



Figura 1 – O modelo de Uppsala
Fonte: Johanson e Vahlne (1977, p. 26, tradução dos autores)

O modelo é dividido entre aspectos de “estado” (conhecimento e comprometimento) e “transitórios” (decisões de comprometimento e atividades atuais) da empresa. Ele considera que o conhecimento e o comprometimento de merca-

do devem influenciar as decisões de comprometimento e também as atividades atuais da empresa, enquanto essas, por sua vez, afetam o conhecimento e o comprometimento (JOHANSON; VAHLNE, 1977).

Por “conhecimento”, entende-se aquilo que a empresa sabe sobre o mercado alvo, enquanto “comprometimento” diz respeito à quantidade de recursos investida em um mercado e o grau de comprometimento desses recursos, ou seja, refere-se à possibilidade de eles serem utilizados em outros mercados sem se desvalorizarem (REZENDE, 2010).

Esses dois aspectos interagem diretamente com os aspectos transitórios. As decisões de comprometimento referem-se às decisões de investimento de recursos em um determinado mercado (REZENDE, 2010). As atividades atuais dizem respeito às operações que a empresa já realiza no mercado-alvo e são a principal fonte do conhecimento da empresa (experiência) (REZENDE, 2010). Os resultados das atividades atuais podem demorar a serem percebidos pela empresa, e inclusive, muitas vezes, só aparecem caso haja uma repetição constante dessas atividades (JOHANSON; VAHLNE, 1977). Enquanto os resultados não aparecem, a empresa continua investindo, a ponto de o comprometimento já ter se tornado algo importante e crescente no mercado. Sendo assim, quanto maior o atraso nos resultados, mais comprometimento a firma acumula. Por isso, o crescimento no comprometimento acaba se tornando uma consequência das atividades atuais (JOHANSON; VAHLNE, 1977). Em resumo, os aspectos de estado influenciam os transitórios, e esses, por sua vez, influenciam os primeiros de volta (SOARES, 2013).

2.1.2 O Paradigma Eclético

O Paradigma Eclético, segundo Prates e Balbinot (2010), foi introduzido por Dunning com o objetivo de conciliar as diferentes discussões isoladas sobre a internacionalização das empresas. A teoria busca explicar se vale a pena para a empresa investir em produção em um mercado externo ou se o melhor caminho seria explorar essas vantagens competitivas através da exportação ou licenciamento (BARBOSA, 2004; STAL; CAMPANÁRIO, 2011).

Segundo Barbosa (2004), o paradigma eclético declara que existem três variáveis independentes apresentadas como pré-condições necessárias para a internacionalização da empresa. Essas três condições são: vantagens de propriedade (**O** - *Ownership advantage*), vantagens de localização (**L** - *Locational advantage*) e vantagens de internalização (**I** - *Internalisation advantage*). A empresa, então, abrirá uma subsidiária no exterior somente se essas três condições forem satisfeitas (DUNNING, 1977 *apud* PRATES; BALBINOT, 2010; FAGUNDES; VIANA; SAUER; FIGUEIREDO, 2012).

As vantagens de propriedade (**O**) de uma empresa são definidas pelo monopólio, tamanho, disponibilidade e uso de recursos da empresa (GONÇALVEZ, 1992; OCAMPO, 2013), e também por suas condições frente aos concorrentes, em relação aos seus ativos (PRATES; BALBINOT, 2010; OCAMPO, 2013). Ou seja, segundo Dunning (2000), quanto maiores as vantagens competitivas da empresa - frente aos concorrentes - maior a chance da empresa realizar operações produtivas naquele mercado. As vantagens de propriedade são compostas por

ativos geralmente intangíveis, como: patentes, marcas, capacidades tecnológicas, habilidade para diferenciação de produtos, economias de escala, recursos humanos, etc. (BARBOSA, 2004). As vantagens de propriedade devem ser suficientes para compensar os custos de investir e operar no mercado alvo (DUNNING, 1988).

Satisfeitas as vantagens de propriedade, a empresa deve avaliar os atrativos locais (L) de possíveis destinos para o investimento direto (BARBOSA, 2004). Esse fator representa o “onde” do investimento (DUNNING, 1988). São exemplos de vantagens de localização: a dimensão do mercado consumidor e as perspectivas de seu crescimento, o nível de desenvolvimento econômico, a infraestrutura do país destino, as políticas públicas de promoção ao investimento, entre outros (BARBOSA, 2004). Dunning (2000) ressalta que quanto mais fatores locais necessários pela empresa para explorar suas vantagens competitivas estiverem presentes em uma localização no exterior, mais as empresas vão optar por fazer investimentos diretos para explorar ou aumentar suas vantagens de propriedade.

Tendo satisfeito as condições de vantagens de propriedade e locais, a empresa deve decidir a forma de aproveitá-las, optando entre a internalização (I) de suas atividades no exterior (através do investimento direto) ou a cessão dos direitos de usar essas vantagens a um terceiro, através de uma licença (BARBOSA, 2004). A empresa optará pela internalização quando for do seu interesse manter posse de suas vantagens de propriedade ao transferi-las para outros países, ao invés de vender essas vantagens ou o direito de uso delas (DUNNING, 1988;

OCAMPO, 2013). Alguns exemplos de vantagens resultantes da internalização são: proteção do direito de propriedade, redução da incerteza, ganhos estratégicos e controle das vendas (DUNNING 2000 *apud* BARBOSA, 2004; OCAMPO, 2013).

Expostos os fatores acima, percebe-se que o paradigma eclético é um modelo analítico que consegue explicar o investimento externo direto na internacionalização da empresa. Satisfeitas as vantagens definidas pela teoria, estão reunidas as condições para efetuar o investimento, considerando a melhor combinação das vantagens analisadas (DUNNING, 1988 *apud* BARBOSA, 2004; FAGUNDES; VIANA; SAUER; FIGUEIREDO, 2012).

1.1.2 Born Globals

Ao longo do tempo, a literatura sobre internacionalização foi desenvolvida, em maior parte, com foco nas grandes empresas, que vendem produtos físicos e tangíveis (VAHLNE; JOHNSON, 2013 *apud* TONNAER, 2015). Para essas empresas tradicionais e manufatureiras, teorias como a de Uppsala, que trata da internacionalização como um processo lento e gradual, pareciam ser suficientes. Entretanto, os negócios internacionais já não são mais os mesmos, e percebe-se o surgimento de empresas de base tecnológica que conseguem se internacionalizar de maneira acelerada (BORINI; OLIVEIRA JR.; RIBEIRO, 2012).

Essas empresas são chamadas na literatura de *Born Globals* (BGs), para as quais Knight e Cavusgil (2004, p. 124) dão a definição de “empresas que, desde, ou próximo de sua fundação, buscam um desempenho superior nos negócios in-

ternacionais a partir da aplicação de recursos baseados em conhecimento para comercialização em múltiplos países”. Ao contrário de organizações tradicionais que operam anos no mercado doméstico para depois começarem a se internacionalizar, BGs já nascem com uma visão global de mercado (KNIGHT; CAVUSGIL, 2004; KNIGHT; LIESCH, 2016).

Na literatura existem divergências sobre as características que definem se uma empresa é um BG ou não. Ribeiro, Oliveira Jr e Borini (2012) indicam que se deve levar em conta:

- a) Data de fundação da empresa (considera-se que as BGs surgiram após 1990);
- b) Início das atividades internacionais após a fundação (pode variar de dois a quinze anos. Knight e Cavusgil (2004) indicam um período de três anos);
- c) Percentagem de faturamento proveniente de operações no exterior (Chetty e Campbell-Hunt (2004) *apud* Hennart (2014) citam 75% em até dois anos da fundação, enquanto Evers (2010) *apud* Hennart (2014) sugere 25% no primeiro ano);
- d) Abrangência de mercados (quanto mais abrangente geograficamente, mais a empresa tenderia a ser uma BG, de acordo com Dib (2008) *apud* Goés (2014)).

Apesar das divergências, existe o consenso de que as BGs iniciam suas atividades internacionais bastante cedo e logo vendem uma grande parte de sua produção para o exterior (HENNART, 2014). Outro quesito que é de comum acordo

na literatura é o fato de as BGs terem, geralmente, recursos limitados. Por serem empresas pequenas e jovens, elas têm baixa economia de escala, pouca experiência nos negócios internacionais e escassez de recursos tangíveis, humanos e financeiros (KNIGHT; LIESCH, 2016). Por terem poucos recursos, as BGs geralmente escolhem a exportação como principal ferramenta de internacionalização, já que é um procedimento flexível e de baixo comprometimento financeiro (KNIGHT; CAVUSGIL, 2004; KOVÁCS, 2014).

O que possibilita, então, que BGs se internacionalizem tão rápido? Oviatt e McDougal (2005) ressaltam a busca das BGs por vantagens competitivas em diversos países. Knight e Cavusgil (2004) salientam que essas empresas utilizam capacidades intangíveis, como inovação e conhecimento, para atingir os mercados externos rapidamente. A posse de conhecimento especializado, de produtos baseados em tecnologia e de alta qualidade, o alto conhecimento sobre o seu mercado e a posse de tecnologias úteis também fomentam a internacionalização precoce dessas empresas (KNIGHT; LIESCH, 2016). As pesquisas de Knight e Cavusgil (2004) mostram que BGs possuem forte orientação para o empreendedorismo e marketing internacional. Ao invés de competir diretamente com rivais grandes e estabelecidos, as BGs desenvolvem ofertas diferenciadas e as lançam em mercados de nicho, visando sucesso internacional (KNIGHT; CAVUSGIL, 2004).

Hennart (2014) concorda com essa abordagem. O autor argumenta que as BGs conquistam clientes no exterior tão rapidamente devido ao seu próprio mo-

delo de negócios, ou seja, “o que elas vendem, como elas vendem e para quem elas vendem” (HENNART, 2014, p. 117) já justifica a sua rápida internacionalização. BGs vendem produtos de nicho, a custos de informação, transporte e adaptação muito baixos, para clientes especializados ao redor do mundo do inteiro (HENNART, 2014). Empresas que conseguem fazer isso não precisam instalar plantas no exterior, pois elas podem se apoiar somente em suas exportações, e, ao vender produtos de nicho, elas também não precisam gastar tanto tempo procurando e persuadindo clientes (HENNART, 2014).

Existem também fatores externos tratados como facilitadores do fenômeno *born global*. Entre eles, a globalização e homogeneização dos mercados e dos perfis dos consumidores, o desenvolvimento tecnológico nas áreas de comunicação e informação e a evolução da Internet (KNIGHT; CAVUSGIL, 2004; OVIATT; MCDUGALL, 2005; RIBEIRO; OLIVEIRA JR.; BORINI, 2012). Inclusive, merece destaque o uso da internet como ferramenta de internacionalização de BGs. Pesquisas mostram que BGs utilizam a internet extensivamente como canal de vendas para o exterior (GABRIELSSON; GABRIELSSON, 2011; GABRIELSSON; KIRPALANI, 2012 *apud* YOOS, 2012), usufruindo dela mais intensamente do que outros tipos de empresas (empresas tradicionais, por exemplo) para a internacionalização (SERVAIS; MADSEN; RASMUSSEN, 2006 *apud* YOOS, 2012), e, inclusive, considerando-a como ferramenta principal de exportação e como forma de substituição da presença física no exterior (SINKOVICS; SINKOVICS; JEAN, 2013). Brasil *et al.* (2013) aponta que empresas que fazem negócios na internet

podem se tornar globais rapidamente através de um *website*, se tiverem um produto ou serviço inovador. A internet permite que BGs tenham lucros e fluxos de caixa efetivos em custos, o que lhes permite superar o obstáculo de recursos escassos e consequentemente se internacionalizar mais rápido (ABRAHA; JALLOW, 2013).

Gabrielsson e Gabrielsson (2011) e Yoos (2012) pesquisaram o uso da internet por BGs. Segundo Gabrielsson e Gabrielsson (2011), as BGs utilizam da internet como principal canal quando comercializam bens digitais, simplesmente pela natureza intangível do produto. Os autores apresentam que BGs podem operar de maneira direta (*business to consumer*), em que a empresa vende o produto pela internet para o consumidor final; ou indireta (*business to business*), em que a empresa vende seu produto pela internet para outra empresa, e é essa segunda quem fará toda a etapa de promoção e venda até o consumidor final. A pesquisa indica também que os canais de venda pela internet são mais comuns em BGs que operam de maneira direta (*business to consumer*). Isso é compreensível, já que algumas operações *business to business* são maiores, envolvem produtos e soluções mais complexos e ativos de alto nível, o que exige canais mais convencionais de venda e distribuição (GABRIELSSON; GABRIELSSON, 2011). Assim, os fatores decisivos para o uso ou não da internet como meio de internacionalização são a natureza do produto e da operação: esses fatores determinarão o nível de interação pessoal necessária para a venda dos produtos (YOOS, 2012).

2 PRODUTOS E NEGÓCIOS DIGITAIS

Em 1999, Shapiro e Varian (1999) afirmaram que, com o final do século, o mundo tornava-se menor. De fato, devido às evoluções tecnológicas nos meios de comunicação, o mundo globalizou-se. E a globalização vem crescendo de forma acelerada graças aos efeitos da digitalização (MGI, 2016). Produtos digitais, como *e-books*, aplicativos, jogos digitais, músicas e *softwares*, são comercializados instantaneamente no mercado global (MGI, 2016).

Os negócios de bens digitais são caracterizados como os que comercializam produtos intangíveis em formatos digitais (BRADLEY *et al.*, 2012), gerando lucro através da venda pela internet. Como características do formato dos produtos, pode-se citar a sua intangibilidade e presença virtual (BRADLEY *et al.*, 2012), além do fato de serem facilmente modificáveis e reproduzíveis (CHOI 1997 *et al. apud* LE; ROTHLAUF, 2008).

Há também as características econômicas: são bens não rivais (o seu consumo não diminui a disponibilidade para outros), têm custo marginal de reprodução e distribuição quase nulo - é possível produzir uma ou dez milhões de unidades a quase o mesmo custo (TONNAER, 2015), e praticamente zero custo de transação (LAMBRECHT *et al.*, 2014).

2.1.2 - Negócios digitais e internacionais

Como visto, produtos digitais são divulgados, vendidos e muitas vezes até consumidos através da internet. O crescimento de empresas focadas em

comércio eletrônico, juntamente com a popularização da internet, trouxe novas discussões sobre a atuação nos negócios internacionais (PENG, 2007 *apud* RIBEIRO, 2012).

Le e Routhlauf (2008) analisaram os casos de empresas globais e que oferecem serviços / produtos digitais, como Amazon, Google, Monster e Expedia, e descobriram que todas elas exploraram a internet como um canal virtual de exportação para se expandir rapidamente em diversos países. Entretanto, somente a internet não foi o suficiente para uma internacionalização de sucesso, e “estar fisicamente presente em alguns mercados chave foi considerado crucial para as empresas investigadas” (LE; ROUTHLAUF, 2008, p. 22). Os principais motivos para essas empresas se apresentarem fisicamente nos mercados foram a conformidade com as especificidades do mercado e a proximidade com clientes locais.

Como quando o produto é digital ele é distribuído pela internet, os seus meios de entrada nos negócios internacionais são diferentes da “exportação direta” (RASK, 2005). Segundo Rask (2005), a complexidade do produto digital é que vai definir se existe a necessidade ou não de presença física da empresa no mercado externo. Se o produto é simples, o canal de “exportação virtual direta” é suficiente, ou seja, a empresa realiza todas as operações pela internet. Quando o mercado não é claro e as situações de pré-venda são complexas (um produto digital pode ser tão especializado que são necessárias forças presenciais para buscar clientes) a empresa vai utilizar o modo “exportação digital direta, com vendas face a face”.

Quando a complexidade do pós-venda é alta (a implementação e o uso do produto podem ser complicados e há a necessidade de suporte), a opção seria a de “exportação digital direta, com suporte face a face”. Por fim, existe a opção de “subsidiária de vendas virtuais”, que controla o *marketing* e o suporte da empresa exportadora no exterior, sendo que essa modalidade é relevante quando a transparência do mercado não é clara e também a necessidade por suporte local é alta (RASK, 2005). O autor conclui, então, que como os produtos são digitais e as empresas de negócios virtuais conseguem controlar as operações *online*, a internet se torna o principal canal de entrada, e é a presença física no exterior que é utilizada como suplemento quando necessária - e não o contrário.

Além dos meios de entrada, os canais de venda (direto ou indireto) e a apresentação dos produtos digitais (*streaming* ou *download*) também são características de um negócio digital a serem levadas em consideração. Segundo Bradley *et al.* (2012), quando o canal de venda é direto, a empresa vende o bem digital diretamente para o consumidor final, enquanto no canal indireto existe um intermediário que conecta o produtor e o consumidor no mercado digital. Com relação à apresentação dos produtos digitais, Bradley *et al.* (2012) afirma que serviços de *streaming* fornecem produtos ou serviços *online* em tempo real para seus consumidores, como jogos *online* e serviços que disponibilizam filmes na internet. No caso de serviço por *download*, o consumidor realiza o *download* do produto para o seu computador ou outro aparelho, o que possibilita a utilização do produto tanto em estado *offline* quanto *online*.

A pesquisa de Bradley (2012) mostra que os produtos digitais podem ser oferecidos de formas diferenciadas, e o fator que definirá o canal de distribuição e o modelo de apresentação é o próprio objetivo do produto.

3 METODOLOGIA

O objetivo geral deste trabalho é promover uma reflexão sobre o processo de internacionalização das empresas de negócios digitais, descobrindo, à luz das teorias analisadas sobre internacionalização, a maneira mais adequada para que uma empresa de negócios digitais se internacionalize. A presente seção tem como objetivo descrever os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

A classificação metodológica da pesquisa se dará em três categorias: quanto à sua natureza, quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos. Com relação à natureza da pesquisa, ela é do tipo aplicada, pois, conforme explicam Prodav e Freitas (2013), busca gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória, pois traz como finalidade proporcionar maiores informações sobre o tema a ser estudado, possibilitando o descobrimento de um novo tipo de enfoque para o assunto (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A abordagem ao problema ocorreu de forma qualitativa, na qual, de acordo com Prodanov e Freitas (2013) e Zanella (2009), a interpretação dos fenômenos e

a atribuição de significados são básicas, sendo que o processo e o seu significado são os focos principais da abordagem. Para Zanella (2009) a abordagem qualitativa busca compreender a realidade a partir da descrição de significados e opiniões. Nesse tipo de pesquisa, não há a utilização de métodos e técnicas estatísticas (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O procedimento técnico adotado é a pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2008), há pesquisas (alguns estudos exploratórios e que utilizam da análise de conteúdo) desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. A pesquisa bibliográfica foi realizada conforme registram Prodanov e Freitas (2013, p. 54):

Quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa.

A coleta de dados foi feita em livros retirados da biblioteca da Universidade Feevale, em artigos científicos e publicações de periódicos selecionados em plataformas acadêmicas nacionais e internacionais (como Plataforma Capes, Scopus, Web of Science e Scielo). Quanto à seleção dos artigos utilizados para fundamentação do trabalho, considerou-se, primeiramente, a credibilidade e o acervo das plataformas digitais no meio acadêmico.

Para a análise dos resultados do trabalho fez-se uma interpretação da relação entre o referencial teórico de internacionalização e os estudos sobre negócios digitais, buscando delinear, a partir dos conteúdos estudados, a maneira como os negócios digitais podem se internacionalizar. Isso caracteriza a análise da pesquisa como análise de conteúdo, ou seja, aquela que trabalha com materiais textuais escritos, como textos que trazem os resultados de pesquisas realizadas e registros de observações feitas em livros, jornais e documentos (ZANELLA, 2009). A análise dos resultados será apresentada a seguir.

4 ANÁLISE REFLEXIVA DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa bibliográfica realizada nesse trabalho focou em dois temas: as teorias sobre o processo de internacionalização e a indústria de produtos de negócios digitais. Sendo assim, este capítulo visa responder à questão de pesquisa levantada: “como é o processo de internacionalização de empresas que trabalham com negócios digitais”?

Com base na revisão teórica foi possível perceber que os produtos digitais são comercializados pela internet (BRADLEY *et al.*, 2012). A internet ignora fronteiras, o que torna fácil exportar e importar produtos digitais. Conforme Brasil *et al.* (2013), empresas que fazem negócios na internet podem se tornar globais rapidamente através do seu *website*. Assim, para iniciar o processo de internacionalização, basta a empresa disponibilizar o produto no seu *website*

– que será utilizado para servir os mercados internacionais (RASK, 2005) – ou disponibilizar a venda em lojas *online*, o que também determina um modo de exportação (KOVÁCS, 2014). No momento em que os produtos digitais são distribuídos pela internet (BRADLEY *et al.* 2012), o processo de exportação pode iniciar.

Sendo assim, conforme o exposto acima por autores como Rask (2005), Bradley *et al.* (2012), Brasil *et al.* (2013) e Kovács (2014), pode-se afirmar que empresas de negócios digitais têm a possibilidade de se internacionalizar de forma acelerada graças à internet, o que apresenta harmonia com a principal característica de Born Globals. Além disso, existem evidências de que BGs utilizam a internet extensivamente como canal de exportação (GABRIELSSON; GABRIELSSON; 2011; GABRIELSSON; KIRPALANI, 2012 *apud* YOOS, 2012), considerando-a, inclusive, como a principal ferramenta de vendas ao exterior (SINKOVICS; SINKOVICS; JEAN, 2013). Nesse contexto, conclui-se que empresas de negócios digitais tendem a se internacionalizar como *Born Globals*.

Knight e Liesch (2016) frisam que a posse de conhecimento especializado e de produtos baseados em conhecimento – características percebidas em empresas de negócios digitais -, também fomenta a rápida internacionalização. Visto isso, é possível afirmar que uma empresa produtora de bens digitais terá as características de uma Born Global. É a simples natureza do produto e do negócio (digitais), e do canal de distribuição (internet) que possibilitarão que a empresa se internacionalize de forma rápida.

De fato, é difícil imaginar uma desenvolvedora de produtos digitais iniciando sua internacionalização através de processos mais tradicionais, como os abordados pela teoria de Uppsala. Questões como a distância psíquica e o crescimento *step-by-step* parecem estar à margem da irrelevância quando o produto é digital e distribuído pela internet. A empresa vai vender o quanto puder, para onde puder e o mais rápido possível.

O Paradigma Eclético (DUNNING, 1988; DUNNING 2000) também não atende suficientemente a internacionalização de negócios digitais no que diz respeito a todas as suas análises. Como o conhecimento, as ideias e os métodos são a principal matéria prima no desenvolvimento de produtos digitais, a empresa precisa internalizar tais vantagens. A exclusividade do conhecimento é essencial para o desenvolvimento de um produto inovador no mercado. A análise das vantagens competitivas também não é efetiva quando da decisão pela internacionalização: o mercado digital preza pela inovação e criatividade. Então, um produto digital novo deve ser único ou ter diferenciais exclusivos. Ou seja, o produto digital precisa ter diversas vantagens competitivas apenas para sobreviver com sucesso no mercado - independentemente da empresa pensar em internacionalização. Assim, a decisão pelo investimento direto estrangeiro deve passar por uma análise diferente da sugerida por Dunning (1988; 2000).

Acredita-se que seja necessária uma visão diferenciada quando a empresa opera com produtos digitais complexos: aqueles que não sejam “prontos para uso” nem que possam simplesmente ser disponibilizados pela internet. Como sugere Rask

(2005), quando o produto é complexo e há a necessidade de suporte aos compradores e suas equipes - softwares ERP, por exemplo - a inserção de um escritório próprio será necessária. Entende-se que a definição do mercado destino, nesses casos, possa ser feita através da análise de Dunning (1988; 2000), levando em consideração os fatores locais. Quanto ao modelo clássico de Uppsala, não se discorda que o conhecimento e a experiência empírica são essenciais para gerar maior comprometimento e resultar na expansão da internacionalização. Acredita-se que esse ponto do modelo de Uppsala seja observado, também, em empresas de negócios digitais.

O quadro 1 sintetiza a análise feita até então. As características destacadas em negrito são esperadas em negócios digitais. Dessa forma, como descrito na análise de resultados acima, empresas de negócios digitais são propícias a se internacionalizar como Born Globals.

Sendo o produto digital simples ou complexo, a presença física da empresa no exterior parece ser, em alguns casos – geralmente com empresas que atingem um maior porte –, necessária. Le e Routhlauf (2008) registram que os principais motivos para essa presença física seriam a conformidade com as especificidades do mercado e proximidade com clientes locais. Entretanto, os produtos básicos oferecidos por empresas são simples e facilmente utilizáveis por consumidores “comuns”, à distância. Pode-se presumir, então, que além de vendas e suporte aos consumidores, a presença física nos negócios digitais faz-se necessária para atender a projetos maiores e mais complexos, e negociações de alto nível - sendo essas, provavelmente B2B, conforme observado por Gabrielsson e Gabrielsson (2010).

UPPSALA	P. ECLÉTICO	BORN GLOBAL
Distância psíquica Internacionalização <i>step-by-step</i> Conhecimento X Experiência = Comprometimento Cadeia de estabelecimento Decisões incrementais	Análise de vantagens de Propriedade Análise de vantagens locais Análise de vantagens de internalização	Internet como canal de exportação Internacionalização acelerada Foco em mercados de nicho Recursos escassos Conhecimentos especializados

Quadro 1 – Características abordadas nas teorias de internacionalização estudadas
Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Quando se aborda negócios digitais, porém, outro motivo é plausível para se fazer presente fisicamente em mercados diversos: a busca por talentos diferenciados. Possuir escritórios em regiões que têm um foco em ensino de qualidade e tecnologia de inovação possibilita o abastecimento da equipe com pessoas capacitadas - exigência básica do mercado digital e criativo. Além disso, a diversidade da equipe também contribui para o processo criativo e para novas soluções de problemas. A presença da empresa em diversos países aumenta a chance de contratação de talentos únicos e contribui para que esses não sejam contratados pela concorrência. Empresas como Google e Facebook estão dispersas no globo. Esse fator traz harmonia com a análise dos fatores locais de Dunning (1988; 2000).

Conforme visto até então, conclui-se que os fatores determinantes da estratégia de internacionalização de uma empresa de negócios digitais são

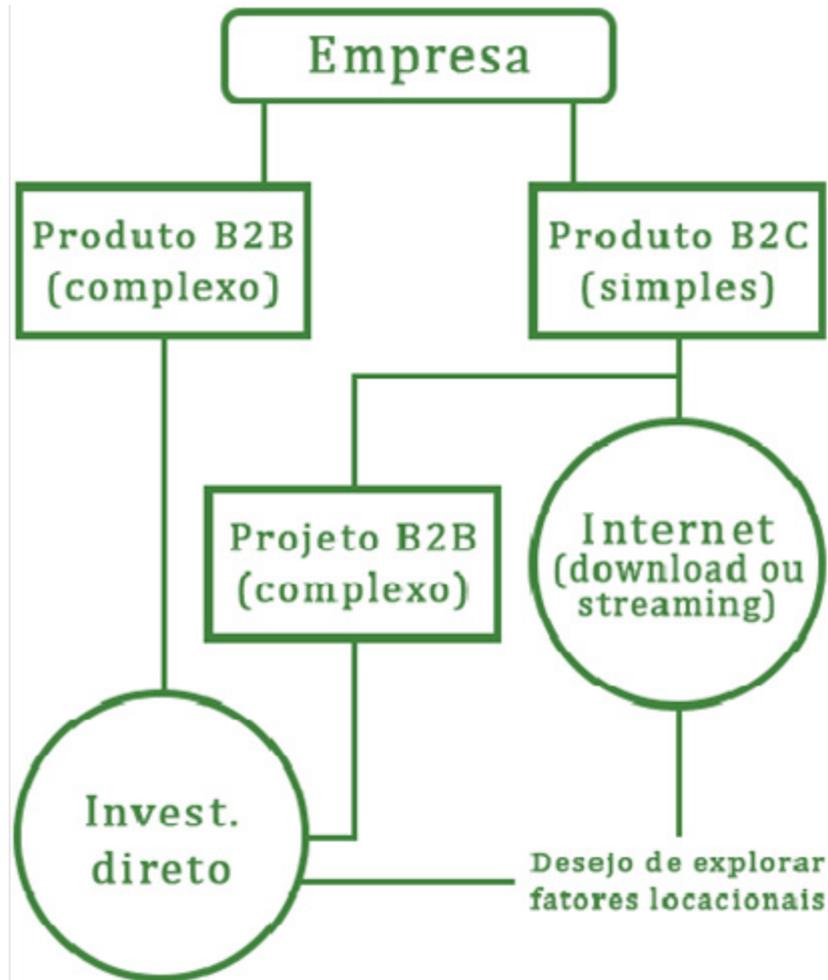


Figura 2 – Decisão da empresa pelo investimento direto
Fonte: elaborado pelo autor (2016)

a natureza dos seus produtos, as características do negócio e também o tipo de consumidor alvo. Se ela desenvolver produtos digitais simples, a comercialização *online* deve ser suficiente e, também, a estratégia mais vantajosa - como salientado por Hennart (2014). No caso de produtos complexos e operações B2B de alto nível, a empresa buscará uma presença física no mercado alvo, conforme afirma Rask (2005). Empresas que operarem tanto com produtos simples focados em B2C quanto com produtos complexos focados em B2B também devem optar pela presença física. A figura 2 sintetiza a análise feita até então.

Assim, a empresa de negócios digitais vai se internacionalizar de acordo com as necessidades do seu negócio e do seu público consumidor, bem como com a natureza do seu produto e seguindo os padrões de uma *Born Global*. Os níveis de aprofundamento no mercado externo serão definidos pela complexidade do negócio e as oportunidades mercadológicas e competitivas que a região tenha a oferecer, seja demanda pelo produto, oportunidade de crescimento, disponibilidade de talentos, etc.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia e a internet transformaram o ambiente dos negócios globais. Grandes multinacionais manufactureiras já não são as dominantes do mercado. Empresas inovadoras, que focam no mercado digital podem, rapidamente, tornarem-se relevantes no mercado global.

Produtos digitais têm características únicas que trazem vantagens para que sejam comercializados facilmente, como a sua natureza intangível, os baixos custos de transação e marginais, matérias-primas infinitas (a criatividade e o conhecimento), etc. Isso tudo permite que negócios digitais se internacionalizem com muita agilidade. O processo é diferenciado daquele das empresas manufatureiras, devido, basicamente, à natureza virtual do produto.

Sendo assim, após as pesquisas bibliográficas, foi possível conceituar “produtos digitais” e entender como os seus negócios comportam-se no mercado. Também foi possível descobrir que o tipo de produto digital com o qual a empresa trabalha, bem como a natureza do seu consumidor-alvo, são fatores determinantes para a definição dos canais de internacionalização. Além disso, as teorias clássicas de Uppsala e do Paradigma Eclético e os estudos recentes sobre Born Globals também foram analisados. Isso possibilitou concluir, através da análise de conteúdo da pesquisa bibliográfica, que empresas de negócios digitais tendem a se comportar de maneira diferenciada do que é mencionado nas teorias clássicas. Assim, empresas de negócios digitais irão se internacionalizar de forma acelerada, como Born Globals. Após essa análise, é possível afirmar que tanto os objetivos específicos quanto o objetivo geral da pesquisa foram atingidos.

A pesquisa se justifica, novamente, devido à relevância que os negócios digitais têm tido no mercado global. Não é mais possível imaginar um mundo sem produtos digitais, e as possibilidades para inovar são infinitas. Cabe aos profissio-

nais desenvolverem esses produtos e fazerem-se presente internacionalmente da maneira mais eficiente possível.

É válido mencionar as limitações da pesquisa. Por ser um trabalho de cunho teórico e reflexivo, a falta da análise de casos práticos pode dificultar a compreensão do cenário abordado. Também, foram analisadas somente duas teorias de internacionalização que, apesar de serem consideradas essenciais para a compreensão do tema, não são definitivas.

Com relação a pesquisas futuras, algumas sugestões são: a) estudos de caso de empresas de negócios digitais que se internacionalizaram por diferentes processos; b) análises do processo de internacionalização de negócios digitais à luz de outras teorias que não as abordadas nesse trabalho; c) pesquisas sobre como outros segmentos da indústria criativa se comportam no mercado internacional; d) pesquisas de abordagem quantitativa sobre a evolução e os impactos econômicos causados pelos negócios digitais na economia mundial.

Prevê-se um momento no tempo em que os negócios serão internacionais por natureza, e que o caminho da internacionalização será o caminho óbvio, especialmente, para os negócios que envolverem produtos digitais. As pesquisas devem seguir acompanhando a evolução da tecnologia e os seus impactos no mercado e no mundo.

REFERÊNCIAS

- ABRAHA, Adam; JALLOW, Antouman. **Born globals and active online internationalization** – a closer look on the effects of active online internationalization for Swedish born globals. 60f. Dissertação (Mestrado) – Department of Business Studies, Uppsala University, Uppsala, 2013.
- BARBOSA, Fabio José. **A internacionalização do Grupo Gerdau: um estudo de caso.** 2004. 121f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- BARBOSA, Gabriela Lins. A constituição dos fatores do Paradigma Eclético da Produção Internacional no processo de internacionalização da Acumuladores Moura S.A. In: XXXIII Encontro da ANPAD, 2009, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2009, p. 1-16.
- BORINI, Felipe Mendes; OLIVEIRA JÚNIOR., Moacir Miranda; RIBEIRO, Fernanda Ferreira. Internacionalização acelerada de empresas de base tecnológica: o caso das *born globals* brasileiras. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, p. 866-888, nov./dez., 2012.
- BRADLEY, Stephen *et al.* Toward an evolution strategy for the digital goods business. **Management Decision**, v. 50, n. 2, p. 234-252, 2012.
- BRASIL, Marcus Vinicius de Oliveira. *et al.* The role of internet in the born global companies. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 6, n. 2, p. 431-442, jun. 2013.
- CARVALHO, Carlos Augusto Septímio de; DIB, Luís Antônio da Rocha. Reconciliando o Modelo de Uppsala com a perspectiva de networks: revisão crítica e integrativa. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 12, n. 2. p. 13-36, abr./jun. 2013.
- CAVUSGIL, S. Tamer; KNIGHT, Gary. The born global firm: an entrepreneurial and capabilities perspective on early and rapid internationalization. **Journal of International Business Studies**, v. 46, n. 1, p. 3-16, 2015.

- CYRINO, Álvaro Bruno; OLIVEIRA JÚNIOR, Moacir de Miranda; BARCELLOS, Erika Penido. Evidências sobre a internacionalização de empresas brasileiras. In: OLIVEIRA JÚNIOR, Moacir de Miranda. **Multinacionais Brasileiras.** Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DUNNING, John H. The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions. **Journal of International Business Studies**, v. 19, n. 1, p. 1-31, 1988.
- _____. The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity. **International Business Review**, v. 9, p. 163-190, 2000.
- FAGUNDES, Mayra Batista Bitencourt; VIANA, Carla Chirstina de Oliveira; SAUER, Leandro; FIGUEIREDO, Jeovan de Carvalho. Estratégias de internacionalização da indústria brasileira de papel e celulose sob a ótica do Paradigma Eclético: estudo de caso da empresa Suzano Papel e Celulose. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 11, n. 3, p. 205-233, set./dez. 2012.
- GABRIELSSON, Mika; GABRIELSSON, Peter. Internet-based sales channel strategies of born global firms. **International Business Review**, v. 20, n. 1, p. 88-99, fev. 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.
- GOÉS, Gil Barreto de. Processo de internacionalização na indústria de jogos eletrônicos brasileira: estudos de caso. 139f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- GONÇALVEZ, Reinaldo. **Empresas Transnacionais e Internacionalização da Produção.** Petrópolis: Vozes, 1992.
- GOULART, Linda; BRASIL, Haroldo Vinagre; ARRUDA, Carlos Alberto. A internacionalização de empresas brasileiras: motivações e alternativas. In: Fundação Dom Cabral. **Internacionalização de empresas brasileiras.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.
- HENNART, Jean-François. The accidental internationalists: a theory of born-globals. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 38, n. 1, p. 117-135, jan. 2014.

HOWKINS, John. **Economia criativa**: como ganhar dinheiro com ideias criativas. São Paulo: M.Books, 2013.

JOHANSON, Jan; VAHLNE, Jan-Erik. The internationalization process of the firm – a model of knowledge development and increasing foreign markets commitments. **Journal of International Business Studies**, v. 8, n. 1, p. 23-32, 1977.

JOHANSON, Jan; WIEDERSHEIM-PAUL, Finn. The internationalization of the firm – four swedish cases. **Journal of Management Studies**, v. 12, p. 305-322, out. 1975.

KNIGHT, Gary A.; CAVUSGIL, S. Tamer. Innovation, organizational capabilities, and born-global firm. **Journal of International Business Studies**, v. 35, n. 2, p. 124-141, 2004.

KNIGHT, Gary A.; LIESCH, Peter W. Internationalization: from incremental to born global. **Journal of World Business**, v. 51, n. 1, p. 93-102, 2016.

KOVÁCS, Gergő Dániel. **Internationalization strategy of born global firms**. 46f. Dissertação (Mestrado) – Department of Business Administration, Aarhus University, Aarhus, 2014.

LAMBRECHT, Anja *et al.* How do firms make money selling digital goods *online*? **Marketing Letters**, v. 25, n. 3, p. 331-341, 2014.

LE, Kim Dung; ROTHLAUF, Franz. Foreign. Foreign market entry of e-business companies and implications for theories of internationalization. Working paper n. 4 - **Department of Information Systems and Business Administration**, Johannes Gutenberg-University Mainz, Mainz, 2008. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/242756414>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **Digital globalization**: the new era of global flows. 2016. Disponível em: <<http://www.mckinsey.com/business-functions/mckinsey-digital/our-insights/digital-globalization-the-new-era-of-global-flows>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

OCAMPO, Juan Fernando Vélez. Internationalization process of a developing country multinational: the outward foreign direct investment decisions in Bimbo Group. **Pensamiento & Gestión**, Barranquilla, n. 34, p. 54-68, jan./jun., 2013.

OLIVEIRA, Brigitte Renata Bezerra de; MORAES, Walter Fernando Araújo de; KOVACS, Erica Piros de. A formação de estratégias internacionais de empresas. In: OLIVEIRA JÚNIOR, Moacir de Miranda. **Multinacionais Brasileiras**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. A ordem econômico-comercial internacional: uma análise da evolução do sistema multilateral de comércio e da participação da diplomacia econômica brasileira no cenário mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 217-271, jul./dez. 2007.

OVIATT, Benjamin M.; MCDOUGALL, Patricia Phillips. Toward a theory of international new ventures. **Journal of International Business Studies**, v. 36, n. 1, p. 29-41, 2005.

PRATES, Rodolfo Coelho; BALBINOT, Zandra. Integrando as abordagens de Uppsala e do Paradigma Eclético: um modelo econométrico. In: XXXIV Encontro da ANPAD, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010, p. 1-14.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

RASK, Morten. Exporting complex digital products: motives and entry modes. In: 9th International Conference on Marketing and Development, 2005. **Anais...** Journal of Macromarketing, 2005, p. 262-274.

REZENDE, Sérgio Fernando Loureiro. Gradualismo e descontinuidade em processos de internacionalização. In: OLIVEIRA JÚNIOR, Moacir de Miranda. **Multinacionais Brasileiras**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

RIBEIRO, Fernanda Cecília Ferreira. **Born globals brasileiras**: estudo da internacionalização de empresas de base tecnológica. 250f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SHAPIRO, Carl; VARIAN, Hal R. **Information rules**: a strategic guide to the network economy. Boston: Harvard Business School Press, 1999. Disponível em: <<http://www.uib.cat/depart/deeweb/pdi/acm/arxius/premsa/information-rules%20VARIAN%20SHAPIRO.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

SHIRLEY, Tonnaer. **Digital products and internationalization**: a case study of Bollywood film distributor Eros International. 2015. 60f. Dissertação (Mestrado) – Faculty of Business Economics, Universiteit Hasselt, Hasselt, 2015.

SILVA, Rennaly Alves da; MORAES, Walter Fernando Araújo de. A evolução do modelo de Uppsala à luz da abordagem dos sistemas adaptativos complexo. **Internext Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, v. 8, n. 3, p. 63-80, 2013.

SINKOVICS, Noemi; SIKOVICS, Rudolf R.; JEAN, Ruey-Jer Bryan. The internet as an alternative path to internationalization? **International Marketing Review**, v. 30, n. 2, p. 130-155, 2013.

SOARES, Ednaldo. Modelo de Uppsala: A necessária “revista” ao modelo e sua contribuição à internacionalização da firma. **Revista Gestão e Planejamento**, v. 14, n. 2, p. 338-349, mai./ago. 2013.

STAL, Eva; CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. Inovação em subsidiárias de empresas multinacionais: aplicação do Paradigma Eclético de Dunning em países emergentes. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 560-591, mai./ago 2011.

TORRENS, Edson Wilson; AMAL, Mohamed; TONTINI, Gérson. Determinantes do desempenho exportador de pequenas e médias empresas manufatureiras brasileiras sob a perspectiva da visão baseada em recursos e do Modelo de Uppsala. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 16, n. 53, p. 511-539, out./dez.

UNESCO; UNPD. Creative Economy Report. 2013. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

YOOS, Simar. Market channels of technology startups that internationalize rapidly from inception. **Technology Innovation Management Review**, v. 2, n. 10, p. 32-37, out. 2012.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Brasília: CAPES, 2009.

PROCESSO E MÉTODO: DO RACIONALISMO CARTESIANO À RUPTURA LINGUÍSTICO-EXISTENCIAL E HERMENÊUTICO-FILOSÓFICA

Destaque em Ciências Sociais Aplicadas

Direito

Igor Raatz¹

William Galle Dietrich²

¹Pós-doutorando, Doutor e Mestre em Direito pela Unisinos. Professor do curso de graduação em Direito da Universidade Feevale. Advogado. igor@raatzanchieta.com.br.

²Mestrando em Direito pela Unisinos, como bolsista CAPES/PROEX. Graduado em Direito pela Feevale. Membro do DASEIN - Núcleo de Estudos Hermenêuticos. galledietrich@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo visa a desvelar como o processo civil brasileiro ainda está amplamente comprometido com o paradigma filosófico racionalista, de René Descartes e de Wilhelm Leibniz, por meio daquilo que Ovídio Araujo Baptista da Silva denominou de *ordinariedade*. A *ordinariedade* nada mais é do que enxergar o processo como um método, vale dizer, um procedimento rígido, de caráter apriorístico e atemporal, que preza por provimentos baseados em cognição plena e exauriente. Tendo a Crítica Hermenêutica do Direito como fio condutor do presente estudo, pretende-se desvelar como o pensamento cartesiano foi superado na (e pela) filosofia e, dessa forma, pretende-se descortinar como a ruptura com a *ordinariedade* no processo não mais perpassa por uma ruptura legislativa, mas antes, por uma ruptura com o senso comum teórico dos juristas, que permanece comprometido com racionalismo cartesiano, ignorando a viragem linguístico-existencial heideggeriana e hermenêutico-filosófica gadameriana.

Palavras-chave: Filosofia Hermenêutica e Hermenêutica Filosófica. *Ordinariedade*. Racionalismo Cartesiano.

1 INTRODUÇÃO

Hans-Georg Gadamer publicou sua maior obra, denominada *Wahrheit und Methode*, em 1960. Desde então, muitas interpretações equivocadas foram atreladas ao título da referida obra, que deve(ria) ser lida como *Verdade contra o Método* ou *Verdade não é Método* (STEIN, 1996). Seguindo a mesma linha de Gadamer, e ciente de tal risco, em 2006, Lenio Streck lança sua obra *Verdade e Consenso*, que deveria, da mesma forma que em Gadamer, ser lida como *Verdade contra o Consenso* ou *Verdade não é Consenso*.

Nessa mesma perspectiva, o título do presente ensaio “processo e método” é uma forma de prestar um tributo para tais obras, as quais deveriam ser leitura obrigatória para qualquer pretense jurista. Costuma-se dizer que citar um autor, na construção de um trabalho acadêmico, é pagar a dívida pelo que fora apreendido. Parece que no caso desses autores, assim como Martin Heidegger, Ovídio Araujo Baptista da Silva, Ernildo Stein, etc., é pouco. Aliás, é muito pouco. Por isso não basta citá-los. O presente estudo deve ser lido, portanto, nesses termos: o *Processo contra o Método*.

As críticas de Gadamer à questão do “método” – repisadas de modo incansável por Lenio Streck e outros autores imersos na Crítica Hermenêutica do Direito – parecem não ter sido muito bem compreendidas por significativa parcela da doutrina brasileira. O tema, portanto, pode ser explorado em diversas frentes, tendo-se optando, nas linhas que seguem, abordá-lo com o foco no direito processual civil, tendo em vista a ideia presente no senso comum teórico dos juristas

de que o processo é similar a um método capaz de lidar com todos os casos concretos.

Essa imposição de que qualquer litígio, não importando a espécie de direito material que esteja em discussão, perpassasse por um mesmo procedimento de cognição plena e exauriente, com uma verdadeira aversão à cognição sumária, em que o provimento final seja eminentemente declaratório, foi o que Ovídio Araujo Baptista da Silva denominou como mito da ordinariedade. A ordinariedade é um fenômeno forjado no paradigma racionalista e, no presente estudo, trabalhada como um mito a ser desvelado, de modo a ser realizada uma crítica ao processo pensado como algo apriorístico, universal, atemporal e alheio às peculiaridades do caso concreto, ou seja, pensado não como condição de possibilidade de desenvolvimento democrático da função jurisdicional, mas sim, como um método que, na melhor acepção cartesiana, acaba transformando o processo em um fenômeno incapaz de lidar com as peculiaridades do caso concreto. Nesse viés, é reforçada, ainda, a noção de um juiz preso ao paradigma da filosofia da consciência, tudo a partir de uma concepção meramente instrumental da linguagem.

Com efeito, ao mesmo tempo em que se objetiva formular uma crítica a esse modo de pensar o processo civil, buscar-se-á, no presente ensaio, assentar as condições de possibilidade para a sua superação a partir da filosofia hermenêutica e a hermenêutica filosófica. Reivindica-se, com isso, uma matriz teórica e filosófica ao direito processual civil capaz de superar os dualismos próprios da

metafísica clássica e moderna, intento que, por sua vez, poderia ser levado a efeito em quaisquer outras matérias do estudo do Direito. A opção de utilizar o direito processual civil como objeto de exploração no presente ensaio prende-se, no entanto, a dois fatores: (i) a possibilidade de dar continuidade às críticas de Ovídio Araújo Baptista da Silva ao paradigma filosófico cartesiano/leibniziano sobre o qual estaria assentado o direito processual, valendo-se, para tanto, da matriz hermenêutica, e (ii) a existência de um grande número de escritos sobre o direito processual civil, impulsionados pelo advento do Novo Código de Processo Civil, sem uma necessária base filosófica. Pretende-se, desse modo, contribuir para que a filosofia, também no âmbito do direito processual, deixe de ser visualizada como algo meramente instrumental como se fosse possível cindir direito e filosofia.

2 O RACIONALISMO CARTESIANO/LEIBNIZIANO COMO MATRIZ FILOSÓFICA DA ORDINARIEDADE

O movimento filosófico de maior relevância ao mito da ordinariedade é, sem dúvidas, o racionalismo propagado por René Descartes. Ovídio Araújo Baptista da Silva, claramente, foi o maior crítico dos influxos da filosofia cartesiana no processo civil. Partindo da lição do professor gaúcho, pode-se dizer que é necessário, para compreender o movimento racionalista, analisar dois “movimentos espirituais que marcaram a derrocada do mundo medieval e o surgimento da modernidade, [...] o Renascimento e seu mais significativo produto cultural, o *humanismo*; e a Reforma Religiosa” (BAPTISTA DA SILVA, 2004, p. 58).

O humanismo é um fenômeno complexo que, em um esforço, poderia ser explicado por meio das seguintes proposições: (i) o Homem se apresenta como centro do Universo e a Antiguidade passa a ser um modelo a seguir; (ii) a linguística e a crítica da linguagem adquirem relevância e, por fim, (iii) a Filosofia redescobre Platão. Pode se dizer, ainda, que o humanismo é a “grande mensagem transmitida pela moral cristã, reorientada, porém, na doutrina medieval, especialmente a partir de Guilherme de Ockham, no sentido de um nominalismo absoluto” (BAPTISTA DA SILVA, 2004, p. 60).

Na seara jurídica, em específico, o humanismo foi responsável por uma renovação pedagógica e metodológica. Contrapôs, pois, o ensino da escolástica que era considerado como sendo estereotipado e memorizador. Em face das “lacunas e contradições, principalmente nos *Digesta*, passou-se a aceitar o Direito romano como elemento *pré-dado*, constituindo uma base histórico-cultural de toda a elaboração posterior” (CANARIS, 1989, p. LXXV-LXXVII). Significa dizer que o Direito assume, pela primeira vez, uma sistemática do tipo empírico e periférico.

No que pertine ao segundo movimento espiritual importante para a compreensão do racionalismo, qual seja, a Reforma Religiosa, vale ressaltar que outra coisa não foi senão o resultado de uma releitura dos mesmos textos bíblicos que haviam inspirado a Idade Média. Com efeito, tal releitura foi no sentido de que houvesse uma interpretação *alegórica* do texto bíblico, e vale dizer, que este fosse compreendido a partir de seu próprio contexto (“*scriptura sui intepres*”), razão

pela qual Lutero foi responsável pelo movimento que apregoou a volta da literalidade da interpretação das sagradas escrituras.

Nessa perspectiva, é relevante advertir que a Reforma Religiosa e o Humanismo são movimentos que não se harmonizam. Tal questão se desvela com a lição de Richard Palmer, que afirma que houve uma “luta de Lutero contra os sistemas de interpretação místicos, dogmáticos, humanísticos e outros” (PALMER, 1999, p. 46). Contudo, na formação do racionalismo, tais pensamentos convergem, haja vista que o individualismo decorrente do humanismo passa a ser compromissado com o pensamento nascido na Reforma de Lutero.

Com efeito, isso significa que o racionalismo nasce posto sobre duas premissas básicas: a primeira, herdada da Reforma Religiosa, consiste em afirmar que o conhecimento de todas as coisas pode ser atingido por um método universal, pois se sabe que sem um critério *as melhores almas são capazes dos maiores vícios*; a segunda, adotada do individualismo decorrente do humanismo, e demonstrada pelo princípio (metafísico) epocal “*cogito, ergo sum*” (DESCARTES, 2010), implica em admitir que o sujeito é autônomo como coisa pensante. Dito de maneira mais singela, o racionalismo visa a construção de um método universal (pelo sujeito cognoscente) para que se chegue ao conhecimento das coisas.

Em que pese se pense imediatamente em René Descartes como grande arauto da filosofia racionalista, no direito tal fenômeno passou necessariamente por Gottfried Wilhelm Leibniz. Com fortes influências aristotélicas e da escolástica medieval, o filósofo alemão tinha consciência das dificuldades apontadas por

Descartes no que pertine à denominada linguagem universal, entretanto, acreditava dispor de novos meios para vencê-la.

Com efeito, partindo de uma análise algébrica, Leibniz refuta *o círculo vicioso* que prospecta a ideia de que o saber depende de algo já dado e passa a entender que a linguagem – vista de maneira instrumental – não é somente um método para *expor* a descoberta, mas também um instrumento idôneo para que se *pesquise* o saber. Sob essa perspectiva geometrizada, sugere *remédios que se poderiam aplicar contra as imperfeições e os abusos das palavras* (LEIBNIZ, 1996), e pensa que “Die grundsätzliche Erhebung über die Kontingenz der historischen Sprachen und die Unbestimmtheit ihrer Begriffe wäre nur durch die mathematische Symbolik möglich” (GADAMER, 1999, p. 419).

Adentrando na seara jurídica em específico, a *arquitetura racional do Direito* leibniziana busca a admissão de uma significação unívoca em que termos fundamentais têm correspondentes definições das quais se podem extrair consequências certas, seguindo um fio condutor lógico no pensar. Com efeito, essa é a razão pela qual Leibniz carrega a responsabilidade de tentar, nas palavras de Ovídio Baptista, “‘geometrizas’ as ciências do espírito” (BAPTISTA DA SILVA, 2004, p. 77), uma vez que sua filosofia procurou sedimentar a ideia de que as questões jurídicas poderiam ser resolvidas por mera dedução, sendo tão evidentes e exatas como um teorema matemático.

Nessa perspectiva, descortina-se um elemento basilar para a sedimentação do mito da ordinariedade no paradigma processual contemporâneo, qual seja, a

tentativa leibniziana de um direito *more geométrico* (CASTANHEIRA NEVES, 1971-72), aproximando as ciências do espírito da metodologia das ciências naturais. Tal esforço metodológico/filosófico de pensar o direito termina com a construção deste mito no direito processual civil, denominado de “ordinariedade”. Com efeito, a partir da tal paradigma, o direito processual civil e, mais precisamente, o processo, passaram a ser pensados como um método universal destinado a chegar a uma espécie de verdade matemática acerca dos fatos e da solução da causa, sendo indispensável, para tanto, que o juiz construísse o objeto do conhecimento por meio de uma cognição plena e exauriente e de uma linguagem matematicamente organizada.

Nas linhas seguintes, procurar-se-á desvelar como o racionalismo apresenta-se como um paradigma metafísico e instrumentalista da linguagem para, num segundo momento, reivindicar a sua superação a partir da ruptura linguístico-existencial e hermenêutico-filosófica que se dá com a invasão da filosofia pela linguagem.

3 O RACIONALISMO COMO UM PARADIGMA METAFÍSICO E INSTRUMENTALISTA DA LINGUAGEM

A visão instrumentalista da linguagem é um dos fatores basilares para o paradigma racionalista e para a metafísica moderna. Parece, portanto, necessário que se explicita o que é a metafísica e qual sua relação com o mito da ordinariedade para que, após, seja desvelada sua incompatibilidade com a filosofia posterior

a viragem linguística. Ainda, uma ressalva prévia: sempre que o presente ensaio abordar ou se referir à metafísica, se estará abordando a metafísica “ruim”, vale dizer, aquela de contornos ontoteológicos, compromissada com o esquema sujeito-objeto, e não a metafísica com as características especulativas aristotélicas da ciência procurada.

Parte-se, assim, de Martin Heidegger, filósofo tão caro à Crítica Hermenêutica do Direito. Heidegger se doutorou aos 24 anos de idade e aos 27 lançou *Sein und Zeit* (Ser e Tempo), por muitos considerado o livro mais importante do século XX. Ele estudou com Edmund Husserl na Universidade de Freiburg, onde radicalizou e transformou o método fenomenológico de seu mestre. Em 1928 retornou à Freiburg para suceder a Husserl que havia se aposentado.

Como era de costume, o então novo professor proferiu uma aula inaugural diante de todo corpo docente e discente da Universidade, datada em 24 de julho de 1929. O título da aula foi “*Que é Metafísica?*” e serviu de base para uma série de mal entendidos, chegando ao ponto de Heidegger ser taxado de niilista, “da filosofia do sentimento da angústia e da covardia, *do irracionalismo que combatia a validade da lógica*” (STEIN, 1989, p. 27).

Explicam-se os mal-entendidos: Heidegger começa sua preleção com a seguinte afirmação: “‘Que é metafísica?’ – A pergunta nos dá esperanças de que se falará sobre a metafísica. Não o faremos” (HEIDEGGER, 1989, p. 35). Essa parece ser a questão fundamental da fala do filósofo. Tendo como elemento a situação específica, qual seja, a reunião de acadêmicos realiza uma analítica da existência

científica e, a partir dela, procura responder o que é a metafísica. Contudo, Heidegger não define a metafísica. Com isso, as confusões se propagaram, razão pela qual o filósofo “acrescentou à quarta edição de 1943 um posfácio que respondia às objeções e elucidava aspectos da preleção que suscitavam dúvidas e mal-entendidos” (STEIN, 1989, p. 28).

Ainda não satisfeito, em 1949, o Professor de Freiburg elabora a introdução ao texto, partindo do fato de que “quem pergunta “*Que é Metafísica?*” problematiza a própria metafísica”, uma vez que “para compreender o que é metafísica, é preciso voltar aos seus fundamentos” (STEIN, 1989, p. 30). Daí porque Heidegger inicia a introdução questionando “em que solo encontram as raízes da árvore da filosofia seu apoio?” (HEIDEGGER, 1989, p. 55).

Nesses três textos do Filósofo da Floresta Negra é possível que se desvele, em suma, que a metafísica é o pensamento do ente enquanto ente. O pensamento metafísico é, assim, uma pergunta pelas origens ônticas, permanecendo junto ao ente, e não se voltando para o ser enquanto ser. Dito de maneira mais singela, a metafísica é o pensar com esteio em um *sentido primordial-imutável*. É o sentido atribuído a partir de algo fossilizado, anquilosado ou absoluto (algo como um “fundamento último” que paradoxalmente opera como “fundamento primeiro”). Assim, compreende-se a entificação do ser como promotora do fundamento primordial, que também serve como fundamento último.

A história da metafísica é, pois, a história do encobrimento do ser. Admitindo-se que o ser do segundo Heidegger é uma espécie de iluminação da lingua-

gem, fica fácil de compreender a razão pela qual a metafísica está umbilicalmente ligada às concepções instrumentalistas da linguagem. Nessa perspectiva, é possível afirmar que pensar metafisicamente é pensar que a essência está em algum local e a linguagem serve como mero instrumento de acesso a esta essência. Para a metafísica, a linguagem não é condição de possibilidade.

Dentro dos vários princípios epocais, que serviram de base para a história da metafísica e o conseqüente velamento do ser, há uma subdivisão filosófica entre *objetivismo* (metafísica clássica) e *subjetivismo* (metafísica moderna), que encontra como divisor René Descartes, filósofo essencial ao mito da ordinariade e inaugurador da filosofia da consciência. O objetivismo filosófico é a ideia de que o objeto tenha uma essência em si mesmo, sendo o sujeito submetido a tal essência. Dentro da polaridade sujeito-objeto, o sentido existiria somente no objeto. Sob tal perspectiva, um livro somente seria um livro pelo fato de que o objeto teria uma essência, vale dizer, como se do livro surgisse uma “livrosidade”.

Diferente é o subjetivismo. René Descartes inaugura a modernidade e inverte a polaridade sujeito-objeto e o sentido passa a estar no sujeito, e não mais no objeto. Assim, um livro passará a ser um livro pelo fato de que o sujeito cognoscente assim o quer. Ernildo Stein afirma que a hermenêutica – lugar de fala do presente artigo – é “uma incômoda verdade que se assenta entre as duas cadeiras” (STEIN, 1996, p. 45), não apostando em essências primordiais/inaugurais fundantes, como se a instauração do mundo não dependesse da linguagem, mas, ao mesmo tempo, não entregando a instauração do mundo a este sujeito-cognoscente cartesiano.

No campo jurídico, foi-se além. Inaugurou-se um novo paradigma entre o objetivismo e o subjetivismo. Alguém, apressado, indagaria: “assimilou-se, então, a hermenêutica?”. Não. O paradigma inaugurado pelos juristas é o *sincretismo filosófico*, que absorve – lamentavelmente – tudo de negativo da metafísica clássica e da metafísica moderna. Explica-se, assim, a razão pela qual ainda fala-se em verdade real como “princípio” no processo civil, penal e do trabalho, para ficar apenas com um exemplo. Então, permita-se a insistência em retornar a pergunta do tópico pretérito: Qual é o problema central em se admitir tal papel secundário-instrumental – e, portanto, metafísico – à linguagem?

O problema central é que, em suma, as palavras perdem o sentido, haja vista que a linguagem não traz sua carga pré-ontológica. A ontologia não é fundamental, uma vez que se pensa o ser veladamente a partir dos princípios epocais. Os exemplos concretos ocorrem diariamente, entretanto, o senso comum obnubila esse dar-se-conta. Com efeito, Ovídio Baptista traz interessante exemplo sobre o fenômeno. O processualista gaúcho comenta a guerra do Golfo, que teria ocorrido pelo fato de que um ditador de um país inexpressivo seria possuidor de armas de destruição em massa. Algum tempo depois da guerra, um dos chefes militares que comandara a invasão do país declarou, para a grande imprensa americana, que os órgãos de contraespionagem simplesmente estavam errados. Qual foi o resultado da declaração? Nenhum, pois a obliteração do sentido das palavras (que Ovídio, a partir de Jacques Rancière, denomina como “lógica da amnésia”) fez “que os leitores de jornal e os frequentadores da *mídia* eletrônica recebam

a cínica admissão de que a guerra tivera outras razões, ‘como quem comenta o tempo’” (BAPTISTA DA SILVA, 2004, p. 19). A pergunta que fica é: uma guerra pode ser qualquer coisa? Não haveria um sentido mínimo para uma guerra? Fazendo uso das palavras de Lenio Streck, não há(veria) um *compromisso ontológico* da palavra, “*advindo da semantização*” (STRECK, 2009, p. 178)?

No exemplo de Ovídio Baptista é bem clara a incidência da metafísica moderna. Ou seja, o sujeito moderno “pré-da” o objeto de forma totalmente solipsista. No campo jurídico os exemplos são intermináveis. Súmulas, enunciados, etc, que se apropriam dos sentidos. No tema que interessa ao presente artigo, é de fácil constatação a razão pela qual a ordinariedade também é um esquecimento de qualquer sentido do próprio processo e sua relação com o direito material. O processo está, pois, comprometido com Descartes e assujeitado pelo método construído sob o paradigma da filosofia da consciência.

A ordinariedade é, assim, um *modo de conhecer* metafísico, pois Descartes, como já se disse, acreditava ter construído um método hábil para extrair a verdade das coisas. Trata-se do sujeito cognoscente alcançando, por meio de um método, a verdade. Tem-se no ponto o *fundamentum absolutum inconcussum veritatis*. Pode-se afirmar que o fundamento primordial é, ao mesmo tempo, o fundamento último: o método do sujeito cognoscente. No caso do presente estudo, o processo *como* um método.

4 INVASÃO DA FILOSOFIA PELA LINGUAGEM: A RUPTURA LINGUÍSTICO-EXISTENCIAL E HERMENÊUTICO-FILOSÓFICA

Com efeito, no paradigma metafísico, a linguagem era considerada um instrumento de acesso às essências, ora utilizada para extrair tal essência do objeto que assujeita o sujeito (objetivismo filosófico), como se a mente do sujeito – para fazer uso de uma noção de Locke – fosse uma folha de papel em branco; ora para nomear o objeto conforme a consciência do sujeito assujeitador do objeto (subjetivismo filosófico). Tratam-se, na essência, de pensamentos metafísicos. Aquele denominado de clássico, este de moderno. Impregnado no processo civil, o racionalismo está superado na filosofia. Imperioso se mostrar tal superação.

Nesse passo, há a necessidade de se explicitar quando ocorre a inversão do quadro e como a linguagem deixa de ser mero instrumento para passar a ser condição de possibilidade para o conhecimento. Todo esse movimento em que a linguagem passou a ocupar a posição cimeira nas preocupações filosóficas foi denominado de *linguistic turn*. Tal movimento floresce com maior ênfase na segunda metade do século XX, sendo muito difícil apontar com precisão uma data ou um autor em específico como protagonista desta passagem da filosofia da consciência para a filosofia da linguagem, valendo lembrar que – em que pese sejam os maiores expoentes – tal movimento se inicia antes mesmo de Heidegger e do Wittgenstein das Investigações Filosóficas (GADAMER, 1999).

4.1 A RUPTURA LINGUÍSTICO-EXISTENCIAL EM MARTIN HEIDEGGER

Thomas Hobbes afirma que a linguagem tem semelhanças com as teias de aranha: “os espíritos fracos e delicados ficam presos às palavras e nelas se emaranham; mas os fortes as rompem” (HOBBS, 1839, p. 32). É bem verdade que Hobbes passa ao largo de ser um filósofo relevante para o *linguistic turn*, entretanto tal frase foi utilizada por Heidegger para desvelar que o pensamento metafísico era insuficiente: a linguagem deve ser rompida porque já “antes dela funciona no ter-que-ser do ser-aí” (STEIN, 2014, p. 40). Tem-se, no ponto, uma ideia propedêutica sobre a postura pragmática-existencial heideggeriana.

Como ideia propedêutica, é importante referir que o *linguistic turn* é o longo movimento que estabelece as seguintes premissas sobre a linguagem: (i) o conhecimento ocorre na linguagem; (ii) na linguagem ocorrerá a surgência do mundo; (iii) na linguagem o sujeito ocorrerá; (iv) que na linguagem que ocorre a ação e, por fim (v) na linguagem que se dá o sentido. Ou seja, o mundo se instaura na (e pela) linguagem.

Com efeito, supera-se a pretensão metafísica de uma verdade absoluta e sua permanente tentativa de negação da finitude, uma vez que é na “linguagem que se dá a ação; é na linguagem que se dá o sentido” (STRECK, 2015, p. 14). Em suma, passa-se a conceber a linguagem como mediação do significado. De pronto, é possível o desvelamento do que se pretende com as bases já lançadas somadas ao presente tópico: como se deu a superação do racionalismo cartesiano na

filosofia (que, reitera-se, permanece amplamente instaurado no processo civil), ou, nas palavras de Lenio Streck, como ocorreu a morte do sujeito cartesiano e “todas as formas de ‘eu’ puro, desindexado de cadeias significantes” (STRECK, 2009, p. 179-180).

Em 1927, ainda trabalhando na Universidade de Marburgo, Heidegger lança sua maior obra: *Sein und zeit*. Em que pese inacabado, *Ser e tempo* radicaliza com o método fenomenológico de Husserl, que pagava tributo às teorias da consciência. O Filósofo da Floresta Negra direcionou, assim, *todo o seu esforço filosófico* em mostrar outro paradigma do pensamento. Não seria exagerado afirmar que, na filosofia, Heidegger é um dos autores mais indigesto de se compreender. Sua obra é de sonora complexidade e, para agravar, é possível falar em três pensamentos distintos seus: Heidegger I, II e III (STEIN, 2006). Por essa razão, a abordagem do pensamento heideggeriano se dará de forma pontual, limitando-se ao estudo das questões mais pertinentes para o presente artigo, ou seja, se abordará tão somente parte do pensamento do primeiro Heidegger: o Heidegger de *Ser e tempo*. No mesmo sentido, se partirá do pressuposto de que o leitor tem uma compreensão mínima de determinados conceitos da filosofia heideggeriana, razão pela qual não se aprofundará na explicitação de certos aspectos.

Atribui-se à Heidegger a *pragmática existencial*, uma vez que, para a filosofia heideggeriana, o ser do ser-aí é fundamentalmente existência. O professor de Freiburg vai se preocupar com o sentido de ser – que a metafísica mantivera velado – partindo de uma analítica existencial hermenêutica (filosofia hermenêutica)

que é combativa às teorias tradicionais da consciência e do conhecimento. Com efeito, em Heidegger aparece de forma primeira “o adjetivo ‘hermenêutico’, como descrição de algo profundamente diferente na compreensão da filosofia” (STEIN, 2015, p. 11), razão pela qual seu projeto é tão inovador.

O primeiro aspecto que se deve ter em mente é que ST rompe com toda a questão teológica da filosofia, assim como todas as hipóteses de conhecimento finito proporcionados pelos princípios epocais. É por essa razão que Ernildo Stein vai afirmar que o encurtamento hermenêutico de ST é responsável pela “descoberta da entrada de Deus pela porta dos fundos na filosofia e sua consequente expulsão por Heidegger” (STEIN, 2014, p. 43).

Superando, pois, a metafísica e as concepções *objetivantes* da linguagem, Heidegger afirma que todo o pensar se movimenta em um espaço que é mediado pela linguagem; vale dizer, a linguagem é o meio de acesso ao mundo na filosofia hermenêutica proposta. Por isso que a linguagem passa a ser condição de possibilidade para o modo-de-ser do ser-aí, que nada mais é do que compreender. Ou seja, o ser-aí é o ente que tem o compreender como estrutura que lhe antecipa.

Nesse ponto, estão as duas maiores contribuições de Heidegger que interessam ao presente estudo, quais sejam, a elevação da linguagem à condição de possibilidade do conhecimento e a descoberta da “ideia da compreensão do ser-no-mundo, já sempre jogado no mundo e historicamente determinado” dentro da boa circularidade (STEIN, 2014, p. 32). A estrutura prévia da compreensão deriva do próprio movimento circular da compreensão partindo da temporalidade

do ser-aí, permitindo que o falar não ocorra abandonando a linguagem, mas sim, que se dê a partir dela.

Nessa perspectiva, o modo-de-ser do ser-aí é a compreensão pelo fato de que este ente – de privilégios ôntico-ontológicos – em sua hermenêutica se pergunta pelo (sentido do) seu ser. Como Heidegger afirma, mais tarde, que “die Sprache ist das Haus des Seins” (HEIDEGGER, 1947), este ente se perguntará por sua existência na linguagem e, ao compreender a estrutura prévia da linguagem (privilégio ontológico), que lhe antecede, compreende a si mesmo e compreende os outros entes (privilégio ôntico). Eis, portanto, a elevação da linguagem à condição de possibilidade por meio do *des-velamento* do ser. Essa é a razão pela qual “a linguagem, então, é totalidade” (STRECK, 2009, p. 202-203).

Em suma, aprendemos a nos conhecer, a conhecer os homens e o mundo na medida em que aprendemos a falar. Aprender a falar é, portanto, ter acesso originário ao mundo enquanto tal. Se a linguagem é a casa do ser, então ela é a nossa morada, porque somos ser-no-mundo: nossa compreensão do mundo é, sempre, linguisticamente interpretada. Enquanto lugar do evento do ser, a linguagem é aquele acontecimento originariamente único, no qual o mundo se abre para nós.

Com efeito, a compreensão vira o modo-de-ser do *Dasein*. Para existência do *Dasein* é inevitável a sua própria compreensão, vale dizer, um ser é sempre ser de um ente, e o ente só é no ser (HEIDEGGER, 1989). Ou seja, o ser-aí só é (como modo-de-ser) na existência da linguagem. O *des-velamento* do ser se dá no aspecto da estrutura prévia da linguagem. A linguagem possui uma estrutura que

já antecede o ser-aí, de forma prévia (*a priori compartilhado*). Já existe, pois, uma carga pré-ontológica que dá sentido ao ser, sendo “condição de possibilidade da compreensão que o estar-aí tem de si, dos utensílios que maneja e dos entes simplesmente intramundanos” (STEIN, 2014, p. 17).

É importante referir que a linguagem como totalidade é produzida no círculo da compreensão radicalizado por Heidegger. Sabe-se que o círculo é que exprimirá a estrutura prévia existencial do *Dasein*, atingindo a situação hermenêutica, ou seja, o conjunto das três instâncias da estrutura prévia: *Vorhabe*, *Vorsicht* e *Vorgriff* (HEIDEGGER, 1967). Tais instâncias “mostraram-se como ‘pressupostos’, operando na analítica provisória e revelando-se em seu resultado [...] no momento em que foi atingida a totalidade do estar-aí (sentido do ser do estar-aí) no sentido do cuidado” (STEIN, 2014, p. 68). Por isso que a ideia de estrutura prévia está vinculada à boa circularidade e, pela mesma razão, Gadamer dirá que “Heideggers hermeneutische Reflexion hat ihre Spitze nicht so sehr darin, nachzuweisen, daß hier ein Zirkel vorliegt, als vielmehr darin, daß dieser Zirkel einen ontologisch positiven Sinn hat” (GADAMER, 1999, p. 271).

Nesse passo, tal estrutura prévia positiva é fundamental para que se afaste o método cartesiano. Explica-se. Se existe uma estrutura prévia da linguagem, com um caráter pré-ontológico positivo, pode-se dizer que o conhecimento é uma articulação de uma *pré-compreensão* (*Vorverständnis*). Mais do que isso, pode-se dizer que o fio condutor do conhecimento são pré-juízos que nos guiam na descoberta do mundo. Tais pré-juízos notadamente “nada tem daquele ‘sujeito’ do cogito da

filosofia moderna”, uma vez que o conhecimento advém da “elaboração da constitutiva e originária relação com o mundo que a constitui” (STRECK, 2009, p. 198).

As descobertas da estrutura prévia da linguagem e da pré-compreensão que se dá na circularidade começam a promoção da queda do sujeito cartesiano. Com a descoberta heideggeriana de ser-no-mundo desde sempre jogado na historicidade, percebeu-se que a relação com o mundo por meio da consciência e da representação sempre chega atrasada, vale dizer, “como elemento interpretativo, o método sempre chega tarde” (STRECK, 2013, p. 215). Nessa linha, percebe-se que o método cartesiano e a concepção instrumentalista/metafísica da linguagem não mais se sustentam. Com *Sein und zeit*, Heidegger verificou que a linguagem passa a ser condição de possibilidade para a compreensão. Mais do que isso, descobriu-se que a compreensão possui uma estrutura prévia que se dá no caráter pré-ontológico (*a priori compartilhado*) que o ser-aí já está mergulhado de há muito. E essa carga já existe de forma antecessora, uma vez as coisas não têm um “sentido flutuante” apto a ser descoberto por um método. A pré-compreensão já existe e os pré-juízos guiam o *Dasein*. Antes do próprio ser-aí, essa estrutura prévia já existe, mas essa estrutura prévia só existe porque existe o ser-aí.

Com efeito, é por isso que o método já está desde sempre atrasado (e sempre estará) e nada mais é do que o momento supremo da subjetividade sendo, portanto, o velador da diferença ontológica. Em 1927, Heidegger apontou precisamente o problema do método. Em 2016, no processo civil, continua-se comprometido com a filosofia de Descartes. Confia-se, ainda, em um método.

4.2 HISTORICIDADE DA COMPREENSÃO EM HANS-GEORG GADAMER

Verificou-se no tópico pretéritos que, mesmo antes de Hans-Georg Gadamer, já havia boas razões para que se abandonasse a adoção do método forjado na concepção metafísica-cartesiana como modo de conhecer. Contudo, Gadamer, em sua obra mais importante – *Wahrheit und Methode* – veio para desferir o golpe final o método cartesiano, conforme se passará a explicitar.

Inicialmente, interessa saber que a hermenêutica gadameriana eleva a linguagem ao mais alto patamar, pois parte da premissa heideggeriana de que a linguagem não é um instrumento, vale dizer, uma terceira coisa que serve de meio para que o sujeito acesse o objeto. Sob essa perspectiva, é possível afirmar que Gadamer faz tal elevação “em uma ontologia hermenêutica, entendendo, a partir disto, que é a linguagem que determina a compreensão e o próprio objeto hermenêutico” (STRECK, 2009, p. 208). Daí fica fácil de compreender a conhecida afirmação do filósofo de que “*Sein, das verstanden werden kann, ist Sprache*” (GADAMER, 1999, p. 478). A linguagem, para Gadamer, manifesta o mundo sem que, contudo, o mundo se torne objeto da linguagem.

Ernildo Stein é, sem dúvidas, um dos maiores intérpretes das obras de Heidegger e Gadamer. Conheceu pessoalmente ambos os filósofos e, em determinada oportunidade, ao demonstrar seu afã de aprofundar a questão do círculo da compreensão, ouviu do próprio Heidegger que deveria se dirigir à Heidelberg, onde estava Gadamer querendo resolver tudo com a hermenêutica. Ao afirmar isso,

Heidegger estava se referindo a um amigo e discípulo que não quisera continuar o caminho de seu mestre. Mas, então, quais seriam essas diferenças existentes entre a filosofia hermenêutica heideggeriana e a hermenêutica filosófica gadameriana?

Os pensamentos de Gadamer e Heidegger são muito próximos, uma vez que “para Gadamer, a analítica temporal do ser humano em Heidegger demonstrou convincentemente que a compreensão não é um modo de comportamento do sujeito, mas uma maneira de ser do eis-aí-ser” (OLIVEIRA, 2006, p. 225). Em que pese tal encontro, a hermenêutica filosófica gadameriana produz “um cenário muito diferente daquele que aparece em Heidegger” (STEIN, 2015, p. 11-12), pois, libertando-se da hermenêutica nas ciências, submete a filosofia à hermenêutica.

Conforme se demonstrou, o professor de Freiburg dedicou sua obra à questão do ser, que se mantivera velado pela história da metafísica. Assim, deslocou o ser ao campo da fenomenologia e da analítica existencial. Nesse passo, com a concepção do ser-aí, introduziu um terceiro nível de um ente que desde-já-sempre compreende o seu ser (hermenêutica da faticidade) com o fito de “preparar uma nova compreensão do ser, a partir do conceito de tempo repensado a partir da temporalidade e da historicidade” (STEIN, 2015, p. 13-14). É diferente o pensamento do professor de Heidelberg: Gadamer acaba isolando o conceito de faticidade e liga-o a historicidade da compreensão (STRECK, 2009).

Isso significa admitir que a filosofia heideggeriana, partindo da hermenêutica da faticidade, pretende introduzir um novo conceito de finitude com força filosófica e esteio no modo-de-ser, ao passo que a filosofia gadameriana pretende,

de forma fundamental, fazer desse conceito a base de sua elaboração da finitude da compreensão. Com efeito, partindo da virada heideggeriana, Gadamer vai tratar do problema dos pré-conceitos, cobrando uma constante verificação dos pressupostos que utilizamos em nossas análises. Por isso afirmará o filósofo que “Es sind die undurchschauten Vorurteile, deren Herrschaft uns gegen die in der Überlieferung sprechende Sache taub macht” (GADAMER, 1999, p. 274).

Conforme Gadamer, a interpretação não interessa apenas para textos e à tradição oral, “mas a tudo que nos é transmitido pela história” (GADAMER, 2003, p. 19), razão pela qual o projeto gadameriano de VM contém como fator de originalidade o fato de ter iniciado a descrição da compreensão da experiência, através da historicidade na qual já se está inserido de há muito. E como o hermeneuta de Heidelberg operou tal descrição? Fora, justamente, com o desvelamento da problemática inerente aos pré-conceitos.

Em Verdade e Método, Gadamer analisa a questão do descrédito sofrido pelo preconceito por conta da *Aufklärung*. Passou-se, com o Iluminismo, a se estabelecer um cariz negativo aos pré-conceitos. Com isso, a *Aufklärung* passou a analisar tudo diante do juízo da razão, uma vez que “Nicht Überlieferung, sondern die Vernunft stellt die letzte Quelle aller Autorität dar” (GADAMER, 1999, p. 277). Constatando esse problema, Gadamer visa a reabilitar a autoridade de tais pré-conceitos, partindo da argumentação de que estes podem ser legítimos. Com suporte na historicidade, o filósofo perguntará: “Worin soll die Legitimation von Vorurteilen Ihren Grund finden?” (GADAMER, 1999, p. 281).

Assim, de forma assaz sucinta, o projeto Gadameriano pode ser considerado como uma *metateoria*, e vale dizer, uma “hermenêutica da hermenêutica” (STEIN, 2015, p. 23), pois se sabe que as interpretações não podem ser tomadas como questões isoladas, devendo sempre fazer parte da historicidade que já é antecessora. Com base nessa historicidade, o Hermeneuta de Heidelberg afirmará que a compreensão só alcança sua possibilidade no momento em que as opiniões prévias forem legítimas quando à sua origem e validade.

Com tais bases, fica fácil de compreender duas questões desenvolvidas pelo filósofo que interessam sobremaneira ao presente trabalho, quais sejam (i) a noção de que os sentidos não são reproduzidos (*Auslegung*), mas sim produzidos (*Sinngebung*), e (ii) a *applicatio* como superação das fases da hermenêutica clássica (STRECK, 2015). Sob tais concepções, o método cartesiano que se visa a desvelar com o presente artigo enfrenta a obliteração.

Segundo Gadamer, os sentidos não podem jamais ser reproduzidos, mas, sim, produzidos, uma vez que o intérprete sempre produzirá algum sentido no acontecer da interpretação. No espaço que o filósofo reservou ao estudo do direito, sempre rechaçou a equivocada ideia de que se busque a “vontade da lei” ou de que o direito seja aplicado por meras deduções. Para a filosofia gadameriana, há sempre uma “produktiver Rechtsergänzung” (GADAMER, 1999, p. 335) na tarefa da aplicação.

Com efeito, por óbvio, essa produção de sentidos não pode ser arbitrária. A produção de sentidos exercida pelo intérprete visa a atingir uma pretendida

univocidade no sentido. Nessa linha, a produção de sentidos não pode ser algo sempre imprevisível e novo pelo fato de que a fusão de horizontes parte da continuidade na tradição, obrigando sempre um confronto dialogado com a própria tradição, vale dizer, “só há valor histórico quando o passado é entendido em sua continuidade com o presente” (STRECK, 2009, p. 221-222). Por isso a célebre frase do filósofo: “Wer einen Text verstehen will, ist vielmehr bereit, sich von ihm etwas sagen zu lassen.” (GADAMER, 1999, p. 273).

Com essa concepção de produção de sentidos, chega-se à noção da *applicatio* gadameriana, que nada mais é do que rechaçar a ideia de interpretação como um método em três fases distintas, conforme preconizava a hermenêutica clássica. Ou seja, partindo do projeto heideggeriano de estrutura prévia da compreensão, não mais se sustenta a dicotomia entre *subtilitas intelligendi*, *subtilitas explicandi* e *subtilitas applicandi*, uma vez que esses três momentos ocorrem de uma vez só. Esse, segundo Lenio Streck, é “o maior contributo de Gadamer à hermenêutica jurídica” (STRECK, 2009, p. 219).

Gadamer nos dirá que a aplicação não ocorre de forma posterior, compreendido em si mesmo de forma autônoma, e depois aplicado a um caso concreto, uma vez que o sentido desta aplicação já está na totalidade da compreensão. E nesse contexto, o método leva seu golpe fulminante, na medida em que o intérprete contactou com o objeto já ocorreu a *applicatio*. Por isso que o método chega tarde. Quando o método for aplicado, o intérprete já se pronunciou de há muito, razão pela qual não há como sustentar essa cisão metódica interpretação/aplicação.

A *applicatio*, como elemento constitutivo do compreender, encontra sua base na historicidade, e não de uma “aplicação” posterior de algo que já seria por si. Por isso que ela não autoriza arbitrariedades. Com efeito, as duas construções gadamerianas se interligam sendo possível, assim, afirmar que a verdade não advém do método, razão pela qual, por exemplo, Savigny e seus “métodos” foram superados. O método de Descartes sofre em Gadamer, da mesma forma, seu golpe de morte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de mudança na legislação processual civil brasileira, é indispensável que se abandone o paradigma racionalista que forjou as construções processuais modernas e se passe a compreender o direito processual a partir de uma matriz hermenêutico-filosófica. Somente assim será possível expungir do direito processual alguns mitos como a verdade real, o livre convencimento judicial e, ao que interessa no presente ensaio, a *ordinariedade*.

Com efeito, é tempo de abandonar a *ordinariedade* e deixar de pensar o processo como um método. Processo não é método, mas sim, condição de possibilidade para que efetivação de direitos a partir de um perfil democrático-constitucional, em que às partes são conferidos direitos fundamentais capazes de salvaguardá-las de arbitrariedades. Com isso, busca-se superar uma ideia meramente quantitativa de jurisdição para que se dê o florescer do caso concreto e que, com isso, o caminho procedimental ínsito ao processo seja construído no

caso e de acordo com o caso concreto. Dito de outro modo, não há um método prévio e imutável para se chegar à solução da causa.

Daí que os mecanismos de flexibilização procedimental presentes na legislação processual para tornar o processo adaptável ao caso concreto (como é o caso da antecipação da tutela, dos negócios jurídicos processuais, da fase de saneamento e organização do processo, etc.) devem ser compreendidos distantes do paradigma filosófico que alicerçou o mito da *ordinariedade*. Somente a partir de um novo olhar, que tem como pressuposto a *filosofia no direito*, é que será possível inaugurar um sistema de justiça civil consentâneo com o Estado Democrático de Direito, no qual, nem o Direito, nem o processo civil, sejam encarados com caráter meramente instrumental. Embora o presente ensaio tenha buscado mostrar como a filosofia hermenêutica e a hermenêutica filosófica são capazes de contribuir para a superação do mito da *ordinariedade* no direito processual civil, não há dúvida de que uma série de outros temas do próprio direito processual civil também podem ser revistos e reconstruídos sob essa mesma perspectiva, de modo que se espera, com este artigo, contribuir para que tal proposta de trabalho tenha seguimento na doutrina processual civil brasileira.

REFERÊNCIAS

CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito**. Lisboa: Fundação Calouste Gullenkian, 1989.

CASTANHEIRA NEVES, António. **Curso de introdução ao estudo do direito**. Coimbra: J. Abrantes, 1971.

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**: para bem dirigir a própria razão e procurar a verdade nas ciências. São Paulo: Leopardo Editora, 2010.

GADAMER, Hans-Georg. Problemas epistemológicos das ciências humanas. **O problema da consciência histórica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1999.

HEIDEGGER, Martin. **Brief über den Humanismus**. Disponível em: <http://sandamaso.es/uploaded_files/4_heidegger_brief_%C3%BCber_den_humanismus.pdf>. Acesso em: 24 abr. 16.

HEIDEGGER, Martin. **Conferências e escritos filosóficos**. Tradução e notas de Ernildo Stein. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

HEIDEGGER, Martin. **Sein und Zeit**. Tübingen: Max Niemeyer, 1967.

HOBBS, Thomas. **Opera philosophica quæ latine scripsit omnia**. Londres: Bohn, 1839.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Novos ensaios sobre o entendimento humano**. Trad. de Luiz João Baraúna. (Os Pensadores) São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MISSAGGIA, Juliana. A hermenêutica em Heidegger e Gadamer: algumas confluências e divergências. **Griot – Revista de Filosofia**, Amargosa, v. 6, n. 2, 2012.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PALMER, Richard. **Hermenêutica**. Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1999.

SILVA, Ovidio A. Baptista da. **Jurisdição e execução na tradição romano-canônica**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. **Processo e ideologia**: O paradigma racionalista. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2004.

STEIN, Ernildo. **Aproximações sobre hermenêutica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

STEIN, Ernildo. Gadamer e a consumação da Hermenêutica. In: **Hermenêutica e Epistemologia**: 50 anos de Verdade e Método. 2. ed. rev. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

STEIN, Ernildo. **Pensar é pensar a diferença**: filosofia e conhecimento empírico. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2006.

STEIN, Ernildo. **Seis estudos sobre “Ser e tempo”**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica (jurídica): compreendemos porque interpretamos ou interpretamos porque compreendemos? Uma resposta a partir do ontological turn. **Estudos jurídicos**, v. 37, n. 101, set./dez. 2004.

STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica e decisão jurídica: questões epistemológicas. **Hermenêutica e Epistemologia**: 50 anos de Verdade e Método. 2. ed. rev. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) Crise**: uma exploração hermenêutica da construção do Direito, 8. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

STRECK, Lenio Luiz. **Jurisdição constitucional e decisão jurídica**. 3. ed. reformulada da obra *Jurisdição constitucional e hermenêutica*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

STRECK, Lenio Luiz. O que é isto – a verdade real? Uma crítica ao sincretismo jusfilosófico de *terrae brasiliis*. **Revista dos Tribunais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, a. 101, v. 921, 2012.

STRECK, Lenio Luiz. **O que é isto – decido conforme minha consciência?** 5. ed. rev. e atual. de acordo com as alterações hermenêutico-processuais dos Códigos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

REDUÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA ATRAVÉS DA MELHORIA DO PROCESSO DE GESTÃO DE ESTOQUES EM UMA EMPRESA CALÇADISTA

Destaque em Ciências Sociais Aplicadas

Gestão da Produção Industrial

Cristieli Warken¹

Ariel Peixoto Possebon²

¹Graduada no Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial na Universidade Feevale.
E-mail: cristieli.warken23@gmail.com.

²Engenheiro de Produção Mecânica, Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas e Professor da
Universidade Feevale. E-mail: arielpossebon@feevale.br.

RESUMO

O setor calçadista é amplo e possibilita a atuação em diversos segmentos: esportivo, feminino, masculino e infantil. Contudo, existe grande competitividade no mercado de atuação. Por isso, cresce a necessidade das organizações realizarem uma gestão em que seja possível utilizar ao máximo os recursos disponíveis, considerando que há coleções relacionadas às estações do ano, acompanhando as tendências da moda. Nesse ínterim, esta pesquisa está atrelada a um estudo de caso realizado em uma empresa de calçados esportivos de grande porte. Esse estudo teve como objetivo analisar criticamente os estoques de matéria-prima e identificar oportunidades de melhoria nessa empresa. Para tanto, foi realizada a análise da gestão de estoques da organização e suas características. Isso possibilitou um estudo de pontos de melhorias, já que foi possível reaproveitar materiais em estoque, evitar gastos desnecessários com compra de materiais e utilizar aqueles que estavam obsoletos. Nessa perspectiva, identificou-se a importância de aplicar adequadamente a gestão de estoques e realizar um acompanhamento das ações a fim de buscar um controle mais adequado dos materiais em estoque e suas quantidades. Além disso, foi necessária a alteração do método de compra de matéria-prima que, de uma forma direta, influencia nos custos da organização. Essas novas ações adotadas pela empresa terão um acompanhamento contínuo de desempenho. Deste modo, a alteração dos métodos e o reaproveitamento dos itens armazenados possibilitou a diminuição dos níveis de estoques de matéria-prima.

Palavras-chave: Estoque. Gestão de estoques. Matéria-prima. Setor calçadista.

1 INTRODUÇÃO

A crescente competitividade e o elevado grau de instabilidade vivido pelas empresas fazem com que muitas delas procurem técnicas e ferramentas que direcionem seus objetivos e que as auxiliem na melhoria do processo gerencial. A maioria dessas dificuldades está ligada à gestão de estoque, um fator importante para as organizações, visto que existem desafios para manter os níveis de estoques adequados.

A produção de calçados esportivos requer uma diversificada composição na *mix* de produtos e materiais, considerando a demanda de clientes de gêneros, gostos e idades diferentes. A frequente inovação dos produtos do setor calçadista esportivo torna cada vez mais complexo o controle e gerenciamento de estoque de matéria-prima devido ao baixo ciclo de vida do produto.

O estoque de matéria-prima pode ser considerado acúmulo de materiais quando há necessidade de optar pela permanência desses materiais na empresa. Para tanto, é preciso disponibilizar um arranjo físico capaz de suprir a necessidade de demanda de estocagem e a quantidade necessária para manter em estoque por determinado período de tempo. Estocar, portanto, constitui em armazenar algo para que possa ser utilizado no futuro (CHIAVENATO, 2008).

A escolha deste tema, nesta pesquisa, teve como justificativa o fato de que ações simples de gestão e controle de estoques podem reduzir significativamente as compras de materiais novos, viabilizando a redução de estoques de matéria-prima. No contexto acadêmico, faz-se necessário ressaltar a utilização dos co-

nhecimentos teóricos em diversas situações do cotidiano encontradas nas empresas, uma vez que é possível contribuir de forma significativa com a melhoria de determinados processos. Desse modo, os conhecimentos adquiridos na academia tornam-se mais claros e objetivos.

Assim, o problema de pesquisa que direcionou esse estudo foi responder ao seguinte questionamento, “como reduzir os estoques de matéria-prima, evitando o risco de obsolescência em uma empresa calçadista”? Para responder a essa problemática de pesquisa, esse estudo teve como objetivo geral analisar criticamente o processo de gestão de estoques de materiais e identificar oportunidades de melhorias, contribuindo, dessa forma, para a redução dos níveis de estoque em uma empresa calçadista. Para atingir esse objetivo geral, foram delimitados os seguintes objetivos específicos:

- entender processo de gestão de estoques de materiais utilizados anteriormente à intervenção;
- descrever o processo de intervenção da empresa e evidenciar as melhorias implantadas;
- avaliar os resultados obtidos pós-intervenção.

Este estudo foi estruturado da seguinte forma: a primeira sessão apresenta o problema de pesquisa e seus objetivos, geral e específicos; a segunda sessão aborda a base conceitual utilizada para o desenvolvimento deste trabalho; a ter-

ceira sessão trata da metodologia que exemplifica as classificações desta pesquisa e o método de trabalho utilizado para seu desenvolvimento; a quarta sessão evidencia, através de estudo de caso, a aplicação prática, contendo informações referentes ao conteúdo estudado e os dados coletados na empresa; por fim, a quinta e última sessão trata das considerações finais que trazem os resultados do projeto realizado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, abordam-se os tópicos conceituais utilizados para o desenvolvimento deste estudo que trazem considerações sobre estoques.

2.1 ESTOQUE

Estoque consiste em um conjunto de quaisquer tipos de matérias-primas, componentes, ferramentas ou produtos acabados que tem como intuito assegurar o funcionamento adequado da empresa relacionado aos atrasos no fornecimento de insumos, diminuindo as dificuldades no abastecimento. Ainda proporciona economia na aquisição de lotes de matéria-prima, já que há grande demanda de materiais a serem adquiridos para manter preço de mercado; a matéria-prima permanece em estoque sem reajustes de preço comercial (CHIAVENATO, 2008).

Os estoques representam elementos expressivos para qualquer empresa, tanto econômicos como financeiros. Portanto, necessitam ser concentrados da forma mais lógica possível, ainda que sejam gerados para possibilitar seu uso posteriormente devido à incapacidade das empresas de preverem demandas fu-

turas (VIANA, 2000). Em relação ao estoque de matérias-primas, esses insumos são necessários para a produção de produtos acabados. São os materiais que não serão utilizados de imediato, mas que poderão ser utilizados após um determinado período de tempo.

Conforme apresentado no Quadro 1, os autores classificam de formas distintas os tipos de estoques.

TIPO DE ESTOQUE	DESCRIÇÃO DOS ESTOQUES	AUTORES
Categorias distintas de estoques	-Estoques em trânsito -Estoques por antecipação -Estoques regulares ou cíclicos -Estoques de segurança -Estoques obsoletos ou mortos	Ballou, 2006
Estoques por estágios de produção	-Estoques de matérias primas -Estoques de produtos acabados -Estoques de produtos em processo -Estoques de materiais diversos	Zorzo, 2015 Taylor, 2005 Chiavenato, 2008
Estoques por fluxo de materiais	-Estoques de matérias primas -Estoques de produtos em processo -Estoques de produtos acabados -Estoques de distribuição -estoques de suprimentos de manutenção	Arnold, 2012
Estoques conforme desempenho	-Estoques por antecipação -Estoques de segurança -Estoques por tamanho de lote -Estoque por transporte	

Quadro 1 – Tipos de estoques e autores
Fonte: Elaborado pela autora

Conforme Bowersox e Closs (2001), o estoque médio compreende a contagem de materiais, produtos acabados e componentes mantidos em estoque. Contudo, deve haver uma política adequada para cada componente, tanto para o estoque básico, de segurança e de trânsito. A política de estoque básico é um pedaço do estoque médio em seu nível máximo. A partir do momento em que a demanda exige, reduz-se o estoque até seu nível chegar a zero. No entanto, sempre precisa ser controlado. Para tanto, são emitidos pedidos de ressuprimento.

2.2 GESTÃO DE ESTOQUE

Atrelado ao estoque, o planejamento também tem uma função crítica para a produção. Possíveis faltas das principais matérias-primas podem ocasionar o atraso ou parada na produção, acarretando, inclusive, mudanças na programação dos produtos a serem produzidos e aumentando os custos de produção. Tal como a falta de matérias-primas, o excesso também pode causar problemas, visto que aumenta os custos e reduz a lucratividade devido à armazenagem mais alongada. Isso ocorre devido à imobilização de capital de giro, à deterioração e obsolescência de material em estoque (BOWERSOX; CLOSS, 2001).

Conforme Viana (2000), o gerenciamento pondera e redimensiona os estoques. Portanto, os níveis de estoques devem ser revisados e atualizados constantemente. Dessa forma, haverá uma previsão de possíveis problemas, sejam eles por falta ou por excesso de um determinado material. Por isso, é preciso manter os dados de estocagem atualizados e, assim, o controle de estoques ficará mais preciso.

Segundo Bowersox e Closs (2001), há razões favoráveis e desfavoráveis em relação aos estoques. Uma das razões favoráveis para a sustentação de estoque é a redução nos custos. Apesar da manutenção de estoque provocar alguns custos adicionais, a sua utilização acaba por reduzir os custos operacionais. Quando há a existência de materiais que geram estoques suficientes por determinado período de tempo e com um preço sem reajustes, ainda é possível ter a matéria-prima em mãos sem a necessidade de prazos mais longos para o início da produção do produto.

Entretanto, o autor elenca as razões desfavoráveis aos estoques. Ele ainda as considera principalmente como desperdício, pois concentram um capital que poderia ser aplicado na produtividade e na competitividade. Além disso, os estoques não contribuem com os produtos finais da empresa. O armazenamento de valores também é visto como um problema de qualidade, sendo que para corrigir qualquer problema relacionado à qualidade da matéria-prima já armazenada poderia demandar um tempo maior.

Conforme Ching (2003), os gestores das organizações devem acompanhar o desempenho de suas empresas. Nesse sentido, é necessário monitorar quais os níveis de estoques precisam manter para que não falte mercadoria e para que não haja excesso nos estoques.

A aplicação do sistema de gestão de estoques possibilita melhor atendimento ao consumidor, visto que apresenta melhor disposição de matérias-primas e diminui o investimento nelas. Embora seja necessário manter um determi-

nado armazenamento de materiais, o objetivo da gestão de estoques consiste em mantê-los com o menor nível possível. Assim, é indispensável a implementação de uma gestão de estoque adequada que, por consequência, reduza seu volume (GONÇALVES, 2013).

Para Zorzo (2015), a gestão de materiais é fundamental para o funcionamento apropriado das empresas. Por meio da gestão de estoques, é possível identificar quanto e quando deve ser reabastecido, bem como o que deve ser retirado dos estoques por não ter mais utilidade ou por estar obsoleto.

Conforme Viana (2000), para ter um pleno entendimento das necessidades de uma empresa, é necessário entender que gestão de estoques consiste no conjunto de atividades que apontam, por meio de políticas de estoque, um caminho a ser seguido, a fim de adquirir a máxima eficiência e o menor custo. Portanto, o principal objetivo de uma gestão adequada é essencialmente a busca pelo equilíbrio entre o estoque e seu consumo.

A compra ou aquisição de matérias-primas é considerada um gasto e um investimento para a instituição ou empresa. Essa aquisição deve, portanto, ser contabilizada e registrada até que o material seja requisitado para consumo ou aplicado posteriormente na fabricação de produtos. Quando determinado material é requisitado do estoque e aplicado na produção, há custos envolvidos; quando o produto está concluído e é necessário estocá-lo para venda, há novamente um investimento. Dessa forma, há gastos e investimentos relacionados à administração de estocagem (MEGLIORINI, 2007).

2.3 CONTROLE DE ESTOQUE

Conforme Chiavenato (2008), as empresas estão sujeitas à dependência do controle de insumos e entrada de matérias-primas de meio externo que serão utilizadas durante o processo produtivo. Sem um controle adequado das entradas e saídas desses materiais, as organizações tendem a perder a eficiência, pois, sem um rigoroso controle, as matérias-primas podem sofrer atrasos e acarretar inclusive uma parada no processo de produção. Ainda segundo esse autor, o excesso de insumos acumulados também traz malefícios por estar parado e sem utilidade. Assim, a escassez ou o excesso de matérias-primas deve ser evitado.

Os estoques devem ser controlados de forma objetiva e eficiente, visando controle de materiais o de custos, evitando maiores problemas para empresa. Estabelecer os níveis de estoque, assim como sua localização, é parte de um conjunto que caracteriza problemas de controle de estoque. Desse modo, o estoque exerce influências sobre a rentabilidade da empresa (CHING, 2003).

2.4 OBSOLESCÊNCIA

Segundo Megliorni (2007), é importante que as organizações realizem as compras de materiais, comumente interligadas às políticas de estoques. Contudo, alguns materiais podem ser adquiridos em diferentes épocas e de diferentes fornecedores, variando também as condições de pagamento e valores. Levando essas informações em conta, é possível que haja em estoque inúmeras unidades de um mesmo material ou de um material similar, com custos de aquisição dis-

tintos. Nesse contexto, é possível associar a variação de materiais em estoques com as quantidades de itens que sobram, tornando-se uma grande quantidade desnecessária de materiais obsoletos.

Referente à obsolescência, os materiais que permanecem parados em estoque podem ser considerados custos de estocagem, já que representam despesas para a empresa à medida que o volume de estoque aumenta. A obsolescência está ligada à perda de valor do produto devido à grande variedade de matérias-primas em giro. Alguns desses materiais acabam por se tornar obsoletos (ARNOLD, 2012).

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia é entendida como o estudo que tem por objetivo analisar, compreender e avaliar os inúmeros métodos usados para a prática de uma pesquisa acadêmica. Através dela, é possível definir o procedimento mais adequado para a coleta de dados com a finalidade de alcançar os objetivos de pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013). A seguir, apresenta-se a classificação desta pesquisa.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DESTA PESQUISA

Referente à sua natureza, a pesquisa foi aplicada, ou seja, teve cunho prático, a fim de solucionar problemas encontrados na realidade. A pesquisa aplicada transforma a ação concreta em resultados. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 51), “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Em relação aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva, pois aborda o estudo e a descrição de características e propriedades relacionadas a uma determinada realidade. A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona os dados sem interferir nos resultados. Através dela, procura-se investigar com mais exatidão as possíveis causas e com que frequência determinado evento acontece, buscando descobrir qual seria sua natureza e peculiaridades. A pesquisa descritiva envolve principalmente as ciências humanas e sociais, de modo a abordar assuntos relevantes a serem estudados (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Referente aos procedimentos utilizados, foi realizada pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Conforme Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa bibliográfica é organizada e definida a partir de materiais já publicados, sejam essas publicações físicas ou em meio eletrônico. Tem como objetivo proporcionar ao pesquisador uma abordagem mais direta com o material já pesquisado e escrito sobre determinado assunto. Os autores ainda destacam a atenção sobre os dados pesquisados, pois é necessário atentar a confiabilidade e veracidade das informações que as obras possam apresentar.

O estudo de caso aborda o detalhamento de determinado objeto. Consiste em coletar e analisar informações. Conforme Yin (2005), quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a coleta de dados é necessária para a construção da pesquisa. Essa construção dá-se através da utilização do estudo de caso como método de investigação empírica, que observa os elementos atuais em contextos reais. Eles devem ser claros e evidentes, com a finalidade de analisar e observar

características variadas, levando-se em consideração as delimitações no setor pesquisado. Assim, é possível buscar informações do andamento dos processos.

Relacionado às pesquisas, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com perguntas relacionadas ao cotidiano dos setores e suas operações. As questões foram descritas pelos funcionários envolvidos de forma que evidenciassem com mais clareza e precisão as informações coletadas. Foram entrevistados o analista de materiais, o comprador e o responsável pelo planejamento de produção da empresa.

Em relação à abordagem do problema, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Ela tem como base a coleta de informações descritivas relacionada ao contexto do ambiente de pesquisa. O processo é fonte direta de informações. Nesses casos, a coleta de dados é feita através de pesquisas, entrevistas e com foco maior no trabalho, acompanhamento e observação em campo (PRODANOV; FREITAS, 2013).

3.2 MÉTODO DE TRABALHO

A elaboração da pesquisa se deu principalmente através da observação dos processos e do acompanhamento nos setores envolvidos, sendo possível, assim, acompanhar a sequência das ações. Deste modo, o entendimento dos dados utilizados neste trabalho ocorreu por meio da observação.

A fundamentação teórica foi realizada a fim de possibilitar o embasamento bibliográfico dos assuntos apresentados no estudo de caso. Na sequência, iniciou-

-se este estudo através da análise do processo que a empresa utilizava no período anterior a maio de 2014, envolvendo os colaboradores da empresa. Também foi possível coletar dados da empresa estudada a partir de documentos/relatórios fornecidos por ela, bem como pela observação direta da autora das ações já em andamento. Já, no quarto passo, com base nos relatórios fornecidos e diante da observação direta, foram destacados os principais problemas relacionados aos estoques, assim como as melhorias implantadas. Na sequência, foram verificadas as aplicações e sugestões que melhor encaixavam-se ao contexto da empresa. Após, foi realizada uma avaliação para demonstrar os resultados obtidos, com o intuito de responder ao problema de pesquisa. Por fim, foram descritas as considerações finais, levando em consideração os pontos positivos e negativos deste estudo.

4 ESTUDO DE CASO

A empresa X nasceu da fusão entre duas empresas no ano de 2005: uma com sede em um município do Rio Grande do Sul que já atuava desde 1968, e a outra com sede em uma cidade do estado de Santa Catarina que iniciou suas atividades em 1980. A sede da empresa foco deste estudo está situada no Vale do Rio dos Sinos, localizada na região metropolitana da grande Porto Alegre. O principal ramo de atividade é calçado esportivo. Contudo, a empresa também atua no ramo de confecções.

Ela possui licença de produção das principais marcas esportivas mundiais, tendo relacionamentos comerciais com diversos países. Assim, realiza exporta-

ções e importações para qualquer país do mundo. Desse modo, os produtos fabricados pela empresa têm reconhecimento mundial e as transações são frequentes.

O centro de criação da empresa está situado na região metropolitana do Rio Grande do Sul, onde se encontram as áreas administrativas e de produção de amostras da organização. Nesse local, são criados e elaborados os protótipos que a empresa produz. As áreas produtivas estão localizadas no centro do Estado do RS, duas no estado da Bahia e uma no estado do Ceará. A empresa ainda possui duas áreas produtivas na Argentina, totalizando seis unidades fabris; quatro delas no Brasil.

A empresa trabalha com o desenvolvimento e a produção de calçados esportivos. Com foco nos clientes, segue as tendências da moda de modo que os modelos são criados pelo setor de desenvolvimento, em conjunto com o setor comercial. Após a definição dos materiais e dos modelos, os dados são agrupados em uma ficha técnica que contém informações referentes a cada modelo específico. Após a elaboração da ficha técnica, são comprados os materiais e encaminhados às respectivas unidades de produção, que recebem e armazenam as matérias-primas até a data em que a produção está programada. Na sequência, esses materiais são liberados para a produção, caracterizando o produto: setor de corte, setor de costura, setor de montagem e setor de acabamento.

Como a empresa trabalha diretamente com a elaboração e criação de produtos novos, os materiais utilizados também se atualizam com frequência. Devido à rotatividade de produtos e do baixo ciclo de vida deles, o estoque continuamente recebe novos materiais, de modo que uma parte desse montante torna-se

também obsoleta. No entanto, essa alta demanda de materiais acaba por ocupar um grande espaço físico.

Nessa assertiva, a empresa possui locais distintos para armazenagem de matérias-primas, totalizando quatro locais de estoques, restringidos às áreas fabris da empresa, descritas como filiais. A filial 1, localizada mais ao centro do estado do Rio Grande do Sul, conta com um espaço físico de aproximadamente 500 m²; a filial 2, situada no estado do Ceará, conta com um espaço físico de mais ou menos 800 m²; já as filiais 3 e 4, localizadas no estado da Bahia, possuem respectivamente 1200 m² e 600 m². A empresa ainda conta com duas filiais na Argentina, porém o espaço físico para estoques ainda não foi mensurado. Na Imagem 1 é possível exemplificar o estoque de matéria-prima da empresa, foco deste estudo.



Imagem 1 - Estoque Empresa
Fonte: Empresa

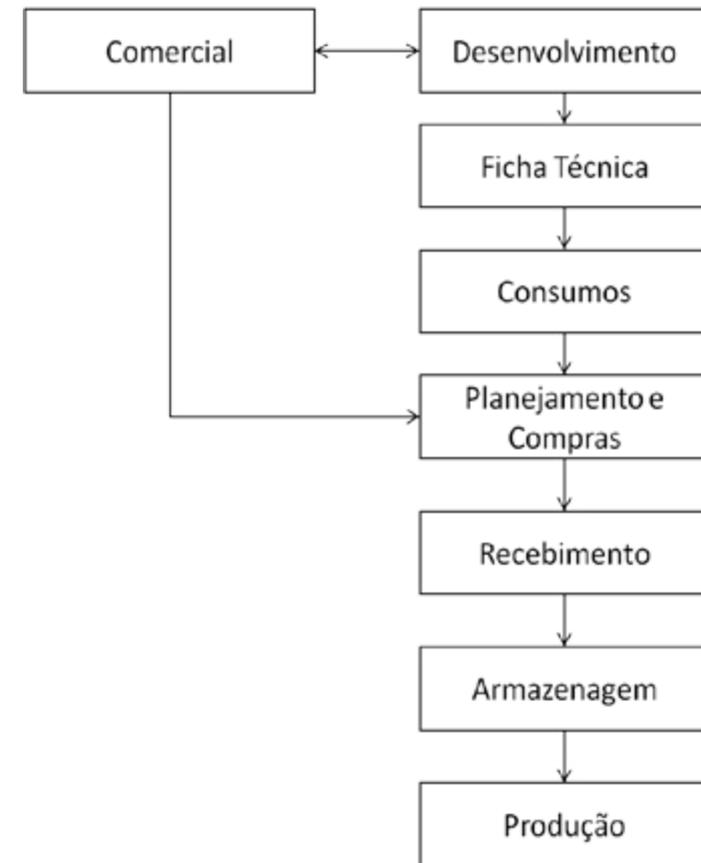
Atuante do segmento calçadista, a empresa procura modernizar constantemente seus produtos, levando em consideração as tendências da moda. Devido a essas condições, são desenvolvidos produtos e planejamentos de produção por coleção. Do mesmo modo, são constituídas as matérias-primas necessárias para comportar a produção do período que corresponde à determinada coleção.

Nesse contexto, o método utilizado pela empresa no período anterior a maio de 2014 era realizado da seguinte maneira: os produtos novos definidos pelos setores comercial e de desenvolvimento determinavam as matérias-primas e as cores utilizadas nas coleções. Seguindo a sequência do processo, esses dados eram encaminhados ao setor de fichas técnicas que organiza e configura a ficha técnica de produto via sistema. Ela objetivava servir como guia para a produção dos produtos. Assim, a ficha técnica continha informações como código e nomenclatura de matérias-primas e componentes, bem como as cores específicas de cada produto. Esses documentos podiam ser utilizados para visualizar as informações necessárias à produção.

Em seguida, o setor de fichas técnicas encaminhava esses documentos, que continham informações sobre o produto, ao setor de consumos. Nesse setor, eram vinculadas as quantidades necessárias de materiais para produzir determinado volume de pares, delimitada, através de cálculos de consumo, a quantidade aproximada de matéria-prima necessária para produzir cada modelo.

Por fim, os materiais eram comprados e direcionados às unidades responsáveis por produzir determinadas demandas. Então, os materiais eram recebidos e ar-

mazenados em cada filial para aguardarem a produção. A seguir, são apresentados os processos envolvidos e relacionados ao estoque, conforme demonstra o Fluxo 1.



Fluxo 1- Fluxo de processos
Fonte: Elaborado pela autora

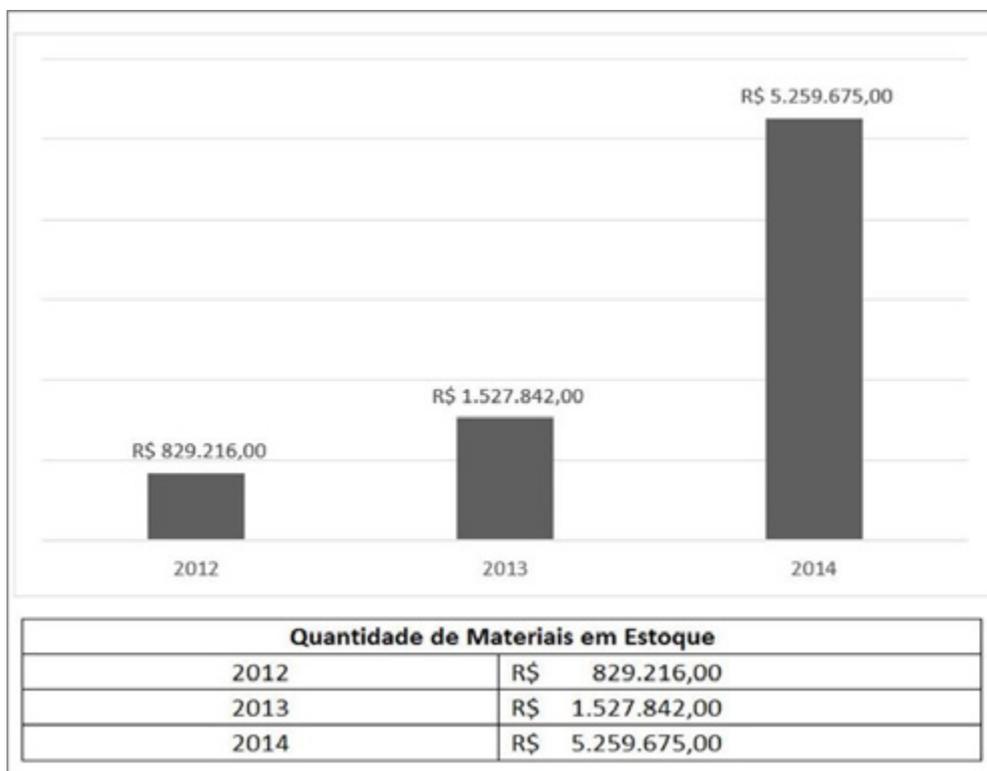


Gráfico 1 – Evolução dos estoques de matérias-primas
 Fonte: Elaborado pela autora

Contudo, a previsão de vendas é baseada em possibilidades. Desse modo, algo pode não ocorrer como o planejado, gerando, assim, acúmulo de determinados materiais. Esses itens ficavam em estoque e acabavam não sendo utilizados, criando a possibilidade de obsolescência de matérias-primas.

A partir da análise crítica dos processos iniciadas no ano de 2014, foram identificados os problemas relacionados ao crescimento dos níveis de estoques. Nesse sentido, identificou-se que os dados de quantidade de materiais em estoque não estavam sendo considerados ao realizar o processo de compra. Desse modo, não haviam desconto das matérias-primas armazenadas, gerando a necessidades de nova compra.

Relacionado às aquisições dos itens, eles eram obtidos em uma única compra com antecipação de três meses do início da produção. Esse tempo de antecipação deu-se pela preocupação com o tempo de entrega dos materiais pelos fornecedores, já que precisam estar disponíveis no início da produção.

O processo e os problemas descritos acima levaram a empresa a um patamar de estoques no qual se percebe um elevado nível de descontrole e, consequentemente, de desperdícios de matérias-primas. O Gráfico 1 representa o cenário no que diz respeito ao volume dos estoques.

Através dos dados coletados no sistema da empresa, verificou-se um aumento considerável do volume de estoques devido à forma que o processo se configurava. Excepcionalmente no ano de 2014, o percentual de volume de estoque subiu 244,26%. Os níveis de estoque tiveram um aumento comparado ao ano de 2013. Os motivos para a elevação dos níveis foram os problemas encontrados durante o processo.

Assim, como a previsão de venda não atingiu o resultado previsto, os materiais adquiridos para aquela determinada coleção ficaram sem uso, contribuindo,

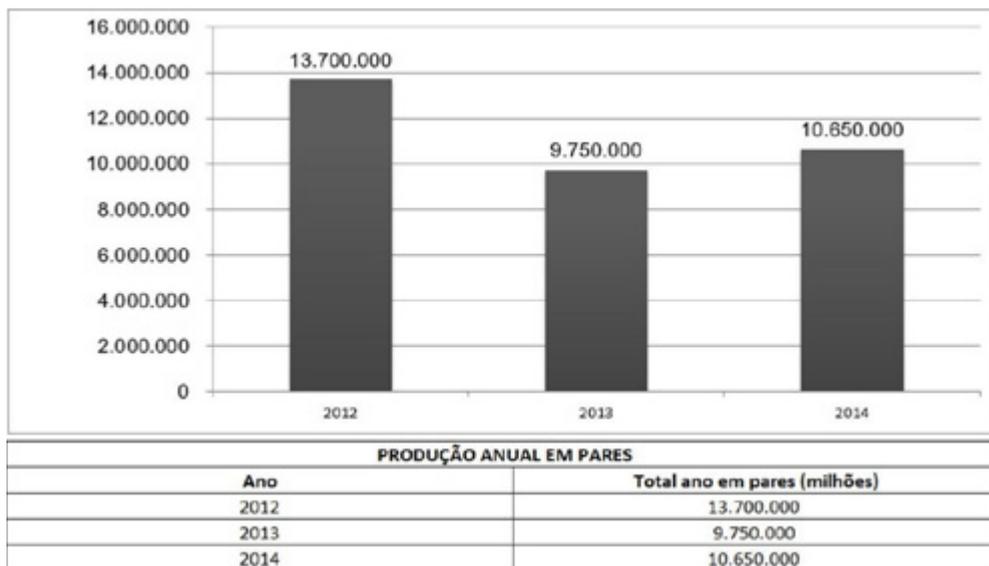


Gráfico 2 - Volume de produção
Fonte: Elaborado pela autora

dessa forma, para o aumento dos níveis de estoques. Do mesmo modo, o volume de compras antecipadas para toda a coleção aumentou, agregando despesas adicionais referentes ao espaço físico para armazenagem.

Entretanto, o mesmo comportamento referente ao horizonte de crescimento não é observado no volume de produção, portanto, os dados complementam a afirmação de que há um descontrole nos estoques da empresa. No ano de 2012, comparado ao ano de 2013, o volume de produção caiu 28,83% enquanto os estoques aumentaram 84,25%. Em 2014, houve um crescimento de produção de

9,23%, já os níveis de estoques tiveram um aumento de 244,26% no mesmo período. Sendo assim, fica evidente a desproporção no aumento do horizonte dos estoques comparado a produção. Ambos os crescimentos estão desproporcionais, tendo em vista que o estoque de matérias-primas teve um aumento superior comparado o aumento de produção. O valor anual do volume de produção pode ser visualizado no Gráfico 2.

O cenário exposto estava gerando um risco elevado para a empresa no que diz respeito à obsolescência dos materiais em estoques. Todavia, ao observar os processos, verificou-se que não havia ações relacionadas a consultas dos materiais já em estoque, fazendo com que os materiais não utilizados nas sobras das coleções ficassem armazenados e, à medida que fossem estocados, não eram mais utilizados. Resultando assim na criação de volumes e custos desnecessários para a organização.

Assim, como não havia nenhum tipo de controle referente aos processos que envolviam a consulta dos estoques na empresa em análise, os materiais definidos pelo desenvolvimento de produto eram comprados sem verificação. Além disso, não existia nenhum tipo de conferência de materiais estocados, não havendo, assim, possibilidade de reutilização dessa matéria-prima.

A partir do ano de 2014, pode ser observada a elevação dos valores em estoques. Para demonstrar de forma clara e objetiva, foram elencados os principais motivos que possivelmente ocasionaram o aumento da geração de estoque. São eles:

- **Falha na previsão de vendas:** definição de produtos que provavelmente tinham mercado, baseado apenas na possibilidade, correndo o risco de não serem vendidos.
- **Não consideração dos materiais já estocados:** a não conferência dos itens em estoque fez com que não fosse visualizada a possibilidade de uso, permanecendo em estoque por tempo indeterminado.
- **Antecipação de compra elevada:** com a antecipação de três meses na compra, qualquer alteração de item gerava um custo adicional. Além disso, esse material agregou volume de estoque, pois as matérias-primas permaneceram no estoque até o início da produção.

A partir do ano de 2014, a empresa identificou a necessidade de diminuir a quantidade de matéria-prima em estoque. Para que isso acontecesse, iniciou-se um processo de melhoria relacionado aos procedimentos envolvidos. Conforme as necessidades, foram realizadas reuniões com todos os envolvidos nos processos já descritos, a fim de debater as dificuldades e identificar possíveis ações de melhorias. Determinadas as oportunidades de melhorias, elas foram identificadas e implementadas na empresa, alinhando-se, assim, ao objetivo geral deste estudo. Foram elencadas as seguintes propostas de melhorias:

- **Análise dos materiais em estoque antes do processo de compra:** o analista de materiais realiza a verificação dos itens já em estoque.

- **Reaproveitamento de materiais obsoletos e em estoque, considerando possibilidade de uso:** os materiais com possibilidade de uso foram direcionados a realização de testes para validar a sua utilidade.
- **Redução da antecipação de compra para 5 semanas:** devido ao crescimento e movimentação dos fornecedores para as regiões fabris, foi possível reduzir o tempo de compra.

A partir dessa premissa, foi redefinido, pelos gestores responsáveis, o processo que antecede as compras. Então, através de uma análise de estoques, houve a diminuição do seu volume, já que foi possível adequar determinados materiais e evitar a compra de itens novos. Dessa forma, identificou-se a possibilidade de reaproveitar matérias-primas que estavam em desuso, localizadas nas unidades de estoque. Apesar dos processos terem sofrido alterações, essas mudanças ocorreram somente após os valores de consumo serem inseridos na ficha técnica.

Outra medida tomada foi a diminuição do tempo de antecipação de compra, visto que, após a análise do tempo de entrega dos fornecedores, verificou-se a possibilidade de ser diminuída para 5 semanas. Isso foi possível devido a melhor localização dos fornecedores relacionados às áreas fabris e às melhorias nos processos de produção de matérias-primas. Houve, assim, viabilidade na redução com segurança.

O novo processo deu-se a partir das seguintes etapas: foi adicionado o processo de planejamento de materiais após a inserção do consumo, e um funcionário

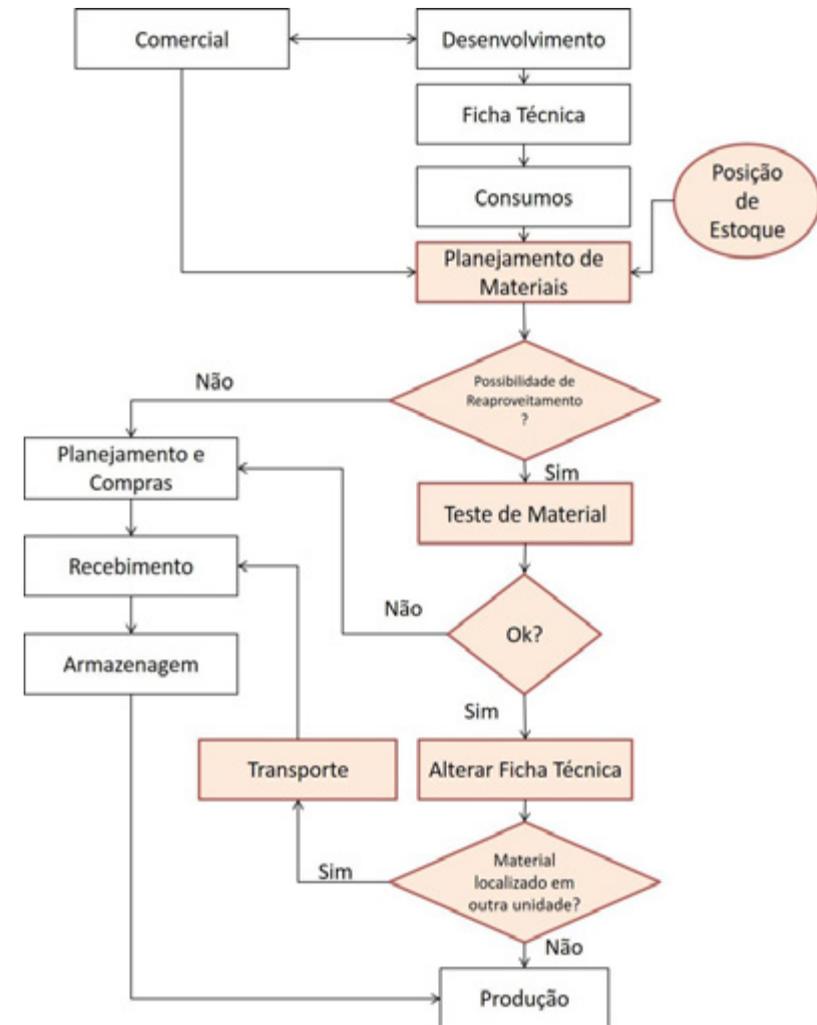
foi direcionado como analista de materiais; com um profundo conhecimento relacionado às matérias-primas usadas na empresa e nos processos utilizados, esse funcionário verifica os materiais que compõem a ficha técnica e analisa os possíveis materiais que constam em estoque a fim de direcionar para reaproveitamento.

Tendo material em estoque que se assemelhe a determinado item solicitado na ficha técnica, o analista realiza os testes necessários para que o material possa ser validado e utilizado, certificando-se que ele corresponda, obviamente, à necessidade do produto.

Após o envio dos materiais para as respectivas unidades fabris, os itens são recebidos e armazenados até o início da produção. Caso seja necessário que determinado material passe por mudanças para ser utilizado, como, por exemplo, uma mudança na coloração, os itens são encaminhados para tingimento. Para o tingimento, há um custo de R\$ 2,50 por m² para que seja feita essa alteração. Mesmo assim, o valor fica abaixo do preço de compra, em média de aproximadamente R\$ 15,00 reais por m², dependendo do material. Nesse caso, mesmo tendo um custo, torna-se viável realizá-lo, visto que há uma grande diferença de custo comparada à compra do material.

Por fim, para que possam ser visualizadas com clareza as mudanças relacionadas a esses processos, foi elaborado um novo fluxo de processamento destacando as mudanças realizadas, conforme o Fluxo 2.

Com a aplicação desse novo processo, foram observadas mudanças relacionadas ao comportamento dos estoques. Dessa forma, as propostas e ações



Fluxo 2 - Fluxo Processo Atual
Fonte: Elaborado pela autora

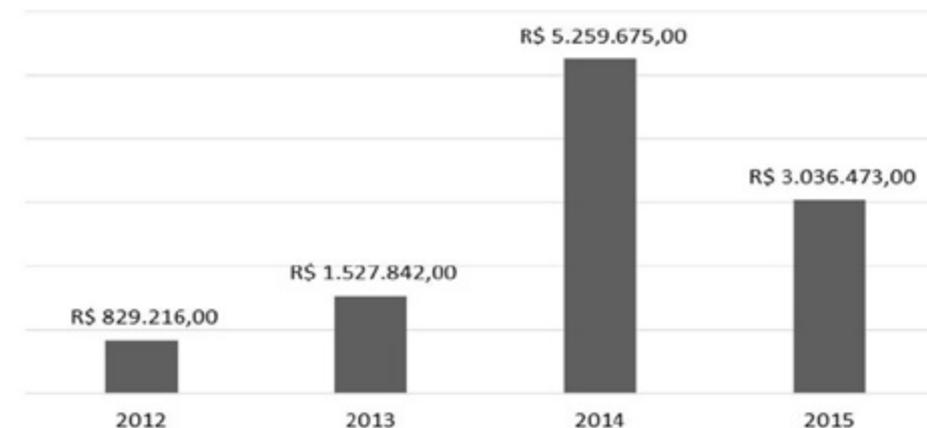
de melhorias, citadas anteriormente, foram implantadas a partir do mês de maio e ao longo do ano de 2014. Os resultados obtidos apareceram gradativamente, e os dados referentes ao reaproveitamento dos materiais foram sendo registrados com o objetivo de comprovar cada melhoria. Esses dados foram contabilizados a partir de maio de 2014 até o ano de 2015, conforme o Quadro 2:

Ano	Quantidade de m ²	Valor (R\$) Economizado
2014	147.243,91	R\$ 1.241.628,21
2015	126.888,84	R\$ 884.821,12
Total	274.132,75	R\$ 2.126.449,33

Quadro 2 - Total de reaproveitamentos
Fonte: Elaborado pela autora

Através das análises de estoque, foi possível aproveitar em 2014 o equivalente a aproximadamente 147.243,19 m² de matéria-prima que estava em desuso no estoque. Dessa forma, foi evitado um custo de compra de aproximadamente R\$ 1.241.628,21. Já no ano de 2015, foram aproveitados 126.888,84 m², evitando, assim, a compra de matérias-primas que somariam o montante de R\$ 884.821,12. Com base na soma dessas importâncias, considera-se 247.132,75 m² como quantidade de reaproveitamento de matéria-prima, no valor aproximado de R\$ 2.126.449,33.

Com a implementação dessas melhorias e com a aplicação desse novo método, houve diminuição considerável no ano de 2015, conforme observado no Gráfico 3:



Quantidade de Materiais em Estoque	
2012	R\$ 829.216,00
2013	R\$ 1.527.842,00
2014	R\$ 5.259.675,00
2015	R\$ 3.036.473,00

Gráfico 3 - Evolução do estoque de matérias-primas
Fonte: Elaborado pela autora

Nesse íterim, no primeiro ano da aplicação dessas melhorias, verificou-se que os valores diminuíram 42,7%, que correspondem a aproximadamente R\$ 2.000.000,00. Com a diminuição do estoque, a empresa não precisou mais dispor de espaços terceirizados para armazenar seus materiais, evitando esse custo. Portanto, houve mais uma redução neste sentido. Todavia, esses dados confirmam que a implementação das melhorias propostas vem otimizando os níveis de estoque. Isso está contribuindo para que a empresa reduza seus custos.

No entanto, a redução do estoque não foi afetada pelo volume de produção. A produção obteve aumento, mas os níveis de estoque reduziram. Assim, não houve redução na demanda de produção da empresa, conforme demonstra o Gráfico 4:

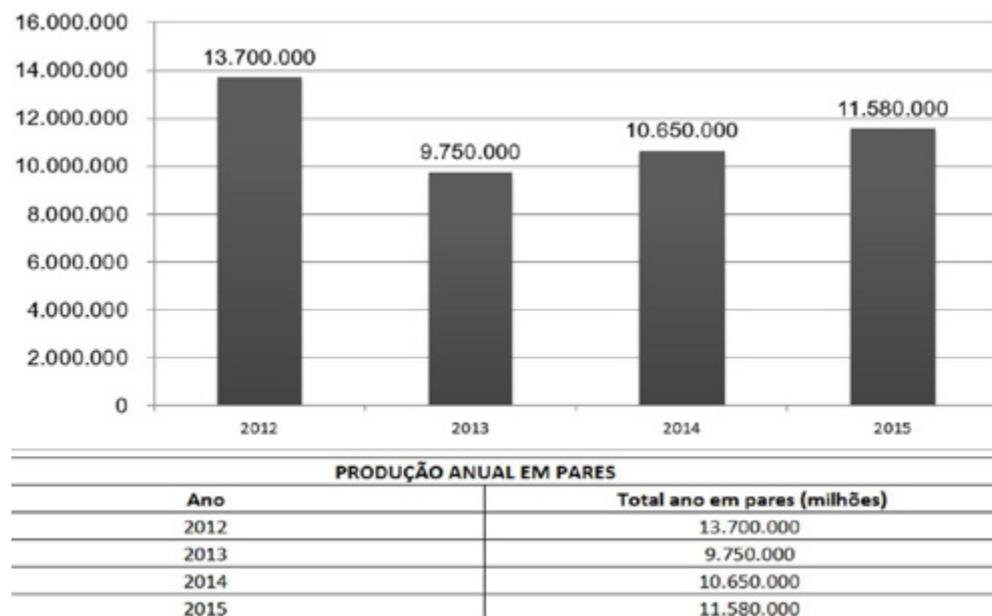


Gráfico 4 - Volume de Produção
Fonte: Elaborado pela autora

Verifica-se, então, nos anos de 2014 e 2015, o crescimento do volume de produção de 8,73%, enquanto o volume dos estoques reduziu 42,27%. Nesse sentido, a de-

manda de produção da empresa cresceu enquanto os níveis de estoque diminuíram, comprovando que a aplicação da melhoria obteve resultados positivos.

Todavia, foram identificadas melhorias relacionadas ao reaproveitamento de materiais obsoletos em estoque, de tal modo a possibilitar a diminuição do tempo de antecipação de compra, diminuição da utilização do espaço físico, redução de gastos com armazenagem de terceiros e redução do valor gasto com compras de materiais novos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo de caso, inicialmente, foi perceptível a ausência de controle nos estoques, explícita durante esta pesquisa. Contudo, o estudo realizado teve como objetivo geral identificar as ações necessárias para que fosse possível reduzir os estoques de matérias-primas. Através dos objetivos, buscou-se entender como processo atual estava configurado, a fim de identificar possíveis melhorias, com o intuito de aplicar e avaliar os dados.

Nesse sentido, esta pesquisa contribuiu com sugestões de propostas de melhorias na Gestão de Estoques. Através da análise das características da empresa em estudo, alterou-se o método de compra, reduzindo a antecipação de compra e o volume da quantidade de materiais em estoque, aumentando, assim, o espaço físico disponível. Além disso, houve melhorias relacionadas ao reaproveitamento de materiais obsoletos em estoque, possibilitando a diminuição do tempo de antecipação de compra, diminuição da utilização do espaço físico, redução de

gastos com armazenagem de terceiros e redução do valor gasto com a compra de materiais novos.

As dificuldades encontradas neste estudo referem-se à coleta de dados, ao vincular as informações precisas de anos anteriores, com base nos relatórios emitidos pelo sistema e à disponibilidade dos responsáveis pelos setores envolvidos.

Para trabalhos futuros, sugere-se a aplicação destas melhorias nos estoques da empresa localizados na Argentina, que não foram abordados neste trabalho. Como outra sugestão, efetuar estudos dos estoques dos produtos acabados, assim como avançar no estudo no que diz respeito à parte física dos estoques tendo como foco o controle, identificação e armazenagem, que não foram discutidos neste artigo.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais:** uma introdução. Tradução Celso Rimoli, Lenita R. Esteves. São Paulo: Atlas, 2012.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da cadeia de suplementos/logística empresarial.** 5. ed. Porto Allegre, RS: Bookman, 2006.

BOWERSOX, Donalds J; CLOSS, David. **Logística empresarial:** o processo de integração da cadeia de suprimentos. São Paulo: Atlas, 2001.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2007. 162 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento e controle de produção.** 2. ed. Barueri/SP: Manole, 2008. Disponível em: <http://feevale.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520427422/pages/_1>. Acesso em: 3 abr. 2016.

CHING, Hong Yuh; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. **Contabilidade e finanças para não especialistas.** São Paulo/SP. Prentice Hall, 2003. Disponível em: <<http://feevale.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788587918611/>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

GONÇALVES, Paulo Sergio. **Logística e cadeia de suprimentos:** o essencial. Barueri, SP: Manole, 2013. Disponível em: <<http://feevale.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520431238/>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos:** análise e gestão. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 208 p. Disponível em: <https://biblioteca.feevale.br/pergamum/biblioteca_s/php/login_usu.php?flag=index.php>. Acesso em: 10 abr. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano, FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico:** Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 276 p. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

TAYLOR, David A. **Logística na cadeia de suprimentos:** uma perspectiva gerencial. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005. 350 p. Disponível em: <http://feevale.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788588639195/pages/_1>. Acesso em: 10 abril. 2016.

VIANA, João José. **Administração de materiais:** um enfoque prático. São Paulo, SP: Atlas, 2000. 439 p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução Daniel Grasset. Porto Alegre, RS: Brookman, 2005. 212 p.

ZORZO, Adalberto. **Gestão de Produtos e Operações – GPO.** São Paulo - SP: Pearson Education do Brasil, 2015. Disponível em: <<http://feevale.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543010151/>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

UM RELATO DA PRÁTICA PROFISSIONAL DE RECURSOS HUMANOS: A ANÁLISE DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NA METALÚRGICA EXATADEZ LTDA

Destaque em Ciências Sociais Aplicadas

Gestão de Recursos Humanos

Iracir de Abreu¹

André Luciano Viana²

¹Especialização em Mídias na Educação, pela UFRGS, graduada em História – Licenciatura, pela Unisinos e cursando Gestão de Recursos Humanos na Universidade Feevale. E-mail: iraci_abreu@yahoo.com.br.

²Doutorando em Diversidade Cultural e Inclusão Social, pela Universidade Feevale e em Estudos Estratégicos Internacionais, pela UFRGS. Professor na Universidade Feevale. E-mail: andreviana@feevale.br.

RESUMO

O artigo é resultado do trabalho desenvolvido para a disciplina de Prática Profissional II, durante os meses de março a junho de 2016, tendo por objetivo abordar, analisar e desenvolver proposta de avaliação de desempenho à Metalúrgica Exatadez Ltda., de São Leopoldo/RS. A avaliação de desempenho precisa orientar-se levando em consideração tanto a organização quanto os indicadores externos, alinhando-os aos processos e práticas de RH, de forma que consiga extrair informações dos funcionários que contribuam para identificar deficiências e promover políticas para seu crescimento profissional (GRILLO, 1982; DIAS, CÂMARA, NASCIMENTO, 2003). Para atingir o objetivo proposto, foram realizados uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso na empresa-objeto deste estudo. Para coleta de dados foram utilizadas: entrevista semiestruturada, pesquisa de clima e observações sistemática do ambiente de trabalho. Constatou-se que a avaliação gráfica é a forma mais adequada à empresa, devido a dificuldades encontradas na comunicação, valorização, relacionamento e qualidade da produção. Concluiu-se que antes de iniciar um programa de avaliação de desempenho que traga retorno, deve-se promover melhorias nos aspectos citados acima e sugerir algumas mudanças que promovam a qualidade de vida, sem alterar a cultura da organização.

Palavras-chave: Avaliação de desempenho. Cultura. Organização.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação de desempenho é vista por diversos autores como uma forma de avaliar as entregas dos funcionários para as organizações, identificando se foi aproveitado todo o seu potencial, ou ainda se lhes faltam base para o seu desenvolvimento (BERGAMINI; BERALDO, 2008; CHIAVENATO, 2010).

Os resultados de uma avaliação de desempenho permitem identificar o que tem dado certo e as dificuldades da organização, sejam elas relacionados à gestão, integração, de qualidade, entre outros; esses resultados é que darão suporte ao setor de Recursos Humanos para o planejamento de políticas adequadas à realidade de cada organização.

O objetivo do presente trabalho é abordar a temática de avaliação de desempenho e analisar como ela é aplicada em uma empresa, aproximando a teoria da prática. Para conseguir atingir esse objetivo foi necessário, inicialmente, realizar uma pesquisa bibliográfica, que se caracteriza pela busca de informações sobre o tema em materiais já publicados e, posteriormente, iniciou-se um estudo de caso na Exatadez Metalúrgica Ltda., ou seja, um estudo de uma realidade específica no qual se visou propor uma avaliação de desempenho adequada à sua realidade (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para o desenvolvimento do trabalho, foram coletados dados na empresa Exatadez Metalúrgica Ltda., localizada em São Leopoldo/RS, sendo utilizadas: entrevista semiestruturada, pesquisa de clima e observação sistemática do local de trabalho; e para a análise de dados coletados foi utilizada a técnica de análise

de dados quantitativa e qualitativa, para que fosse possível ter informações suficientes da realidade da organização e propor, a partir dessas informações, uma avaliação de desempenho condizente à realidade da empresa.

2 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação de desempenho é uma ferramenta ou processo em que se verificam os resultados, e às vezes, se verificam as competências; com isto, as organizações podem aproveitar melhor o potencial dos funcionários, promovendo, assim, a satisfação de ambos os lados.

É através da avaliação de desempenho que se torna possível identificar diversos problemas: sejam de gestão, de integração entre os funcionários, de conhecimento, entre outros fatores. Os resultados de uma avaliação de desempenho também podem oportunizar ao setor de Recursos Humanos criar políticas adequadas à realidade das organizações.

Desenvolver uma boa avaliação de desempenho contribui para que a organização possa cumprir com o seu planejado, pois a avaliação de desempenho colabora para desenvolver novas estratégias; seus resultados apontam os pontos que estão dando certo e, a partir dessas informações, pode-se pensar no que pode ser melhorado, traçando novos planejamentos a partir de então.

2.1 A NECESSIDADE DA ANÁLISE DO TRABALHO E DA AVALIAÇÃO DE FUNÇÕES PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O trabalho pode ser definido como um esforço feito pelas pessoas para realizar alguma atividade, sendo que a motivação para o desempenho de uma atividade gera novos significados ao trabalho.

No entanto, a visão da definição de trabalho tem mudado ao longo dos anos por conta dos avanços das novas tecnologias, o que influencia na rotina das organizações e na forma como realizar as avaliações a partir dessas mudanças (DESSLER, 2003).

Para que a atividade laboral seja desempenhada pelas pessoas, é indispensável que o ambiente no qual elas trabalham seja capaz de suprir algumas necessidades. Pensar na qualidade de vida do funcionário no exercício de suas funções tem sido visto como uma forma estratégia de se obterem vantagens futuras (VILLAROUCO; ANDRETO, 2008).

Cada função dentro das organizações possui diversas responsabilidades, e saber aproveitar as pessoas nas funções certas é saber valorizá-las, pois os resultados da organização serão efetivos através da contribuição das pessoas – elas possibilitam o sucesso, ou não, de uma organização (DESSLER, 2003; CHIAVENATO, 2010).

Bergamini e Beraldo (2008) afirmam que a avaliação de desempenho passou a ser vista como um meio de ver o que está dando certo nas organizações,

criando nos funcionários uma nova forma também de relacionamento, não a vendo mais como algo negativo, e sim como um meio em que se pode ser franco, espontâneo e sincero.

A avaliação de desempenho pode ser vista como um meio estratégico de planejar o desenvolvimento das organizações, através das pessoas. Segundo Bergamini e Beraldo (2008) avaliação de desempenho é um processo que permite às empresas observarem e avaliarem a contribuição dos seus funcionários, podendo também constatar se está aproveitando todo o potencial individual, o potencial humano, dentro da organização.

É através da avaliação de desempenho que se verificam os padrões de desempenho de um funcionário, onde é possível comparar seu desempenho atual com o que teve no passado. Bergamini e Beraldo (2008) afirmam que essa comparação deve respeitar um espaço de tempo igual, para que se possa constatar se ocorreu evolução ou não por parte do funcionário.

Para Dessler (2008), a avaliação de desempenho permite verificar a realidade da organização, o seu capital humano, proporcionar melhorias para que ocorra progresso na adequação entre o que se espera e o que se apresenta de resultados dos funcionários, além de ser possível destacar o que vem sendo feito de positivo por eles.

Outro aspecto importante da avaliação de desempenho é que ela precisa orientar-se por um contexto geral, que leva em consideração não somente a organização, mas os indicadores externos, como índices econômicos e a concorrência,

além de se alinhar aos processos e práticas de RH da organização (DIAS; CÂMARA; NASCIMENTO, 2003).

A avaliação de desempenho só será eficiente quando conseguir extrair informações adequadas das pessoas que trabalham na organização e que possam contribuir para identificar suas deficiências, para depois criar políticas para o crescimento profissional dos seus funcionários (GRILLO, 1982).

Independentemente da formalização, Chiavenato (2010) afirma não ser relevante o nome dado para a avaliação de desempenho, já que, na realidade, a avaliação dos funcionários ocorre de forma constante (pois ela pode ocorrer de maneira informal), e a sua função é a de orientar os funcionários dentro das organizações, se estão alinhados ao objetivo da empresa.

Com relação à forma de aplicação da avaliação de desempenho, há a necessidade de se compreender as pessoas, suas características comportamentais, e alinhá-las a atividades e a ambientes adequados dentro das organizações com a finalidade de mais bem aproveitar seu desempenho e gerar maior satisfação.

2.2 CULTURA ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO PROFISSIONAL

A cultura organizacional define-se como um conjunto de princípios e valores que são seguidos desde seu início, a partir dos princípios e valores de seu fundador. É ele que dita como funcionará a organização e como os demais funcionários serão incorporados a ela. Pode-se compreender que a cultura organizacional

orienta as pessoas dentro das organizações, norteia de forma clara os funcionários, para qual lado devem seguir, para que acompanhem o progresso almejado pela organização (CHIAVENATO, 2014).

Através da cultura organizacional pode-se gerar o comprometimento dos funcionários, ou seja, a cultura é uma forma de orientar comportamentos e atitudes dos funcionários de uma organização e pode ser vista como a base que sustenta a organização, além de fornecer padrões de como os funcionários devem ou não agir (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010). Pode-se dizer que a cultura é a forma de funcionamento da organização, como efetivamente seus aspectos influenciam a todos os seus membros, sendo esses aspectos construídos aos longos dos anos (CHIAVENATO, 2014).

Nesse contexto, é necessário perceber que os indivíduos, por possuírem necessidades, desejos e sentimentos diferentes, precisam ser levados em consideração dentro das organizações, pois esses sentimentos refletem no desempenho de suas funções; e avaliar antes da contratação se o perfil do indivíduo se adequa à realidade, aos valores, enfim, à cultura da organização é essencial para que a união funcionário/organização seja próspera, já que, se ele não possuir valores semelhantes ao da organização, vai ser refletido no rendimento do funcionário (SANTOS; RIGUETTI, 2011).

Quando um funcionário possui valores divergentes aos valores da organização, ou ainda quando a cultura organizacional não deixa claro o que espera de seus funcionários, deixando-os alienados ao seu funcionamento e dinâmica, pode-se ge-

rar desmotivação e afetar o rendimento e comprometimento destes. Quanto mais claro fica para o funcionário sobre a cultura da organização, seus valores, o que ela espera dele e seus objetivos futuros, maiores são as chances de se manter a lealdade e o compromisso com a organização, tendo também maior probabilidade de permanecerem na empresa por longos períodos, gerando menos rotatividade.

2.2.1 O papel da liderança de RH no processo de Avaliação de Desempenho

Os gestores, em conjunto com a área de Recursos Humanos, têm como função planejar e avaliar, da forma mais adequada, as entregas dos funcionários; para tanto, ambos devem estar dispostos a trabalharem na busca da melhor forma de avaliação, gerando resultados positivos tanto para organização quanto para os funcionários.

Ambos fazem parte do processo de avaliação de desempenho por ocuparem cargos estratégicos nas organizações; os gestores, por serem os responsáveis por equipes de trabalho e por serem eles os responsáveis em avaliar; e os profissionais da área de RH, por serem responsáveis por produzir ou encontrar formas de promover o crescimento e evolução das organizações, auxiliando na produção de ferramentas adequadas de avaliação para que não ocorram equívocos (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010).

É preciso que os gestores tenham preparo e treinamento para compreender que o ato de avaliar faz parte das suas responsabilidades, além de saberem

identificar, no processo de avaliação de desempenho, fatores positivos e que possam contribuir para a melhora do rendimento da equipe. Quando identificados os aspectos positivos do funcionário e aos que ele deve manter maior atenção, e juntamente com ele identificar os fatores causadores dessa dificuldade, fica mais fácil traçar um plano de ação para melhorar esse aspecto (BERGAMINI; BERALDO 2008).

Os resultados da Avaliação de Desempenho podem contribuir para identificar as necessidades de formações, promovendo-as para suprir as deficiências identificadas e, posteriormente, em uma nova avaliação, poderá ser constatado se o funcionário absorveu e aproveitou a formação recebida (ARBOITE, 2008).

O trabalho conjunto do gestor e do profissional de RH contribui com a melhora no desempenho do funcionário; nesse aspecto, uma vez que ele tem oportunidade de identificar junto ao seu gestor os pontos positivos e os pontos a serem melhorados, pode-se traçar formas de melhorar e adequar-se ao que a organização espera que ele consiga entregar.

2.2.2 A diversidade cultural no processo de Avaliação de Desempenho

Por possuir inúmeras diferenças, o ser humano tem capacidades distintas, sendo assim, opta por carreiras diferentes; dessa forma, compor equipes plurais nas organizações (em gênero, estilo, etc.) pode ser uma possibilidade de enriquecer o potencial humano.

Na história do Brasil, a diversidade está presente desde o período colonial, pela presença de uma população com diversas culturas, com inúmeros costumes, crenças e percepções diferentes que conviveram juntos e deram origem a uma sociedade única e diversa. No entanto, em contrapartida a essa visão de diversidade do país, vem a realidade de que alguns grupos sociais, com menor poder econômico e social, não garantem as mesmas possibilidades de acesso a cargos mais altos, ou até mesmo à oportunidade de melhor educação (FLEURY, 2000). Há a necessidade de se respeitar as diferenças e dar-lhes igualdade de oportunidades nas empresas, no mercado e na sociedade (CORREA, 2012).

Por esse motivo, destaca-se a necessidade de se promover formas para que efetivamente ocorra a diversidade cultural na organização, tendo como foco, avaliar o que cada grupo é capaz de apresentar, dar oportunidade a perfis diversos, promover qualificação, avaliar capacidades e como podem contribuir para a organização, surtindo benefícios para todos com esse processo, sendo o gestor o responsável de efetivar esse processo de diversidade cultural na organização.

Avaliar a diversidade cultural nas organizações pode ser um desafio, mas uma oportunidade de ter um olhar mais individual, observando o que cada um tem de positivo. Segundo Fleury (2000), o gestor deve ter a capacidade de avaliar a sua equipe e identificar o potencial, habilidades e competências de cada um, sabendo montar equipes com pessoas que consigam trabalhar com perfis diversos, mas com o mesmo foco e objetivo, em prol da organização.

O processo de avaliação de desempenho na diversidade deve se basear em avaliar os funcionários de acordo com suas possibilidades, verificar nos resultados formas para que o funcionário saiba o caminho a ser seguido e ter um plano de carreira, valorizando o que ele consegue entregar e identificando o que ele não consegue, seus motivos e possibilidades de ação a partir de então, tendo sempre como princípio o respeito e reconhecimento dessas diferenças.

2.3 PRINCIPAIS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Por não ser possível adequar um método pronto e tentar aplicá-lo em diversos tipos de empresas, há uma diversidade de métodos de avaliação de desempenho. Essa diversidade se dá devido às organizações desenvolverem métodos de acordo com suas necessidades.

Os tipos de métodos variam de acordo com o ramo da organização, tipo de contratação dos funcionários, ou ainda por setores da organização. Todas essas características citadas devem gerar informações capazes de dar conta ou explicar as necessidades da organização que precisam ser melhoradas e as que estão indo bem (CHIAVENATO, 2010).

No Quadro 1 estão alguns dos métodos de avaliação de desempenho, abordados por diversos autores (DESSLER, 2003; ROBBINS, JUDGE, SOBRAL, 2010; CHIAVENATO, 2010).

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Escalas gráficas	Utiliza fatores de avaliação previamente definidos, e cada um é dimensionado para demonstrar se o desempenho dos funcionários foi satisfatório ou não (DESSLER, 2003; CHIAVENATO 2010)
Escolha forçada	Avalia o desempenho das pessoas por meio de frases, que possuem alternativas para o tipo de desempenho. O avaliador tem que escolher uma a duas frases (de cada bloco) que melhor representa o desempenho do avaliado (CHIAVENATO, 2010).
Classificação alternada	Os funcionários são classificados a partir de determinados aspectos, e são relacionados entre os piores e melhores funcionários da organização (DESSLER, 2010; CHIAVENATO, 2010).
Índices críticos	Tem como foco avaliar os comportamentos adequados e inadequados, identifica os pontos positivos e fracos dos funcionários. Essa avaliação depende muito da habilidade do avaliador em saber mensurar em palavras o desempenho da pessoa avaliada (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010).
Pesquisa de campo	Método de avaliação mais amplo que permite a realização de um diagnóstico do desempenho do funcionário e a partir desse resultado desenvolver um planejamento de cargo para ele dentro da organização (CHIAVENATO, 2010)
Avaliação de desempenho 360 graus	As informações referentes aos funcionários são coletadas através de todas as pessoas que trabalham com estes. O objetivo é ter uma visão geral do funcionário, e geralmente são utilizadas para depois se desenvolver um plano de autodesenvolvimento. Não são indicadas para organizações que possuam um número expressivo de funcionários, pois podem tornarem-se muito burocráticas e cansativas. (DESSLER 2003; CHIAVENATO, 2010).

Quadro 1 – Métodos de avaliação de desempenho
Fonte: Quadro desenvolvido pela acadêmica a partir de Dessler (2003); Robbins, Judge e Sobral (2010); Chiavenato (2010)

Observando as características de cada um dos métodos mencionados no Quadro 1, é possível perceber que alguns se destacam por serem mais difundidos, ou seja, mais usuais – um exemplo é a escala gráfica, demonstrada no Quadro 2, em que se pode ver que facilita para que o avaliador possa mensurar o desempenho de cada funcionário.

Fatores	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Assiduidade (comparece ao trabalho sem faltas)					
Pontualidade (comparece ao trabalho sempre no horário)					
Trabalho em equipe					
Criatividade (capacidade de inovar)					
Produção (Realiza o trabalho solicitado)					
Resolução de problemas					

Quadro 2 – Escala Gráfica
Fonte: Adaptado de Ribas e Salim (2012)

Na escolha forçada, a característica mais evidente é que o avaliador deve ter uma boa percepção de seus avaliados, para saber escolher entre as opções

que lhe são possíveis, dentro de um bloco de afirmações sobre o funcionário, o que dificulta o processo na hora de saber medir o que pesa mais e qual tipo de característica mencionada é a mais adequada ao funcionário (CHIAVENATO, 2010).

Nos métodos de classificação alternada e de índices críticos, observa-se o foco diferente dos métodos anteriores, pois evidenciam o lado bom e ruim dos funcionários (nos índices críticos, algo semelhante às avaliações por pareceres nas escolas), e o de índices críticos por avaliar as pessoas de forma a dividi-las entre melhores e piores (DESSLER, 2010; CHIAVENATO, 2010).

Na pesquisa de campo e na avaliação de 360°, o que fica mais evidente é a necessidade de tempo para que esse processo ocorra, exigindo maior dedicação e foco nos funcionários, já que se almeja, ao final do processo, desenvolver um planejamento de cargo na organização e, no outro, um planejamento de autodesenvolvimento.

Conforme já mencionado no subtítulo anterior, independentemente do método utilizado para avaliar o desempenho dos funcionários, existe a necessidade de preparo por parte do avaliador, para que ele saiba obter e aproveitar os resultados do processo avaliativo e desenvolver formas de aperfeiçoar o que não teve avaliação tão boa e manter o que vem sendo entregue de forma satisfatória. Observa-se que dos métodos abordados no Quadro 1, cada um pode ser adequado a uma realidade organizacional, pois não existe um método certo, mas existem realidades que necessitam de formas de avaliação diferentes.

Entre as vantagens visíveis na implementação de um processo de avaliação de desempenho está a possibilidade de identificar os pontos fortes e os a

melhorar dos funcionários, fazendo planos a partir dessa constatação. Avaliar o funcionário e saber dar o retorno dessa avaliação é de suma importância, pois são eles que fazem a organização funcionar; essa só funciona devido à existência deles; portanto, saber dar o *feedback* adequado sobre o seu desempenho e conjuntamente com o resultado, elaborar com ele um plano de desenvolvimento, procurando aproveitar seu potencial e motivando-o a crescer na organização é uma maneira muito positiva de mantê-lo vinculado à empresa (DESSLER, 2008).

Sem dúvida, mesmo com as vantagens da avaliação de desempenho, existem grandes desafios na sua implementação, entre os quais está a utilização de um método de avaliação adequado às necessidades organizacionais que consiga dar conta de informações essenciais e necessárias sobre o desempenho dos funcionários, além de demandar tempo e poder gerar um custo elevado (BERGAMINI; BERALDO, 2008; CHIAVENATO, 2010). Logo, as organizações devem ter claro quais os passos pretendem seguir, se pretendem realmente investir e desenvolver um processo de avaliação de desempenho que tenha princípios, lógica e sentido e traga realmente retornos.

Outro desafio significativo está relacionado ao fato dos gestores (chefia direta dos funcionários) realizarem o processo de avaliação de desempenho, sendo que não possuem características técnicas para avaliarem seus subordinados (BERGAMINI, BERALDO, 2008).

O fato é que a implementação do processo de avaliação de desempenho nas organizações exige que ocorra uma reflexão sobre quais são os objetivos com a

avaliação de desempenho, e principalmente, o que se deseja fazer após os resultados. Avaliar as pessoas e não dar a elas retorno gera um processo de desmotivação, o que é um desserviço à organização.

3 METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica na qual se busca na literatura embasamento para compreender a temática abordada. Além da pesquisa bibliográfica, realizou-se um estudo de caso na empresa-objeto deste estudo. Um estudo de caso classifica-se como todo aquele em que se busca entender a realidade de um determinado público no seu próprio contexto (PRODANOV, FREITAS, 2013).

A pesquisa desenvolvida caracteriza-se quanto a sua natureza como uma pesquisa aplicada; quanto a sua forma de abordagem pode-se classificar como uma pesquisa qualitativa, devido a ter contato direto com o ambiente; é considerada tanto descritiva quanto explicativa, devido aos diversos instrumentos de coleta utilizados: entrevista semiestruturada, pesquisa de clima e observações sistemáticas do ambiente de trabalho (PRODANOV, FREITAS, 2013).

Por conhecer a realidade da organização na qual foi realizada a pesquisa, devido à pesquisadora ter vínculo familiar com um dos funcionários, optou-se por realizar uma pesquisa de clima, como parte do projeto de pesquisa, para desenvolver a sugestão de programa de avaliação de desempenho. Posteriormente à aplicação da pesquisa de clima, foram desenvolvidas entrevistas com funcioná-

rios, observação sistemática do ambiente de trabalho e conversas com gestor, de modo que foi possível elaborar uma sugestão para implementação de um programa de avaliação de desempenho dos funcionários da Exatadez Metalúrgica Ltda.

4 APRESENTAÇÃO, CARACTERÍSTICAS CULTURAIS E DE GESTÃO DA EMPRESA PESQUISADA

A empresa em que foi realizado o estudo chama-se Exatadez Metalúrgica Ltda. e está localizada no bairro Feitoria, na cidade de São Leopoldo/RS. Iniciou suas atividades em 2007, em Novo Hamburgo/RS, produzindo clichês para calçados em uma sala de 30m².

Em 2010, ocorreu a mudança da sede da empresa, passando para prédio próprio, e ocupando área de 400m², já no bairro Feitoria, em São Leopoldo/RS. Essa mudança ocorreu devido ao aumento da demanda; a empresa foi ampliando suas atividades como matrizes, usinagens especiais e demais serviços técnicos, direcionando-se para o desenvolvimento de soluções em usinagens especiais e serviços técnicos, visando atender o setor metal-mecânico, ou seja, mudou o seu foco de atuação.

A partir desse momento, ocorreu uma mudança na direção da Exatadez, tendo então três sócios que são membros da mesma família, os irmãos Volnei, Orlei e o pai deles, Orestes. Com o tempo, ocorreu o aumento do faturamento da empresa devido à captação de novos clientes, o que possibilitou, em 2014, ampliar o prédio para uma área de 800 m². Nessa nova fase, a empresa estruturou a

recepção, uma sala de reuniões, banheiros, setor de engenharia, sala da direção, refeitório e local para os vestiários.

Segundo o Manual de Integração que a empresa formulou para entregar aos novos funcionários, a Exatadez tem como missão, visão e valores:

Missão: desenvolver soluções em usinagens especiais e serviços técnicos para a indústria metalúrgica, de plásticos e borracha, através da busca por novos processos, fidelizando clientes com a constante aplicação do conhecimento e da tecnologia;
Visão: de ser referência em projetos e serviços técnicos para a indústria metalúrgica, de plásticos e borracha, na região sul do país, promovendo o desenvolvimento sustentável; e como Princípios e Valores: a ética, qualidade e prazo.

Observa-se que a empresa, ao traçar sua missão, visão e valores, teve como objetivo a busca de mudanças, de objetivos a serem traçados a médio e longo prazo, além de mudanças não somente de ramo, mas também na forma de relacionamento com clientes, uma vez que se tem como valores e princípios ressaltar a questão da ética e qualidade e prazo, demonstrando o comprometimento da organização com o trabalho que tem sido desenvolvido.

4.1 ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

Por não possuir um plano de avaliação de desempenho que se encontra em funcionamento, será necessário desenvolver um plano que seja adequado às necessidades atuais da organização.

4.1.1 Estruturação do Comitê da Avaliação de Desempenho

Após estudar a realidade da organização, sugere-se que se implemente um comitê para a avaliação de desempenho, com funcionários que estejam diretamente ligados tanto aos funcionários da produção quanto aos do administrativo (sejam eles o gestor, diretor e a representante de Recursos Humanos, que também desempenha diversas outras funções na empresa, relacionadas à qualidade e ao Departamento Pessoal), sendo necessário que percebam, entendam e possam aplicar um método de avaliação adequado às necessidades da organização.

O comitê para a avaliação de desempenho terá como papel essencial auxiliar na ponderação das questões mais relevantes de serem avaliadas no desempenho dos funcionários, para promover a melhoria da qualidade, que darão resultados para a organização.

4.1.2 Estabelecimento de metas e objetivos

O programa de avaliação de desempenho proposto para a organização Exatadez Ltda. pretende promover melhorias no processo de comunicação, relacionamento e valorização que influenciem no processo produtivo da empresa. A avaliação também será uma ferramenta para identificar o que pode ser corrigido com treinamento e o que pode ser feito para desenvolver as pessoas dentro da organização.

As vantagens que o processo de avaliação de desempenho pode promover à organização trarão resultados a curto, médio e longo prazo. Por ser a primeira vez que será implementada uma avaliação de desempenho haverá algumas dificuldades quanto a definir os principais pontos a serem analisados. Outro fator que dificultará o processo será o *feedback* aos funcionários, uma vez que será neces-

FATORES	MUITO INSATISFATÓRIO	INSATISFATÓRIO	REGULAR	SATISFATÓRIO	MUITO SATISFATÓRIO
Produção (Quantidade de trabalho que é realizado pelos funcionários)					
Qualidade (Dedicação para realização do trabalho)					
Conhecimento do Trabalho (Domínio do trabalho que é executado;)					
Compreender Situações (Capacidade de resolver situações difíceis;)					
Assiduidade (Comprometimento com os horários estabelecidos.)					

Quadro 3 – Fatores de avaliação de desempenho dos funcionários
Fonte: Adaptado de Chiavenato (2010)

sário preparar o gestor e diretor para que saibam dar e receber o *feedback* na hora de repassar os resultados da avaliação.

Para começar o processo de avaliação de desempenho na organização, será necessário, inicialmente, identificar o que avaliar, como será feita a avaliação e o que será realizado após os resultados. Acredita-se que do processo inicial, desde o desenvolvimento de um método de avaliação de desempenho até a sua implementação, serão necessários seis meses a dez meses, e após o desenvolvimento, sugere-se que seja aplicado semestralmente.

O RH auxiliará nesse momento de forma decisiva, pois ajudará o gestor e diretor a definir o que pode ser realizado para melhorar o aspecto identificado no funcionário que deixou a desejar, ou ainda o que pode ser investido que pode contribuir para sua promoção futura dentro da organização, além de outros aspectos que podem ser modificados e melhorados a partir dos resultados da avaliação.

4.1.3 Definição do funcionamento da avaliação de desempenho na empresa pesquisada

Dentro do que foi identificado na realidade da organização, observa-se que a melhor forma de avaliação de desempenho para a sua realidade será a avaliação gráfica, devido às dificuldades encontradas em aspectos como comunicação, valorização, relacionamento e qualidade da produção arrolados ao tipo de função desempenhada por cada funcionário. Sendo assim, serão avaliados os fatores apresentados no Quadro 3.

Os fatores que farão parte da avaliação de desempenho darão suporte para promoções de mudanças na organização. O processo de avaliação não será vinculado à remuneração, mas poderá auxiliar no processo de avaliação dos funcionários para futuras promoções, ou seja, identificar, a partir do que se tem apresentado, perfis potenciais para ocupar possíveis posições dentro da organização, através do recrutamento interno. Os funcionários passarão por avaliação bilateral, onde serão avaliados pelos gestores de acordo com que são capazes de fazer, e com o que está descrito nas suas funções que é necessário a ser feito; caso não correspondam às atividades necessárias, estes serão encaminhados a treinamentos para poderem suprir suas necessidades, voltando a ser avaliados após seis meses.

Aos funcionários que não corresponderem ao treinamento inicial, será realizada uma segunda chamada para identificar suas dificuldades e para dar retorno do que tem e o que ainda não tem dado certo. O objetivo é deixar clara a situação e promover mais uma possibilidade de informações; nesse segundo momento, o período de observação será menor e haverá o acompanhamento do líder direto, que contará com o apoio e suporte do RH (referente à abordagem, ao *feedback*, etc.).

Propõem-se que todas as avaliações ocorram a cada seis meses, formalizadas principalmente nesse período inicial, para que se implemente a cultura do retorno (do *feedback*) do trabalho desempenhado pelos funcionários, para que eles, o gestor, o diretor e RH acostumem-se com essa nova realidade.

4.2 APROVAÇÃO DA ALTA DIREÇÃO

Devido à realidade da organização estudada, acredita-se que a proposta de avaliação de desempenho desenvolvida, no presente momento, não será aplicada, em função de dificuldades relacionadas às questões de comunicação, relacionamento e valorização; sendo assim, é necessária uma atenção primeiro a esses aspectos, antes que se possa iniciar um programa de avaliação de desempenho.

Os problemas apontados na organização necessitam de soluções simples: como a questão da comunicação, que pode ser melhorada se houvesse mais reuniões entre diretoria, gestor e funcionários, saber ouvir os dois lados, evitando a tomada de decisões autoritárias, tornando o relacionamento mais próximo, promover pequenas mudanças na forma de repassar as informações referente ao trabalho, projetos e planejamento da organização; com relação à valorização faz-se necessário ir à busca de informações, utilizar os murais da empresa, colocar formações relacionadas à área de trabalho, se possível gratuitas, de baixo custo, ou ainda buscar parcerias com escolas de formação técnica, procurar valorizar os funcionários que tenham empenho e dedicação para com o trabalho, reconhecer de forma pública essa dedicação, encontrar formas de benefícios aos funcionários, como convênio, que se tenha a possibilidade de descontar na folha de pagamento, não gerando custo para organização, beneficiando os funcionários.

Posteriormente, pretende-se expor a proposta desenvolvida de avaliação de desempenho ao diretor, para que se possa aplicá-la na organização, caso for de seu interesse.

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir do que foi proposto a ser desenvolvido, optou-se em realizar uma entrevista com os funcionários e uma pesquisa de clima quantitativa e qualitativa, na qual identificaram-se diversas deficiências de comunicação, relacionamento e valorização que prejudicam o rendimento da organização.

De 12 funcionários entrevistados, 10 relataram de forma negativa (atribuindo grau baixo de satisfação) o relacionamento e a comunicação dos funcionários com a direção e a caracterizaram como sendo uma direção difícil cujo gestor não possui significativa autonomia, o que segundo os funcionários ocorre (dois deles ressaltaram de forma enfática) devido ao diretor se demonstrar inflexível em grande parte das suas decisões.

Observa-se outro fator relacionado à comunicação, ressaltado de forma negativa por 11 dos funcionários entrevistados, que é a questão dos objetivos e metas da empresa, a falta de informação aos funcionários e, além disso, sobre as responsabilidades de cada função. Três funcionários mencionaram que foram contratados para uma atividade, mas desempenham outras funções também, ou mudaram de função, mas não ocorreu a mudança na carteira de trabalho.

Dos funcionários novos (5 funcionários que estão entre 2 e 3 meses na organização), observou-se que foi destacada a questão da falta de treinamento suficiente para o desempenho da função, a comunicação foi ressaltada negativamente; desse ponto de vista, no entanto, destacaram de forma positiva a prestatividade dos colegas para auxiliar nas dúvidas que surgem no desempenho das funções.

Quanto aos murais, foram vistos de forma diferente entre os funcionários do setor administrativo (4 funcionários) e da produção (8 funcionários); do administrativo uma está há dois meses na organização e não sabia informar se as informações são desatualizadas, acredita que estejam dentro do que se espera, no entanto, as demais do setor identificaram de forma positiva o mural, principalmente a responsável por sua atualização (a mesma funcionária é responsável pela qualidade, RH e questões de departamento pessoal); porém, a maior parte das informações prestadas pela funcionária não coincidiu com as informações prestadas pelos funcionários da produção, o que demonstra total desconexão entre o que se tem feito com o que é necessário a ser feito.

A organização já apresentou um programa de sugestões há anos atrás, mas nos últimos dois anos não teve mais, tanto que apenas funcionários mais antigos mencionaram sua existência e sua ineficácia devido à inflexibilidade do dono.

Fatores como falta de planejamento, inflexibilidade, faltas de comunicação para as equipes sobre as necessidades da organização (reuniões por setores), necessidade de se ouvir os funcionários, atender pequenas necessidades (vestiários inacabados, corte do café, ignorância do diretor, portões dos pavilhões fechados para não saírem durante o expediente para fumar, entre outros fatores) foram mencionados pelos funcionários como fatores desmotivadores de trabalharem na Exatadez.

Observa-se que, apesar de haver diversos aspectos negativos a serem melhorados na organização, um fator identificado de forma positiva entre todos os

12 funcionários entrevistados foi a questão do relacionamento entre os colegas, que o clima entre os mesmos é amistoso e que o trabalho desenvolve-se apesar das dificuldades existentes.

4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Observa-se que as mudanças propostas pela ISO9001 (selo de qualidade que a organização adquiriu), que deveriam ocorrer, não se efetivaram, e o gestor não tem amparo suficiente para realizar sozinho as avaliações com os funcionários da empresa. A partir dessa realidade, pretende-se sugerir formas de promover uma avaliação de desempenho adequada à empresa que seja viável de ser realizada periodicamente, trazendo resultados benéficos aos funcionários e à organização.

A avaliação de desempenho traz como vantagem à organização a possibilidade de identificar falhas de treinamento, de comportamento e no sistema de produção, e a partir dessas informações, resolver essas deficiências com treinamentos, formações e *feedback*, dando o retorno ao avaliado de forma que ele consiga compreender como está seu desempenho, o que pode melhorar e que ele consiga encontrar maneiras para o seu próprio desenvolvimento (DESSLER, 2008).

No entanto, o fator de maior dificuldade e que pode ser considerado como ponto fraco do processo da avaliação de desempenho é saber dar o retorno aos funcionários. O avaliador da organização deve saber passar de forma clara o resultado da avaliação dos funcionários sem ofendê-los, utilizando-se de bom senso e de profissionalismo, para propor junto a ele (funcionário) formas de resolver

as dificuldades constatadas e de desenvolver as potencialidades identificadas (BERGAMINI; BERALDO, 2008).

Dentro da realidade da organização estudada, acredita-se que um programa de avaliação de desempenho não surtirá o efeito esperado, uma vez que existem diversas outras necessidades importantes, e que poderiam ser facilmente resolvidas, se a direção estivesse aberta a mudanças, o que, atualmente, não há como constatar, uma vez que não foi possível falar com o diretor. Somente quando a organização conseguir superar as dificuldades mencionadas acima, haverá condições de implementar o programa de avaliação de desempenho eficaz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da pesquisa bibliográfica, foi possível constatar que a avaliação de desempenho pode contribuir para as organizações no desenvolvimento de estratégias a partir das pessoas.

Constatou-se que o processo de avaliação de desempenho traz benefícios às organizações, desde que as avaliações desenvolvidas sejam bem elaboradas e adequadas à sua realidade. Um programa de avaliação de desempenho que não condiz com a realidade organizacional e não traz à tona as suas necessidades, ou um programa de avaliação que não prevê o retorno dos resultados aos funcionários, terá reflexos negativos, gerando, entre outros problemas, a desmotivação.

Na organização em que se realizou o estudo de caso, a Exatadez Metalúrgica Ltda., foi identificado que apresenta, formalmente, um programa de avaliação de

desempenho (que foi elaborado para adquirir o selo de qualidade ISO 9001); no entanto, não é aplicado. Pelo fato de não ter acesso a esse programa de avaliação de desempenho, foi necessário desenvolver uma sugestão que pudesse ser ideal à realidade da empresa, caso as necessidades destacadas (relacionadas à comunicação, relacionamento, valorização) fossem supridas.

Constatou-se que, embora essas dificuldades relacionadas à comunicação entre funcionários e direção, de relacionamento e valorização por parte do diretor da empresa para com funcionários, após a pesquisa de clima e entrevista, é possível concluir que o entrosamento entre funcionários é satisfatório.

Antes de se iniciar um programa de avaliação de desempenho eficaz e que efetivamente traga algum retorno, deve-se encontrar meios de promover melhorias nos aspectos citados acima, sugerir algumas mudanças que não alterem a cultura da organização, mas que promovam a qualidade de vida dos funcionários.

Conclui-se que o processo de avaliação de desempenho pode contribuir de forma positiva para as organizações, uma vez que identifica as dificuldades, mas também o que está dando certo, identificando os funcionários cujo potencial está sendo aproveitado de forma positiva e os que podem ser aperfeiçoados, além dos setores que podem ter um olhar mais atento para descobrir outros fatores que influenciam os resultados apresentados.

Sugere-se que novos trabalhos sejam desenvolvidos na organização Exata-dez Metalúrgica Ltda. para a promoção de melhorias internas, como, por exem-

plo, relacionadas à comunicação, relacionamento e valorização, que influenciam diretamente a qualidade do processo produtivo da organização.

REFERÊNCIAS

ARBOITE, Maria Rejane da Silva. **Gestão por competências**: políticas e práticas de RH. Novo Hamburgo: Feevale, 2008.

BERGAMINI, Cecília Whitaker; BERALDO, Deobel Garcia Ramos. **Avaliação de desempenho humano na empresa**. São Paulo: Atlas, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

_____. **Administração nos Novos Tempos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e cultura**, n. 1, p. 1-22, 2012.

DESSLER, Gary. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 3, p. 18-25, 2000.

GRILLO, Antonio Nicolló. Avaliação de desempenho: a experiência brasileira na administração pública. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 17, n. 1, 1982.

DIAS, Andréia Lé; CÂMARA, Deise da Silva; NASCIMENTO, Rita Oliveira do. **Avaliação de Desempenho**: Fatores que resultam em implicações negativas da avaliação de desempenho funcional associada ao programa GDF da CHESF. Monografia (Curso de Especialização em Administração), Universidade Federal da Bahia, 2003. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/avaliacao_de_desempenho.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

RIBAS, Andréia; SALIM, Cassiano. As avaliações de desempenho (Escala gráfica). **GP Concursos**. Publicado em: 25 dez. 2012. Disponível em: <<http://gpparaconcursos.blogspot.com.br/2012/12/as-avaliacoes-de-desempenho-escala.html>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. **Comportamento organizacional**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010.

SANTOS, Claudia; RIGUETTI, Rosany Scarpati. Avaliação de desempenho nas organizações. **Revista Foco**, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.novomilenio.br/periodicos/index.php/foco/article/view/27>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

VILLAROUCO, Vilma; ANDRETO, Luiz FM. Avaliando desempenho de espaços de trabalho sob o enfoque da ergonomia do ambiente construído. **Production**, v. 18, n. 3, p. 523-539, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/v18n3/a09v18n3>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

CRIANÇAS QUEER E A REPRESENTAÇÃO NA MÍDIA BRASILEIRA

Destaque em Ciências Sociais Aplicadas

Jornalismo

Tiago Fioravante¹

Saraí Schmidt²

¹Jornalista, graduado pela Universidade Feevale, bolsista de Aperfeiçoamento Científico. E-mail: tiago.fioravante@gmail.com.

²Docente do Curso de Comunicação Social e dos Programas de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais e Inclusão Social e Diversidade Cultural da Universidade Feevale. E-mail: saraischmidt@feevale.br.

RESUMO

O presente artigo explora o discurso midiático relacionado aos corpos infantis que destoam das regras hegemônicas relacionadas a gênero e sexualidade. Crianças, cujos comportamentos identificados como “estranhos” pela sociedade, foram transformadas em pauta nos veículos nacionais. O *corpus* de análise toma como base 92 referências midiáticas de TV, Internet e veículos impressos, publicadas entre 2010 e 2015, que retratam a experiência desta infância *queer*. Para o desenvolvimento das análises, o estudo propõe três tipos distintos de abordagem, enquadrando essas infâncias nas seguintes categorias: *Monstra*, *Ciborgue* e *Estranha*.

Palavras-chave: Ciborgues. Infância. Mídia. Monstros. *Queer*.

1 INTRODUÇÃO

“Menino de 9 anos insiste que é uma menina desde os 2 e pais agora aceitam sua decisão”, “Danann Tyler, 10, nasceu menino, mas se expressa como menina”, “Escola cristã rejeita menina por não ser ‘feminina o suficiente’”, “Criança transexual é proibida de usar banheiro feminino em escola nos EUA”, “Juízes diminuem pena de estuprador porque vítima de 6 anos seria gay”.

Os trechos que abrem este artigo foram retirados de matérias reproduzidas em portais de notícias, jornais e revistas nacionais, trazendo à tona um personagem até então pouco explorado no imaginário midiático: a criança *queer*¹. Perceber as maneiras que a mídia retrata meninas masculinizadas, meninos afeeminados, crianças transgênero ou intersexo² é, de certa forma, dar-se conta de estereótipos reproduzidos, neste caso, em relação aos universos infantis, sexuais e de gênero. Compreender a motivação da mídia ao dar voz à determinada autoridade e não à outra, no processo de construção do produto jornalístico, entender as significações impressas nas subjetividades de notícias que tenham como objeto crianças cujos comportamentos ou identidades destoem das hegemonias. Praticar esse exercício é estranhar o modo pelo qual construímos o produto midiático, e esse é o principal incentivo na escolha do tema e foco deste trabalho.

¹ Estas chamadas foram reunidas para compor um estudo mais amplo, intitulado de “*Crianças queer e a representação na mídia brasileira*”. Disponível em: <<http://bit.ly/2fofui9>> Acesso em: 31 out. 2016.

² Termo utilizado para designar pessoas cuja anatomia reprodutiva ou sexual não se encaixa nos padrões pré-estabelecidos para masculino ou feminino.

Utiliza-se *queer* no sentido de estranhar o processo de construção identitária durante o período da infância. A expressão é utilizada em países de língua anglofônica e seu significado está relacionado a um xingamento amplamente utilizado às pessoas LGBTQIA³. Em português, poderia ser traduzido como “estranho”, “excêntrico”, “ridículo”, e seu uso ganhou força entre a comunidade acadêmica durante a década de 1990, como modo de positivar um termo degradante, que traz impregnado em seu sentido o questionamento dos processos identitários (LOURO, 2013). Poderia, ainda, referir-se a esta infância como uma “infância estranha”, ou até mesmo uma “infância monstra”. Em termos metodológicos, pode-se afirmar que foi realizada uma bricolagem de diferentes artefatos jornalísticos que colocaram em pauta uma infância dita “estranha” no período de 2010 a 2015. Utiliza-se a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2000), um conjunto de instrumentos metodológicos de muita utilidade quando se deseja compreender além dos significados imediatos ou explícitos da comunicação para dissecar o teor de três das 92 matérias e reportagens encontradas.

2 O DISCURSO MIDIÁTICO COMO CONSTRUTOR DE VERDADES

A mídia, em seu papel de construtora de verdades, acaba por reproduzir discursos disciplinadores, quando relacionados às infâncias. Este artigo visa trazer

³ Termo usado para se referir a pessoas que se identificam como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, *Queer*, Intersexo e Assexuais/Aliados.

à tona alguns desses estereótipos inseridos no imaginário social referente às infâncias destoantes dos padrões pré-determinados referentes a gênero e à sexualidade.

Sobre o ato de representar, é importante ressaltar seu aspecto normalizador, quando usado no campo da comunicação. O significado do verbo *representar* carrega em seu sentido o ato de expressar, dar sentido, simbolizar determinados saberes. Usado no campo midiático, representar estaria associado ao ato de usar variados sistemas significantes disponíveis (imagens, sons, texto) para “falar sobre”, “falar por”, categorias ou grupos sociais no campo simbólico das artes e indústrias da cultura (FILHO, 2005).

A tarefa de analisar o discurso midiático não é simples, na medida em que contempla diversos fatores que poderiam, muitas vezes, passar despercebidos sob nosso olhar. Fatores, esses, que ajudam a demarcar e manter fronteiras que normalizam as identidades, que delimitam o simbolismo entre o normal e o anormal, o sadio e o patológico, e que nos mostram maneiras de ser e viver sintonizados com certos mecanismos que classificam e hierarquizam os lugares dos sujeitos. Segundo Kellner (2001), esses mecanismos ajudam a criar identidades e delimitar lugares que esses indivíduos estarão aptos ou não para pertencer.

3 INFÂNCIA MONSTRA

O indivíduo “anormal” que, desde o fim do século XIX, tantas instituições, discursos e saberes levam em conta deriva ao mesmo tempo da exceção jurídico-natural do

monstro, da multidão dos incorrigíveis pegos nos aparelhos de disciplinamento e do universal secreto da sexualidade infantil. (FOUCAULT, 2010, p. 418)

Dentre as categorias analisadas, inicia-se por aquela que apresenta a infância como monstra. Toma-se como base as reflexões de Michel Foucault ao longo de seu curso no *Collège de France* no ano de 1975 e também do conceito de “monstro” a partir da perspectiva de James Donald.

O corpo infantil aqui abordado é aquele que se difere dos demais por trazer em sua anatomia uma espécie de obscenidade orgânica. Algo que não deveria estar ali, mas ali está e, por isso, monstro é. Esse é o indivíduo que não viola apenas as leis da sociedade, mas também as leis da própria natureza.

A análise tem início com uma matéria do site *BBC Brasil*, intitulada de *Guevedoces: o estranho caso das ‘meninas’ que ganham pênis aos 12 anos*, veiculada em 21 de setembro de 2015. Dividida em três partes, a reportagem original foi feita pelo jornalista Michael Mosley para uma série de documentários da *BBC*, sob o título de *Countdown to Life: the Extraordinary Making of You*⁴, o texto foi traduzido para o português, após ser publicado no site da *BBC UK*, e veiculado no site da *BBC Brasil*.

A matéria traz em seu título uma ironia, disfarçada de mero destaque para a palavra “meninas”, como se estivesse questionando o fato destas serem realmente meninas. A começar por este título irônico, que não está presente na constru-

⁴ “*Contagem regressiva para a vida: sua extraordinária criação*” em tradução livre feita pelo autor.

ção original do texto, mas se trata de uma adaptação feita para o português, fica explícito o sarcasmo ao questionar a legitimidade desta feminilidade dos sujeitos abordados. Eni Orlandi, em seu livro *Análise do Discurso*, nos chama atenção para pequenos fatos do cotidiano que poderiam passar despercebidos, mas que, com um olhar mais atento, revelam sua verdadeira intenção: “Não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos” (ORLANDI, 2005, p. 9). É preciso perder a “ingenuidade” ao analisar os discursos midiáticos impregnados de suposições sobre determinadas identidades que, muitas vezes, são estranhas, causam medo ou pavor.

Sobre o medo, Bauman (2007) nos lembra de que alimentado pela insegurança do presente e a incerteza do futuro, ele é causador de um sentimento de impotência, de perda de controle. Mas o medo não pode justificar nossas escolhas enquanto profissionais da comunicação, quando relacionado a identidades que já estão à margem nas relações de poder. Obviamente, é preciso levar em conta diversos fatores que possam moldar nossas escolhas de palavras e signos, fatores que se mostram essenciais na construção e subjetivação das realidades aos quais estamos representando.

No funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de subjetivação, de construção da realidade [...] (ORLANDI, 2005, p. 21).

A notícia apresenta casos de crianças da República Dominicana que nascem com vagina e, ao chegarem à idade aproximada de 12 anos, passam por uma transformação em suas genitálias, que se transformam em pênis, ainda que isso não defina identidade de gênero das personagens em questão. Visto como raro pela ciência, o caso dos *guevedoces* passou a ser estudado na década de 1970 por uma cientista norte-americana. A matéria busca uma explicação científica para a “anomalia” (tratada desta forma no texto) e afirma que essas crianças só ganham pênis porque, em sua fase intrauterina, seu organismo “sofre” (sic) com a deficiência de uma enzima, que mais tarde se transformaria em testosterona.

A reportagem trata dos casos como um “problema” e afirma que, em sua maioria, as “novas” (sic) genitálias funcionam bem (aqui o “funcionar bem” traz implícito um bom funcionamento focado na heteronormatividade) e a maioria dessas crianças passa a viver como homens, ainda que a orientação sexual não seja algo definido. Categorizar essa reportagem como *Infância Mostra* foi uma escolha baseada no sentido foucaultiano⁵ à respeito da monstruosidade. Ideia, esta, que se baseia no desvio de conduta, na transgressão do “corpo natural”, seriam essas “anomalias corporais”.

[...] O contexto de referência do monstro humano é a lei, é claro. A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica – jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma

⁵ Relativo à obra de Michel Foucault.

e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza [...] (FOUCAULT, 2010, p. 48).

Os corpos analisados nesta matéria só se tornam motivo de curiosidade devido ao seu fator “anômalo”. Aqui, também é importante observar o dispositivo *Natureza* sendo utilizado como normalizador da heterossexualidade (PRECIADO, 2014). Para o filósofo espanhol, o que entendemos como natureza, é utilizado como um dispositivo que normaliza e sujeita os corpos uns aos outros. Ele entende a “Natureza Humana” como um dispositivo que atua de maneira a organizar os corpos e as relações de poder. Dispositivo este que sempre parte de um pressuposto heterossexual.

Esses artefatos definem a materialidade sexual como “macho” e “fêmea” e todos os outros que porventura se desviem desta regra podem ser enquadrados como anômalos. Não é possível portar outra materialidade corporal, um corpo “macho” não se transformaria em um corpo “fêmea”, um pênis não se converteria em vagina e vice-versa. Se existem apenas duas verdades sobre o sexo, existem apenas duas verdades sobre gênero. Macho/fêmea, homem/mulher, masculino/feminino, pênis/vagina. São essas as dicotomias permitidas. Nada mais. Espera-se que o macho humano performatize aquilo esperado para o homem e a fêmea humana, o esperado para a mulher.

Porém, o caso dos *guevedoces* derruba por terra essas dicotomias todas. E é por isso que é inteligível. Por isso que é tratado como monstro. Aqui, a ordem compulsória sexo/gênero/desejo é posta em xeque. E por isso incomoda. Incomoda

da não poder definir. Incomoda não poder colocar em uma ordem social os corpos que são diferentes da regra. Na mesma matéria, Johnny, um *guevedoce*, antes conhecido como Felicita, afirma recordar de ir à escola com um vestido vermelho, porém, de nunca ter sido feliz “fazendo coisas de menina”.

‘Nunca gostei de me vestir de menina e, quando me davam brinquedos de menina, eu nem brincava. Quando via um grupo de meninos, ia jogar bola com eles’. Quando ele se tornou claramente uma pessoa do sexo masculino, passaram a implicar com ele na escola. ‘Eles diziam que eu era o diabo, coisas ruins, palavrões, e eu não tive escolha a não ser brigar com eles, porque eles estavam passando da linha.’

O “passar da linha” eram as agressões verbais e humilhações que grupos que destoam frequentemente são submetidos. São esses os corpos abjetos, os corpos inteligíveis, teorizados por Butler (2012). A abjeção opera na condição de exclusão social, no tornar o sujeito excêntrico e não possível de problematização, na medida em que o expõe por meio das características da monstrosidade. Para Butler (2012), é a marca do gênero que atribui existência significável para os sujeitos, qualificando-os ou não, para a vida no interior da inteligibilidade dos códigos da cultura. Quando estas marcas não são possíveis de determinar o gênero e inseri-lo num limite inteligível, buscam-se novas formas dentro de classificações como monstros ou anormal, como lembra Foucault (2010).

“Tornar-se claramente um sujeito do sexo masculino”, para o autor da matéria em questão, implicaria assumir uma identidade que a Johnny não pertencia

anteriormente. O problema está justamente em subjetivamente impor um juízo de quem pode ou não ser um sujeito do sexo/gênero masculino nesta sociedade.

4 A INFÂNCIA CIBORGUE

No final do século XX, nesse nosso tempo, um tempo mítico, somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo; somos em suma, ciborgues. O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política. O ciborgue é uma imagem condensada tanto da imaginação quanto na realidade material: esses dois centros, conjugados, estruturam qualquer possibilidade de transformação histórica (HARAWAY, Donna, 2000, p. 41)

A análise feita a seguir foi classificada na categoria *Infância Ciborgue* devido ao fato de a abordagem jornalística em questão sugerir possíveis transformações de seus corpos no tempo presente ou futuro.

O conceito de *ciborgue* aqui abordado traz à tona o *Manifesto Ciborgue*, publicado por Donna Haraway, em 1985. Bióloga e feminista, Haraway é professora na Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos. A autora usa o ciborgue, recorrente personagem da ficção científica contemporânea, como metáfora para questionar os limites entre ser humano e máquina. A metáfora é usada para criar uma imagem condensada das transformações políticas e sociais do mundo contemporâneo, onde os desafios trazidos pela ciência e pela tecnologia transformaram nossas relações com o mundo e com nós mesmos. A *Infância Ciborgue*, através do olhar da mídia. Crianças que adiam a puberdade por meio do uso de hormônios,

crianças que no futuro pretendem se harmonizar (ou a família assim decidiu) para adequar uma imagem corpórea à sua identidade de gênero.

Um personagem recorrente em matérias e reportagens sobre crianças *queer* é Coy Mathis. Analisemos a seguinte reportagem veiculada em rede nacional pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo, no dia 7 de abril de 2013. A reportagem, de cerca de cinco minutos e meio, apresenta a história de Coy, então com 6 anos de idade, que vive no estado do Colorado, nos Estados Unidos. Coy foi impedida pela escola de usar o banheiro feminino por ter nascida “biologicamente” menino. A primeira imagem que a reportagem mostra de Coy é ela brincando com um pônei e seus brinquedos cor-de-rosa, enquanto usa um vestido de princesa, repleto de lantejoulas. A reportagem, assinada por Hélder Duarte, começa com uma narração em que cita o fato de Coy “à primeira vista, ser uma criança como outra qualquer”, dando a entender que não o seja.

A criança mal olha para a câmera enquanto fala, contando que não entende o motivo da escola estar sendo “má” com ela, impedindo-a de usar o banheiro feminino. Um advogado relata que a família tentou encontrar uma maneira junto à escola para que Coy não sofresse, mas esta foi negada. Então decidiram levar o caso à justiça. A mãe, Kathryn, comenta que, por volta de um ano e meio, começou a perceber que tinha algo diferente com seu “filho” (sic), que gostava de coisas “de garota”. Porém, perto dos três anos de idade, Coy afirmava enfaticamente que era menina, e “*não que queria ser uma*”. Quando contrariada, entrou em uma forte depressão, que não a motivava sair de casa ou brincar com amigos. Um ano

depois, os pais buscaram ajuda médica (pediatras, psicólogos, psiquiatras) para entender o que estava acontecendo com seu filho/sua filha.

A reportagem, encaminhando para um final, cita o fato de que, nos EUA, 16 estados terem legislação protegendo os direitos das pessoas trans, incluindo o estado do Oregon, onde, inclusive, uma escola já tem um banheiro unissex (destinado ao uso de pessoas de todos os gêneros). Enquanto a psiquiatra comenta sobre o preconceito que a criança poderá encontrar fora de casa, Coy brinca com um trenzinho e bonecos, brinquedos que poderiam ser enquadrados na categoria de “brinquedos masculinos”, porém, não é dada muita atenção para este fato. Aqui, ao decidir dar destaque para Coy em suas brincadeiras “femininas” e deixar de escanteio aquelas que poderiam ser apontadas como “masculinas”, a mídia atua subjetivamente no educar sobre os papéis de gêneros. A menina dócil e meiga, que vai gostar de brincar de boneca e casinha (tudo aquilo voltado para a intimidade), enquanto os garotos vão brincar com carrinhos e bonecos de ação (que remetam ao social, ao externo).

Em depoimento ao final da matéria, os pais de Coy afirmam que incentivam os filhos a falarem sobre algo quando pensam que isto precisa mudar e sobre não terem vergonha de suas diferenças, pois isto é o que as faz especiais. Enquanto isso, Coy brinca com um carrinho de *Lego*, sobre a mesa. Para os profissionais que pensaram esta reportagem, o mais interessante seria dar destaque no início da matéria para o fato de Coy estar usando seu vestido de princesa, rodeado de brinquedos cor-de-rosa, ao invés de mostrar que ela também gosta de brincar de carrinhos e outros brinquedos ditos “de menino”.

5 A INFÂNCIA ESTRANHA

Neste subitem, a infância destoa da regra por trazer em suas vivências padrões de comportamentos desviantes das hegemonias, mas que, por alguma razão, sua abordagem pelos veículos midiáticos não as classifica como seres que fujam das regras naturais, ou ainda, que não reivindicam para si mudanças corporais, não se encaixando nas categorias anteriores.

Começa-se por analisar duas matérias veiculadas nos sites do *Estadão* e de *O Globo*, respectivamente, sobre o caso do menino Alex, de 8 anos. Ambas as notícias relatam o caso de um garoto, morador da Vila Kennedy, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, espancado até a morte pelo pai por demonstrar comportamentos e trejeitos ditos como femininos. No primeiro veículo, *Estadão*, a matéria foi publicada sob o título de *Menino de 8 anos é espancado até a morte pelo pai para ‘andar como homem’*, na editoria Brasil, em 5 de março de 2014.

A matéria faz o uso de aspas no título para destacar uma característica do comportamento do garoto, citada pelo pai como motivação pelo crime. Ao fazê-lo, também está justificando a morte da criança pelo seu comportamento. Em outros casos, possivelmente, esta justificativa não estaria presente no título da matéria, seria tratada apenas como mais um caso de assassinato infantil, efetuado pelo progenitor. Ao subjetivamente destacar esta característica em seu título, o veículo corrobora para a compreensão de que este comportamento “inadequado” seja utilizado como uma justificativa para o crime. Ao longo do texto, características do comportamento de Alex novamente são usadas entre aspas: “*Alegando que o*

filho era 'afeminado', o pai bateu tanto que chegou a perfurar o fígado do menino, que também tinha sinais de desnutrição". Conforme aponta Ramonet (2002), a mídia, com seu “domínio carismático”, modela, impõe, forma e deforma os sonhos, os hábitos, os saberes, os hábitos e os dizeres das massas. Para isso, ela recorre a caixas de ideias e teorias sofisticadas da psicologia que, ao leitor comum, não estariam explícitas, visando conquistar e manipular o imaginário social. Em outra matéria, sobre o mesmo garoto, desta vez no site do *O Globo*, sob o título de *Menino teve fígado dilacerado pelo pai, que não admitia que criança gostasse de lavar louça*, assinada por Maria Elisa Alves, publicada em 5 de março de 2014, novamente o destaque por meio do título para o comportamento “inadequado” do menino. Ao longo do texto, o uso de aspas será novamente uma recorrência para apontar características do comportamento de Alex que destoam do comum. O subtítulo, “*Alex, de 8 anos, era espancado repetidas vezes para aprender a ‘andar como homem’*”. A matéria traz o depoimento da mãe de Alex, que vive no Rio Grande do Norte e teria enviado o menino para viver com o pai no Rio de Janeiro.

A matéria termina no velório de Alex, no qual estavam presentes apenas a mãe do garoto e o conselheiro tutelar, mas que, devido à violência do ato, atraiu pessoas de velórios ao redor para a capela onde o garoto era velado, para darem um abraço de conforto na mãe. O fato do pai já ter demonstrado comportamento homofóbico e ser usuário de drogas é usado como uma possível justificativa para o assassinato por ele cometido. O cuidado em utilizar termos que relacionem Alex com o universo feminino entre aspas, sempre usados no depoimento do pai, re-

vela uma ironia e uma tensão em apontar estes comportamentos na realidade do menino que fora assassinado.

Tensão no sentido de proteger a infância do garoto. O intuito, aqui, se aproxima de manter a figura infantil numa redoma de inocência e de pureza, que estariam em contradição com uma figura de um menino com trejeitos femininos ou que goste de atividades dadas como pertencentes ao universo das meninas e mulheres. Casos como o de Alex não são únicos. É possível imaginar que o número de crianças que passam pelo mesmo tipo de maus tratos motivados por seu comportamento destoante das regras sexuais e de gênero seja superior, afinal, muitos acabam não ganhando atenção da mídia, por não chegar a extremos como a morte.

6 CONCLUSÃO

As análises apresentadas neste artigo foram selecionadas de um estudo maior. Ainda assim, é possível perceber a urgente necessidade de estarmos atentos à maneira com que estas infâncias são representadas pelo jornalismo, frequentemente reproduzindo estereótipos de gênero vigentes. Meninas trans são reiteradamente representadas brincando com bonecas, usando vestidos de princesas; meninos trans são apresentados vestindo fantasias de super-herói, jogando videogame ou futebol.

Estes novos personagens que se fazem presentes no imaginário midiático estão cada vez mais cedo reivindicando seu papel de protagonistas em relação às

suas identidades sexuais e de gênero (perceba que, aqui, identidade sexual não esteja relacionada com as práticas sexuais, mas sim, em relação à orientação do desejo). Este novo sujeito não necessita mais do aval médico para garantir sua existência, ainda que, caso assim o deseje, intervenções de autoridades médicas não sejam descartadas. Os papéis da família e da instituição escolar são de suma importância para a legitimação destas identidades.

Repensar estas dicotomias, abrir possibilidades que tensionem os limites impostos relacionados a gênero e à sexualidade também pode ser um papel da comunicação. É preciso pensar na “condição de emergência do político como possibilidade de transformação da realidade” (PRECIADO, 2008, p. 284). Enxergar a infância como o novo que dissolve a solidez da nossa existência (LARROSA, 1998), mas pensar que esta incerteza trazida pode nos ensinar a repensar nossos modos de viver e enxergar o mundo. O novo que o sujeito infantil representa não deve significar medo, mas uma transformação, uma transformação necessária. Se isto significa imaginar um mundo livre das imposições do gênero, que olhemos para estas mudanças como positivas. Enquanto comunicadores e jornalistas, que o nosso papel seja, sim, questionar, mas que questionemos os motivos que nos mantêm presos às formas de viver atuais e onde elas estão nos levando.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- FILHO, João Freire. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Revista Famecos**, Porto Alegre. n. 28, dez. 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Antropologia do Ciborgue**. As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autentica, 2000.
- KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia**. Bauru (SP): Edusc, 2001.
- _____. Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**. Porto Alegre: Contrabando, 1998.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e Teoria *Queer*, 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos, 6. ed. Campinas: São Paulo: Pontes, 2005.
- PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.
- _____. **Manifesto Contrassexual** - Práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

RAMONET, Igmacio. **Propagandas silenciosas:** massas, televisão, cinema. Petrópoles,RJ: Vozes, 2002.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?**, São Paulo: Edições Loyola, 2005.

A CRIANÇA ENSINA E APRENDE: A CULTURA DO SUCESSO NO YOUTUBERS MIRINS

Destaque em Ciências Sociais Aplicadas

Publicidade e Propaganda

Álissom Roberto Brum¹

Sarai Patrícia Schmidt²

¹Estudante do 5º semestre do Curso de Publicidade e Propaganda na Universidade Feevale e bolsista de bolsista de iniciação científica. E-mail: alissombrum@feevale.br.

²Orientadora do trabalho. Docente do Curso de Comunicação Social e dos Programas de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais e Inclusão Social e Diversidade Cultural da Universidade Feevale. E-mail: saraischmidt@feevale.br.

RESUMO

O trabalho nos convida a refletir acerca da relação da criança contemporânea e os artefatos midiáticos que nos interpelam todos os dias. A pesquisa propõe discutir como a mídia opera enquanto um espaço pedagógico, produzindo identidades infantis. Para isso, selecionamos como corpus da investigação a categoria de produtores de vídeos do YouTube, denominada Youtubers Mirins. Nesses canais, crianças e jovens mostram um comportamento, em que não apenas interagem com as mídias, mas passam a produzir conteúdos audiovisuais nos quais elas são os protagonistas. A análise compõe-se de cinco vídeos de meninas dessa categoria, com significativa visualização no ano de 2015. Com este artigo podemos concluir que, ao serem subjetivadas pela mídia todos os dias, as crianças tornam-se parte dessas construções, assumindo determinados modos de ser.

Palavras-chave: Imagem. Mídia e Criança. Comunicação e Consumo. Youtubers Mirins. Educação.

1 INTRODUÇÃO

*Oi, Meninas e oi, meninos! Tudo bem com vocês?
Hoje eu vou fazer a tag me conhecendo melhor e, nessa tag, nós temos 15 perguntas
e no final do vídeo eu vou mandar alguns beijos.*

Qual o seu nome?

Meu nome é Amanda.

Quantos anos você tem?

Eu tenho 10 anos.

Você namora? Se sim, há quanto tempo?

Não, eu não namoro, eu sou criança.

Qual a sua profissão? Você estuda?

Eu sou estudante e minha profissão é Youtuber Mirim.

(Amanda, 10 anos)

Em tempos de forte apelo da mídia em nossos dias, passamos a ser convocados diariamente a consumir. Somos instigados a tal ação desde o momento em que acordamos, seja pela televisão, computador, celular, jornal, rádio. Saímos de nossas casas e passamos a ser interpelados por um número cada vez maior de convocações midiáticas que seduzem para os apelos da cultura do consumo. A interatividade e a persuasão associadas às conexões ininterruptas das redes sociais nos variados formatos com os quais somos abordados nos tornam íntimos dessas convocações. Nesse contexto, sites como o *YouTube*¹ apresentam um expressivo número de crianças e jovens que se denominam *Youtubers Mirins*. Diante deste ce-

¹ O Youtube é um site fundado em 2005 e que foi projetado com intuito das pessoas assistirem e/ou compartilharem vídeos por meio da sua plataforma digital.

nário, este artigo² se propõe a analisar o que essas crianças produzem em termos de conteúdo nessa plataforma.

O estudo foi realizado em etapas e as análises realizadas de acordo com a perspectiva metodológica de Bardin (2002). Inicialmente, realizamos uma sondagem no *YouTube*, a fim de detectar canais que utilizavam o site para publicar vídeos produzidos por crianças e de que maneira usavam esse espaço. Em seguida, observamos quais eram os conteúdos mais veiculados. Nesta etapa tivemos contato com oito canais voltados para meninas e oito canais voltados para meninos. Ao todo, os canais somavam 3.872 vídeos, sendo que 2.914 eram vídeos para meninas – com conteúdos voltados à moda, beleza, brinquedos, receitas e compras –, e 958 publicações eram para meninos, com narrativas sobre jogos, tutoriais de games, brinquedos e compras.

A principal relação dos conteúdos entre os canais voltados para meninas e meninos se dá pelo consumo, em que se apresentam, recorrentemente, *reviews* de brinquedos, no qual se expõem um expressivo número de marcas. Em uma pesquisa exploratória desses vídeos, já podemos anunciar algumas questões que podem ser levantadas: a individualização, a cultura do sucesso e a representação do gênero. Para este estudo, o foco das análises será a relação da cultura do sucesso a partir da seleção de cinco vídeos publicados por meninas no ano de 2015. As contribuições dos estudos de Zygmunt Bauman (1999, 2008, 2013), Jean Bau-

² Este estudo integra etapa da pesquisa institucional coordenada pela professora Saraí Schmidt.

drillard (1972-1995, 2006), Shirley R. Steinberg e Joe L. Kincheloe (2001), Juliet B. Schor (2009), Saraí Patricia Schmidt (2012), Adela Cortina (2002), Lipovetsky (2004), Hall (1997) e Beatriz Sarlo (2013) oferecem o aporte teórico para realizar as análises de um conjunto de enunciados proferidos por crianças e jovens nos referidos canais.

O artigo está dividido em três sessões. A primeira, “Mídia, consumo e criança”, traz discussões sobre a inserção da criança em uma “construção corporativa da cultura infantil” e suas consequências. A segunda, “*Youtubers Mirins*”, apresenta esta nova categoria de produtores de vídeo do YouTube. A terceira, “Organizando os achados”, inicialmente apresenta um panorama geral dos resultados obtidos a partir da aproximação com o *corpus* do trabalho, e em “Assunto de meninas” estabelece uma análise específica para cada um dos cinco vídeos selecionados para meninas.

2 MÍDIA, CONSUMO E CRIANÇA

As crianças atualmente se tornaram um dos principais alvos da publicidade e do marketing. Segundo uma pesquisa realizada pela Pyxis Consumo, do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE³ Inteligência), o “mercado de brinquedos movimentou cerca de R\$ 6 bilhões de reais em 2012 no Brasil”. Os brinquedos representam um segmento de consumo infantil, contudo, se formos

³ Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/mercado-de-brinquedos-movimentou-cerca-de-r6-bilhoes-em-2012>>/. Acesso em: 18 abr. 2016:

adicionar outros produtos destinados a este público, certamente o valor se elevaria. Para atingir a essa receita com a venda de brinquedos, podemos supor que houve um investimento grande para a publicidade de tais produtos.

Cabe lembrar ainda que as crianças influenciam diretamente na decisão de compra dos pais. A equipe Innovare⁴ compartilhou uma pesquisa feita pelo Serviço de Proteção ao Crédito e o portal Meu Bolso Feliz, que reflete sobre a da pressão dos filhos durante as compras. Hoje a criança está inserida na “produção corporativa da cultura infantil” e não é apenas alvo dela. Steinberg e Kincheloe (2001, p. 14) entendem que esse processo de produção se insere

[...] no âmbito da abrangente expressão *pedagogia cultural*, que enquadra a educação numa variedade de áreas sociais, incluindo, mas não se limitando à escola. Áreas pedagógicas são aqueles lugares onde o poder é organizado e difundido, incluindo-se bibliotecas, TV, cinemas, jornais, revistas, brinquedos, propagandas, videogames, livros, esportes etc.

Atualmente, além da televisão, revistas e jornais, há sites como *Facebook*, *Twitter* e *YouTube* que permitem novas formas de gerar publicidade e entrar em contato com o público. Esses sites passam a operar na “produção corporativa da cultura infantil”, pois partem dos mesmos princípios das demais mídias. Ademais,

⁴ Informações sobre a pesquisa e dados quantitativos podem ser acessados por meio do site Inovare Pesquisa. Disponível em: <<http://www.innovarepesquisa.com.br/blog/publicidade-e-o-consumo-infantil>>/. Acesso em: 18 abr. 2016:

essas novas plataformas de comunicação são mais adeptas à nova geração de crianças que nascem na era tecnológica, operando cada vez mais cedo computadores, celulares, tablets, entre tantas outras tecnologias. A diferença das mídias digitais é que elas não nos passam informações apenas, mas dão a possibilidade de produzir conteúdos.

Para Schor, a principal mudança no comportamento da criança foi

[...] o grande envolvimento das crianças com as mídias eletrônicas, o que levou muitos estudiosos a propor uma nova infância, pós-moderna, dirigida pela televisão, internet, videogames, filmes e vídeos. Para estimar a magnitude dessa mudança devemos ir além de dados de divisão do uso diário do tempo, que tem como foco principalmente a televisão, e recorrer a pesquisas mais detalhadas sobre o uso das diversas mídias (2009, p. 28).

A criança de hoje tem presença efetiva no universo virtual. Segundo dados do IBOPE⁵ Nielsen *online*, em maio de 2012 “internautas com idade entre 2 e 11 anos permaneceram em média 17 horas conectados ao computador”.

Além dos jogos *online*, elas produzem conteúdos na internet. Os discursos produzidos pelas crianças operam enquanto um espaço pedagógico, na qual passam a ensinar outras crianças. É nesse sentido que nossas observações apontam

uma criança ativa na “cultura corporativa da infância” que dentro de uma complexa rede de relações que as imagens produzidas e veiculadas na mídia carregam, as crianças passam a produzir e fazer parte dessas produções.

A relação da mídia com a educação das crianças se dá no poder de se construir significados, identidades, representações, concepções, entretanto outros sinônimos são determinados à mesma função de ensinar. Hall, afirma que a mídia

[...] tem uma função na formação, na constituição das coisas que ela reflete. Não que há outro universo ‘lá fora’, que exista fora do alcance dos discursos de representação. O que há ‘do lado de fora’ constitui-se, em parte, na forma como é representado (1997, p. 3).

Consumimos mais do que um produto, compramos uma marca e todo um conjunto de valores e significados atribuídos a ela. Os discursos de representação e os ensinamentos midiáticos são, muitas vezes, interiorizados como verdades absolutas. Criam-se estereótipos de meninos e meninas, pobres e ricos, alunos e professores. Uma comunicação de massa que representa poucos e padroniza tudo. A mídia é mais do que um espaço para compartilhar informações, ela atua como um universo pedagógico operante na formação dos indivíduos (BAUMAN, 2008, p. 11). É por meio dos seus discursos que muitas pessoas aprendem a ver o mundo, o outro e a si mesmas. Compramos diariamente modos de viver, comportamentos e estilos, adquirimos e assumimos um grande número identidades, que vão e voltam ao clique de um controle remoto ao se mudar de canal. “Por

⁵ Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/criancas-brasileiras-sao-as-que-ficam-mais-tempo-conectadas-a-internet>>/. Acesso em: 18 abr. 2016.

essa ou por aquela razão, os meios de comunicação de massa têm cada vez maior importância na constituição da identidade dos indivíduos” (COSTA, 2013, p. 162).

3 YOUTUBERS MIRINS

Nesses tempos, as crianças deixam de ser passíveis na publicidade e suas múltiplas formas de persuasão e passam a fazer parte de uma comunicação corporativa, destinada a fortalecer o consumo e a moldar identidades infantis. O Instituto Alana⁶ define comunicação corporativa como:

Toda e qualquer atividade de comunicação comercial para a divulgação de produtos e serviços independentemente de suporte, mídia ou meio utilizado. Assim, ela abrange publicidade, anúncios impressos, comerciais televisivos, spots de rádio, banners e sites na Internet, embalagens, promoções, merchandising, assim como a disposição e a exposição dos produtos nos pontos de vendas (2011).

Sites como o *YouTube* compartilham grandes quantidades de conteúdos diariamente. Inúmeros desses conteúdos audiovisuais são destinados ao público infantil, que tem forte presença em sites de entretenimento. Mesmo o *YouTube* sendo um espaço para maiores de 18 anos, crianças e jovens de até 14 anos de idade utilizam livremente este meio, e eles se denominam *Youtubers Mirins*. Com seus canais, passam a produzir conteúdos audiovisuais, que agregam outras

crianças e adolescentes em suas audiências. O site não se manifesta sobre essa categoria de produtores de vídeos, que tem alcançado grande público de espectadores, visto que em seus termos de serviço⁷ afirma que o “website do YouTube não é projetado para jovens menores de 18 anos. Se você tiver menos de 18 anos, não deverá utilizar o website do YouTube. Você deverá conversar com seus pais sobre quais sites são apropriados”.

Assim como em outras redes sociais, as crianças criam um perfil/canal no *YouTube* e passam a supri-lo diariamente com produções audiovisuais nas quais eles são os protagonistas. Nesses vídeos apresentam o seu cotidiano, os presentes que costumam ganhar, os passeios que fazem, seus brinquedos, personagens favoritos, viagens, brincadeiras, moda, maquiagem, etc. Essas produções vêm ganhando uma importante atenção na web, no qual vídeos publicados por crianças já receberam mais de sete milhões de visualizações⁸.

As crianças passam a midiatar seu dia a dia e apresentam uma quantidade significativa de seguidores e fãs. As narrativas de áudio e vídeo, ao contemplarem os objetos de que gostam e atividades que fazem, apresentam um grande número de marcas e essas já veem neste artefato um importante veículo publicitário. Em

⁷ Disponível em: < <https://www.youtube.com/static?gl=BR&template=terms&hl=pt>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

⁸ Pesquisa feita pela Zenith Optimedia revela que o vídeo *online* será a mídia com maior crescimento em investimento publicitário nos próximos três anos (2015 a 2017), com uma média de 29% ao ano. Em 2014 esse mercado teve um crescimento de 34%, movimentando mais de 10 bilhões de dólares. (MAIA, 2015).

⁶ Disponível em: <<http://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Relat%C3%B3rio-Anual-2011.pdf>> Acessado em 18 abr. 2016.

uma entrevista dada à folha Uol⁹, o diretor de conteúdo do YouTube no Brasil, Álvaro Paes de Barros, comenta sobre esta categoria de vídeos, afirmando que “eles falam exatamente o que é importante para crianças, da forma como as crianças falam”. O comentário do diretor traz uma reflexão sobre o que é importante para as crianças e faz questionar se o que é propagado nos vídeos são conteúdos essenciais para elas.

Uma vez que crianças passam a falar para outras crianças, abrem-se novas portas para o consumo, no qual a persuasão e o encantamento serão maiores. Pode-se dizer que, mesmo que de forma preliminar, um novo modelo de merchandising passa a imperar nessa comunicação, que de maneira tão aberta e natural apresenta não apenas produtos e marcas, mas modos de ser e comportamentos. Conforme o Instituto Alana¹⁰,

A internet tem sido o alvo preferencial da publicidade que se dirige à criança, e lá a distinção entre entretenimento e publicidade fica ainda mais nebulosa. Os youtubers mirins, crianças que têm canais no YouTube e uma legião de fãs, ganharam fama entre o público infantil e também ‘presentes’ das marcas. Uma das táticas adotadas pelas empresas foi o envio de produtos para blogueiros, vlogers e youtubers mirins antes do lançamento para que essas crianças os promovessem nas suas redes sociais. (2015).

⁹ Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/tec/2015/08/1663202-criancas-ficam-famosas-com-vidEOS-no-youtube-e-precisam-lidar-com-fas.shtml>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

¹⁰ Disponível em: < <http://criancaeconsumo.org.br/noticias/2015-um-ano-de-muitas-acoEs-e-desafios/>> Acesso em: 18 abr. 2016:

Crianças passam a apresentar a outras crianças novos modelos de vida e comportamentos de consumo. As crianças apresentam seu estilo de vida nos vídeos, seus modos de ser e estar no mundo. Além das marcas e produtos anunciados nos vídeos, as próprias crianças viram objeto de consumo.

4 ORGANIZANDO OS ACHADOS

A partir dos canais e vídeos aos quais tivemos acesso na primeira etapa, foi feito um levantamento de um conjunto de dez vídeos da categoria denominada *Youtubers Mirins*, com significativa visualização no ano de 2015. O material foi dividido entre os cinco mais relevantes para as meninas e os cinco mais relevantes para os meninos. A relevância foi medida pela quantidade de visualizações e os conteúdos apresentados.

A fim de detectar os principais elementos e enunciados que compõem as narrativas dos dez vídeos selecionados, foi criada uma tabela para tabular e organizar os discursos apresentados nessas produções. Eles foram divididos em três categorias: *individualização, cultura do sucesso e a representação de gênero*. Além das categorias principais, subcategorias foram elencadas a partir das interpretações tidas com as falas das crianças e dos jovens. Entre elas: *erotização, celebrações, indústria cultural e marcas*.

A partir deste sistema de análise, algumas observações foram feitas no início da segunda etapa: (i) as crianças reconhecem ser Youtubers como sua profissão: passam a desenvolver a marca e identidade dos seus vídeos; (ii) criação de

celebridades: as crianças gostam de serem reconhecidas e terem um público que as siga; (iii) criação de modas e necessidades: ensinam o “estar, fazer e ser”.

Em seguida, apresentaremos uma análise inicial dos cinco vídeos produzidos e publicados por meninas.

4.1 ASSUNTO DE MENINAS

As meninas do YouTube Mirim atuam como celebridades em seus canais. Juntas, elas atingem um público com mais de quatro milhões de pessoas e seus vídeos, analisados neste artigo, somam mais de cinco milhões de visualizações. Estes números nos chamaram a atenção e nos mobilizaram a ver quais os conteúdos estavam sendo publicados para apresentar resultados tão significativos.

Nessa análise, percebemos que as meninas não apenas atuam como famosas, mas são reconhecidas como tal. Conforme Bauman (2008, p. 21), ser famoso “não significa nada mais (mas também nada menos) do que aparecer nas primeiras páginas de milhares de revistas e em milhões de telas, ser visto, notado, comentado e, portanto, presumivelmente desejado por muitos”. Aparecer em milhões de telas já é um fato, e com isso as Youtubers passam a ser objeto de consumo e desejo de outras crianças e jovens que, prontamente, seguem seus canais e consomem seus produtos.

O consumo é o fio condutor que liga os vídeos e que convoca as crianças e os adolescentes à cultura do sucesso. Por tanto, esta análise visa refletir e questio-

nar como o consumo, não só de bens materiais, mas dos próprios ensinamentos da mídia, vem moldando as identidades e os comportamentos infantis.

O consumo excessivo, aprendem eles, é sinal de sucesso, uma autoestrada que conduz ao aplauso público e à fama. Eles também aprendem que possuir e consumir certos objetos e praticar determinados estilos de vida são a condição necessária para a felicidade (BAUMAN, 2008, p. 165).

A primeira produção analisada se chama “*Primeiro Beijo*”, da jovem Vitória, de 14 anos, e seu canal possui 2.370.642 inscritos. No vídeo a Youtuber teve 1.692.657 visualizações. Nele, ela fala “Tudo sobre boca virgem e o primeiro beijo”. Entre os principais trechos do discurso percebemos os paradigmas da sexualidade dentro da cultura do sucesso, a necessidade de perder o “BV¹¹” para ser mais evoluída e poder se exibir para as amigas.

Quando eu estava beijando, eu ficava pensando tipo assim: Caramba eu to tirando o BV cara, eu to perdendo o BV, é a primeira vez que eu estou beijando cara. Agora posso falar para minhas amigas que eu não sou mais BV. E cara, agora eu sou uma menina muito mais evoluída (Vitória, 14 anos).

Ter sucesso vai muito além de bens materiais. Essa cultura convoca e dita determinados comportamentos. As crianças e os jovens consomem precocemen-

¹¹ Sigla usada entre adolescentes que significa “boca virgem”, pessoa que nunca beijou ou foi beijada.

te valores de uma sociedade que as sexualiza e ensina que para ser alguém mais “evoluído” é necessário ser sexualmente ativo. Parte da adesão dessa consciência se dá na função da mídia em quanto formadora de indivíduos, mostrando por meio de discurso e imagens o que é ser criança e jovem nesse meio, e como manuais, mostram como devem ser, agir e se comportar.

Ao mesmo tempo em que cresce significativamente o investimento no marketing infantil, temos uma indústria midiática que recorrentemente tem multiplicado a idéia de uma infância sedutora, sexualizada, provocativa, consumista (SCHMIDT, 2012, p. 3).

O vídeo da Vitória deixa claro que “dar o primeiro beijo” é como subir na escala social, ele agrega status e faz ser aceito. Ademais, ao afirmar que só depois de ter dado o primeiro beijo e poder contar a suas amigas que não é mais “BV”, expõe a sexualidade como um valor qualitativo e socialmente bem visto. Entretanto, evidencia-se também, a pressão que esse modo de pensar e se relacionar causa sobre os indivíduos. Ser “BV” é motivo de vergonha, de exclusão, é algo que precisa ser escondido, disfarçado. Por outro lado, quando beijar, tal acontecimento precisa ser anunciado e vira motivo para exibição.

Eu perdi meu BV com 13 anos, ou 12 para 13 e naquela época, como o mundo está muito evoluído, era um pouquinho tarde, comparada com meu grupo de amigas, eu estava mais ou menos atrasada. E quando eu perdi foi tipo: nossa, cara eu perdi o BV, a Vitória perdeu o BV, não sou a última (Vitória, 14 anos).

Tais lógicas reforçam a fragilidade das relações, na qual não importa quem eu beijo, mas sim que eu não seja mais “boca virgem”. Nesse sentido Baudrillard afirma que somos:

A cultura da ejaculação precoce. Cada vez mais, qualquer sedução, qualquer forma de sedução, que é um processo altamente ritualizado, apaga-se por trás do imperativo sexual naturalizado, por trás da realização imediata e imperativa de um desejo (2006, p. 47).

O autor trata a sedução como algo estrategicamente pensado, no qual você precisa encontrar meios de usufruir do seu corpo, do seu sexo. Eles se tornam ferramentas dentro de uma lógica mercantil, na qual a sexualidade passa a ser consumida e comercializada. É nesse contexto, que o vídeo passa a ser um manual, um guia para o primeiro beijo, ou como Baudrillard chama “[...] vetor ritual, sem abstração ritual e cerimonial, uma aposta ardente dos signos ao invés de uma troca de desejos” (2006, p. 143).

No segundo vídeo analisado, observamos que os discursos também apontavam traços de uma cultura do sucesso. Características como “cara de rico” e “cara de pobre”, foram questões apresentadas no vídeo “*Maquiagem capa de revista*”. Ele pertence ao canal Beleza Teen, que possui 1.145.122 inscritos e foi visualizado 177.242 vezes. A produção foi feita por Mariany, de 13 anos, que ao ensinar um tutorial de maquiagem passa a apresentar alguns estereótipos do que vem a ser rico e pobre dentro de uma complexa representação de classes.

Então, gente, o segredo para ter uma pele de rica, uma cara de rica assim, bem linda, glamorosa, charmosa é ter uma pele boa, então, todos esses preparos que eu falei, protetor solar e sabonete, é muito importante, porque a pele já vai acostumando com o jeito, aí ela vai ficando boa e macia. Então é muito importante para ficar com cara de charme, de rica (Nathany, 13 anos).

Ao abrir um jornal, uma revista ou assistir por algumas horas a televisão, são observadas inúmeras representações da sociedade, que por meio das interações midiáticas e de comunicação de massa passam a fixar identidades. Tais representações feitas pela mídia têm papel impactante, que passa a moldar a partir dela e a ver e entender os outros sob uma única perspectiva. Características de pessoas ricas e pobres apresentadas por Mariany partem de

Uma importante distinção envolve o fato de que as diferenças raciais e culturais podem ser representadas pela TV, cinema, ou produtos gráficos, mas elas estão descontextualizadas, e despojadas de qualquer caracterização das diferenças de poder que causam sofrimento entre as crianças [...] (STEINBERG; KINCHELOE, 2001, p. 43).

A pedagogia da mídia orienta a forma como os sujeitos são percebidos. Estereótipos do que significam pobreza e riqueza passam a compor “filmes, livros, videogames, e programas de TV da cultura infantil” (STEINBERG; KINCHELOE 2001, p. 48).

Olha minha cara de pobre (mostra o rosto sem maquiagem e faz uma simulação apresentando uma face verde e com problemas dentários. Aparecem sons de mos-

cas). Agora olha minha cara de rica (mostra um rosto maquiado, trilha sonora de celebridades e efeitos de dinheiro sobre ela) (Nathany 13 anos).

A imagem apresentada de uma pessoa rica (maquiada, com dinheiro, famosa, glamourosa), é um código que se padroniza ao representar essa classe, da mesma maneira que ao mostrarem uma pessoa pobre em um veículo de comunicação de massa, uma semântica visual compõe essa construção.

O pobre é forçado a uma situação na qual tem que gastar o pouco dinheiro ou os poucos recursos de que dispõem com objetivos de consumo sem sentido, e não com suas necessidades básicas, para evitar a total humilhação social e evitar a perspectiva de ser provocado e ridicularizado (BAUMAN, 2008, p. 74).

Essas concepções passam a interferir na autoimagem das crianças que “tendo de negociar imagens de TV e cinema das classes trabalhadoras como criaturas perigosas e imbecis” (STEINBERG; KINCHELOE, 2001, p. 72).

Tal compreensão que temos das diferentes classes sociais se originam e interiorizam-se a partir das padronizações que circulam em diferentes meios de comunicação, que mostram a riqueza como algo necessário e que por isso deve ser sonhado e desejado por todos.

Como resultado, os lugares obtidos ou alocados no eixo da excelência/inépcia do desempenho consumista se transformam no principal fator de estratificação e no maior critério de inclusão e exclusão, assim como orientam a distribuição do apreço e do estigma sociais, e também de fatias da atenção do público (BAUMAN, 2008, p. 71).

Por outro lado, atrelam pobreza à sujeira, violência, má educação, entre tantos outros sinônimos que fazem dela algo a ser temido e rejeitado.

No vídeo “*Tour pelo meu quarto novo*”, da menina Isabel, de 8 anos, também se evidenciam essas questões, em que se observa que a realidade e os estilos de vida apresentados pela menina expõem um alto padrão, que começa a ser comprado por outras crianças que sonham em ter o que ela mostrou. O vídeo teve 1.201.450 visualizações e Isabel possui 1.602.497 inscritos em seu canal. Na produção, a menina mostra o seu quarto novo e tudo o que lá contém. Nele vemos a personificação da criança em uma celebridade, e o que ela tem passa a ser o sonho de outras crianças que começam a consumir os seus modos e estilo de vida. “O que quer que falem quando estão no ar, passam a mensagem de um estilo de vida total. A vida *delas*, o estilo de vida *delas*” (BAUMAN 1999, p. 61, grifo do autor).

Olá, meninas, hoje estou aqui para fazer um vídeo que é muito pedido, que é o tour pelo quarto novo. Bem pequenininha eu fiz um vídeo mostrando o meu quarto, então a gente se mudou de casa e eu tenho um novo quarto. E vocês estão pedindo há muito tempo, e hoje eu vou realizar esse sonho, vamos? (Isabel, 8 anos).

Ela é o referencial de outras crianças, que desejam ter o que ela tem, viver a sua vida ou até mesmo ser ela. Por mais que não tenha a abrangência de famosos da TV e do cinema, que ditam tendências, são copiados e seguidos fervorosamente por seus fãs, vemos que ela traz essas características e seu público reage da mesma maneira. Quando ela diz que vai “realizar esse sonho”, interpreta-se que

o quarto dela, seus brinquedos e tudo o que tem mais lá seja objeto de desejo de seus seguidores.

Graças à rede de ‘autoestradas da informação’, em rápido crescimento tanto em extensão quanto em densidade, todo e qualquer indivíduo (homem ou mulher, adulto ou criança, rico ou pobre) é convidado, tentado e induzido (ou seja, compelido) a comprar sua própria sorte com a de todos os outros; em particular, com o consumo excessivo praticado pelos ídolos públicos (celebridades constantemente expostas nas telas de TV e nas capas de tabloides e revistas de luxo) [...] (BAUMAN, 2013, p. 27).

A midiatização do dia a dia da Isabel, na qual ela mostra sua rotina, brinquedos, viagens e compras, passa a ser consumida por outras crianças, que veem na menina o seu objeto de consumo. Conforme Cortina (2002), podemos entender que o vídeo causa em outras crianças o desejo de imitar o que lá é apresentado, na qual bens materiais, comportamentos e estilos passam a ser comprados e negociados. Para a autora “diferencias de clases siguen siendo firmes, son las que determinan estilos de vida, y las diferencias de consumo vienen condicionadas por el poder económico, aunque los pobres tengan sus sueños de grandeza” (2002, p. 54), ou seja, crianças em diferentes realidades econômicas querem ter aquilo que é apresentado no vídeo à medida que ela expõe uma realidade altamente consumível.

Tais aspectos também podem ser observados no vídeo da Youtuber Juliana Baltar, de 8 anos. Ela exhibe neste vídeo o seu dia no shopping. O audiovisual se chama “*Especial Mil Inscritos - Passeio no shopping*”, ele pertence ao seu canal que já

possui 837.935 inscritos. A publicação teve 1.193.677 visualizações e retrata um dia espacial, o qual ela ganhou por ter conquistado mil inscritos no canal. Durante o vídeo a menina atuou como uma vendedora mostrando marcas, produtos e lojas.

Galera, agora eu vou entrar aqui na Ri Happy. Olhas as Barbies, gente, olha essa, que diferente! Aquele cavalo, que lindo! Que fofinha essa, gente! Agora vou mostrar as novidades das Monsters High. Olha essas, são as novidades, tem a Cat Noir, a Lagoona, a Hebe, essa é Ashley (Juliana, 8 anos).

Esse vídeo traz reflexos de uma cultura do consumo, na qual costuma-se recompensar pessoas com um dia de compras no *shopping*. Além do mais, evidencia uma realidade em que o poder de consumo é um prêmio, uma recompensa desejada e sonhada por todos. Ao andar pelo shopping mostrando lojas, brinquedos e entretenimentos, Julina reflete uma criança operante no que Baudrillard chama de “iniciação social ao consumo”.

A sociedade de consumo é ainda a sociedade de aprendizagem do consumo e de iniciação social ao consumo – isto é, modo novo e específico de *socialização* em relação à emergência de novas forças produtivas e à reestruturação monopolista de um sistema econômico de alta produtividade (1995, p. 81).

Os shoppings são o maior exemplo de organizações e estruturas determinadas a encantar e ensinar a consumir. Ele “constrói novos hábitos, vira ponto de referência, faz a cidade acomodar-se à sua presença, ensina as pessoas a agirem

no seu interior” (SARLO, 2013, p. 28). Na medida em que o mercado passa a ver a criança como um potencial consumidor, criam-se sistemas e estratégias mercadológicas que as instigam a darem seus primeiros passos no movimento consumista. Com o passar dos anos, os passos viram caminhadas, as caminhadas viram corridas, e quando se dá conta, estamos imersos em uma maratona cujo nome é consumo e a linha de chegada nunca é alcançada. “Para que as expectativas se mantenham vivas e novas esperanças preencham de pronto o vácuo deixado pelas esperanças já desacreditadas e descartadas, o caminho da loja à lata de lixo deve ser encurtado, e a passagem, mais suave” (BAUMAN, 2008, p. 65).

Essa perspectiva pode ser observada no vídeo “*Mostre Seu Celular*”, esse é o título do vídeo de Manuela Antelo, de 10 anos. A menina possui 795.641 inscritos em seu canal e seu vídeo já alcançou 1.417.541 visualizações. Nele, Manuela mostra o celular novo que ganhou, um iPhone 4S¹². A produção atua como um *review* do aparelho, mostrando todos seus aplicativos e funções.

Oi, gente, tudo bem? Hoje estou aqui para gravar o vídeo do meu celular novo, porque finalmente eu ganhei o meu celular (Manuela, 10 anos).

Inseridos em um sistema mercadológico, que lhes impõe necessidades e desperta desejos, as crianças cada vez mais cedo demonstram um perfil consumista. Ter um celular é uma necessidade entre esse público que, não quer apenas

¹² O iPhone 4S é um smartphone *iOS* (sistema operacional móvel da Apple).

um aparelho de telefone, precisa ser do modelo mais atual e de última geração. É nesse sentido que Bauman (2008, p. 51-52) aponta que uma “economia consumista se alimenta do movimento das mercadorias e é considerada em alta quando o dinheiro mais muda de mãos; e sempre que isso acontece, alguns produtos de consumo estão viajando para o depósito de lixo”.

Então, gente, eu tinha um iPhone 3gs, só que eu perdi ele, não sei o porque eu perdi ele, eu não usava ele muito. Quando eu estava prestes a ganhar este celular de natal da minha mãe e do meu padrasto, o iPhone 3gs foi encontrado (Manuela, 10 anos)

Hoje o mercado produz que se desvalorizam rapidamente, os quais têm curto prazo de validade. Uma lógica que mantém sempre em ação o jogo do consumo, no qual as crianças são convocadas a seguir o ritmo deste frenético movimento consumista.

Para aumentar sua capacidade de consumo, os consumidores não devem nunca ter descanso. Precisam ser mantidos acordados e em alerta sempre, continuamente expostos a novas tentações, num estado de excitação incessante – e também, com efeito, em estado de perpétua suspeita e pronta insatisfação (BAUMAN, 1999, p. 91).

Quando Manuela expressa o sentimento de “finalmente” ter ganhado o celular, que na verdade é o seu segundo aparelho, enfatiza as necessidades e os desejos provocados por uma cultura do consumo. Ter o melhor celular, o melhor

tablet ou computador não são apenas necessidades materiais, mas refletem um “processo social do valor” (BAUDRILLARD, 1972). Conforme o autor “o prazer de mudar de roupas, de objetos, de automóveis, vem seccionar psicologicamente imposições doutra ordem, imposições de diferenciação social e de prestígio” (BAUDRILLARD, 1972, p. 69).

O vídeo “*Mostre seu celular*” pode ser visto também como “mostre quem você é”, pois aquilo que é consumido passa a ditar o que se é o quanto se é na sociedade. Com isso, observa-se uma cultura do consumo operante na cultura do sucesso, já que ambas mantêm um relacionamento íntimo, atuando e se fortalecendo uma na outra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que vemos a participação de um grande número de crianças e jovens como produtores de vídeos no *YouTube*, apresentando dados que exibem um alto envolvimento de outras pessoas com as publicações, nos sentimos mobilizados, enquanto pesquisadores e profissionais de comunicação, a ver quais narrativas audiovisuais circulam nesse meio.

A partir dessa aproximação, detectamos uma fragilidade na regulamentação, dado que, crianças e jovens acessam livremente um conteúdo para maiores de 18 anos e ainda criam vídeos de entretenimento que apresentam evidências de publicidades e estratégias de merchandising. Cabe salientar que essa pesquisa parte das contribuições dos estudos culturais, que sustenta e direciona o foco das

análises. É neste sentido que os estudos culturais “têm participação no esforço para se criar um caminho interdisciplinar (ou contradisciplinar) de estudo, interpretação e muitas vezes de avaliação de práticas culturais em contextos históricos, sociais e teóricos” (STEINBERG; KINCHELOE, 2001, p. 17).

E foi neste ato de interpretar, com a contribuição dos autores, o que produziam em termos de conteúdo, que encontramos enunciados que evidenciam crianças e jovens contemporâneos que ensinam e aprendem a cultura do sucesso enquanto *YouTubers Mirins*. Nas cinco publicações investigadas, observou-se que os discursos das celebridades mirins apontavam para uma cultura do sucesso, na qual a sexualidade, estilos de classes, e a própria configuração das meninas em ídolos apontavam para essa realidade. “É incontestável que a busca do prazer individual, do sucesso pessoal e a recusa de engajamentos limitadores caracterizam a pós-modernidade” (LIPOVETSKY, 2004, p. 12).

É evidente uma cultura do sucesso sendo passada e propagada entre as crianças e os jovens. Os discursos exibidos no *YouTube* não delimitam essas evidências nos *YouTubers Mirins*, mas trazem para reflexão quais os valores comercializados em uma sociedade pautada nos ensinamentos da mídia, práticas mercadológicas e uma cultura consumista.

REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, Jean. A moral dos objetos: função-signo e lógica de classe. In: MOLES, Abraham *et al.* **Semiologia dos Objetos**. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 42-87. Coleção Novas Perspectivas em Comunicação v. 4: Seleção de ensaios da Revista Communications. n. 13, 1969.
- BAUDRILLARD, Jean. **Da sedução**. 6. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. **A Cultura No Mundo Líquido Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- _____. **Globalização: As Conseqüências Humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. **VIDAS Para Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CORTINA, Adela. **Por una ética del consumo**. Madrid: Taurus, 2002.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. **Educação, imagem e mídias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997.
- LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da Cultura Liberal**. Porto Alegre. Editora Sulina, 2004.
- MAIA, Leo. O fenômeno dos Youtubers Mirins. **Youpix**, 17 abr. 2015. Disponível em: <<https://youpix.com.br/o-fen%C3%B4meno-dos-youtubers-mirins-d00e4d40b76d#.z1e5trqfm>>. Acesso em: 18 abr. 2016.
- SCHOR, Juliet B. **Nascidos para Comprar – Uma Leitura Essencial para Orientarmos Nossas Crianças na Era do Consumismo**, São Paulo: Ed. Gente, 2009.

STEINBERG, S. R.; KINCHELOE J. L. **Cultura Infantil**: a construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SCHMIDT, Saraí. **Mídia e consumo infantil**: um desafio da comunicação e educação. Anped Sul, 2012.

SARLO, Beatriz. **Cenas da Vida Pós-Moderna**: Intelectuais, Arte e Videocultura na Argentina. Rio de Janeiro: Editora. UFRJ. 2013.

FERNANDÃO SEGUNDO ZERO HORA: A CONSTRUÇÃO DE UM ÍDOLO E A ASSOCIAÇÃO À IMAGEM DO SPORT CLUB INTERNACIONAL

Destaque em Ciências Sociais Aplicadas

Relações Públicas

Jóice Fernanda Balparda¹

Adriana Stürmer²

¹ Graduada em Relações Públicas pela Universidade Feevale. E-mail: joice.balparda@gmail.com.

² Orientadora do trabalho. Doutoranda e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria. Professora do Curso de Relações Públicas da Universidade Feevale. E-mail: adrianasturmer@feevale.br.

RESUMO

Este estudo é resultado da pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão do curso de Relações Públicas, cujo objetivo geral foi estudar a construção, pelo jornal Zero Hora, do jogador Fernandão, do Sport Club Internacional, como ídolo e a associação dessa construção à imagem do clube. Fernandão atuou como jogador pelo Internacional, de Porto Alegre/RS, entre 2004 e 2008. Realizou-se, assim, uma análise de conteúdo de quatro edições de Zero Hora relativas aos seguintes momentos: Gol Mil em Grenais, Copa Libertadores da América de 2006, Campeonato Mundial de Clubes de 2006 e Morte de Fernandão – edições dos dias 12/07/2004, 17/08/2006, 18/12/2006 e 08/06/2014, respectivamente. A última edição, relativa à morte do jogador, ficou definida como corpus principal, e as demais, como corpus complementares. Identificaram-se cinquenta e sete menções a Fernandão no contexto de sua morte. Essas menções foram agrupadas em categorias, que, segundo o levantamento bibliográfico, têm relação com a noção de ídolo: Empatia, Exemplo como pessoa, Exemplo como profissional, Ídolo, Ídolo do Sport Club Internacional e Liderança. As análises mostraram que o jogador é retratado como ídolo desde a sua estreia no clube, é citado como exemplo de pessoa e de profissional, querido por todos – inclusive por torcidas adversárias – e líder que mobilizou a equipe em direção a grandes vitórias. As características positivas do ídolo, que foram identificadas nas diferentes categorias de análise, podem ser associadas ao próprio clube, reforçando a imagem de uma instituição que, por seu valor, consegue atrair um verdadeiro – segundo Zero Hora – ídolo.

Palavras-chave: Imagem organizacional. Fernandão. Sport Club Internacional. Jornal Zero Hora. Ídolo.

1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

O futebol é um dos esportes mais difundidos do planeta, capaz de gerar, nos indivíduos, os mais diversos sentimentos. A escolha por determinado time, normalmente, vem de família, passando de geração para geração. A conquista de um título, pelo time, é vivenciada por essas pessoas como um triunfo quase pessoal. Por causa desse tipo de inserção na vida dos torcedores, o futebol movimenta recursos financeiros a cada dia, seja por patrocínio, prêmios em competições, número de sócios, venda de jogadores, receita em estádio, etc.

Um time é uma organização como outra qualquer, contando com uma identidade, momentos e pessoas que fizeram parte da sua história e integrantes da imagem que o constroem. As vitórias e as conquistas de um clube esportivo geram prestígio ao clube como instituição, reconhecimento aos jogadores, por juntos compõem aquele grupo, e orgulho à torcida, pela paixão e pelo sentimento de pertencimento que torcer por aquele time gera. Nesse contexto, surgem os heróis – jogadores que em momentos específicos realizam uma atuação importante que beneficia o time – e os ídolos – jogadores que, além de uma boa atuação, são exemplos e deixam um legado dentro e fora de uma instituição futebolística.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo estudar a construção, pelo jornal Zero Hora, do jogador Fernandão, do Sport Club Internacional, como ídolo e a associação dessa construção à imagem do clube.

Abordam-se neste artigo: os conceitos de ídolo, herói e mito; as noções de identidade, imagem e reputação; a mídia e seu potencial de contribuição para a

imagem dos times; e a trajetória do jogador Fernandão no Sport Club Internacional. Após, apresentam-se os resultados da análise de conteúdo feita a partir de quatro edições de Zero Hora que apresentaram conteúdos relativos aos seguintes momentos de Fernandão no Internacional: Gol Mil em Grenais (edição do dia 12/07/2004), Copa Libertadores da América de 2006 (edição do dia 17/08/2006), Campeonato Mundial de Clubes de 2006 (edição do dia 18/12/2006) e Morte de Fernandão (edição do dia 08/06/2014). A última edição, relativa à Morte de Fernandão, ficou definida como *corpus* principal da análise, e as demais, como *corpus* complementares. A título de complementação, outros materiais foram acionados para ilustrar a análise, tais como documentários e sites.

2 O JOGADOR FERNANDÃO NO SPORT CLUB INTERNACIONAL

Fernando Lúcio da Costa, mais conhecido como Fernandão, nasceu em Goiânia, em 18 de março de 1978. O atleta iniciou sua carreira no time do Goiás em 1995, mas foi no Internacional que conquistou alguns dos mais representativos títulos do futebol. Fernandão atuou pelo Internacional como jogador de 2004 a 2008, participando de 190 partidas e marcando 77 gols, conforme o site Zero Hora. Foi capitão do time colorado na Copa Libertadores da América e na Copa do Mundo de Clubes FIFA, em 2006, Recopa Sul-Americana, em 2007, e Copa Dubai, em 2008.

No dia 7 de junho de 2014, após um acidente de helicóptero em Aruanã, interior de Goiás, Fernando Lúcio da Costa veio a falecer. Assim que a morte do

jogador Fernandão foi confirmada, inúmeros torcedores colorados decidiram prestar uma última homenagem ao jogador. De forma espontânea, em frente ao estádio, os torcedores deixavam recados na parede, flores, fotografias, camisas e bandeiras. O Sport Club Internacional organizou diversas ações como forma de homenagear Fernandão. Todas essas ações demonstraram a importância dada pelo clube ao jogador, cuja imagem nas comemorações relacionadas ao Mundial foi vista, provavelmente, por muitos gaúchos.

3 ÍDOLO, HERÓI E MITO

O futebol é um esporte que interliga pessoas, não fazendo distinção de raça, cultura ou classe social. A força e a abrangência que o futebol possui na cultura brasileira, além de integrar diferentes pessoas, tornam os jogadores leais a um clube e à torcida, admiradora daqueles que possuem uma boa atuação dentro das linhas de campo. Sobre o envolvimento gerado pelo futebol, pode-se dizer que:

O futebol é uma das principais fontes de identidade cultural do país. Capaz de mobilizar e atrair milhões de pessoas, o futebol pode ser entendido como uma forma cultural que promove a integração do país, fazendo com que a sociedade encontre um sentido de totalidade raramente encontrado em outras esferas da vida social (HELAL, 1996, p. 8).

Esse fenômeno de massa, segundo Helal (1998), não consegue se sustentar por muito tempo sem a presença de heróis, estrelas e ídolos. São eles que levam

as pessoas a se identificarem com determinado evento, instituição ou marca, ficando também sob responsabilidade do ídolo a relação entre clube e torcedor.

Para Faria e Meneghetti (2004), os ídolos do futebol são considerados pelos seus públicos como pessoas extraordinárias, nas quais está depositada a esperança de superar as adversidades e as frustrações. Além de terem habilidade futebolística e de representarem um determinado grupo de pessoas, lidam com o fato de que o sucesso ou o fracasso está relacionado ao desempenho como jogador, mas também os torcedores pesam as atitudes na vida pessoal (GIGLIO, 2010).

Diferenciando os ídolos do esporte e os ídolos de outros universos, como música e dramaturgia, Helal (1998, p. 6) explica que “enquanto os primeiros frequentemente possuem características que os transformam em heróis, os heróis de outros universos raramente possuem estas qualidades”. Essa definição mostra que o sucesso do ídolo esportivo surge, em grande parte, a partir do fracasso imposto a um adversário. Na mesma perspectiva, Camargo (2000) aponta que o ídolo esportivo está diretamente ligado à superação de obstáculos. Ele se diferencia, portanto, dos ídolos de outras áreas, pois somente os ídolos do esporte chegam a ser heróis, devido à superação física e moral para chegar à vitória em relação ao seu opositor.

Diferentemente do ídolo, o herói é transitório e será sempre lembrado em relação aos momentos em que a sua atuação fez a diferença, ficando claro que o fator tempo é crucial para essa denominação, porque seu lugar pode ser tomado por outro (CAMARGO, 1995). Giglio (2007) explica que o herói estará vinculado a um momento mítico em que a sua participação fez a diferença, enquanto o ídolo

será sempre lembrado “por tudo o que fez pelo clube, pelos campeonatos conquistados, pela identificação com a torcida, pelos jogos inesquecíveis, pelos gols, etc.” (GIGLIO, 2007, p. 123).

No aspecto organizacional, Fleury (1987, p. 15) afirma que é “das estórias sobre os atos de coragem, que nascem os heróis, que personificam os valores e proveem os modelos de comportamento para os demais”. Dessa forma, os heróis “são pessoas que possuem características valorizadas numa determinada cultura e servem de modelo de comportamento e inspiração para outros” (VASCONCELLOS, 2008, p. 29).

Um herói não necessariamente se constitui como mito. Constança (1988 *apud* CAMARGO, 1995) explica que o mito é uma expressão simbólica, permeada por imagens e valores e carregada de conotações afetivas, o que caracteriza o poder da sedução. Campbell (2007), porém, propõe uma aproximação entre as noções de herói na sociedade atual e as de herói mítico. Este último, segundo ele, parte em busca do cumprimento de um propósito e retorna trazendo benfeitorias aos seus entes mais próximos.

Para entender melhor as diferenças entre as noções de ídolo, herói e mito, é necessário entender antes o fenômeno da mistificação, que se resumiria à “construção de razões que procuram atribuir sentido ao imprevisto, ao mundo fantástico, fugindo, assim, das formas racionalizadas baseadas na lógica formal, cartesiana e instrumental”, podendo, somente assim, explicar seres fora do comum e justificar resultados inacessíveis à compreensão humana (FARIA; MENEGHETTI, 2004, p. 16).

Segundo Faria e Meneghetti (2004, p. 17), “no futebol, a mistificação é uma manifestação usual, porém necessária para o controle da ansiedade do imprevisível, pois o místico é a incerteza que patrocina a emoção na competição esportiva”, fazendo com que o jogador continue motivado, comprometido e deixe a sua marca na história do clube.

Os ídolos do esporte possibilitam a identificação com o torcedor na sua forma humana de ser, influenciando costumes e modo de pensar. Esses ídolos marcam a história de um clube, e a sua ação pode ser considerada como de identificação, e não de mistificação, como no caso do herói e do mito (FARIA; MENEGHETTI, 2004).

Segundo Camargo (1995, p. 29), “o mito tem um tempo cíclico; ele não se efetua num tempo linear, racional e cronometrado, porque apresenta como característica a sua repetição e se alimenta de rituais”. Barthes (2001) define o mito como uma fala, porém não uma simples fala. Segundo o autor, é preciso condições especiais para que a fala se torne mito. Para ele, tudo pode ser mito, pois não há nada que impeça as pessoas de falar das coisas. Porém, o autor faz uma ressalva: “não existe, evidentemente, uma manifestação simultânea de todos os mitos: certos objetos permanecem cativos da linguagem mítica durante um certo tempo, depois desaparecem, outros substituem-nos, sendo elevados ao mito” (BARTHES, 2001, p. 132).

A função do mito seria, de acordo com Barthes (2001), “evacuar o real: literalmente o mito é o escoamento incessante, uma hemorragia, ou se se preferir,

uma evaporação; em suma uma ausência sensível” (BARTHES, 2001, p. 163). Nesse sentido, sobre o ex-piloto de Fórmula 1, Ayrton Senna, que morreu acidentalmente em 1994, enquanto competia, por exemplo, Campbell (2004, p. 131 *apud* CAMPOS, 2008, p. 5) afirma que “o herói é alguém que deu a própria vida por algo maior que ele mesmo”, ou seja, a maior consagração de Ayrton Senna veio com sua morte (CAMPOS, 2008).

O caso do jogador Fernandão não parece se configurar como mito, ainda que sua morte tenha ocorrido. Aproxima-se mais, ao que parece, à noção de herói, por seus feitos no Sport Club Internacional, e de ídolo, pela sua história, que faz parte da constituição da história do clube.

4 A MÍDIA E O ESPORTE NA CONSTRUÇÃO DO ÍDOLO, DO HERÓI E DO MITO

A mídia promove e produz estilos de vida, oferecendo sua audiência para anunciantes (GASTALDO, 2002) e utilizando atores midiáticos para vender e gerar informação (GHISLENI; ROSA, 2008). A mídia produz e reproduz comportamentos, cria modismos, sendo uma importante ferramenta da indústria cultural. No campo esportivo não é diferente. Conforme Rubio (2001, p. 95), “dentre os vários fenômenos que a sociedade moderna tem produzido para a emergência de atitudes heroicas, o esporte vem ocupando um dos lugares mais destacados”.

Segundo a autora, o esporte se mostra para a sociedade contemporânea como um fenômeno de grande abrangência social “tanto do ponto de vista do

espetáculo como também como atividade profissional e comercial” (RUBIO, 2006, p. 86), gerando emoção e aproximando diferentes culturas. Ressalta-se que o esporte, a partir de acontecimentos positivos, evidencia o país de origem do time ou do jogador em diversos aspectos, propiciando ao cidadão a assimilação com o coletivo (CAMARGO, 1995), tornando-se favorável ao surgimento de heróis e exercendo forte influência sobre os indivíduos.

Ardoino e Brohm (1995 *apud* RUBIO, 2006, p. 1) afirmam que, assim como temas polêmicos, “o esporte afeta e divide profundamente opiniões, porque provoca a polarização emocional e ideológica [...] diante de um objeto investido de tanta libido e afetividade, é difícil permanecer neutro ou indiferente”. A participação da mídia em momentos de vitória da equipe ou de superação do atleta, por exemplo, além de informar, expõe fatos e pessoas específicas, o que pode ou não refletir na postura dos indivíduos em relação a determinado assunto ou na opinião sobre um atleta.

Nesse sentido, Camargo (2000) destaca que a mídia contribui para a construção do mito, do herói ou do ídolo, porque apresenta ao público momentos e imagens que denotam bravura, coragem e espírito de luta ou então a vontade de vencer. Dessa forma, uma intensa exposição à mídia pode lançar determinado indivíduo à condição de mito. Helal (2003, p. 226) aponta que o fenômeno da idolatria no esporte moderno encontra na mídia a sua condição de possibilidade: “a mídia é mediadora por excelência da relação entre fãs e ídolos, legitimando os últimos como heróis da sociedade”.

Quanto ao enfoque da mídia brasileira em relação ao futebol, Helal e Amaro (2014) indicam que há distinção entre a forma como ela reproduz os ídolos do futebol e de outros esportes olímpicos, dando destaque a aspectos qualitativos distintos em suas descrições.

Nesse sentido, vale citar Helal (2003), no que diz respeito à classificação dos heróis. Segundo o autor, existem duas categorias: heróis clássicos universais e heróis brasileiros. Os primeiros são caracterizados pelo sucesso, a partir da dedicação e da disciplina, e os segundos são o oposto ao herói clássico universal, também definidos pela “brasilidade”, devido ao fato de as conquistas serem “obtidas a partir da ‘genialidade’, ‘irreverência’ ou ‘malandragem’ do jogador” (HELAL, 2003, p. 26).

Heróis e ídolos futebolísticos alcançam visibilidade por meio da mídia e, assim, fazem parte de uma construção maior, que diz respeito à história do clube e à construção de sua imagem.

5 IDENTIDADE, IMAGEM E REPUTAÇÃO

Em um mercado cada vez mais competitivo, as marcas, de forma geral, competem pela preferência do seu consumidor, que, cada vez mais, é mais criterioso perante a diversidade da oferta. E, apesar de os times de futebol serem organizações com características bem específicas, torna-se, também para eles, importante atentar a aspectos como identidade, imagem e reputação, aspectos que estão conectados e que geram valor às organizações. Para Schmidt (2011), a imagem, a

identidade e a reputação estão conectadas e se complementam, pois “sem identidade não há imagem, e sem imagem não há reputação” (SCHMIDT, 2011, p. 89).

No campo organizacional, a identidade de determinada empresa pode ser percebida a partir da experiência de compra ou do conhecimento de campo da organização (ARGENTI, 2014), que determinam “como o público a enxerga por meio das ações de suas diversas áreas e porta-vozes” (NETO, 2010, p. 124). A identidade e a imagem podem até coincidir, mas é importante destacar as diferenças entre um e outro conceito.

Kunsch (2003, p. 170, grifos do autor) afirma que, enquanto “a *imagem* é o que passa na mente dos públicos, no seu imaginário, a *identidade* é o que a organização é, faz e diz”. Nesse sentido, a identidade das organizações revela a autêntica personalidade da organização, sendo, assim, “a manifestação tangível, o autorretrato da organização ou a soma total de seus atributos, sua comunicação, suas expressões, etc.” (KUNSCH, 2003, p. 172).

Já a imagem se refere ao conceito mental que cada pessoa elabora a partir de determinado objeto, fazendo-a tomar atitudes a partir do entendimento estabelecido (DE TONI, 2009). Iasbeck (2007) caracteriza a imagem como um aspecto mental e afetivo que o indivíduo formula, baseado no discurso que recebe e nas suas próprias percepções, vivências, ambições e necessidades.

A imagem mental criada por um indivíduo tem como base todas as informações sobre o mundo em que o ser humano está inserido, que estão interligadas com todas as demais informações armazenadas pelo próprio indivíduo, por

diversas conexões, algumas mais próximas e mais fortes, outras mais distantes e fracas. Todas as vezes em que é necessário identificar algo, os indivíduos consultam esse imenso banco de dados, buscando referências que, a partir disso, darão condições e subsídios para que uma posição seja tomada (DE TONI, 2009).

A construção de uma imagem favorável precisa estar alinhada às práticas organizacionais e comunicacionais (KUNSCH, 2003, p. 174), pois o espelho da identidade é a imagem da empresa: uma imagem pode ser positiva se a identidade gerar certeza, coesão e estiver em sincronia com os interesses da sociedade (NETO, 2010). Mantida ao longo do tempo, essa imagem possibilita a consolidação da reputação.

As organizações, além de serem apreciadas pelos seus bens materiais, são avaliadas também pelos seus recursos intangíveis (CARVALHO, 2011). Considerada uma vantagem competitiva diante da concorrência cada vez mais constante entre as marcas, a reputação é estimada como um desses valores intangíveis das organizações (ALMEIDA, 2012). A reputação exerce influência, podendo estar diretamente ligada ao sucesso ou ao fracasso não somente de marcas, mas de personalidades e países. Para Rosa (2006), a reputação é como uma imagem baseada em uma certeza. Imagens negativas geram certezas negativas e, consequentemente, reputações negativas também. Neto (2010, p. 124) complementa que “a soma de imagens positivas e negativas, ao longo do tempo, constitui a sua reputação”. Assim, a identidade representa a realidade de uma organização, a imagem é seu reflexo para o público-alvo, e a reputação é a soma das diferentes visões que os vários públicos têm da organização (ARGENTI, 2014, p. 72).

Se a identidade de uma organização – no presente artigo, de um time de futebol – é definida pelo que ela é, então pessoas importantes em sua história fazem parte de sua identidade e, conseqüentemente, da construção de sua imagem. Nesse sentido, a imagem de um herói/ídolo tem uma contribuição importante: seus atos de bravura, seus feitos, são realizados no contexto de seus times, que geraram, nesse herói/ídolo, a inspiração para realizá-los.

6 RESULTADOS DA ANÁLISE

Com base nas menções ao jogador Fernandão encontradas na edição de Zero Hora do dia 08/06/2014, chegou-se a um grupo de categorias que serão explicadas e apresentadas a seguir.

A categoria Empatia reuniu 12 menções. As categorias Exemplo como pessoa e Exemplo como profissional apresentaram nove e três menções, respectivamente. As categorias Ídolo e Ídolo do Sport Club Internacional apresentaram 14 e 16 menções, respectivamente. Por fim, a categoria Liderança apareceu em três menções. Dessa forma, o *corpus* principal, ao todo, reuniu 57 citações que fazem referência a Fernandão, seja pela sua Empatia, pelo seu Exemplo como pessoa, seu Exemplo como profissional, como Ídolo, Ídolo do Sport Club Internacional e pela Liderança.

- A categoria *Empatia* diz respeito às menções feitas ao jogador relativas ao seu carisma e ao fato de ser querido e estimado por diversos públicos. Nesse sentido, a análise mostra que, além de amigos, também autoridades e

peças que fizeram parte da história do clube demonstraram tristeza e solidariedade ao falar do ex-jogador, depois de noticiada a sua morte. O prefeito da cidade de Porto Alegre, RS, José Fortunati (2014 *apud* ZERO HORA, 2014, p. 7) declarou: “acordamos com a triste notícia do acidente que vitimou o ex-atleta do Inter, Fernandão, um exemplo de cidadão dentro e fora do campo”. Paulo Sant’Ana (2014 *apud* ZERO HORA, 2014, p. 55), cronista e escritor brasileiro, conhecido também por ser torcedor ferrenho do time do Grêmio, arquirrival do Internacional, em sua coluna do jornal Zero Hora, escreveu: “para salientar a grandeza de Fernandão no Internacional, me apaixonei, no sábado, quando recebi a notícia da morte, com os olhos marejados de lágrimas”.

A categoria Empatia pode ser também verificada no *corpus* complementar 3 de análise: “no gramado, Carvalho abraçava todos os jogadores sem tentar disfarçar sorriso e carinho. Mas o abraço mais longo e mais carinhoso foi reservado a Fernandão” (PIRES, 2006 *apud* ZERO HORA, 2006, p. 4), por quem Fernando Carvalho sempre demonstrou afeição.

Na série Especial Fernandão – Nunca te esquecerei (2015), publicada um ano após a morte de Fernandão pelo programa Globo Esporte, da emissora de televisão RBS TV, o massagista Juarez Quintalhia comentou que Fernandão não diferenciava nenhum dos funcionários do clube, independentemente da função que desempenhavam. O próprio clube revela, no Memorial Fernandão Eterno (2014),

que “a identificação com o clube foi imediata, não demorou muito para tornar-se ídolo da torcida, cativou e emocionou o torcedor com seu talento e simplicidade”.

Fernandão parecia estabelecer proximidade com diversos públicos, independentemente do time pelo qual torciam. Zero Hora e outros meios de comunicação evidenciam esse aspecto do jogador. A repercussão de sua morte provavelmente tem também relação com uma imagem positiva que construiu ao longo de sua vida, boa parte dela no clube no qual conquistou os títulos mais importantes para um jogador de futebol.

- A categoria *Exemplo como Pessoa* refere-se às menções a Fernandão que enalteciam o seu caráter, tendo como referência a sua vida particular. No *corpus* principal, Zero Hora relembra o ingresso do jogador no Internacional e retrata-o como uma aposta bem-sucedida do clube colorado, já que o jogador, além de líder do grupo e capitão, era também referência fora dos gramados, “devido ao seu poder agregador, pelo temperamento de diplomata, pelo envolvimento com a cidade, pela empatia com a torcida” (MENDES, 2014 *apud* ZERO HORA, 2014, p. 2).

A categoria *Exemplo como pessoa* também pode ser encontrada no *corpus* complementar 3: Luís Fernando Verissimo aponta que a saída de Fernandão, nos minutos finais da partida contra o time do Barcelona, tirou a serenidade que se tinha com a presença do jogador em campo, demonstrando que a presença de

Fernandão – como jogador e como pessoa – era fundamental para o time.

Na entrevista concedida à produtora cultural e audiovisual de *Histórias Incríveis*, em dezembro de 2013, em um dos momentos que compuseram o espetáculo *Os Protagonistas*, o jogador expressa o seu eterno carinho ao clube e à torcida do Internacional.

Eu queria agradecer eternamente a cada um dos colorados. Não só hoje, mas a minha vida inteira vou estar sempre ajoelhando por vocês, vou estar sempre venerando vocês, porque o Inter é maior do que tudo, e a grandeza do Inter são os torcedores. As pessoas passam, as decepções acontecem, mas acima de tudo a instituição fica, o torcedor fica, e eu não tenho dúvida nenhuma que os ídolos ficarão sempre. Por isso, meu eterno obrigado. Não somente por mim, mas pela minha família, porque, com certeza, vocês me fizeram muito feliz e fizeram minha família muito feliz, e fazem até hoje, podem ter certeza disso (COSTA, 2013 *apud* HISTÓRIAS INCRÍVEIS, 2013).

Também o próprio clube, no memorial construído para homenagear o jogador, refere-se a ele como exemplo a ser seguido, devido à sua postura de homem íntegro e cordial (MEMORIAL FERNANDÃO ETERNO, 2014). Assim, pode-se dizer que Fernandão se destacou a partir de sua própria identidade. As referências a ele, comuns nos meios de comunicação, constroem uma imagem positiva, solidificada ao longo do tempo em uma reputação atrelada ao Internacional, já que “sem identidade não há imagem, e sem imagem não há reputação” (SCHMIDT, 2011, p. 89).

- A categoria *Exemplo como Profissional* diz respeito às referências ao jogador como exemplo de profissional. Nesse sentido, o então Presidente do Clube, Vitorio Piffero (2014 *apud* ZERO HORA, 2014), no *corpus* principal, cita que Fernandão era uma pessoa acolhedora, correta, participativa, que era respeitado por todos e que buscava continuamente construir a melhor solução. Um dos trechos do Memorial Fernandão Eterno (2014), a propósito, afirma que Fernandão, “desde a sua estreia no Inter, demonstrou ser um jogador aguerrido e merecedor da honra de vestir a camisa colorada”.

No *corpus* complementar 2, há outras menções que reafirmam a postura exemplar de Fernandão no âmbito profissional. O comentarista e jornalista Wianey Carlet, após a Conquista do Campeonato da Libertadores da América de 2006, exalta a representatividade do jogador Fernandão para a conquista do título, até então inédito ao clube: “Um time que tem Fernandão, líder técnico e moral, figura fundamental na decisão, só podia ser campeão” (CARLET, 2006 *apud* ZERO HORA, 2006, p. 61).

Também no *corpus* complementar 2, o jornal Zero Hora aponta que o Sport Club Internacional anunciaria no dia posterior a renovação do contrato com Fernandão, pois para o clube a renovação com o jogador representava a continuidade “do principal líder do grupo e de um exemplo para a gurizada” (ZERO HORA, 2006, p. 53). Um dos trechos do Memorial Fernandão Eterno (2014) afirma que Fernandão, “desde a sua estreia no Inter, demonstrou ser um jogador aguerrido e merecedor da honra de vestir a camisa colorada”.

A imagem de um profissional correto e exemplar, conforme os trechos citados acima, compreende uma série de fatores que foram construídos no decorrer da vida profissional do jogador, em especial, durante sua estada no Sport Club Internacional. Esses fatores provavelmente contribuem para uma reputação positiva mantida por Fernandão.

- A categoria *Ídolo* diz respeito às menções que fizeram referência a Fernandão como ídolo. Nesse sentido, uma citação de Mendes (2014 *apud* ZERO HORA) afirma que o jogador construiu a imagem do ídolo genuíno por ele mesmo, porque era um bom profissional e, além disso, uma pessoa que sempre enaltecia o seu aspecto familiar, sendo respeitado por torcedores de todos os times, inclusive de seu arquirrival. Essas características dizem respeito ao que diz Cavalcanti (1999) sobre o ídolo assumir o papel de representante de um determinado grupo, com todos os seus anseios e suas ambições, atraindo, além de atenção intensa, exigências por parte desse público. Os ídolos do futebol não passam despercebidos pelos torcedores: deles se esperam as soluções para os descontentamentos e as aflições (FARIA; MENEGHETTI, 2004). O Internacional, em 97 anos de história, nunca havia conquistado o título da Copa Libertadores e do Mundial de Clubes. Conforme o Memorial Fernandão Eterno (2014), Fernandão “suportou o peso em seus ombros, tamanha responsabilidade frente à massa de torcedores vermelha e branca”. Certamente, tanto o clube como a torcida almejavam

muito essas conquistas.

No *corpus* principal, o escritor Luis Fernando Verissimo (2014 *apud* ZERO HORA, 2014) exprime que a energia de Fernandão, no time que conquistou o Mundial de Clubes de 2006, foi única e diferenciada. Mesmo com a sua substituição, na reta final do jogo contra o Barcelona, devido a câimbras, a energia do jogador permaneceu presente e, segundo o escritor, permanecerá presente mesmo depois da sua ausência física.

[...] No futebol ninguém ganha nada sozinho, claro, mas, no caso do Fernandão, sua personalidade contagiou o resto, foi o caráter de um mobilizando o todo. O espírito vencedor do Fernandão era tão forte que até dispensou sua presença física no campo, naquele inesquecível final do mundial contra o Barcelona. Mesmo ausente, ele estava lá. Mesmo ausente, ele continuará aqui (VERISSIMO, 2014 *apud* ZERO HORA, 2014, p. 9).

O colunista Tulio Milman, da Zero Hora, afirma, poeticamente, que a morte precoce de Fernandão só pode ter ocorrido por um erro do juiz e que seu lugar será sempre dele. A lembrança do jogador, segundo o colunista, será revivida por todos os episódios que ele viveu e conquistou pelo Internacional.

Só pode ter sido um erro do juiz. Expulsar Fernandão tão cedo de campo. O futebol e a vida nem sempre têm lógica. Saiu o craque, o líder, o vencedor, o campeão de tudo. E no lugar dele, não tem ninguém pra entrar. Nem precisa. Nem é bom tentar. Fernandão continuará, para sempre, a correr pelo gramado do Beira-Rio. A reger

o coro das arquibancadas. A levantar troféus. Fica em paz, capitão. Nada vai nos separar (MILMAN, 2014 *apud* ZERO HORA, 2014, p. 9).

O time do Grêmio (2014 *apud* ZERO HORA, 2014, p. 8) é citado por ter postado, no seu *Twitter*, a seguinte homenagem a Fernandão, mostrando que sua figura foi além do Sport Club Internacional: “Adversário dentro de campo, mas um atleta e um cidadão fora dele. O Grêmio FBPA lamenta pelo esporte e presta sua solidariedade aos familiares! #LutoFernandão”.

No *corpus* complementar 1, Zero Hora já retratava o jogador Fernandão como ídolo após ele marcar o Gol Mil em Grenais. Com o feito, o jogador, segundo o jornal, estava entrando para a história do futebol gaúcho, mesmo sendo recém-chegado ao clube. Além disso, na reportagem em que os jogadores de ambos os times são avaliados na partida do Gol Mil em Grenais, Fernandão é retratado como um jogador que mudou o jogo: levou à falta que resultou no primeiro gol e depois efetivou o segundo gol daquela partida, consagrando o Gol Mil em Grenais. Ainda no *corpus* complementar 1, o jornalista Ruy Carlos Ostermann (2004 *apud* ZERO HORA, 2004) define Fernandão como um jogador afortunado, o mais importante da partida, que entrou para a história dos Grenais, pois obteve êxito no pior jogo para uma estreia: um Grenal.

Em um dos trechos da entrevista de Fernandão ao Histórias Incríveis (2013), o jogador afirmou que muitas pessoas dedicam as coisas à sorte. Para Fernandão (2013 *apud* FERNANDÃO A ÚLTIMA ENTREVISTA, 2013), “a sorte não teria aconte-

cido se desde os meus 11 anos eu não tivesse me dedicado da maneira que eu sempre me dediquei a minha carreira”. No *corpus* complementar 3, Zero Hora descreve Fernandão como capitão, líder e cidadão. A descrição do jogador destaca ainda a sua referência técnica e o seu aprendizado do idioma japonês, que fizeram parte da sua preparação para o campeonato Mundial de Clubes de 2006, disputado em Yokohama, no Japão. Em outro trecho do documentário Fernandão a Última Entrevista (2013), Fernandão complementou: “o vencedor sabe que o que existe é trabalho, dedicação, empenho, e que a sorte sempre acompanha aquele que trabalha mais”.

- A categoria *Ídolo do Sport Club Internacional* diz respeito às menções que fazem referência ao jogador como ídolo do clube pelo qual ganhou os maiores títulos no âmbito do futebol profissional. Nesse sentido, no *corpus* principal, Gonzatto (2014 *apud* ZERO HORA, 2014, p. 04) apresenta o jogador como um dos maiores ídolos da história do Inter, “habitado a fazer torcedores chorarem de alegria em inúmeras conquistas, [...] Fernandão, 36 anos, levou milhões de fãs a substituir os gritos de euforia por silêncio e lágrimas na madrugada deste sábado”.

O presidente do Inter em 2004, responsável também pela contratação de Fernandão para o time colorado nesse ano, Fernando Carvalho (2014 *apud* ZERO HORA, 2014, p. 6), lembrou que o jogador se consagrou como ídolo do Interna-

cional desde o Gol Mil em Grenais, no primeiro jogo de Fernandão com a camisa colorada. Para o ex-presidente, “Fernandão nunca foi uma pessoa vaidosa, sempre pensou no clube. Foi o maior jogador da nossa história pelo que representou, pelo que fez como jogador e como homem”.

No *corpus* principal, Mendes (2014 *apud* ZERO HORA, 2014, p. 2) afirma que “ninguém exagera se disser que Fernandão ressuscitou o Inter num de seus piores momentos” e, nessa mesma perspectiva, David Coimbra (2014 *apud* ZERO HORA, 2014, p. 8) defende que “graças a ele, o Inter se transformou no que é”.

Giglio (2010) explica que o ídolo esportivo tem sua imagem atrelada ao clube pelo qual atua ao longo do tempo. A classificação de ídolo conferida a Fernandão está, assim, bastante relacionada ao Inter, devido às suas conquistas e aos feitos no clube Colorado.

Em entrevista ao programa *Bola da Vez*, do canal de televisão por assinatura ESPN, em 26 de agosto de 2006, Fernandão confessou que, durante a sua vida, sempre torceu pelo Goiás, porém respeitou os clubes pelos quais jogou. Pelos acontecimentos vivenciados no Internacional, acabou identificando-se com o clube desde a sua chegada. O jogador se disse, então, um apaixonado pelo Internacional, com enorme respeito pelo clube. Na entrevista, afirmou manter respeito e carinho pelo Goiás, mas novamente reforçou a sua paixão pelo time colorado.

Em nota divulgada pelo *site* do Internacional, no dia 07 de junho de 2014, após sua morte, fica clara a importância de Fernandão para o Sport Club Internacional. Diz a nota que, com a partida precoce do jogador, “o que fica são lem-

branças gloriosas de um atacante que honrou a camisa do Internacional com seu espírito de liderança, sendo um dos jogadores mais importantes dos 105 anos do Clube” (SPORT CLUB INTERNACIONAL, 2014).

Ainda no *corpus* principal, o Sport Club Internacional publicou um anúncio como forma de homenagear o ex-jogador colorado, que, além da imagem do jogador levantando o troféu do campeonato Mundial de Clubes de 2006, traz a seguinte mensagem: “Uma homenagem do Sport Club Internacional ao seu eterno capitão. Fernandão, nunca te esquecerei”. Em nota divulgada pelo *site* do Internacional no dia 07 de junho de 2014, após sua morte, fica clara a importância de Fernandão para o Sport Club Internacional. Com a sua partida precoce, diz a nota, “o que fica são lembranças gloriosas de um atacante que honrou a camisa do Internacional com seu espírito de liderança, sendo um dos jogadores mais importantes dos 105 anos do Clube” (SPORT CLUB INTERNACIONAL, 2014).

Por meio do mesmo *site*, dois dias antes da final do Mundial de Clubes de 2006, Fernandão pediu para que os torcedores colorados acreditassem no grupo e reafirmou amor, respeito e comprometimento pelo clube: “A camisa do Inter é a camisa da minha seleção. Nunca tive oportunidade de disputar uma Copa do Mundo. Essa é a minha Copa do Mundo” (COSTA, 2006 *apud* SPORT CLUB INTERNACIONAL, 2006). Assim, além de ter os atributos de um bom jogador, infere-se que Fernandão amava o clube e “era um torcedor como aqueles que o assistiam jogar” (MEMORIAL FERNANDÃO ETERNO, 2014), e essa característica faz parte de sua construção como um ídolo Colorado, pelos meios de comunicação e pelo próprio clube.

- A categoria Liderança, por fim, diz respeito às menções a Fernandão que o caracterizam como líder. Nesse sentido, David Coimbra (2014) relata que, na véspera da final do Mundial de Clubes, Silvio Benfica, comentarista da Rádio Gaúcha, escutou quando Fernandão (2006 *apud* ZERO HORA, 2014, p. 8) orientou da seguinte forma a equipe: “precisamos marcar a saída de bola deles. É importante fazer isso. Os volantes deles precisam ser marcados”. Coimbra relata que foi precisamente isso o que ocorreu, deixando clara a sua contribuição: “Graças a ele, à sua consciência coletiva, à sua inteligência, ao seu caráter, o Inter se transformou no que é” (COIMBRA, 2014 *apud* ZERO HORA, 2014, p. 8).

Segundo os conteúdos do *corpus* complementar 3, com a conquista do Mundial de Clubes de 2006 (ZERO HORA, 2006, p. 8), o Internacional dá visibilidade ao estado do Rio Grande do Sul, orgulha os gaúchos e contribui para a elevação de seus valores: “O clube gaúcho deu uma lição de bravura esportiva que serve de exemplo para outras áreas e segmentos da sociedade”.

A participação de Fernandão no Sport Club Internacional – seja pelas características que reforçaram a sua identidade como indivíduo e que construíram a sua imagem como Ídolo do Sport Club Internacional, ou pela sua aclamada paixão e entrega ao clube que defendeu e pelo qual conquistou os maiores títulos da carreira de um atleta futebolístico – posiciona-o como parte-chave para um novo momento do clube, que, a partir do ano de 2006, fica caracterizado pela

visibilidade que sua marca adquiriu no contexto internacional, devido aos títulos inéditos conquistados e pelo fato de a vitória no Mundial de Clubes ter sido sobre o time do Barcelona, poderoso time europeu. A partir daquele momento, o clube reforçou suas campanhas de associação, tais como a Campanha Sócio Campeão do Mundo e, então, iniciou as reformas do Beira-Rio, tendo posteriormente seu estádio sido escolhido para receber jogos da Copa do Mundo de 2014.

Fernandão é peça importante, assim, para a história do Sport Club Internacional como time campeão. Mas, sua contribuição não se resume às conquistas, segundo se quer destacar neste artigo: a forma como o jogador foi e continua sendo construído, como ídolo, pela mídia, também é importante para a imagem do Internacional.

7 APONTAMENTOS FINAIS

A imagem de figuras importantes pode ser associada às próprias organizações: as características dessas figuras, combinadas às características da organização, podem acabar por reforçar a imagem da organização como um todo.

A análise mostrou que Fernandão foi retratado como ídolo desde a sua estreia no time colorado, devido à atuação que resultou no Gol Mil em Grenais. Esse tipo de tratamento permaneceu sendo utilizado por Zero Hora e ficou ainda mais evidente na abordagem de outros momentos vividos pelo jogador no Internacional, no processo de construção da própria história do clube (GIGLIO, 2007). Essas abordagens estão presentes no *corpus* principal e complementar das edições de

Zero Hora, bem como em outros materiais que foram utilizados para ilustrar e reforçar as informações encontradas em ambos os *corpi*.

Segundo o referencial teórico consultado, esse enfoque de Zero Hora retratando Fernandão como ídolo desde o seu início no clube poderia ser considerado precipitado, pois a ação de Fernandão, naquele momento, poderia ser relacionada somente à noção de herói, e não à de ídolo. A concretização como ídolo ocorre ao longo do tempo, na permanente construção de Zero Hora (e de outros veículos). Nos *corpi* complementares 2 e 3, por exemplo, Fernandão aparece em imagens erguendo o troféu dos campeonatos e, em seguida, há a legenda de que ele havia entrado para a galeria das conquistas coloradas, devido à sua atuação, mas também a outros elementos, tais como profissionalismo, empatia, liderança.

A associação da imagem de Fernandão ao Internacional é consolidada pelo clube após a morte do jogador. O *site* do Internacional publicou que Fernandão jamais será esquecido pelos torcedores colorados ou por quem “teve o privilégio de conviver com ele. Se antes de sua morte o eterno capitão já era um ídolo fora de série, depois dela, tornou-se um mito” (SILVEIRA; LINCK, 2016 *apud* SPORT CLUB INTERNACIONAL, 2016).

As análises mostraram que o jogador é citado como exemplo de pessoa e de profissional, querido por todos – inclusive por torcidas adversárias – e líder que mobilizou a equipe em direção a grandes vitórias. As características positivas do ídolo, que foram identificadas nas diferentes categorias de análise, podem ser as-

sociadas ao próprio clube, reforçando a imagem de uma instituição que, por seu valor, consegue atrair um verdadeiro – segundo Zero Hora – ídolo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Luísa de Castro. Reputação Corporativa – Introdução. In: CARVALHO, Fernanda de; BRITTO, Francisco; HOUSE, Richard. **Marca, imagem e reputação: a trajetória de sucesso de pessoas e empresas**. São Paulo: Editora da Boa Prosa, 2012.

ARDOINO, J.; Brohm, J. M. Repères et jalons pour une intelligence critique du phénomène sportif contemporain. In: Baillette, F.; Bhojm, J. M. (Org.), **Critique de la modernité sportive**. Paris: Les Éditions de la Passion, 1995.

ARGENTI, Paul A. **Comunicação empresarial: a construção da identidade, imagem e reputação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CAMARGO, Vera Regina Toledo. **Nadadores brasileiros: campeões ou ídolos esquecidos?** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: 1995. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000089981>>. Acesso em: 10 set. 2015.

CAMARGO, Vera Regina Toledo. O movimento olímpico e os meios de comunicação de massa: a interdependência e a perpetuação do mito esportivo. **Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação**, v. 14, 2000. Disponível em: <<http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1400/1332>>. Acesso em: 10 set. 2015.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. 15. ed. São Paulo: Cultrix, Pensamento, 2004.

_____. **O herói de mil faces**. São Paulo, Cultrix, 2007.

CAMPOS, Maria Teresa Cardoso de; Mito da mídia. **e-com**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, nov. 2008. Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/index.php/ecom/article/view/519>>. Acesso em: 14 set. 2015.

CARVALHO, Cinthia da Silva. Relações Públicas e crises na economia da reputação. In: FARIAS, Luiz Alberto de (Org.). **Relações Públicas estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos**. São Paulo: Summus, 2011.

CAVALCANTI, Zartú Giglio. O mito do herói e o futebol. In: COSTA, Márcia; *et al.*, **Futebol espetáculo do século**. São Paulo. Editora Musa, 1999.

CONSTANÇA, Cesar. As razões do mito. In: MORAIS, Regis de (Org.). **As razões do mito**. Campinas: Papirus, 1988.

DE TONI, Deonir. Administração da imagem de organizações, marcas e produtos. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Comunicação Organizacional: histórico, fundamentos e processos**. São Paulo: Saraiva, 2009.

FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Ídolos, heróis e mitos: Aspectos (Inter) Subjetivos de uma Organização ligada ao Futebol. **Cadernos da Escola de Negócios da UniBrasil**, n. 2, jan./jun., 2004. Disponível em: <<http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosnegocios/index.php/negocios/article/view/9/0>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

FERNANDÃO NUNCA TE ESQUECEREI. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wy7KNUpZx4I>>. Acesso em: 02 mai.2016.

FLEURY, M. Tereza Leme. **O simbólico nas relações de trabalho** - um estudo sobre relações de trabalho na empresa estatal. Tese (Livre-docência) - São Paulo, FEA/USP, 1987. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v27n4/v27n4a06>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

GASTALDO, Édison. **Pátria, chuteiras e propaganda: o brasileiro na publicidade da copa do mundo**. São Paulo: Annablume, 2002.

GHISLENI, Taís Steffenello; ROSA, Juliana Rodrigues; A Transformação de um jogador de Futebol pela mídia. **Caderno de Educação Física**. Marechal Cândido Rondon, v. 7, n. 13, 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/download/1650/1721>>. Acesso em: 14 out. 2015.

GIGLIO, Sérgio Settani. **Análise da construção do ídolo a partir da trajetória de Ademir da Guia**. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/oralidades/article/view/107138>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Futebol: Mitos, ídolos e heróis**. Dissertação de mestrado (Faculdade de Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000414994&fd=y>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

HELAL, Ronaldo. Futebol, Cultura e Cidade. **Logos**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 5-7, 1996. Disponível em: <<http://www.eublicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view-File/13369/10240>>. Acesso em: 09 out. 2015.

_____. **Idolatria e Malandragem: a cultura brasileira na biografia de Romário**. Rio de Janeiro: INTERCOM, 1998. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1043/944>>. Acesso em: 14 set. 2015.

_____. A construção de narrativas de idolatria no futebol brasileiro. **Alceu – Revista de Comunicação, Cultura e Política**, PUC-RIO, v. 4, n. 7, p. 19-36, jul./dez., 2003a. Disponível em: <http://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/134659_alceu-n7-Helal.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. AMARO, Fausto. O esporte e seus heróis: a narrativa jornalística sobre os medalhistas brasileiros nas Olimpíadas de 2012. **Alceu – Revista de Comunicação, Cultura e Política**, PUC-RIO, v. 14, n. 28, p. 21-36, jan./jun., 2014. Disponível em: <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%2021-36.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2015.

IASBECK, Luiz Carlos Assis. Imagem e reputação na gestão da identidade organizacional. **Revista Organicom**, a. 4, n. 7, 2007. Disponível em: <<http://revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/112/131>> Acesso em: 15 abr. 2014.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

NETO, Belmiro Ribeiro da Silva. **Comunicação corporativa e reputação: construção e defesa da imagem favorável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROSA, Mário. **A Reputação na velocidade do pensamento**. Imagem e ética na era digital. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

RUBIO, Kátia. **O atleta e o mito do herói: o imaginário esportivo contemporâneo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001

RUBIO, Kátia. **O Imaginário da Derrota no Esporte Contemporâneo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a12v18n1.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2015.

SCHMIDT, Flávio; FARIAS, Luiz, Alberto *et al.* (Org.). **Relações públicas estratégicas: Técnicas, conceitos e instrumentos**. São Paulo: Summus Editorial, 2011.

SITE FERNANDÃO A ULTIMA ENTREVISTA. **Fernandão a última entrevista**. Disponível em <<http://fernandaoentrevista.com.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

SITE SPORT CLUB INTERNACIONAL. Fernandão convoca: 'acreditem em nós!'. Disponível em <<http://www.internacional.com.br/conteudo?modulo=2&setor=18&codigo=4305>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

_____. **Luto pela morte de Fernandão**. Disponível em: <<http://www.internacional.com.br/conteudo?modulo=2&setor=18&codigo=23155>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

SPORT CLUB INTERNACIONAL. **Memorial Fernandão Eterno**. 2014. 1 fotografia.

VASCONSELLOS, Eduardo (Org.). **Internacionalização, estratégia e estrutura: o que podemos aprender com o sucesso da Alpargatas, Azaléia, Fanem, Odebrecht, Voith e Volkswagen**. São Paulo: Atlas, 2008.

TURISMO RELIGIOSO: UM NOVO OLHAR PARA AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE IVOTI - RS

Destaque em Ciências Sociais Aplicadas

Direito

Luís Donato Dilly¹

Rosi Souza Fritz²

¹Graduado em Turismo pela Universidade Feevale. E-mail: donatodilly@yahoo.com.br.

²Mestre em Inclusão Social e Acessibilidade e professora na Universidade Feevale. E-mail: rosifritz@feevale.br.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral investigar as potencialidades para o turismo religioso na cidade de Ivoti/RS. Os objetivos específicos buscam conceituar o turismo e o segmento do turismo religioso, descrever a história de Ivoti, com ênfase no turismo local, e investigar sobre as potencialidades dos atrativos religiosos existentes no município. Quanto à metodologia, esta caracteriza-se como exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, tendo como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A pesquisa de campo consistiu na aplicação de questionários com residentes e visitantes do município de Ivoti e com um grupo específico denominado “Grupo de Caminhadas”. Fez parte, desta pesquisa, a aplicação de entrevistas junto a gestores públicos, autoridades religiosas, representantes da mídia escrita e falada e empreendedores na área de turismo de Ivoti. O problema da pesquisa é investigar quais as potencialidades apresentadas por Ivoti, em termos de atrativos histórico-culturais religiosos, para o desenvolvimento do turismo religioso. A pesquisa permite constatar a potencialidade para a implantação de turismo religioso em Ivoti, baseado na resposta afirmativa das entrevistas realizadas e, também, das respostas via correio eletrônico, cujo resultado é de que a totalidade dos entrevistados acredita no sucesso dessa implantação.

Palavras-chave: Turismo Religioso. Ivoti. Atrativos turísticos. Potencialidades turísticas. Roteiros Religiosos.

1 INTRODUÇÃO

Os deslocamentos humanos, individuais e coletivos, motivados pela fé, têm ganhado vulto em diversas localidades brasileiras. Segundo Andrade (2000), o turismo religioso é um segmento do mercado turístico que tem, como principal interesse, a busca por locais que apresentem conotação fortemente religiosa, ou ainda, que expressem sentimentos místicos ou suscitam a fé.

Percebe-se que, muitos municípios, buscam desenvolver a atividade turística a partir de uma identidade reconhecida, ou que possa ser recuperada por sua comunidade, formada pela seleção de elementos que, de alguma maneira, representem esse lugar, sejam eles de qualquer segmento. Desse modo, o turismo pode contribuir para a construção da identidade local, aproveitando características culturais e históricas. Segundo Barretto (2000, p. 47), “a recuperação da memória coletiva, mesmo que seja para reproduzir a cultura local para os turistas” pode reavivar elos na comunidade, na busca de recuperação desse passado, possibilitando a cristalização da identidade, com fins turísticos.

Desse modo, alguns municípios têm vinculado sua identidade local pela religiosidade. No Rio Grande do Sul, na região da uva e do vinho, o município de Farroupilha é muito visitado pela devoção a Nossa Senhora de Caravaggio. Na Rota Romântica, percurso turístico com características da cultura alemã, algumas cidades também buscam relação com esse elemento, assim como em Novo Hamburgo, no Vale do Rio dos Sinos, a devoção está simbolizada pelo Santuário das Mães, e em São Leopoldo, berço da imigração alemã, banhada pelo Rio dos Sinos, encontra-se o Santuário Padre Reus.

O município de Ivoti, integrante da Rota Romântica, está localizado no Vale do Sinos, no Rio Grande do Sul, e apresenta atrativos turísticos consolidados, como o Núcleo de Casas Enxaimel, a Ponte do Imperador (tombada pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, inscrição livro tomo 1165, de junho de 1985), a Casa Holler (tombada pelo IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, inscrição 136, de 15 de maio de 2014), a Cachaçaria Weber Haus e a Colônia Japonesa, além das suas tradicionais feiras: a Feira das Flores e a Feira da Rosca, Nata e Mel (HARTMANN, 2012).

Sua localização privilegiada - como porta de entrada para a serra gaúcha, integrante da Rota Romântica, a proximidade com a capital e região metropolitana e a oferta turística com atrativos naturais e culturais - faz com que Ivoti seja percebido não apenas como um corredor de passagem, mas um destino a ser visitado e vivenciado (HARTMANN, 2012).

No que tange aos atrativos culturais de cunho religioso, destaca-se a predominância das religiões católica e luterana, que estiveram presentes desde os primórdios da colonização e influenciaram, fortemente, a formação dessa comunidade.

A escolha do tema se deve ao fato de um dos pesquisadores deste estudo ser natural da cidade e residente nela há mais de cinquenta anos. Dessa forma, como cidadão de Ivoti, espera contribuir para que haja uma sensibilização e aprofundamento da discussão em relação às potencialidades turísticas a serem desenvolvidas em conjunto com a comunidade, oferecendo subsídios e informa-

ções, para direcionar os gestores públicos e privados quanto a investimentos em toda a demanda relacionada ao turismo, seja em estrutura ou em atrativos.

Assim, o objetivo geral deste estudo é investigar os potenciais para o turismo religioso na cidade de Ivoti/RS, uma vez que o município apresenta atrativos com capacidade para desenvolver este segmento de turismo, desde que haja articulação entre a comunidade, a gestão pública e a iniciativa privada. Acredita-se, também, na possibilidade de agregar outros atrativos religiosos que possam ser criados a partir dessa articulação, tais como: visitas ou caminhadas organizadas pelas igrejas históricas, desenvolvimento e produção de suvenires, bem como locais de visita e apresentações de cunho religioso, adequados para tal finalidade, como alamedas e largos.

2 POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DE IVOTI

O turismo é uma atividade que, se bem planejada, proporciona desenvolvimento local e pode contribuir para a construção e/ou o fortalecimento da identidade da localidade, por meio de ações que visem resgatar valores, costumes e crenças que acompanham determinada comunidade desde a sua origem.

Os motivos que movem o turista a procurar tais lugares são vários, sendo que a busca de imersão, de elementos históricos e religiosos são razões importantes para estes deslocamentos. Nesse contexto, Ivoti, além de ser reconhecida pela ligação com as flores, pelas festas do calendário municipal e pelas descendências germânica e nipônica, apresenta outros elementos que podem e necessitam ser explorados.

O município de Ivoti, localizado na encosta da serra gaúcha, na região do Vale do Rio dos Sinos, distancia-se cerca de cinquenta quilômetros da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Limita-se, ao norte, com Presidente Lucena; a nordeste, com Morro Reuter; a leste, com Dois Irmãos; a sudeste, com Novo Hamburgo; ao sul, com Estância Velha e, a oeste, com Lindolfo Collor (WAGNER, 1997). Localiza-se a uma latitude 29°35'28 sul e longitude 51°09'38 oeste, estando a uma altitude de 127 metros acima do nível do mar (ROSSI; DILLY, 2007).

Kreutz (2013) destaca que, os primeiros imigrantes alemães se estabeleceram na região, onde atualmente se localiza Ivoti, por volta de 1826, entre as então comunidades de São Miguel (Dois Irmãos) e São José do Hortêncio. A denominação dada a Ivoti, na época, foi de *Berghanthal* ou *Berghanschneiss*, que significava Vale ou Picada dos Berghan – sobrenome da primeira família alemã a ocupar o lugar.

Atualmente, Ivoti tem uma população de 19.874 (IBGE, [2013]), distribuídos em uma área de 63 km². Parte dessa população conserva, mesmo que adaptado, o dialeto alemão que os primeiros imigrantes falavam quando chegaram ao Brasil.

No que se refere à oferta turística, Ivoti destaca-se por possuir atrativos vinculados à natureza, à cultura e à história. Dentre os atrativos naturais, destacam-se os sítios de lazer. Como principais atrativos culturais, estão evidenciados: o Pórtico, a rótula da bandeira de Ivoti, o Belvedere, a antiga Igreja Matriz (tombada pelo IPHAE), a Ponte do Imperador (tombada pelo IPHAN), o Núcleo de Casas Enxaimel, a Casa Holler, a Casa do Artesão, a Casa Amarela, o Museu Claudio Oscar Becker, Entreposto e Casa do Mel, os Laticínios Nova Alemanha, o Weingut

Berwian – Vinhos Finos, a Cachaçaria Weber Haus, o Satoshi Suzuki – Viveiro de Mudanças e Memorial da Colônia Japonesa (HARTMANN, 2012).

Além disso, o município de Ivoti conta com infraestrutura de hospedagem através da Pousada Robinson, do Hotel Spazio e do Hotel e Pousada Visão. Possui, ainda, uma gastronomia variada, representada por estabelecimentos como: o Restaurante Ivoti, o Wecker, o Santa Avenida Resto Bar, o Vincent, a La Bella Pizzeria e a Casa Amarela.

No que toca a eventos e feiras, destacam-se, conforme consta no *site* da Prefeitura Municipal de Ivoti (2015):

- *Kerb*: o *Kerb* em Ivoti é tradição das famílias de origem alemã, momento de encontro e confraternização, acompanhado de dança, chope e comidas típicas. O evento acontece durante nove dias, sempre no mês de janeiro, movimentando a cidade. O encerramento das festividades acontece no *Re-Kerb*, junto ao Núcleo de Casas Enxaimel, e remete aos festejos de antigamente, com o resgate cultural das tradições.
- Feira do Mel, Nata e Rosca: a Feira acontece na última quinzena de maio, sendo alusiva ao Dia do Apicultor, que é comemorado em 22 de maio. Junto ao Núcleo de Casas Enxaimel, expositores brindam os visitantes com uma vasta gama de derivados do mel, além dos tradicionais produtos coloniais. Durante a feira ocorrem apresentações artísticas e culturais, venda de artesanato, entre outras atrações.
- *Kolonistenfest*: a *Kolonistenfest* ou Festa do Colono acontece próximo ao dia 25 de julho, data que marca a chegada dos primeiros imigrantes alemães à região. Na programação, bailes e festejos, promovem a integração das comunidades da zona rural e urbana do município. A festa conta com os jogos rurais e o desfile festivo na Avenida Presidente Lucena, em que representantes de cada localidade participam com seus tratores e caminhões enfeitados com os alimentos que produzem.
- Feira das Flores: a Feira das Flores acontece, anualmente, no mês de outubro, e tem como objetivo principal valorizar o hábito preservado pelos moradores da cidade, que cultivam jardins em frente as suas casas; incentivar a produção de flores no município e reforçar a identidade de Ivoti como Cidade das Flores. O evento reúne mais de 90 expositores, que oferecem, além de flores, insumos para jardinagem, plantas para ornamentação e os tradicionais produtos coloniais, artesanato e itens de indústria e comércio. Os visitantes são recepcionados ao som de bandinhas típicas e contam com praça de alimentação e programação cultural.
- Feira da Colônia Japonesa: a cultura oriental é exaltada no último domingo de cada mês, na Colônia Japonesa de Ivoti. Sushi, yakisoba, peixe assado na taquara, doces japoneses, frutas, flores, produtos coloniais e artesanato típico são algumas das opções para os visitantes, que podem estender sua visita até o Memorial da Colônia Japonesa, localizado junto ao local onde a feira acontece.

Portanto, descritas as potencialidades turísticas de Ivoti e, tendo em vista o objeto desse estudo, que visa identificar as potencialidades religiosas existentes para alavancar a oferta turística do município, apresentam-se os atrativos religiosos no município, que tanto pelo turismo religioso, quanto pelo turismo em espaço religioso, podem se tornar novas possibilidades de desenvolvimento para a região.

3 ATRATIVOS RELIGIOSOS EM IVOTI

A cidade de Ivoti sempre manteve vínculos sólidos com a religiosidade, amparados nas normas vigentes do Brasil imperial em que forças religiosas e civis tinham que se articular para constituir uma paróquia, já que os registros religiosos também tinham validade civil (KREUTZ, 2013, p. 236).

Portanto, falar de atrativos religiosos em Ivoti é falar sobre a antiga igreja matriz de São Pedro Apóstolo, inaugurada em 29 de junho de 1857. Todo o histórico envolvido, as melhorias implementadas a partir de 1889, com a instalação da torre e aumento de janelas e porta; colocação de vitrais e de ladrilhos, aquisição de três sinos, instalação do relógio e luz elétrica, em maio de 1915; reforçam e valorizam este atrativo (KREUTZ, 2013).

Está descrito no Livro Tombo 1, página 82, a tragédia do primeiro incêndio, em 1924, que consumiu estátuas e altares, salvando-se a sacristia. Um ano após o incidente, a igreja foi reinaugurada com muita alegria pela comunidade (KREUTZ, 2013). No ano de 1986, a igreja sofreu novo incêndio, cuja origem foi apontada

como sendo criminosa. O mesmo ano marcou o tombamento do prédio, que, além de templo religioso, foi transformado em escola, ponto de encontro de equipe de gincana e, também, em discoteca.

Levando-se em conta a abrangência inicial da paróquia São Pedro Apóstolo, em entrevista formal com o pároco e coordenador do conselho econômico da comunidade católica, foram levantadas as possibilidades abaixo de desenvolvimento de atrativos turísticos religiosos. O status em que se encontra cada uma delas está descrito em ata de reunião do conselho econômico, de 04 de abril de 2016:

- instalação de uma ermida de Nossa Senhora de *Schoenstatt*, próximo à antiga igreja matriz, que já foi concluído;
- reformas na igreja matriz, preservando, assim, a sua história, agregando elementos pertinentes, preservando valores inseridos pelos antepassados, e atualizado com vitrais e temas da vida do padroeiro, com a participação e doações da comunidade. A igreja ainda está em reformas, com previsão de ser entregue nos 150 anos da paróquia, em 04 de novembro de 2017;
- projeto da Alameda e Largo de São Pedro, ao lado das igrejas, como local de encontros, orações, romarias e celebrações artístico-religiosas;
- estudo, em conjunto com todas as capelas pertencentes atualmente e que já fizeram parte da paróquia, de um caminho a ser percorrido, especialmente nas comunidades mais antigas, como Picada Feijão, Morro do Pedro, Picada Schneider, Presidente Lucena e Lindolfo Collor;

- busca, pelo ecumenismo, em integrar os templos luteranos na criação de roteiros de caminhadas, divulgando o histórico material e imaterial dessa crença.

Em Ivoti, celebrações religiosas e apresentações da orquestra sinfônica do Instituto de Educação Ivoti da igreja luterana acontecem naturalmente em igrejas católicas.

A antiga igreja católica da localidade de Picada Feijão, interior de Ivoti, encontra-se desativada para celebrações e está em excelente estado de conservação, pois foi restaurada em 2002, com recursos angariados na própria comunidade. Foi construída em 1900 e, em 1936, foi ampliada com uma torre. Essa igreja, dedicada a São João Batista, juntamente com o cemitério, talvez seja um dos principais monumentos históricos de Picada Feijão. No cemitério, ainda é possível encontrar pedras tumulares de pioneiros da comunidade (KREUTZ, 2013).

O Instituto de Educação Ivoti da IECLB (Instituição Evangélica de Confissão Luterana do Brasil) tem um histórico de formação de professores, além de ser referência em educação no ensino de instrumentos musicais como a viola e violino, integrantes da Orquestra e da Camerata Ivoti. Possui um histórico de intercâmbio com instituições na Alemanha, o que possibilitaria fomentar e divulgar sua cultura e religiosidade nesse projeto de turismo religioso.

Outro potencial atrativo é o templo da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Picada 48 Baixa, que completa 167 anos em 2017, sendo o mais

antigo em uso da igreja no Brasil. No início, os cultos eram celebrados em residências e, por volta de 1848, iniciou-se a construção do templo “que resiste ao tempo”. Seguindo a orientação de Martim Lutero – para cada igreja uma escola –, por volta de 1845, foi inaugurada a primeira escola, onde residiam os pastores, que também eram professores. Como a lei daquela época não permitia que templos não católicos tivessem torre, essa só pôde ser construída mais tarde e inaugurada em 1901 (COMUNIDADE EVANGÉLICA PICADA 48 BAIXA, 2016).

Pode-se ainda citar, no contexto do turismo religioso, a possibilidade de explorar a história da fabricação e da finalidade dos vitrais das igrejas dessas cidades. Para Sperb (2014), “o vitral é uma fabricação artesanal e uma tradição milenar cuja transmissão de conhecimentos foi baseada na prática do fazer. Os processos de manufatura foram repassados sob forma oral, familiar e, também, através de alguma documentação escrita”. Além da iluminação, os vitrais eram, e ainda hoje são, instrumentos de catequese, servindo para mostrar a grandeza de Deus, para difundir o antigo e o novo testamento, bem como contar a epopeia dos santos e reforçar a fé.

Acredita-se, que o trabalho realizado em conjunto com o professor Donaldo Hadlich, por meio do curso de Turismo da Universidade Feevale, intitulado “Vitrais da Rota Romântica”, desenvolvido no laboratório de Turismo, apresenta resultados que poderão servir para um planejamento que vise o desenvolvimento das comunidades envolvidas, transformando esse tema, em conjunto com os demais, em atrativo turístico.

Da mesma maneira, o desenvolvimento de suvenires poderá ser fator de desenvolvimento e renda. Suvenir vem do francês *souvenir*, que significa lembrança, e foi adotado, na maioria das línguas, para designar a “lembrancinha” que caracteriza o destino turístico. A lembrança do destino, representada pelo souvenir, pode ainda ter o significado de rever, de rememorar os atrativos turísticos visitados. São “[...] artefatos que abundam em todas as paisagens e cenários turísticos, de naturezas muito distintas em materiais e uma enorme variedade de conteúdos e estilos” (GONZÁLEZ, 2007, p. 1). É importante citar que, na cidade, existe a Associação das Bordadeiras Tecendo Memórias de Ivoti (bordadeirasivoti@gmail.com), cujo lema “Bordar é preservar memórias e valorizar o que se conhece e se ama”, leva as integrantes a oferecer produtos ligados a uma técnica alemã chamada *Wandschoner* (panos de parede antigos), através da qual são bordadas frases utilizadas na fé e na vida em família dos imigrantes e, também, atrativos turísticos da cidade, como a antiga igreja matriz. É um projeto que busca a inclusão para pessoas da terceira idade, gerando cultura e renda, e que estejam inseridos no contexto da sociedade.

4 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Pesquisas exploratórias são conceituadas por Gil (2002, p. 45) como aquelas que “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses”. Na pesquisa descritti-

va, para Prodanov e Freitas (2013, p. 52), “o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles”.

Quanto à abordagem metodológica, caracteriza-se como pesquisa qualitativa, pois para Prodanov e Freitas (2013, p. 70), “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa” e essa abordagem “não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas”.

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo utilizou as pesquisas bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 54), é aquela “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais”. Para Duarte e Furtado, a pesquisa de campo caracteriza-se pela

interrogação direta às pessoas que detenham informações que atendam aos objetivos da pesquisa e cujo comportamento se deseja conhecer ou, ainda, é realizada através de observação no local onde ocorreu ou ocorre o fenômeno, que dispõe de elementos para explicá-lo (2014, p. 30).

Assim, a pesquisa de campo está estruturada em duas etapas. A primeira constituiu a aplicação de questionário, com perguntas simples e respostas fechadas, realizada por meio de correio eletrônico, direcionado a residentes e a visitantes, além de buscar um grupo específico denominado de Grupo de Caminhadas, visando verificar as percepções quanto às potencialidades para o turismo religioso. A antiga igreja matriz da paróquia São Pedro Apóstolo, em processo de restau-

ração e com grande afluência de público, foi, igualmente, local de aplicação do questionário.

A segunda etapa constituiu na aplicação de entrevistas, com roteiro semiestruturado, direcionadas aos representantes da gestão pública (prefeito, gestores públicos em Turismo, Educação e Cultura); autoridades religiosas católicas e luteranas; representantes do jornal O Diário e Rádio Ivoti; e empreendimentos turísticos (agência de turismo/pousada).

As entrevistas desta etapa foram feitas diretamente pelo pesquisador, obedecendo a todas as características e recomendações dos autores adotados nesse estudo.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a identificação dos participantes das pesquisas, incluindo respondentes do Grupo Caminhadas e residentes/visitantes, foram realizadas perguntas a respeito do seu perfil, trazendo informações com relação ao gênero, cidade em que residem, visitas a Ivoti, faixa etária, escolaridade e participação em movimentos ligados à igreja. As entrevistas realizadas não farão parte dessa análise inicial.

Quanto ao perfil dos 34 respondentes do Grupo Caminhadas e 123 respondentes residentes/visitantes, observou-se a maioria da seguinte forma: gênero feminino (62% em ambas); Ivoti como residência (29% e 51%); visitas (100% e 97%); quantidade de visitas em mais de 5 vezes (82% e 93%); idade (35% de 41 a 50

anos; 36% de 21 a 30 anos); nível de escolaridade (65% e 57% nível superior); não frequentam movimentos (74% e 85%), tendo como principal movimento citado, quando participante, a Pastoral Familiar.

Em relação às perguntas específicas, deu-se ênfase na questão religiosa quanto a sua história, seu patrimônio e vivência do mesmo pelos pesquisados e entrevistados.

Dessa maneira, quando questionados sobre a participação em alguma caminhada de cunho religioso, a maioria de 74% do Grupo Caminhadas não participou e somente 20% dos gestores e demais entrevistados responderam que participaram pelo menos uma vez; com ênfase para locais como Santuário Padre Reus e o Santuário das Mães. Internacionalmente, destaques para participações no Caminho de Santiago de Compostela e a via sacra em Jerusalém. Já 74% dos residentes/visitantes não participaram de caminhadas com essa finalidade.

Com relação à pergunta sobre conhecimento de algum atrativo histórico-cultural religioso em Ivoti e qual o seu grau de importância para o contexto turístico, o Grupo Caminhadas respondeu com 41% que conhecia, citando a antiga matriz. Já residentes e visitantes responderam conhecer a Antiga Matriz (81%) e consideraram muito importante esse atrativo para ser organizado como oferta turística de turismo religioso (93%), enquanto que o Grupo Caminhadas respondeu 82%. Os gestores e demais entrevistados concordam em 100% com a potencialidade da antiga matriz para organização deste roteiro. Ratificam essa potencialidade, classificando-a como sendo muito relevante. Essa questão vem ao encon-

tro do que o autor, Iyer (2014) comenta, quando afirma que o visitante, mesmo conhecendo o local, pode revisitá-lo e vê-lo com outros olhos.

Sobre a pergunta referente à divulgação efetiva de atrativos turísticos religiosos, os gestores e demais entrevistados citaram, em 90%, que essa não é feita. Praticamente o mesmo percentual foi apurado junto a residentes/visitantes: 88%.

A participação em algum evento, percorrendo ou para divulgar a oferta desses atrativos, teve a aprovação de 79% do Grupo Caminhadas e de 63% dos residentes/visitantes. Observou-se que, apesar dos dois grupos declararem baixa participação em caminhadas de cunho religioso, participariam de um evento para divulgar os existentes em Ivoti.

Referente às sugestões de atrativos religiosos em Ivoti, sendo eles, caminhada pelas Igrejas Antigas, visitação às Igrejas Antigas e peregrinação à Ermida de Schönstatt, os respondentes do Grupo Caminhadas classificaram como muito importante com 53%, 59% e 38%, respectivamente. Já residentes e visitantes 50%, 64% e 28% como muito importante. Os administradores responderam, em primeiro lugar, a visitação e, em segundo lugar, a caminhada. Já a peregrinação foi classificada como terceira opção.

Duas perguntas específicas foram direcionadas ao Grupo Caminhadas, e questionavam sobre distâncias ideais a serem percorridas, em um ou dois dias de caminhada. O objetivo delas era avaliar a organização de um trajeto que incluísse as igrejas, dentro das distâncias apuradas na pesquisa. Segundo o Grupo, apontando 56% de preferência, para o percurso de um dia o ideal seria entre 15 e 25

Km. Já para um percurso para caminhada de dois dias, a indicação foi entre 30 e 40 Km, com 59%. Salienta-se que a caminhada religiosa pode configurar um novo produto da cidade.

Também os residentes/visitantes responderam a uma pergunta específica, visando avaliar o seu conhecimento com a história de Nossa Senhora de *Schönstatt*, cuja ermida foi inaugurada em maio de 2016, ao lado da antiga matriz. O resultado mostrou que 90% dos entrevistados não têm conhecimento dessa história.

A última questão da pesquisa era opcional e trazia a oportunidade dos pesquisados se manifestarem a respeito do tema. Nesse sentido, vários comentários merecem destaque. Como, por exemplo, o fato de um deles indicar que, na antiga igreja, o local poderia comercializar suvenires, entendido por González (2007), como mais um modo de incrementar a economia local.

Quanto aos comentários dos pesquisados sobre atrelar o turismo religioso à história da cidade e da região, ampliando, dessa forma, o sentimento de pertença àquela localidade, retoma-se a Barretto (2004), quando a autora fala sobre recuperar a memória coletiva por meio da reprodução da cultura local para os visitantes.

O fato de incentivar outras áreas, como o potencial gastronômico da cidade, que também foi citado pelos pesquisados em seus comentários, vem de encontro a Dias (2003) ao tratar dos tipos diferentes de turista religioso.

Outro aspecto, que se soma às potencialidades, são as bordadeiras da Associação das Bordadeiras Tecendo Memórias de Ivoti, que produzem seus borda-

dos relacionados aos atrativos da cidade. Dessa maneira, pode-se afirmar que um roteiro de turismo religioso pode implicar no crescimento econômico e agregar outros atrativos, seja pela produção artesanal ou colonial, buscando o desenvolvimento das igrejas das outras cidades.

Houve, também, a manifestação de um entrevistado com impedimento físico. Contudo, a acessibilidade está prevista tanto na restauração da igreja antiga e já em execução na reforma da igreja nova. A questão da acessibilidade foi uma preocupação desde o projeto da reforma, buscando adequação ao tema e que este fosse inclusivo. É importante ressaltar que estão em execução, ainda, duas rampas que dão acesso ao presbitério (altar) onde, anteriormente, havia somente escadas, levando-se em conta que padres, ministros e muitas pessoas que auxiliam em celebrações podem possuir uma idade que necessite dessas adaptações. Certamente, será um exemplo a ser seguido pelas demais igrejas que buscam inserção em algum roteiro.

Assim, ao se apresentarem essas análises e com os resultados obtidos através da pesquisa, pode-se responder o problema sobre quais as potencialidades, em termos de atrativos histórico-culturais religiosos existentes em Ivoti, para o desenvolvimento do turismo religioso. Verificou-se que o destaque é a antiga igreja matriz, sendo citados outros, como a nova igreja matriz; igreja evangélica de Picada 48 Baixa, em Lindolfo Collor; antiga igreja de Picada Feijão, em Ivoti; igrejas de Picada Schneider e de Presidente Lucena; igreja evangélica de Ivoti; Ermida de *Schönstatt*; e cemitérios antigos de Ivoti e Picada Feijão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscou-se investigar o turismo religioso com um novo olhar sobre a potencialidade turística do município de Ivoti. Conseguiu-se compreender e analisar as características desse tipo de turismo para a promoção, não somente do território, mas do desenvolvimento do próprio ser humano que busca respostas constantemente junto ao Divino. Verificou-se, também, que, se devidamente planejado, orientado e aplicado em conjunto com a comunidade, pode gerar desenvolvimento significativo para a ela.

O turismo religioso, que, para Beni (2001), “refere-se ao grande deslocamento de peregrinos que se destinam a centros religiosos, motivados pela fé em distintas crenças”, é o que mais cresce no mundo, fato esse comprovado na pesquisa, que levou a um levantamento de locais utilizados para este fim a nível internacional, com destaque para Santiago de Compostela, na Espanha e Nossa Senhora de Guadalupe, no México; a nível nacional, destacando, nacionalmente, a Basílica de Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo; e, regionalmente, o Santuário Padre Reus, em São Leopoldo e de Nossa Senhora de Caravaggio, nas cidades de Farroupilha e Canela.

O método, utilizado para o desenvolvimento deste estudo, permitiu que se atingissem os objetivos propostos a partir da sustentação teórica, da apresentação de locais de peregrinação, da nova tendência de cuidados com a saúde, por meio de caminhadas e crença, e da aplicação de questionários e entrevistas. A pesquisa bibliográfica serviu de fundamentação para a compreensão dos concei-

tos relacionados ao turismo religioso, bem como as finalidades e motivações que impulsionam os dois tipos de turistas nele inseridos: o turista peregrino e o turista em espaço religioso.

Por fim, a pesquisa de campo foi essencial e se deu por meio de questionários para dois públicos distintos, denominados: o Grupo Caminhadas, com uma amostra de 34 respondentes, e de residentes/visitantes, cuja amostra foi de 123 participantes. A pesquisa também contemplou entrevistas com um grupo denominado gestores e demais entrevistados, integrado por gestores públicos, líderes religiosos, representantes do jornal O Diário e da Rádio Ivoti, além de empresários do ramo de turismo e da indústria do município. Esses públicos compuseram uma amostra significativa para o contexto da investigação, uma vez que contemplou vários segmentos de atuação na cidade e região.

Dessa forma, considera-se que o objetivo geral desse trabalho, que era investigar sobre o turismo religioso em Ivoti, lançando um novo olhar para as potencialidades turísticas do município, foi atingido, evidenciado pelas pesquisas e entrevistas realizadas, cujos resultados comprovam a relevância e a possibilidade de implantação.

Observa-se que, esse segmento de turismo, está presente desde sempre. Segundo Aoun (2001), desde os primórdios, quando Adão e Eva foram expulsos do paraíso, o homem está sempre em marcha para reencontrá-lo. O marketing turístico tem utilizado muito as palavras como paraíso, templo, santuário, Éden e origem para divulgar destinos e seus atrativos. Com base na pesquisa, consta-

tu-se a existência de atrativos em Ivoti e região para desenvolver este segmento. Além disso, a originalidade das cidades, sua origem e a história religiosa, que as ajudou em seu desenvolvimento, são fatores determinantes, conjugados com planejamento e apoio do governo municipal, para o sucesso da criação de um produto turístico para este fim.

Cabe destacar que as pesquisas proporcionaram contato com documentos históricos mantidos pelas comunidades católica e evangélica, denominados de Livro Tombo e, em conjunto com a pesquisa sobre “Vitrais da Rota Romântica”, cujo trabalho oportunizou visitas às principais igrejas das cidades da Rota, na coleta de informações e bibliografia sobre o tema, enriqueceram e forneceram subsídios valiosos para este trabalho. A contar também, o fato de que as visitas foram em igrejas católicas e evangélicas onde foi exercitado o ecumenismo, citado por Sperb (2004), como o elo entre as religiões na construção de suas comunidades a partir da chegada como imigrantes ao Brasil.

A escolha do tema do turismo religioso, a partir da disciplina de Prática Profissional do Curso de Turismo, cujo trabalho era “Santos Caminhos”, aliada aos Estágios A e B, que consistiram em acompanhamento à tramitação de documentação para encaminhamento do restauro da antiga igreja, possibilitou um planejamento e acompanhamento integrado ao desenvolvimento deste, que poderá se tornar um polo de peregrinação: Antiga Igreja, Ermida de *Schöenstatt*, reformas na nova igreja matriz, adequação da Alameda e Largo de São Pedro. Durante a realização deste trabalho de pesquisa, a ermida foi concluída e o projeto de res-

tauro da antiga matriz encontra-se aguardando avaliação do superintendente do IPHAN, em Porto Alegre, o Sr. Eduardo Hahn, para aprovação, divulgação no Diário Oficial e liberação para a captação de recursos. Quanto à igreja nova, encontra-se em duas frentes de reforma, cuja previsão de inauguração é novembro de 2017, quando a paróquia completa 150 anos de fundação.

Com essas considerações, a presente pesquisa encontra-se aberta para novos aprofundamentos e almeja incentivar outros trabalhos acadêmicos nesse mesmo ramo de investigação, por ser um segmento com potencialidades que transcendem o físico, como patrimônios materiais, alcançando o imaterial. O assunto discutido, portanto, não se encerra aqui, ficando a sugestão para novas pesquisas e reflexões sobre o tema proposto.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, José V. de. **Turismo**: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 2000.
- ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA. **Yakissoba, o prato chinês que conquistou o Japão** [2016]. Disponível em: <<http://www.temakiclub.com.br/blog/yakissoba-o-prato-chines-que-conquistou-o-japao/>>. Acesso em 3 abr. 2016.
- BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2004.
- COMUNIDADE EVANGÉLICA PICADA 48 BAIXA. **Um pouco sobre a história da comunidade**. Disponível em: <www.ieclb48baixa.com.br/historiografia.html>. Acesso em: mai. 2016.
- DIAS, Reinaldo; SILVEIRA, Emerson José Sena da (Orgs.). **Turismo Religioso**: Ensaios e Reflexões. Campinas: SP: Alínea, 2003.
- DISCOTECA no Brasil. Disponível em: <<http://www.culturaemusica.com/pesquisa/disco-brasil.htm>>. Acesso em 3 abr. 2016.
- DUARTE, Simone Viana; FURTADO, Maria Sueli Viana. Monografia (Ciências Sociais Aplicadas). São Paulo: Saraiva, 2014.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2002.
- HARTMANN, Vanessa Motta. Cidade das Flores: um estudo sobre a relação com a identidade local e a contribuição para o Turismo de Ivoti/RS. In: **Anais...**, Novo Hamburgo, RS, 4, 2012, Novo Hamburgo.
- IBGE. **Ivoti**: infográficos: dados gerais do município. 2013. Disponível em: <[http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=&codmun=431080&search=HYPERLINK "http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=&codmun=431080&search="= rio-grande-do-sul|ivoti|infograficos:-dados-gerais-do-municipio](http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=&codmun=431080&search=HYPERLINK%20http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=&codmun=431080&search=)>. Acesso em: 12 out. 2015.
- IPHAE. **Bem Tombado**: Igreja São Pedro - Antiga Matriz. 2016. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=14904>>. Acesso em: 10 mai. 2016.
- IPHAN. **O Iphan**. 2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em: 10 mai. 2016.
- IYER, Pico. Prefácio. In: PUBLIFOLHA. **100 viagens inspiradoras**. São Paulo: Publifolha, 2014.
- KREUTZ, Roque Amadeu (Org.). **Bom Jardim** – Ivoti: no palco da história. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

OZONO, Hiro C. **A origem do sushi**, 2015. Disponível em: <<http://www.sushibilidade.com/a-origem-do-sushi/>> Acesso em: 3 abr. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVOTI. **Turismo**. Disponível em: <<http://www.ivoti.rs.gov.br/turismo>>. Acesso em: 3 dez. 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**, 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

ROSSI, Alverto de Souza; DILLY, Gabriela. Caracterização do município de Ivoti. In: **Paróquia São Pedro Apóstolo: 20/02/1869 a 27/02/1945**. Livro Tombo nº 1, 2, 3, 4. Manuscrito Inédito. Ivoti, 2007.

SPERB, Angela Tereza. **Lux Perpétua: o caminho da fé através dos vitrais: São Leopoldo**: Oikos, 2014.

WAGNER, Dyrce Maria Khoury. **Ivoti – O que foi... Como é...** Ivoti: Amstad, 1997.



ISBN: 978-85-7717-213-9

Saiba mais sobre a Feira de Iniciação Científica da Universidade Feevale

Acesse informações sobre as edições anteriores, incluindo os respectivos
anais e Livros de Destaques: www.feevale.br/fic